

Apresentação

Transpondo muros é o núcleo temático eleito como centro de debates para o número 13 da Revista *Pandaemonium Germanicum*. A efeméride que forneceu o mote inspirador foi a comemoração, em 2009, dos 20 anos da “Queda do Muro” de Berlim. Este acontecimento fulcral da história contemporânea chega a alcançar proporções míticas: como símbolo da luta por liberdade, direitos humanos e democracia; é também globalmente enaltecido como o fim da guerra fria, marco de virada na organização política e social de toda Europa.

Contudo, dentro do nosso contexto argumentativo, o conceito “transpondo muros” não foi pensado apenas no sentido de restringir seu escopo a ensaios que comentem criticamente a queda do muro, mas, em uma acepção metafórica mais ampla, aplica-se a reflexões culturais, linguísticas e tradutológicas, nas quais também os códigos rompem seus muros visando transfigurar e criar novas realidades.

Assim, na seção de literatura/cultura, há três ensaios que abordam consequências sociais, políticas e culturais da unificação.

Ana Helena KRAUSE, em seu artigo sobre a trilogia berlinense de Uwe Timm: *Johannisnacht, Rot e Halbschatten*, apresenta essas obras que versam sobre problemas da história alemã, desde o período de pós-guerra, passando pelo Movimento Estudantil até as consequências contemporâneas na dificuldade de identificação entre os cidadãos do Leste e do Oeste. Já Élcio Loureiro CORNELSEN, em “Escritas da violência na República Democrática Alemã” dirige o foco de sua atenção ao estudo das diversas formas e fases da violência enquanto instrumento do poder praticado na República Democrática Alemã. Para tanto, interpreta relatos memorialistas e de cunho autobiográfico que servem como protesto contra o esquecimento de um passado marcado por desmandos totalitários. A crítica ao processo de unificação e a defesa do sistema político da RDA, facetas variantes do tema “queda do muro“, são abordadas no romance de Inge Viett, *Nie war ich furchtloser. Autobiographie*, obra analisada por Helmut GALLE sob o título de “A volta da violência na política alemã. Estratégias legitimadoras na autobiografia de uma protagonista dos anos 1970”. Em seu estudo, o autor não só expõe os pressupostos teóricos da autobiografia, como também coloca em evidência os recursos discursivos utilizados por Viett para legitimar a coerência de sua

posição, na busca por reconhecimento.

Em seu artigo “Fora dos Muros: entre a *Bildung* e a Revelação”, Luís KRAUSZ trabalha com a ideia de “muro” na sua acepção literal, ao mostrar como o conceito iluminista da *Bildung* ajudou a derrubar os muros que separavam os judeus e cristãos alemães. Baseado em passagens centrais de Berthold Auerbach, o autor explica a mudança de paradigmas que se desloca de uma ideia de caráter religioso, a Revelação, central à tradição judaica, para a concepção de *Bildung*, eixo da reflexão humanística do mundo de língua alemã do século 19.

O romper dos muros entre a literatura e a mídia é exposto no trabalho de Klaus EGGENSPERGER “A peça radiofônica alemã dos últimos sessenta anos”, que aborda a transposição do texto literário para o rádio, com um estudo da trajetória da peça radiofônica alemã do pós-guerra. Ao explicar essa forma do gênero dramático, o autor concentra seu enfoque em 3 radiopeças exemplares e expõe como, a partir da matriz *Träume*, de Günther Eich, de cunho literário, essa forma dramática se transforma e adquire novos contornos, como, por exemplo, através da mistura entre cultura popular e cultura erudita e a valorização do áudio. O artigo de Adalberto MÜLLER “As contribuições da teoria da mídia alemã para o pensamento contemporâneo” aborda a necessidade de se transporem os muros entre os estudos literários e as teorias da mídia. O autor aponta alguns exemplos das mudanças ocorridas nos estudos literários a partir dos anos setenta, ressaltando o significado do “paradigma da midialidade” e seus desdobramentos para as ciências humanas; também comenta brevemente algumas teorias sobre o tema, como as teorias de Walter Benjamin, Marshal McLuhan, Siegfried J. Schmidt e Vilém Flusser.

As diferenças entre obras didáticas de alemão como língua estrangeira e obras didáticas de alemão para economistas e profissionais são tematizados na próxima contribuição. Aparentemente, também nesse âmbito – o da metodologia do ensino –, muros estão sendo derrubados. Pois, embora exista, na teoria, uma delimitação clara entre obras didáticas para o ensino da linguagem comum e aquelas para o ensino de linguagens técnico-científicas, na prática, essas diferenças tendem a desaparecer, segundo afirma Claudia GROSS, autora do artigo „Viel Lärm um nichts?“ Fachsprachenlehrwerke im Spannungsfeld zwischen Theorie und Praxis. Eine vergleichende Analyse berufs- und fachbezogener DaF-Lehrwerke aus dem Bereich Wirtschaft”.

A transposição cultural de códigos sob forma de recriações inerentes ao processo tradutório é exposta no trabalho de Tinka REICHMANN e de Beatriz Ávila VASCONCELOS “‘Seu Dotô’ / Herr Doktor: aspectos históricos e lingüísticos do tratamento de Doutor e as conseqüências para a tradução”. As autoras expõem as dificuldades na busca da equivalência destes termos que, na sua aparente simplicidade, apresentam usos muito específicos nas culturas alemã e brasileira. A partir de um estudo etimológico e de matizes semânticos dessas formas de tratamento nas duas línguas, sugerem correspondências dos termos.

A revista encerra seu número com uma resenha da tradução do livro *Hammerstein oder Der Eigensinn – eine Deutsche Geschichte* (*Hammerstein ou a Obstinação*) de Hans Magnus Enzensberger, elaborada por Eloá HEISE. Observador crítico de nossa época, sempre pronto para desconfiar dos muros erguidos pelas ideologias “livres de contradições”, Enzensberger apresenta nessa obra um personagem histórico-ficcional que, permanecendo fiel a si mesmo, resiste ao discurso sedutor do Terceiro Reich.

Agradecemos a colaboração de todos que contribuíram com seus textos, pareceres, críticas e sugestões para essa nova edição. Um agradecimento especial para Deusa Maria de Souza Pinheiro Passos, a revisora dos textos em inglês.

São Paulo, em setembro de 2009

Os Editores

Eloá Heise, Eva Glenk, Juliana P. Perez e Masa Nomura

In Memoriam

Como acontecimentos tristes de 2009, que cobriram toda comunidade de germanistas brasileiros de luto e profunda consternação, cabe lembrar a perda de dois colegas, que estavam diretamente ligados à *Pandaemonium Germanicum* na qualidade de pareceristas: Profa. Dra. Izabela Kestler e Prof. Dr. Eduardo Manoel de Brito.

Izabela Maria Furtado Kestler cursou Germanística em 1982 na Universidade Albert-Ludwig, de Freiburg, na qual conclui seu mestrado em 1987 sobre a “A atividade publicística de Ernst Toller na República de Weimar”. No ano seguinte, inicia pesquisas sobre a Literatura do Exílio, culminando com a tese de doutorado, em 1991: “A literatura do Exílio e o exílio dos escritores e publicistas de língua alemã no Brasil”, trabalho este publicado na Alemanha, em 1992, pela editora Peter Lang, e pela Edusp, em 2004, no Brasil. Em 1992, ingressa na Universidade Federal do Rio de Janeiro e inicia entre nós uma carreira docente que traduz seu engajamento e capacidade de trabalho: participa e organiza inúmeros eventos, escreve dezenas de artigos e ensaios, editora a Revista *Forum Deutsch* por dez anos, além de dedicar-se à atividade docente, ao colaborar na formação de alunos e incentivar pesquisas de colegas. Seu trabalho no âmbito da Germanística brasileira é marcado também de forma peculiar com a participação na Associação de Professores de Alemão do Rio - Apa-Rio - como Presidente eleita por dois mandatos entre os anos de 2005 a 2008 e como Vice-Presidente da Associação Brasileira de Professores de Alemão – Abrapa - na atual gestão.

Junto à *Pandaemonium Germanicum* Izabela atuava como membro de nosso Conselho Consultivo. Seu sorriso franco e seu trabalho tenaz deixarão muita saudade entre nós.

Eduardo Manoel de Brito cursou Ciências Sociais e, posteriormente, Letras, Língua e Literatura Alemã, na USP, universidade na qual se doutorou em 2006, junto ao programa de Língua e Literatura Alemã com a tese: “Quando a ficção se confunde com a realidade: As obras ‘In der Strafkolonie’ e ‘Der Process’ como filtros receptivos da ditadura civil-militar brasileira.” O valor e ineditismo desse trabalho foi reconhecido com a outorga, em 2008, do prêmio atribuído a teses na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, dentro da série “Produção Acadêmica Premiada”. Seu interesse por problemas da realidade brasileira rendeu frutos concretos com sua atuação

como pesquisador no Núcleo de Estudos da Violência da USP, com o trabalho: “A imagem da polícia na literatura brasileira”. Foi pesquisador doutorando na Universidade de Bielefeld, no ano de 2005; prestou concurso e atuou na Universidade Estadual da Paraíba e, posteriormente, ingressou, como professor de Literatura e Ensino da Literatura, na Universidade Federal de Uberlândia.

Com o seu falecimento, o campo dos estudos literários perde o talento de um pesquisador jovem, erudito, que teria um futuro promissor, e que nos fará muita falta.

São Paulo, em setembro de 2009

Os Editores

Geleitwort

Mauern überwinden: So lautet der Leitgedanke der Diskussionen in der 13. Ausgabe der Zeitschrift *Pandaemonium Germanicum*. Ausschlaggebend für die Wahl dieses Mottos waren die Feierlichkeiten anlässlich der 20 Jahre des Mauerfalls im Jahr 2009. Dieses einschneidende Ereignis der jüngeren Geschichte nimmt inzwischen schon mythische Dimensionen an: Es wurde zum Symbol für den Kampf für Freiheit, Menschenrechte und Demokratie und steht im internationalen Bewusstsein auch für das Ende des Kalten Krieges, dem Markstein der politischen und gesellschaftlichen Wende in ganz Europa.

Im Zusammenhang dieser Zeitschrift wird das Konzept „Mauern überwinden“ allerdings nicht so verstanden, dass nur Aufsätze, die den Mauerfall an sich kritisch kommentieren, aufgenommen wurden, sondern es werden darunter in einem weiteren metaphorischen Sinne auch kulturelle, sprach- und übersetzungswissenschaftliche Reflexionen subsumiert, in denen auf verschiedenen Ebenen Mauern überwunden werden, um Veränderungen anzustoßen oder neue Realitäten zu schaffen.

So enthält der Bereich Literatur/Kultur drei Beiträge, die sich mit den gesellschaftlichen, politischen und kulturellen Auswirkungen der Wende befassen.

Ana Helena KRAUSE präsentiert in ihrem Aufsatz die Berliner Trilogie Uwe Timms *Johannisnacht*, *Rot* und *Halbschatten*, die sich mit Problemen der deutschen Geschichte von der Nachkriegszeit über die Studentenbewegung hin bis zu den heutigen Identitätsproblemen zwischen Ost- und Westdeutschen auseinandersetzen. Élcio Loureiro CORNELSEN wiederum beschäftigt sich in seinem Beitrag „Escritas da violência na República Democrática Alemã“ mit den verschiedenen Formen und Phasen der Gewalt, die in der DDR als Machtinstrument angewandt wurden. Hierfür interpretiert er memoirenartige und autobiografische Berichte, die als Aufruf gegen das Vergessen der von der totalitären Herrschaft geprägten Vergangenheit dienen. Verschiedene Facetten des „Mauerfalls“, wie die Kritik an der Wiedervereinigung und die Verteidigung des DDR-Regimes, werden in Inge Vietts Roman *Nie war ich furchtloser. Autobiographie* thematisiert und von Helmut GALLE im Aufsatz „A volta da violência na política alemã. Estratégias legitimadoras na autobiografia de uma protagonista dos anos 1970“ besprochen. In seiner Analyse untersucht der Autor nicht

nur die theoretischen Grundlagen der Autobiografie, sondern offenbart auch die diskursiven Strategien, die Vielt in dem Bestreben anwendet, ihre Einstellung kohärent darzustellen und dadurch Anerkennung zu finden.

In seinem Beitrag „Fora dos Muros: entre a *Bildung* e a Revelação“ geht Luís KRAUSZ von einer Mauer im wörtlichen Sinne aus und zeigt, wie das Bildungskonzept der Aufklärung dazu beigetragen hat, die Mauer zwischen deutschen Christen und Juden aufzubrechen. Ausgehend von verschiedenen Textpassagen Berthold Auerbachs erläutert der Autor den Paradigmenwechsel bei dem Übergang von einem religiösen Konzept, der Offenbarung, die in der jüdischen Tradition eine zentrale Rolle spielt, zu dem Begriff der Bildung, der Grundlage der humanistischen Reflexion des 19. Jahrhunderts im deutschsprachigen Raum.

Klaus EGGENSPERGER sprengt mit seinem Aufsatz „A peça radiofônica alemã dos últimos sessenta anos“ die Mauern zwischen Literatur und Medien; er beschäftigt sich mit der Adaption literarischer Texte für das Radio und analysiert die Entwicklung des deutschen Hörspiels in der Nachkriegszeit. Zur Erläuterung dieses Genres zieht der Autor exemplarisch drei Hörspiele heran und zeigt anhand der Adaption des literarischen Werks *Träume* von Günther Eich auf, wie sich diese besondere Form des Dramas verändert hat und neue Facetten gewinnt, so zum Beispiel durch die Verschmelzung von Volkskultur und Bildungskultur und den höheren Stellenwert der Audiotexte. Adalberto MÜLLER geht mit seinem Beitrag „As contribuições da teoria da mídia alemã para o pensamento contemporâneo“ wiederum auf die Notwendigkeit ein, die Mauern zwischen Literaturwissenschaft und Medienwissenschaft zu überwinden. Der Autor zeigt einige Beispiele der Veränderungen im Bereich der Literaturwissenschaft seit den 1960er Jahren auf und hebt die Bedeutung des „Paradigmas der Medialität“ in seinen verschiedenen Ausprägungen in den Geisteswissenschaften hervor. Außerdem geht er noch kurz auf einige Theorien ein, die sich mit dem Thema, zum Beispiel mit den Theorien von Walter Benjamin, Marshal McLuhan, Siegfried J. Schmidt und Vilém Flusser, beschäftigen.

Im daran anschließenden Aufsatz werden die Unterschiede zwischen DaF-Lehrbüchern und Deutsch-Lehrwerken für Beruf und Wirtschaft beleuchtet. Es scheint, dass auch in diesem Bereich – der Lehrmethodik – allmählich Mauern fallen. Denn obwohl auf theoretischer Ebene deutlich zwischen gemein- und fachsprachlichen Lehrwerken unterschieden wird, verwischen sich diese Grenzen in der Praxis zunehmend. Zu dieser Schlussfolgerung gelangt Claudia GROSS, Autorin des Beitrags

„'Viel Lärm um nichts?' Fachsprachenlehrwerke im Spannungsfeld zwischen Theorie und Praxis. Eine vergleichende Analyse berufs- und fachbezogener DaF-Lehrwerke aus dem Bereich Wirtschaft“.

Die kulturgerechte Übertragung sprachlicher Ausdrücke durch Neuschöpfungen im Übersetzungsprozess wird im Beitrag von Tinka REICHMANN und Beatriz Ávila VASCONCELOS „‘Seu Dotô’ / Herr Doktor: aspectos históricos e linguísticos do tratamento de Doutor e as consequências para a tradução“ besprochen. Die Autorinnen zeigen die Schwierigkeiten bei der Suche nach Äquivalenten für diese Begriffe, die entgegen ihrer scheinbaren Einfachheit sehr spezifische Anwendungsbereiche in der deutschen und brasilianischen Kultur aufweisen. Auf der Grundlage einer etymologischen Analyse und der Herausarbeitung der verschiedenen semantischen Unterschiede dieser Anredeformen in beiden Sprachen werden Entsprechungen der Begriffe vorgeschlagen.

Die Zeitschrift schließt die vorliegende Ausgabe mit einer von Eloá HEISE verfassten Rezension von Hans Magnus Enzensbergers Roman *Hammerstein oder Der Eigensinn – eine Deutsche Geschichte*. Darin schafft Enzensberger, dieser kritische Beobachter unserer Zeit, der die von „widerspruchsfreien“ Ideologien errichteten Mauern stets in Frage stellt, eine historisch-fiktive Person, der es gelingt, der verführerischen Rhetorik des Dritten Reichs zu widerstehen und sich damit selbst treu zu bleiben.

Wir danken allen, die mit Texten, Gutachten, kritischen Kommentaren und Vorschlägen zur Erstellung dieser Ausgabe beigetragen haben. Unser besonderer Dank gilt Deusa Maria de Souza Pinheiro Passos für die Korrekturen der englischsprachigen Texte.

São Paulo, im September 2009

Die Herausgeberinnen

Eloá Heise, Eva Glenk, Juliana P. Perez und Masa Nomura

Übersetzung: *Tinka Reichmann*

Uwe Timms Berliner Trilogie Bilanzen von Teilung und Wende in *Johannisnacht, Rot und Halbschatten*

Ana Helena Krause¹

Abstract: In his Berlin Trilogy, Uwe Timm broaches the division of Germany and the Reunification with the novels *Johannisnacht* (1996), *Rot* (2001) and *Halbschatten* (2008). In the first two novels, the memories and experiences told by the characters offer a heterogeneous panorama of the post-World War II period in both the East and the West of the country: *Johannisnacht* shows the chaos across Berlin in 1995 and the difficulties to integrate Eastern and Western Germans. In *Rot*, the failure of socialism accounts for the disappointment by members of the German student movement. In *Halbschatten*, the author focuses on German history before 1945, searching in Prussia's militarist past the causes of the scenery we find in both other novels. The Invalidenfriedhof Cemetery, the oldest in Berlin, appears as a stage of historical events and a place where memory becomes concretely visible: besides uniting the military Prussian elite and important members of the Nazi army with resistance fighters, it was divided in half by the Berlin Wall.

Keywords: Uwe Timm; 20th Century; German Reunification; Literature and Memory.

Zusammenfassung: Uwe Timm thematisiert die Teilung und die Wende in seiner Berlin-Trilogie mit den Romanen *Johannisnacht* (1996), *Rot* (2001) und *Halbschatten* (2008). Bei den zwei ersten bieten die Erinnerungen und Erfahrungen der Figuren ein vielfältiges Panorama der Nachkriegszeit in Ost und West dar: In *Johannisnacht* tritt das Chaos in der Stadt im Jahr 1995 in Erscheinung sowie die Integrationsschwierigkeiten zwischen „Ossis“ und „Wessis“. In *Rot* gehört das Scheitern des Sozialismus in der DDR zu den Enttäuschungen der 68er. In *Halbschatten* konzentriert sich der Autor auf die Deutsche Geschichte vor 1945 und sucht die Ursachen für das Szenario der beiden ersten Romane der Trilogie in der militaristischen Vergangenheit Preußens. Der Invalidenfriedhof, der älteste der Stadt, erscheint als Bühne der Geschichte und als Ort, wo das Gedächtnis konkret wird, denn er hat nicht nur die militärische preußische Elite und mächtige Nazis mit Widerstandskämpfern vereinigt, er wurde auch von der Berliner Mauer geteilt.

Stichwörter: Uwe Timm; 20. Jahrhundert; Wiedervereinigung; Literatur und kollektives Gedächtnis.

Resumo: Uwe Timm tematiza a divisão da Alemanha e o processo de reunificação em sua “Trilogia de Berlim”, com os romances *Johannisnacht* (1996), *Rot* (2001) e *Halbschatten* (2008). Nos dois primeiros, as lembranças e experiências narradas pelas personagens oferecem um panorama heterogêneo do período pós-Segunda Guerra Mundial no leste e no oeste do país: *Johannisnacht* apresenta o caos da cidade em 1995 e a dificuldade de comunicação entre “Ossis” e “Wessis”, enquanto em *Rot*, o fracasso da experiência socialista é parte das desilusões dos velhos ativistas do Movimento Estudantil. Por sua vez, em *Halbschatten*, o autor focaliza a história alemã antes de 1945, buscando no passado militarista da Prússia as causas do cenário

¹ Promovendin in Literaturwissenschaft an der *Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul* (PUC-RS), Stipendiatin des CNPq, mit Forschungsaufenthalt (SWE durch DAAD/CNPq) an der Universität Bonn 2008-2009. E-Mail-Adresse: anahelenakrause@yahoo.com.br

presente nos dois romances anteriores. O Cemitério dos Inválidos, o mais antigo da cidade, aparece como palco de eventos históricos e memória concretamente visível: além de unir a elite militar prussiana e membros do alto comando nazistas a lutadores da resistência anti-hitleriana, ele foi dividido ao meio pelo Muro de Berlim.

Palavras-chave: Uwe Timm; Século XX; Reunificação Alemã; Literatura e Memória.

Die Szenen mit der Menschenmenge vor dem Brandenburger Tor und auf der soeben gefallenen Berliner Mauer, die weltweit auf den Bildschirmen zu sehen waren, sind jetzt schon fast zwanzig Jahre alt. Monate später ging die DDR zu Ende: Ostdeutschland wurde der Bundesrepublik angeschlossen und bald kam es auch zu dem allgemeinen Zusammenbruch des Sozialismus in Europa. Ein langer Integrationsprozess fing an, der die Ungleichheiten zwischen den beiden ehemaligen deutschen Staaten überwinden sollte und 2009 noch immer andauert. Als einst geteilte Stadt war und ist Berlin der Ort, wo sich das am besten beobachten lässt; wo „Ossis“ und „Wessis“ nur wenige Straßen voneinander entfernt lebten, nach dem Mauerfall aber durch eine kulturelle Kluft getrennt waren. Hatten um das Ende der sechziger Jahre einige Menschen in Westdeutschland die Überzeugung, man müsse dem östlichen Modell folgen, so beklagen sich heute viele Bürger der alten Bundesrepublik über die Steuerlast, die ihnen der Wiederaufbau des Ostens immer noch bereitet. Die Teilung und die Wiedervereinigung sind die politischen Ereignisse der zweiten Hälfte des 20. Jahrhunderts schlechthin, die das kulturelle Profil Deutschlands prägen.

In seiner Berlin-Trilogie thematisiert Uwe Timm, einer der wichtigsten Erzähler der mittleren Generation in Deutschland (BARNER 1994), die Problematik der Trennung und der Nachwendezeit und greift mit den Romanen *Johannisnacht* (1996), *Rot* (2001) und *Halbschatten* (2008) jedesmal tiefer in die Vergangenheit der Stadt und des Landes zurück. Der Autor, Jahrgang 1940 und von der 68er Generation geprägt, behandelt in seinen Texten eine nationale Geschichte, die anhand von Erinnerungen und persönlichen Lebensbilanzen erzählt wird: So entsteht ein kollektives Bild der deutschen Gesellschaft aus zahlreichen Puzzleteilen, aus vielfältigen Erfahrungen.

Johannisnacht spielt im Juni 1995, als Berlin, das seit der Wende einer großen Baustelle ähnelt, wegen der Verhüllung des Reichstages durch Jeanne-Claude und Christo noch mehr von Touristen überlaufen ist. Der Erzähler, ein Schriftsteller aus München, findet keinen Anfang für einen seiner Texte und fängt an, einen kulturgeschichtlichen Artikel über die Kartoffel zu schreiben. In Berlin sucht er nach

dem Wissenschaftler Rogler, der sein Leben lang die Kartoffel erforschte, erfährt aber, dass dieser vor ein paar Monaten gestorben ist. Er tritt in Kontakt zu dessen Freunden, die dem Erzähler Zugang zu seinen Notizen und einem „Geschmackskatalog“ ermöglichen – einem Versuch, anhand von Kartoffeln eine neue Terminologie für den Geschmack zu entwickeln. Gleich danach streitet der Erzähler jedoch mit einem schlecht gelaunten Taxifahrer, der mit dem Material, somit dem Lebenswerk Roglers, davonfährt.

Auf der Suche nach Informationen über den Kartoffelforscher und nach dem verlorenen Geschmackskatalog begegnet der Erzähler den verschiedensten Personen und hört Eindrücke und Meinungen über die Wiedervereinigung, über die heutige Situation der Stadt und der Menschen, ihr Selbstbild und ihre Vorstellungen von den anderen. Auch beobachtet und erlebt er das gespannte Verhältnis zwischen Ost- und Westberlinern. Frank Thomas GRUB bemerkt in seinem „*Wende*“ und „*Einheit*“ im *Spiegel der deutschsprachigen Literatur*, sich auf *Johannisnacht* beziehend, dass „[d]ie Situation der Vereinigung [...] bei Timm nicht einseitig positiv“ (2003: 415) erscheint. Es werde stattdessen gezeigt, dass die Trennung nach wie vor, allerdings in anderer Form, bestehe.

Die Menschen, die Uwe Timm zu Wort kommen lässt, gehören verschiedenen Gesellschaftsschichten an, so dass sich ein großer Fächer sozialer Stimmen öffnet: Es sind Aus- und Aufsteiger im Szenario der Nachwendezeit; darunter Taxifahrer, Studenten, alte Verkäuferinnen, homosexuelle Friseure, Künstler. Wie es kennzeichnend für die Prosa des Autors ist, eröffnet sich dem Leser durch den polyphonen Diskurs ein breites Panorama. Ebenso weist GRUB auf diese besondere Rolle des Erzählers in *Johannisnacht* hin: Er verspricht, die Realität abzubilden (2003: 414).

Von seinem Freund Kubin, einem Hamburger, der in Berlin lebt, hat der Erzähler den Kontakt zu Rogler erhalten:

Frag diesen Kartoffelforscher, sagte er. Ich hab den Mann mal vor gut einem Jahr auf einer Party kennengelernt. Ein Agrarwissenschaftler, war in der DDR-Akademie, wurde dann abgewickelt. Einer von den gut dreißigtausend, die in irgendwelchen baufälligen Instituten herumhockten und vor sich hin forschten, über so aparte Dinge wie die Geschichte der Sonnenschreiber, oder sie erstellten die Grammatik des Altusbekischen, zählten die Steine der Ruinen von Theben. Wenn sie nicht damit beschäftigt waren, Berichte übereinander zu schreiben. (TIMM 1998: 14-15)

Durch Kubins Aussage bekommt der Leser eine Vorstellung von dem Bild, das viele Westdeutsche über die Wissenschaft in der ehemaligen DDR haben. Es basiert auf der Tatsache, dass die DDR die Kultur und die akademische Forschung sehr gefördert hat. Alles war jedoch gesteuert und kontrolliert, damit niemand das System in Frage stellen konnte. Und da der Staat sämtliche Gehälter garantierte, musste die Forschung nicht unbedingt ertragreich sein – Hauptsache, die Leute waren politisch zuverlässig. Auf diese Weise waren manche Bereiche der Geisteswissenschaften jedoch weniger gefährdet als in der Marktwirtschaft.

Da Rogler schon gestorben ist, kommt der Erzähler nicht dazu, ihn zu interviewen, aber er führt Gespräche mit anderen und verschafft sich anhand der Eindrücke dieser Personen ein Bild. Rosenow, auch ein ehemaliges Mitglied der DDR-Akademie, ist die erste Person, die der Erzähler befragt. Durch ihn erfährt er, dass die Kartoffel für Rogler kein Vorwand war, ohne Aussicht auf Ergebnis „vor sich hin“ zu forschen: Die Erweiterung der Geschmackswahrnehmung sollte der Auslöser einer Kulturrevolution in der DDR sein, wobei sich das Bewusstsein, und nicht nur die Eigentumsverhältnisse, ändern sollte. Nach Rosenow ärgerte es Rogler sehr,

daß in der DDR durch staatlichen Eingriff die Sortenzahl [der Kartoffel] stark reduziert worden war. Rationalisierung durch Vereinheitlichung ist eine ökonomische Bereicherung, im Ästhetischen aber immer eine Verarmung, der Geschmack wird nicht ausdifferenziert. (TIMM 1998: 35-36)

Rosenow erzählt, dass Rogler eine Ausstellung über die Kartoffel vorbereitete: „*Die Kartoffel, Sättigung und Genuß*“ (TIMM 1998: 74). Sie wurde im Osten nicht zugelassen, weil er sich weigerte, sein systemkritisches, nach Öffnung strebendes Konzept zu ändern. Nach der Wende fand er im Westen Sponsoren. Das Projekt scheiterte aber daran, dass es sich um eine Firma handelte, „die Instantknödel und Kartoffelmus in Frischhaltetüten herstellt“ (TIMM 1998: 37) und laut Rogler nur „Einheitsbrei“ produziere: „Den hatten wir schon in der DDR gehabt, wenn auch nicht so gut. Es komme aber gerade darauf an, die einzelne Sorte, ja die jeweils einzelne Kartoffel zu schmecken“ (TIMM 1998: 37). Deshalb wollte er nicht, dass die Firma Reklametafeln aufstellte, denn dies widerspreche dem Sinn der Sache. Rogler hat also in beiden Systemen keinen Erfolg, denn sowohl im Realen Sozialismus als auch in der Marktwirtschaft geht es darum, Profit zu machen, die Konkurrenz zu überholen. Leistungsprinzip und eigentlicher Nutzen sind wichtiger als Ästhetik, die nur interessiert, sofern man damit Geld verdienen kann.

Mehr Auskunft über Rogler bekommt der Erzähler durch den Ehemann der schönen Kulturwissenschaftlerin Annette Bucher, mit der Rogler die Kartoffel-Ausstellung im Westen vorbereitet hatte. Obwohl Bucher, ein Physiker, die Kulturgeschichte als „weiche Wissenschaft“ bezeichnet, bewunderte er die fleißige und übergreifende Arbeit von Rogler. Auch schätzte er die feine Selbstironie des Kartoffelforschers, der in der Lage war, über sein eigenes Bild als „Ossi“ zu lachen, wenn er etwa von seiner Ankunft in New York mit dem riesengroßen Computer erzählte, der von den Amerikanern für eine russische Dechiffriermaschine gehalten wurde. Buchers schick renovierte Altbauwohnung ist voll Renommierstücke, darunter ein vermeintlich echter Lebedev und ein vermutlich originaler Deckstuhl von der Titanic. Es überrascht nicht, dass Roglers Arbeitsmethoden diesem auf Konsum und Technik angewiesenen „Wessi“ überholt erschienen: „Ich wollte Rogler ein Notebook schenken, aber er lehnte ab, blieb bei seinen Karteikarten“ (TIMM 1998: 148). Dass Rogler ein Konsumverweigerer ist, der mit dem herrschenden System nicht klarkommt und in abgetragenen Klamotten herumläuft, verbindet ihn mit dem kompromisslosen Aschenberger aus *Rot*.

Die ehemaligen Mitbewohner Roglers, der Friseur Kramer und der Kulturwissenschaftler Sprangler, tragen zur Bereicherung des ostdeutschen Personals im Roman bei. Der erste behauptet, einmal Ulbricht die Haare geschnitten zu haben, erzählt Witze über „Ossis“ und „Wessis“, schwärmt von Alltagssabotage, verpasst dem Erzähler einen lächerlichen Haarschnitt und erklärt ihm den Stand der Dinge: „Woher kommen Sie denn von drüben? München, sagte ich, aber ich denke, drüben gibts nicht mehr. Det jloben nur Sie“ (TIMM 1998: 45). Sprangler, der sich früher mit der Sprache und Kultur von Sinti und Roma in der DDR-Akademie beschäftigte, arbeitet heute als Gärtner und fälscht in seiner Freizeit Gemälde russischer Konstruktivisten (unter anderem von Lebedev), weil es ihm „Spaß macht“. Solche Eulenspiegeleien werden von beiden als Antwort auf die Wende betrachtet – im Fall Sprangers natürlich auch auf den Verlust seines Status, in Kramers Worten: „Nachdem er von euch n Tritt jekriegt hat“ (TIMM 1998: 45).

Sprangler weigert sich, so rasch umzudenken, wie ihm Rosenow geraten hat. Er unterscheidet sich von diesem, indem er sich nicht an die neuen Umstände nach der Wende anpasst und sich mit Gelegenheitsjobs über Wasser hält. Der Freund habe sich „auf eine geheimnisvolle Weise vorbereitet, daß einmal die Mauer fällt“ (TIMM 1998:

56). Dies erinnert den Leser an das vorherige Gespräch zwischen dem Erzähler und Rosenow, der sich als Aufsteiger in der „mobilen“ westlichen Gesellschaft erweist. Sprangler sagt:

[...] denken Sie bitte nicht, daß ich zu den Nostalgikern des alten Systems gehöre. Ich habe buchstäblich aufgeatmet, als unsere senile Altherrenriege wegdemonstriert wurde, aber ich gehöre auch nicht zu den Einvolkjublern. Übrigens war ich in dieser Beziehung mit Rogler durchaus einig. Wir haben uns etwas anderes gewünscht, nicht die Treuhand. Die Voraussetzungen waren dafür nicht schlecht. Ihr Westler seid die Formalisten, wir waren die Informellen, wir waren in diesem ideologisch erstarrten System Pfadfinder, hervorragende Bastler, Improvisateure. Kleinkämpfer gegen Verordnung und Gängelung, subversive Verweigerer. (TIMM 1998: 61)

Die skeptische Bilanz Sprangers, der weder dem *starren* Sozialismus noch der *formalistischen* Marktwirtschaft vorbehaltlos gegenüber steht, hat jedoch im Roman ein Gegengewicht. Außer Rosenow begegnet der Erzähler zwei anderen, kleineren ostdeutschen Aufsteigern, denen es in der DDR nicht schlecht ging, die jedoch schnell „umgedacht“ haben. Einer der Männer, die an der Verhüllung des Reichstags als Kletterer mitarbeiten, wurde nach der Wende in der Reparatur von Schornsteinen selbständig und scheint mit der westlichen Arbeitswelt zufrieden zu sein: „Geld stimmt. War früher mal Held der Arbeit, konnte ich mir nur an die Mütze schmieren“ (TIMM 1998: 27). Der Inhaber des Möbellagers, wo der Erzähler wegen Roglers Kartons landet, ein ehemaliger Oberstleutnant der Nationalen Volksarmee, erzählt über seinen Lebenswandel:

Nach der Wende war der Traum aus, mußte das Ehrenkleid an den Nagel hängen. Hab dann die Umzugsfirma gegründet. War mir gleich klar, die Wiedervereinigung bringt hier einiges in Bewegung, Alteigentümer und Neueigentümer kommen, und die Nichteigentümer, die Mieter, gehen. Logistisch hochinteressant. Da haben Umzugsfirmen gute Chancen. Hab sofort einen Kredit bekommen von der Bank. (TIMM 1998: 85)

Obgleich es vielen „Ossis“ gelingt, sich an das für sie neue Gesellschaftssystem anzupassen und sogar Erfolg in ihm zu haben, sind die Ungleichheiten immer noch auffällig. In *Johannisnacht* wird dargestellt, dass der Osten im Allgemeinen für Mangel steht. So gibt es bestimmte Stadtviertel, die noch nicht verwestlicht wurden, wo sich ein größerer Anteil Einwanderer aus ehemals sozialistischen Ländern – Rumänen, Russen, Polen, Vietnamesen – konzentriert und wo sich das am besten beobachten lässt:

Ein älterer Mann mit abgeschabten Plastiktüten wurde von einer weiß-braun gefleckten Promenadenmischung über den Bürgersteig gezerrt. Kubin, der behauptet hatte, die äußeren Unterschiede zwischen Ost und West seien längst verschwunden, kann nie hier gewesen sein. (TIMM 1998: 43)

In seiner „Pilgerfahrt“ durch Berlin hat der Erzähler – es könnte nicht anders sein – Kontakt zu vielen Taxifahrern. Diese äußern ihre Meinung zu dem aktuellen Sachverhalt und da sie bekanntlich viel sehen und hören, liefert ihre Erfahrung ihren Aussagen eine natürliche Autorität. Der erste Fahrer ist damit unzufrieden, dass sich Westberlin so sehr verändert, und überlegt, wegzuziehen: Früher sei die Stadt ein „Sammelpunkt für Aussteiger und Querköpfe“ (TIMM 1998: 19) gewesen, während heute Menschen kämen, die an schnellem Geld interessiert seien. Der nächste ist der Taxifahrer, der sich mit dem Erzähler streitet. Alles fängt damit an, dass sich der Ostberliner negativ über den Wiedervereinigungsprozess äußert. Er ärgert sich darüber, dass der Fahrgast sich nicht gleich willig zeigt, zuzustimmen, als er sagt, die westdeutschen Unternehmen demontierten eigennützig den Ostteil:

Wird alles verhökert nach drüben, sagte er, verstehn Se, allet, kommen her,
machen platt.
Na ja, sagte ich.
Wat heißt denn det, na ja. (TIMM 1998: 64)

Die Situation eskaliert, bis der Erzähler samt dem ganzen Rogler-Material – außer dem Kästchen mit dem Geschmacks katalog – aus dem Taxi geworfen wird. Ein dritter Fahrer gesteht, nicht gern nach Ostberlin zu fahren, denn er kenne sich in dieser fremden Stadt, wo die Sitten ganz andere seien, nicht gut aus: „Die Stimmung is, jeder soll ma hübsch bei sich bleiben. Ohne Mauer, det is jut“ (TIMM 1998: 81). Darauf erzählt er einen Witz, nach dem der Unterschied zwischen einem Türken und einem Sachsen darin bestehe, dass der Türke Deutsch spreche und arbeite.

Die „coolen“ Haarstylisten, bei denen der Erzähler versucht, seine verschnittene Frisur reparieren zu lassen, sind nicht überrascht, als sie erfahren, dass „das Unglück“ im Ostteil der Stadt passiert ist. Entweder liegt es an Unfähigkeit: „Die armen Leute. Kein Wunder, daß die ne Mauer bauen mußten“ (TIMM 1998: 164), oder es geht doch um Sabotage: „Wahrscheinlich sind Sie das Opfer eines Racheakts geworden. Ein Haarschnitt, der sich gegen alle Wessis richtet, sozusagen eine symbolische Verstümmelung“ (TIMM 1998: 164). Es steht jedenfalls fest, dass der Erzähler einen grundsätzlichen Fehler begangen hat: „Wie sind Sie überhaupt auf den Gedanken gekommen, drüben zum Friseur zu gehen? Geht doch keiner von hier rüber, höchstens mal ins Theater“ (TIMM 1998: 168). Dadurch wird die Aussage des letzten Taxifahrers bestätigt: Obwohl die Stadt nicht mehr durch eine Mauer geteilt ist, sind Ost- und Westberliner durch andere, noch schwerer zu überwindende Schranken getrennt.

Tina, die ihre Magisterarbeit über die Kartoffel in der deutschen Literatur schrieb und von daher Rogler kannte, spricht auch über äußere Unterschiede. Sie behauptet, die Osteuropäer durch ihren Teint leicht erkennen zu können, selbst wenn sie sich „westlich“ kleideten. Ihre Ernährung sei viel ungesünder gewesen, was sogar literarisch dokumentiert sei. Ein anderer Student, der über die Unterschiede der Berliner Dialektausprägung in Ost und West schreibt, hält es für nötig, seine Forschung zu beschleunigen, denn dort verändere sich „alles [...] in rasender Geschwindigkeit“ (TIMM 1998: 136).

Die Dynamik, die der Sprachwissenschaftler feststellt, und das Chaos, das sie begleitet, entspricht dem Motiv der *Johannisnacht*, „die ästhetischste Nacht des Jahres“, „in der es [...] kunterbunt zugeht“ und „Verwechslungen, Verkleidungen, Vertauschungen sozusagen zur Tagesordnung gehören“ (TIMM 1998: 193). Die Handlung spielt an den Tagen um den 24. Juni, wenn „sich die Dinge von einer anderen Seite zeigen“ (TIMM 1998: 193). Die Verbindung von Timms Roman mit Shakespeares *A Midsummer Night's Dream* hinge über den Titel hinaus mit „verwickelte[n] Liebesgeschichten“ und „Gattungswechsel[n]“ zusammen, die in beiden Texten vertreten seien, so Stefan NEUHAUS (2002: 111). Tatsächlich gibt es viele Situationen und Figuren der Komödie, die in *Johannisnacht* Eingang finden: Die Verwandlungen der verführerischen Tina, die in Wirklichkeit ein Transvestit ist, und ihre Attraktivität für den Erzähler erinnert an Titanias Leidenschaft für den Eselskopf Bottom; der Beduine Moussa, der bei Buchers wohnt und in den sich beide Ehepartner verlieben, übernimmt die Rolle des indischen Prinzen, Auslöser des Streites von Oberon und Titania; die alkoholischen Getränke, die man dem Erzähler dauernd aufzwingt und die Täuschungen bei ihm verursachen (darunter die Drinks „Roglers Traum“ und „Karibik Traum“), stehen für den Blumennektar, den Puck auf die Augen Titanias und der Athener tropft, damit sie sich in den ersten Menschen verlieben, den sie beim Aufwachen sehen. Der freche Elf kehrt übrigens in der Figur des schwulen Friseurs Puk, eines ausgezeichneten Geschichtenerzählers, zurück.

In der Mittsommernacht sollte auch die Verhüllung des Reichstages vollendet werden, wobei die Dualität Schein vs. Sein – die sich durch den ganzen Roman zieht – ebenso ein wichtiges Element ist. Dass man sich ausgerechnet für dieses Datum entschieden hat, ist kein Zufall, sagt ein Berliner Komponist, den der Erzähler in der Pension kennenlernt und der viel von dieser Verwandlung erwartet: „Danach wird etwas

anderes sein, ich bin überzeugt, daß diese Verhüllung etwas verändert. Das Geheimnis liegt darin, daß etwas anders sein könnte“ (TIMM 1998: 193). Dadurch scheint der Altlinke eine bessere Zukunft für Deutschland zu erhoffen. Er habe beschlossen, ein Requiem für Rosa Luxemburg zu schreiben, das auch für die Stadt gelten solle, nachdem er von Vandalismus an ihrer Gedenkstelle am Landwehrkanal erfahren habe. Die Aktualität von Luxemburgs Denken liege in ihrem Versuch, Gleichheit und Freiheit zu verbinden und das naturgegebene durch das gesellschaftliche Recht zu ersetzen, ohne die Menschen als bloße Masse zu betrachten. Um 68 habe der Komponist ohne Erfolg versucht, die Arbeiter durch Agitprop-Musik im avantgardistischen Stil aufzuklären, heute wisse er:

Es kommt nicht darauf an, politische Botschaften herauszuposaunen, sondern die ästhetischen Voraussetzungen dafür zu schaffen, daß politisches Handeln möglich wird, und zwar so, daß gerade auf Vielfalt und auf die Einmaligkeit des Handelnden insistiert wird. (TIMM 1998: 196)

Diese Überzeugung ist die Grundlage für seine Musik, für die sich jedoch nur sehr wenige Leute interessieren. Die erwähnten Voraussetzungen erkennt man im Verhüllungswerk Christos und Jeanne-Claudes wieder. Und eben das offenbaren auch die Ideen Roglers: Wie Rosa Luxemburg setzt er auf Vielfalt im Ästhetischen und Menschlichen, äußert sich also gegen Reduzierung; er verweist auf die Kluft zwischen Theorie und Praxis; er glaubt, sein Land kann ein besseres werden, so dass ihm schließlich „Revisionismus“ unterstellt wird. Vergleicht man die Rede des Komponisten mit Roglers Notizen, so stellt man fest, dass die kritischen Linken in Ost und West sehr ähnliche Ideen vertraten.

Der Beerdigungsredner, dem der Erzähler nachts am Bahnhof Zoo begegnet und der als Protagonist in *Rot* (mit etwas veränderten Zügen) wieder auftaucht, ist noch ein Vertreter der westdeutschen 68er in *Johannisnacht*. Er hat, wie viele seiner Generation, kein positives Bild vom Sozialismus, wie er in der DDR realisiert wurde. Als er erzählt, dass seine Reden sich an Leute richten, die aus der Kirche ausgetreten sind, fragt ihn der Erzähler, ob sich ihm mit der Wende nicht ein neuer Markt eröffnet habe. Der Mann meint jedoch, die Abkehr von der Kirche im Osten habe nur an der kritischen Haltung der Partei ihr gegenüber gelegen, während es im Westen mit der Steuer zusammenhänge. Jedenfalls würden sich Ost- und Westdeutsche auch in dieser Beziehung nicht mischen.

Jetzt lassen die sich wieder von den geduldigen evangelischen Pastoren begraben. Oder von alten Funktionären. Glauben Sie gar nicht, was da alles aus

den ehemaligen Kadern jetzt als Beerdigungsredner arbeitet. Bietet sich doch auch an, früher zuständig für Agitation und Propaganda, und jetzt den abgeschlossenen Lebenslauf zurechtbiegen. Nee, in den Ostmarkt kommen wir nicht rein. Die Ossis suchen auch in der Aussegnungshalle noch ihren Stallgeruch. (TIMM 1998: 226-7)

Die „Ossis“ gelten, trotz linker Vergangenheit, im Allgemeinen als konservativ. Für die meisten 68er sei die Mehrheit der DDR-Bevölkerung nicht aus Überzeugung sozialistisch gewesen, sondern weil es ihnen vom harten System aufoktroziert worden sei. Sie sehen einen großen Unterschied zwischen dem angepassten, kleinbürgerlichen Verhalten von Ostdeutschen, die mit der Diktatur der SED kolaborierten, und der kritischen Studentenbewegung, die alles in Frage stellte, als man die bestehende Gesellschaft zwar nicht durch eine neue ersetzen konnte, aber zumindest Diskussionen darüber führen durfte.

Der Ich-Erzähler ist auch ein Alt-68er, der mit den Umgangsformen dieser in Berlin nach der Wende entstandenen Gesellschaft nicht zurecht kommt. Fast alles, was dieser Außenstehende in der Stadt unternimmt, scheitere, weil er nicht in der Lage sei, sich den Situationen und Menschen anzupassen, so Joanne LEAL. Sie verweist auf die Annahme Stephan BROCKMANNs (apud LEAL 2003: 2), dass die deutsche Literatur nach der Wende die Eigenschaft verloren habe, als vermeintliche politische und moralische Autorität über die Realität zu sprechen, somit die Voraussetzungen eines postmodernen Diskurses endlich erfülle. Am Beispiel von *Johannisnacht*, einem Nachwendezeit-Roman *par excellence* von einem Autor, der eher mit dem Kontext vor der Wende verbunden werde, versucht Leal zu beweisen, dass Brockmanns Sicht im Fall von Uwe Timm nicht zutrifft. Die Vielfalt und die Fragmentierung, sowie die Ästhetisierung der Realität, die im Text zutage treten würden, charakterisierten zwar das postmoderne Modell, aber der Autor wolle zeigen, dass es einen alternativen Weg zu dieser Beliebigkeit gibt.

In der postmodernen, dynamischen Stadt Berlin erfülle die Sprache eine andere Funktion als früher, denn zwischen Wörtern/Symbolen und Gegenständen/Ideen bestehe keine unbedingte Entsprechung mehr.² Das verwirre den Erzähler, der noch aus den „guten, alten Zeiten“ (TIMM 1998: 96) komme und immer noch glaube, Sprache habe

² Leal erwähnt zwei solche Fälle: Das T im fünfzackigen Stern auf Tinas T-Shirt ist kein politisches Symbol, wie der Erzähler spontan dachte, sondern nur das Texaco-Logo. Außerdem erweckt das harmlose Wort Kartoffel, das auf der vom Erzähler veröffentlichten Suchanzeige steht, ein Missverständnis bei Waffenschmugglern, die ihn kontaktieren, um ihm Minen anzubieten.

die Funktion, Worte und Dinge in Zusammenhang zu setzen. LEAL behauptet, dass der Protagonist diese neue Ordnung ablehnt, als er die Stadt fluchtartig verlässt. Es ist jedoch immer noch seine politische Weltsicht, gemäß der Literatur ein Instrument sei, die Gesellschaft politisch zu verändern, die ihm die Antwort auf die Frage nach der Bedeutung von „Roter Baum“, den letzten Worten seines Lieblingsonkels, endlich liefere: Es handelt sich nicht um eine Kartoffelsorte, wie er vermutete, sondern um eine Kneipe, wo eine sozialistische Rede gehalten wurde, die sich der Vater des Onkels, gegen Anweisungen seines Chefs, anhörte. Die Geschichte kannte der Ich-Erzähler zwar, hatte sie jedoch vergessen und nur dank eines Liedes („Die Gedanken sind frei“) plötzlich wieder daran gedacht.

Mein Interesse an Uwe Timm geht über *Johannisnacht* hinaus: Die damit begonnene Berlin-Trilogie beschäftigt sich weiter mit der Nationalgeschichte anhand von Erinnerungen und Lebensbilanzen, so dass sich ein roter Faden durch die drei Romane zieht. *Rot*, als 68er-Roman in der deutschen Presse gefeiert (JAHRAUS 2007), spielt im Jahr 1999, als Berlin endgültig wieder die Hauptstadt Deutschlands werden sollte. Das Leben des Protagonisten Thomas Linde spannt sich zwischen der Kapitulation 1945 und der Rückkehr der Regierung nach Berlin: Er wird mit der Bundesrepublik geboren und stirbt mit ihr. Linde ist Beerdigungsredner und muss einen Nachruf auf einen alten 68er-Gefährten, Aschenberger, halten, was sich als unmöglich erweist: Einerseits erfährt er, dass der Freund ein Attentat auf die Siegessäule plante, andererseits hindern ihn Erinnerungen an früher und Selbstbefragungen hinsichtlich der Erfüllung seiner sozialen Rolle, den richtigen Ton für die Abschiedsrede zu treffen. Der Protagonist lebt im ständigen Konflikt zwischen den Idealen von früher und seiner späteren gleichgültigen Haltung gegenüber der a-politischen Konsumgesellschaft. Die Sackgasse wird jedoch dadurch beseitigt, dass Linde bei Rot über die Ampel geht und angefahren wird. Die Narrative, die aus seinen letzten Gedanken im Sterben besteht, setzt eben in diesem Moment an. Im Vergleich zu *Johannisnacht*, wo es hauptsächlich um die ersten, veränderungsreichen fünf Jahre nach der Wende geht, ist bei *Rot* auffällig, dass der Vergangenheit mehr Raum überlassen wird.

Was die Trennung Deutschlands und die Wende anbelangt, wird der Leser vorwiegend mit den Ansichten der ehemaligen Mitglieder der Studentenbewegung konfrontiert. Das Ende der DDR bedeutete für manche, selbst wenn sie gegen die autoritären, oft menschenfeindlichen Methoden der SED-Diktatur protestierten,

immerhin den Verlust der schönen Träume von einer Gesellschaft, wo die Verhältnisse nicht durch das Kapital bestimmt werden: „Mein Vater ist wie ein Fisch ans Land geschleudert worden, 89, die Wende, das war für ihn das Ende“ (TIMM 2001: 53), bestätigt Aschenbergers Sohn.

Doch die neue Generation, die die alten Linken für angepasst und konsumorientiert halten, sieht das anders: Der Autokonzern-Controller Ben stellt die Ideale von Lindes Generation in Frage, indem er sie ironisch mit der Situation in der ehemaligen DDR in Zusammenhang bringt:

Die Welt sollte anders sein – oder etwa nicht?
So wie die nette realsozialistische Zone früher? (TIMM 2001: 169)

Obgleich viele 68er nicht die Illusion hatten, dass der ostdeutsche Sozialismus erstrebenswert sei (Rudi Dutschke, der wichtigste Wortführer der Studentenbewegung, war gerade deswegen in die Bundesrepublik gekommen, weil die Meinungsfreiheit im Osten zu gering war), gab es auch kommunistisch-orthodoxe Gruppen, die die Politik der SED in Ostdeutschland weiterhin befürworteten. Daher wurden die Fehler und das Scheitern des Realsozialismus dieser Generation zur Last gelegt: Schließlich hätten sie gewollt, dass das ostdeutsche System, eine Diktatur, in der Bundesrepublik eingeführt werde.

Der Mord an dem Studenten Benno Ohnesorg im Juni 1967 durch den Polizisten Karl-Heinz Kurras während einer Demonstration in Berlin wird für viele als Auslöser der Radikalisierung der Studenten betrachtet. Nach den Erkenntnissen im Mai dieses Jahres, dass Kurras in Wirklichkeit ein Stasi-Agent gewesen sei, wird das Verhältnis zwischen Studentenbewegung und DDR wieder zur Sprache gebracht. Viele Stimmen glauben, dass die Geschichte anders verlaufen wäre, wenn die Wahrheit damals zum Vorschein gekommen wäre: Die Studenten hätten kein so gutes Bild von der DDR (und kein so schlechtes von der Bundesrepublik) gehabt und vielleicht wäre selbst die RAF nicht entstanden. Der Schriftsteller Peter SCHNEIDER – neben Uwe Timm der repräsentativste Schriftsteller der 68er – behauptet jedoch: „Am wenigsten überrascht [...] wäre wahrscheinlich Rudi Dutschke gewesen“ (2009: 53), der selber die Stasi gefürchtet habe und dessen „DDR-kritische Seite [...] in der westdeutschen Linken nie populär geworden“ sei (2009: 53).

Thomas Linde sowie Aschenberger und die gemeinsamen Freunde Edmond und Krause waren alle in den siebziger Jahren in der DKP. Doch 1999, als die Handlung von

Rot spielt, ist keiner mehr Mitglied der Partei. Bei diesen vier Lebensläufen werden vier verschiedene Erfahrungen der Enttäuschung sichtbar.

Aschenberger war zugleich Kommunist und Pazifist, was nicht lange geduldet wurde, denn der „Klassenkampf [kann] immer auch in einen militärischen münden“ (TIMM 2001: 109) und man müsse bereit sein, zum richtigen Zeitpunkt gegen die „Schweine“ zu kämpfen, also Gewalt mit Gegengewalt zu begegnen. Obwohl Aschenberger aufgrund des Radikalenerlasses verboten wird, in der Bundesrepublik als Lehrer zu arbeiten, wird er eines Tages aus der Partei ausgeschlossen, angeblich weil man ihm unterstelle, ein CIA-Spitzel zu sein, tatsächlich aber, weil er die Politik in der DDR anlässlich der Ausbürgerung Wolf Biermanns kritisiert hat. Linde erinnert sich, dass sie bei dieser Gelegenheit protestiert und eine Resolution unterschrieben hatten, „wozu hier im Westen kein Mut gehörte“ (TIMM 2001: 109). Es folgten Reibungen zwischen ihnen und der Parteileitung sowie der Ausschluss Aschenbergers, der sich jedoch weiter solidarisch verhalten habe. Bis ans Ende seiner Tage ist er seinen Idealen konsequent gefolgt: Er lebte in einer kalten, unbequemen Souterrainwohnung, umgeben von linker Literatur und schlug sich mit politisch geprägten Stadtführungen durch, bei denen er Ausflugsgruppen historisch bedeutsame Orte in Berlin zeigte. Zum Zeitpunkt seines Todes galt seine größte Enttäuschung jedoch nicht dem Kommunismus oder der misslungenen Erfahrung dieser Ideologie in Ostdeutschland, sondern der gleichgültigen Gesellschaft der neunziger Jahre, in der er eine Remilitarisierung witterte. Die immer häufigeren Auslandseinsätze der Bundeswehr beunruhigten ihn, denn er sah darin alle Voraussetzungen für die Wiederholung des Szenarios von 1933. Deshalb sei es nötig, ein Zeichen zu setzen, indem man ein hässliches, militaristisches Nationalsymbol wie die Berliner Siegessäule in die Luft sprengt.

Beschließt der um 1968 pazifistische Aschenberger, den Weg der Gewalt (wenngleich nur gegen Sachen) einzuschlagen, so steht das Leben des einst linksextremen Edmond, Gründers der „Romanistischen Roten Zellen“, im völligen Widerspruch mit seinen früheren Ideen. Lange vor seinen Rotweinmillionen hat er irgendwann festgestellt, dass die Revolution auch voller Widersprüche ist. Anlässlich eines Nicaragua-Aufenthaltes habe er gesehen, wie die *Comandantes* bei einer Nationalfeier von schönen jungen Frauen begleitet waren, während er, der nicht weit entfernt von ihnen saß, von Leibwächtern rausgeschmissen wurde, ohne Fragen stellen zu dürfen: „Fragen war Majestätsbeleidigung. [...] So früh sind die Revolutionäre

verkommen. Hatten Macht, und Macht macht geil. Und für diese Säcke haben wir uns den Hintern aufgerissen“ (TIMM 2001: 414). Was die DDR betrifft, verteidigt er Honecker – „ein kleiner, mieser Bürokrat“, der aber „den Sozialismus verteidigen“ (TIMM 2001: 389) wollte, ein Sozialismus, der an einem „nicht auflösbare[n] Widerspruch“ gescheitert sei: Gleichheit und Freiheit seien nicht zusammen zu bringen.

In Ostdeutschland fehlte es zwar an Freiheit, so dass die Bürger die Partei nicht kritisieren und Intellektuelle auf die Widersprüche nicht hinweisen durften. Im Westen hingegen war es der Mangel an Gleichheit, gegen den sich die Studenten auflehnten. Zugleich ermöglichte aber gerade dieser Mangel Edmond, ein Vermögen zu erwerben, während es vielen Menschen in anderen, ärmeren kapitalistischen Ländern wirtschaftlich schlechter ging.

Ein weiterer Vertreter dieser Generation in *Rot* ist ein Deutschlehrer, der Protagonist des ersten Romans von Uwe Timm. In *Heißer Sommer* (1974) politisiert sich der am Anfang ziemlich gleichgültige Germanistikstudent Ullrich Krause allmählich, in einem Lernprozess, der an einen Bildungsroman erinnert: Er wird Mitglied des SDS, bricht dann das Studium ab und beginnt, in einer Fabrik zu arbeiten, später tritt er der DKP bei, um sich schließlich zu entscheiden, den von Rudi Dutschke so oft propagierten „Marsch durch die Institutionen“ als Lehrer zu unternehmen. Er taucht in *Rot* wieder auf, als Linde und seine Freundin einen kleinen Ausflug außerhalb Berlins machen, nach einer kleinen Stadt, wo Krause mit seiner Frau wohnt und an der Schule tätig ist. Von den 16.500 Einwohnern von Anklam seien dreißig Prozent Arbeitslose. Dass dieser „Westler“ freiwillig dahin zieht, um sich mit den realen Lebensbedingungen der Ostdeutschen zu solidarisieren, hängt mit seiner Bilanz der Studentenbewegung und der DDR zusammen: „Hab doch immer den realen Sozialismus verteidigt, [...] das ist jetzt so was wie eine Korrektur, nein, Buße, um vor Ort die Vorurteile abzubauen, alte wie neue, positive wie negative“ (TIMM 2001: 330).

In den siebziger Jahren fuhr die damalige Frau von Thomas Linde einmal mit einer Delegation der Kommunistischen Partei nach Ostdeutschland, um zu sehen, dass „Der Sozialismus [...], weil die Produktionsmittel verstaatlicht waren, dem Kapitalismus geschichtlich um eine Epoche voraus [war], jedenfalls im Prinzip“ (TIMM 2001: 263). Obwohl die Gruppe Sympathisanten äußerst gut aufgenommen worden sei, zeigte sich sehr deutlich, dass das Profil der meisten westdeutschen Linken eher einen Gegensatz zu der Weltsicht der Genossen im Nachbarland bildete: Der Unterrichtsstil erschien

einem Lehrer so autoritär, dass er an die Nazizeit habe denken müssen. Auch was Mode und Aussehen angeht, habe es schon damals Unstimmigkeiten gegeben, als ein „kommunistischer High-Society-Friseur aus Hamburg“ die Ehefrau eines SED-Politikers durch eine Frisur „westlich verstümmelt“ (TIMM 2001: 264) habe. Doch die endgültige Desillusionierung kam für den Erzähler mit dem Prozess gegen den ehemaligen Generalsekretär der SED, Erich Honecker, bei dem er Anfang der neunziger Jahre zum Teil anwesend war. Bei dieser Gelegenheit lernte er eine Lehrerin aus der ehemaligen DDR kennen, die ihm ihre Lebensgeschichte erzählte: Sie habe ihre Arbeit verloren und sei sogar inhaftiert worden, weil sie mehrere Versuche unternommen habe, die Tochter, die einst in den Westen geflüchtet sei, in Hamburg zu besuchen. Plötzlich stellt er fest, dass er zur Zeit seiner Mitgliedschaft in der DKP, obwohl man häufig von Rechtsverletzungen in der DDR erfuhr, eben über solche Lebensläufe hinweg sah. Linde, der schon seit Jahren nicht mehr aktiv in der Partei ist, sieht diesen Moment als Zäsur seines politischen Daseins:

Das war für mich die Ablösung, erst jetzt, gute zehn Jahre, nachdem ich mein Parteibuch nicht turnusmäßig umgetauscht hatte, also ausgetreten war, hatte ich mich endgültig verabschiedet. Etwas war zu Ende gegangen, etwas Neues würde beginnen. (TIMM 2001: 410)

Ein paar Jahre später jedoch taucht er in eine Lebenskrise ein. Die Gewissheit des Absurden und des Sinnlosen im Leben und Tod, die so viele in den modernen Konsumgesellschaften durch Unterhaltungsmöglichkeiten aller Art verdrängen, suchen ihn nicht zuletzt wegen seines Berufes heim. Linde beschließt daraufhin, „Ballast abzuwerfen“, menschlichen wie materiellen, also von allem eine gewisse Distanz zu bewahren und das Wort Hoffnung aus seinen Reden (und aus seinem Leben) zu streichen. Aber er „hat sich durchaus noch einige [...] Utopien bewahrt“ (JAHRAUS 2007: 174) und als der politisch engagierte Aschenberger wieder auftaucht, erinnert sich Linde an das eigene frühe Engagement. Die selbst-eingeredete Gleichgültigkeit treibt ihn in eine weitere Krise und löst somit einen Konflikt aus. Es kann nur daran liegen, dass er den Kontakt zum Politischen, seiner bisherigen Orientierung, verloren hat, wie Joanne Leal bei dem Erzähler von *Johannisnacht*, auch einem 68er, feststellt. Allerdings kann der Protagonist von *Rot* diese zweite Krise nicht überwinden, so dass sie in seinen Tod mündet. Lindes Widersprüche und Probleme sind offenbar generationsbedingt.

Die Kulturwissenschaftlerin Aleida Assmann bezieht sich gern und oft auf Wilhelm Pinder, der in den zwanziger Jahren das Zusammenleben verschiedener

Generationen als „Ungleichzeitigkeit des Gleichzeitigen“ (PINDER apud ASSMANN 2006: 18) bezeichnet hat, zumal die gleich erlebte Zeit von Verschiedenaltrigen als andere Zeit wahrgenommen wird. Obwohl sich in *Johannisnacht* die Deutschen prinzipiell in die Kategorien „Ossis“ und „Wessis“ einordnen, ist die Generationenabgrenzung unter den Westdeutschen schon zu erkennen: Außer den 68ern – dem Erzähler, dem Komponisten, dem Beerdigungsredner –, die ihr Dasein und die Welt als Politikum begreifen, treten auch Angehörige der vorangegangenen Generation auf, die noch Kriegserinnerungen haben, wie die Verkäuferin vom Lebensmittelgeschäft und die alte Frau, mit der der Erzähler in der S-Bahn fährt, während die neue Generation, vertreten von Tina und dem deutsch-amerikanischen Studenten, für eine Abkehr vom Politischen und für die Mediatisierung von zwischenmenschlichen Beziehungen steht.

In *Rot* hat die generationelle Bestimmung eine zentrale Bedeutung. Die ab den sechziger Jahren Geborenen spielen eine noch wichtigere Rolle als im vorherigen Roman, indem sie ein Gegengewicht zu den 68ern bilden. Die Eltern der Letzteren sind ebenfalls als sehr deutlich konturierte Generation zu erkennen, nämlich die, die das Land nach dem Krieg wieder aufgebaut hat. Der Dialog zwischen der Generation des Erzählers und dem Nachwuchs findet vor allem dadurch statt, dass seine zwanzig Jahre jüngere Freundin, die Lichtdesignerin Iris, ständig Fragen über seine Vergangenheit stellt, wobei er ihr außer vielen Anekdoten die Träume und Ziele der Studentenbewegung erzählt. Allerdings will und kann sie seine Ansichten nicht teilen: Die schöne, lebenslustige Aufsteigerin hat sich den beruflichen Erfolg schwer erkämpft, erstellt ihren eigenen Markt durch gut ausgewählte soziale Kontakte und Selbstmarketing, im Gegensatz zu dem Beerdigungsredner, der zwar aus gutbürgerlichen Verhältnissen stammt, aber, statt an der eigenen Karriere zu arbeiten, sich sein ganzes Leben mit kurz befristeten Jobs durchgeschlagen hat. Wie Oliver JAHRAUS schreibt: „Er richtet sich ein, aber er etabliert sich nicht“ (2007: 174).

Auf der Rückfahrt von Anklam haben Linde und Iris eine Meinungsverschiedenheit, als sie ihm ihren negativen Eindruck von der Stadt gesteht: „deprimierend, dieser Osten“ (TIMM 2001: 331). Er erwidert bitter, deprimierend sei der Westen, wo der Wert des Menschen von dem, was er besitzt, abhängt und wo das Alte, ohne untauglich geworden zu sein, erbarmungslos durch Neues ersetzt wird. Die Beziehung scheitert also nicht nur an dem Tod Lindes: Obwohl sich Iris für seine

Vergangenheit interessiert, was an ihrer Liebe für ihn liegt, kann sie den Freund nicht verstehen, denn beide vertreten grundsätzlich unterschiedliche Werte und Weltsichten. Während sie für den Schein und die Oberfläche, für Körperlichkeit, für das Licht und die Erneuerung steht, hängt er an der Essenz und der Tiefe, am Idealen, an der Dunkelheit und an alten Sachen, die Bedeutung und Geschichte in sich bergen.

Iris hat eine Freundin, eine türkische Zahnärztin, die kommunistisch ist und Linde ideologisch viel näher steht. Das macht Iris eifersüchtig: Sie fühlt sich ausgeschlossen, zumal sie dem Verein der „Weltverbesserer“ nicht selber angehört. Während der häufigen Gespräche über Politik und Gesellschaft, in Anwesenheit Bens und Iris', erkennt Linde in Nilgün seine eigene Empörung vor zwanzig, dreißig Jahren wieder. Wenn von dem Scheitern des Sozialismus die Rede ist, äußert sie den Glauben, dass das keine endgültige Niederlage sei: „Man muß neu anfangen, lernen aus den Fehlern“ (TIMM 2001: 169). Auch unter den Jüngeren gibt es also Menschen, die sich für eine gerechtere Welt einsetzen, aber im Fall Nilgüns eben solche, die in keiner Wohlstandswirtschaft wie der Bundesrepublik geboren wurden. Die meisten Angehörigen der jungen Generation in Deutschland gelten als a-politisch und, wenn nicht gleichgültig, so zumindest hilflos und nicht als Gruppe artikuliert, wie es die Jugend in den sechziger und siebziger Jahren gewesen ist.

In dem Roman *Halbschatten*, den Uwe Timm als letzten Teil seiner Trilogie angekündigt hat, nimmt die Gegenwart nur noch einen geringen Teil der Handlung ein: Sie wird auf den Erzählrahmen reduziert. Der Autor greift diesmal bis in die deutsche Geschichte des 19. und 18. Jahrhunderts zurück und sucht sich dafür ein aussagefähiges Theater, den Invalidenfriedhof, den ältesten Berlins: „An diesem Ort [...] liegt die deutsche, liegt die preußische Geschichte begraben, jedenfalls die militärische“ (TIMM 2008: 9).

Dort treffen sich ein Stadtführer und ein Mann, der Erzähler, der besonderes Interesse an einer hier bestatteten Frau, der Fliegerin Marga von Etzdorf, hat: Die 1907 in Berlin Geborene nahm sich 1933 in Syrien das Leben, was bei dem Erzähler Fragen nach ihren Gründen hervorruft. Während er und der „Graue“ die Wege des Friedhofes ablaufen, hören sie die Stimmen der Toten, einer Mischung aus preußischen und nationalsozialistischen Militärs mit Widerstandskämpfern, die über ihr jeweiliges Leben vor sich hin reden. Margas Geschichte wird von ihr selbst und von Amandus Miller erzählt. Miller war ein Schauspieler, der während des Zweiten Weltkrieges Soldaten an

der Front unterhielt und ebenfalls auf dem Invalidenfriedhof begraben liegt. Er lernte Marga 1931 in Hiroshima kennen, als sie als erste Frau alleine von Europa nach Japan geflogen war und bei dem deutschen Konsul Christian von Dahlem die Nacht verbrachte: Nur durch einen dünnen Vorhang getrennt, erzählten sie und Dahlem im Halbschatten einander ihr Leben. Marga verliebte sich in ihn. In der darauffolgenden Zeit erleidet die Fliegerin einige Unfälle, bis ihre kleine Maschine *Kiek in die Welt*, in die sie ihr ganzes Kapital investiert hatte, zu Schrott wird. Ohne Flugzeug und ohne Geld ersuchte sie Dahlem um Rat. Er setzte sie in Kontakt mit einem Waffenproduzenten, einem Mitglied der Hitler-Regierung, der Marga für ihr neues Unternehmen, einen Australien-Flug, eine Maschine zur Verfügung stellte. Diesmal ging es um ein Propagandaprojekt für die „nationale [...] Erhebung“ (TIMM 2008: 232). Auf dem Weg sollte Marga potenziellen Käufern in Syrien eine Maschinenpistole zeigen sowie mit einer Kamera Aufnahmen von strategischen Anlagen entlang der Strecke machen. Beim Abschied hatte sie von Dahlem die Bestätigung erhalten, dass er sie nicht liebte: Er würde mit einer anderen Frau nach Mexiko ziehen. In Syrien erlebte sie ihre dritte Bruchlandung, diesmal wegen eines dilettantischen Fehlers, und erschoss sich Minuten später. Die Lebensgeschichten von Miller und Dahlem dauerten bis zum Zweiten Weltkrieg fort, wo jeder von ihnen verschiedene Rollen spielte.

Die gegenwärtige Zeit, als der Erzähler und sein Begleiter über den Friedhof laufen, hat keine größere Bedeutung; es könnte ebenso gut 1999 wie 2008 sein, denn der Schwerpunkt liegt auf der Vergangenheit, auf den Existenzen von denjenigen, die auf dem Invalidenfriedhof begraben sind, auf ihrer Teilnahme an der deutschen Geschichte. Keiner von ihren Lebensläufen überschreitet das Jahr 1945, als die letzten Toten dort bestattet wurden: „Ende April, also ein paar Tage vor Kriegsende, hat die Gestapo noch Widerstandskämpfer erschossen. Die Leichen lagen in den Trümmern und wurden Tage später hier begraben“ (TIMM 2008: 73).

Die verschiedenen Zeitschichten, die nirgendwo anders besser als auf einem Friedhof vertreten sind, verweisen auf die Formel der ungleichzeitigen Gleichzeitigkeit beim Zusammentreffen verschiedener Generationen und betonen, dass „auf konzentriertem Raum [...] Geschichte immer schon geschichtet als Resultat wiederholter Umformungen, Überschreibungen, Sedimentierungen [ist]“ (ASSMANN 2007: 111-112).

Weitere historische Schichten auf diesem von der preußischen Vergangenheit geprägten Friedhof sind die Teilung Deutschlands und die Wende. Anders als in

Johannisnacht und *Rot*, wo diese Ereignisse durch die Lebensberichte der Figuren zum Vorschein kommen, stellt sie der Autor in *Halbschatten* auf eine andere Ebene, bei der sie eine eher szenische als erzählerische Funktion erfüllen: Sie werden also nicht episodisch dargestellt, sondern sind materiell in diese Fläche Berlins eingraviert, werden im Konkreten, Räumlichen sichtbar. Der Friedhof ist als Bühne zu betrachten, worauf das Drama der Geschichte gespielt hat. Als Gedenkstätte unter Denkmalschutz erlebt er eine Umformung ihrer ursprünglichen Funktion und eine Sedimentierung neuer Inhalte:

Unmittelbar vor ihrem [Marga von Etzdorfs] Grab verlief die Berliner Mauer. (TIMM 2008: 74)

[...] alte Grabsteine, viele durch Einschüsse und Bombensplitter beschädigt [...]. Früher war der Friedhof militärisches Sperrgebiet. Die Mauer, die Ost und West teilte, verlief am Ufer des Kanals. Hinter der Mauer waren die Grabsteine für ein freies Schussfeld entfernt und ein Sandstreifen aufgeschüttet worden [...]. Die Spuren sollten Flüchtende verraten. Einige der umgeworfenen Grabplatten waren mit Holzplanken bedeckt worden, hier patrouillierten die Grenzsoldaten [...]. Dann fiel die Mauer [...] und nach der Vereinigung von Ost und West war auch dieser Friedhof wieder zugänglich. (TIMM 2008: 7-8)

Aleida ASSMANN schreibt, dass die Berliner Mauer „im Zeitalter des Kalten Krieges zur Mitte Deutschlands, Europas und einer zweigeteilten Welt wurde“ (2007: 132). Der Invalidenfriedhof kann insofern als Metonymie von dieser Teilung gesehen werden, denn er selbst wurde durch die Mauer geteilt. Dort starb auch der erste Mensch beim Fluchtversuch vom Osten in den Westen (TIMM 2008: 74). „Der Graue“ scheint zu vermuten, dass das durchaus heterogene Profil des Friedhofes kein Zufall ist, sondern mit etwas wie einer eigenen Identität zusammenhängt, die keine andere als die verschiedenartige Vergangenheit der deutschen Nation ist.

Ist es Zufall, dass an diesem Ort, dem Invalidenfriedhof, wo all die Militärs liegen, die letzten Kämpfe stattfanden? Dass er zerstört, später durch die Mauer getrennt wurde? Alles hat sich hier versammelt, die Schlachtenlenker, die Helden der Lüfte, die Widerstandskämpfer, Reaktionäre und Reformen, Demokraten und Nazis. (TIMM 2008: 73)

Viele vereinigen sich unter dem gemeinsamen Boden und unter einem gemeinsamen Nenner: Der frühere „Heldenfriedhof“ sei in Wirklichkeit „ein Ort der Gewalt“ (TIMM 2008: 74). Entweder wurden diejenigen, die dort liegen, umgebracht oder sie haben andere zuvor getötet oder aber haben selbst, wie es im Fall Marga von Etzdorfs zutrifft, Selbstmord begangen. Mit dieser Idee wiederholt sich in *Halbschatten* ein Muster, das bereits in *Johannisnacht* vorkommt und in *Rot* noch stärker auftritt: Es

gibt bestimmte Orte, die ein „Schnittpunkt vieler geschichtlicher Linien“ (TIMM 2001: 306) sind, wie der Reichstag, die Siegessäule und eben der Invalidenfriedhof. Durch inhaltliche Gestaltung bzw. ästhetische Bearbeitung erhalten Nationalsymbole eine neue Bedeutung und werden zu Gedenkstätten. Sie bekommen ein eigenes Gesicht und erwachen von bloßem, unbeweglichem Raum zu Leben, bewegen also selbst etwas, und zwar unsere Sensibilität, unsere Erinnerung.

So deutet der verhüllte Reichstag in *Johannisnacht* auf die Verwandlung Deutschlands, die einer historischen Zäsur wie der Wiedervereinigung folgt und die Hoffnung auf Neues, Besseres birgt. Nichts anderes hatte Aschenberger mit der Sprengung der Siegessäule vor: „Als Ruine soll sie an die ruinöse deutsche Geschichte erinnern und zugleich Mahnung sein“ (TIMM 2001: 104). Thomas Linde hat begriffen, was der Freund im Sinne hatte: ein „Verschönerungsprogramm [...], so wie auch die Kaiser-Wilhelm-Gedächtniskirche durch ihre Zerstörung verschönert wurde“ (TIMM 2001: 363). Es stellt sich das Problem, woran und wie erinnert werden soll; das Problem also, dem Assmann anhand der umstrittenen Debatten um das Berliner Stadtschloss nachgeht.³ Wer den Invalidenfriedhof nicht kennt, kann sich jetzt spontan vorstellen, was zu den so vielfältigen Gräbern am besten als „historische Dekoration“ (TIMM 2008: 255) passt und tatsächlich da ist:

Nach der Wende wurde die Mauer abgerissen, jetzt ist, zu Füßen von Marga von Etzdorf, ein Stück der Mauer wieder aufgebaut worden. [...] keine drei Meter entfernt, blickt sie sozusagen auf dieses Mauerstück. (TIMM 2008: 74)

Die fernere und nähere Vergangenheit sowie die Gegenwart des Landes ist für Uwe Timm – wie die Romane seiner Trilogie – als Zusammenhang zu verstehen. Deshalb wird der Leser auch Thomas Linde und Aschenberger im Invalidenfriedhof begegnen und Hinweise und Bestätigungen über diese Figuren erhalten. Beiden soll der Invalidenfriedhof nur ein Ort für den Durchgang sein, denn dort habe niemand mehr Platz. Linde „wandelt hier noch ein wenig herum“ (TIMM 2008: 65) und friert, weil er eigentlich noch im Kühlfach liegt. Aschenberger, erst seit zehn Tagen tot, ist auch noch im „Zwischenreich“. Der Graue erzählt etwas über den Verstorbenen und stellt die

³ Als *Geschichte im Gedächtnis* erschien, stand noch nicht fest, ob der Palast der Republik zugunsten des Projekts für den Wiederaufbau des Berliner Stadtschlusses tatsächlich abgerissen werden sollte. Assmann listet die Argumente für die Rekonstruktion des preußischen Baus und die für die Erhaltung der DDR-Volkskammer auf, die schließlich entfernt wurde.

Verbindung zwischen dem Nationalsymbol, das er zerstören bzw. umdeuten wollte, und dem Invalidenfriedhof her:

Er wollte ein Symbol sprengen, das seine Bedeutung auch von hier, von diesem Ort, von den hier Versammelten bekommt. Die Siegestsäule. Sprengen wollte er sie, wegen ihrer Verherrlichung von Gewalt und Krieg (TIMM 2008: 92).

Aschenberger behauptete, die militärisch-nationalistische Symbolik der Siegestsäule sei an beiden Weltkriegen schuld. Eine ähnliche Rolle spielt der Invalidenfriedhof: Als Ort, wo seit dem 18. Jahrhundert Gewalt und Krieg verherrlicht werden, enthält auch er, mit seinen prächtigen Gräbern zu Ehren preußischer und nationalsozialistischer „Kriegshelden“, die Keime der Gewalt, nämlich ein militaristisches Nationsbild, das zu Blutvergießen führte.

Aber warum hat sich Marga von Etzdorf erschossen, warum liegt sie „unter all diesen Männern, diesen Militärs“ (TIMM 2008: 9)? Nach den überlieferten Tatsachen wollte sie sich die Schmach ersparen, nach dieser dritten Bruchlandung ihre Fliegerkarriere abschließen zu müssen, doch durch Timms Fiktion hat der Erzähler die Chance, neue Antworten auf die erste Frage zu erhalten, denn die Fliegerin und der Kabarettist Miller schließen historische Lücken mit neuen „Informationen“. Die Tote spricht über ihre Gefühle und Wünsche, so dass sich zum Schluss zwei andere mögliche Gründe ergeben. Der Friedhofsführer und sein Begleiter vermuten, dass es an unglücklicher Liebe gelegen haben kann, aber der Erzähler wünscht sich, dass sich die 25jährige, ihre Zusage auf den Spionageauftrag für die Nazis bereuend, das Leben genommen hätte, um ihre Ehre zu retten:

Nein. Es war Stolz. Würde. Etwas, was mehr und mehr verloren geht. Ein Beispiel geben. Beispielhaft für sich selbst, zugleich auch für andere. Etwas, was uns empört, etwas, was wir nur mit dem Letzten, dem Äußersten deutlich machen können. Was jeden Kleinsinn in Frage stellt. Die radikale Freiheit in Anspruch nimmt, Ich zu sein. Die Größe in der Selbstbestimmung (TIMM 2008: 245)

Die Wolkensammlerin, die uns Timms Roman vor Augen treten lässt, hatte das Fliegen als Kriegsmanöver verabscheut und war für sich selbst geflogen, sie gehört also nicht an den „Ort der Gewalt“. Ihr Suizid ist vielleicht ein Zeichen, dass sie sich eben dieser Gewalt entziehen wollte, dass sie die Freiheit nicht aufgeben wollte, ihre Luftlinie im Leben selbst zu bestimmen.

Auch in *Rot* wird der Tod des Protagonisten von einer politisch-existenziellen Sackgasse verursacht. Zwar heißt es nicht offensichtlich, Thomas Linde habe sich das

Leben genommen, doch man kann vermuten, dass er seinen „nicht auflösbaren Widersprüchen“ zwischen den alten Idealen und den heutigen Zwängen nach Anpassung – u.a. Iris' Schwangerschaft – erlag.

Johannisnacht, *Rot* und *Halbschatten* sind durch ihre Mehrstimmigkeit verbunden. Sie ist nicht nur in mehreren Ebenen des Erzählten als Kompositionsprinzip zu finden, sondern stellt sich auch als epistemologischer Literaturansatz des Autors heraus. Verschiedene Stimmen äußern verschiedene Standpunkte über die gleichen Sachverhalte: Ost- und Westdeutsche, Ältere, Jüngere, Frauen, Männer, Ärmere, Reichere, Handwerker, Intellektuelle, Politiker, Unternehmer, Opportunisten, Aussteiger, Opfer, Täter, Tote, Lebende bieten einen möglichst breiten und umfassenden Überblick an.

Das spiegelt sich ebenfalls im Verständnis der Tätigkeit des Autors als Prozess wider. Ein Beispiel ist, dass Timm seine Leser mit nicht-literarischen Diskursen konfrontiert: Seit seinem Erinnerungsroman *Am Beispiel meines Bruders* (2003) zieht er Briefe, Zeitungsartikel, wissenschaftliche und historische Dokumente sowie sonstige Berichte heran, was eine textuelle Hybridität in sein Werk einführt. Seine letzten Bücher, *Der Freund und der Fremde* (2005) und *Halbschatten*, enthalten einen Anhang mit Literaturquellen. So entfernt sich Uwe Timm vom Bild des Autors als Autorität, der die Gesellschaft durch exzeptionelle Fähigkeiten belehren oder durch sein instinktives Gefühl deuten kann. Stattdessen vereinbart der Autor die Funktion des Künstlers, der seine Umwelt mit kreativen Anstößen versorgt, mit der eines Forschers, der nicht isoliert arbeitet, sondern gemeinsam mit anderen die historischen und gesellschaftlichen Zusammenhänge seiner Epoche zu begreifen versucht.

Wilfried Barner schrieb in seiner *Geschichte der deutschen Literatur von 1945 bis zur Gegenwart*, dass Uwe Timm seine anfängliche Position der 70er Jahre konsequent weiterentwickelt habe: Noch immer lehne er die um ihrer selbst willen experimentelle Literatur ab, setze sich vielmehr für einen subjektiven Realismus ein, der Einsichten in die gesellschaftlichen Verhältnisse ermögliche. Statt jedoch an der Studentenbewegung hängen zu bleiben, habe der Autor „neue Stoffschichten aufgearbeitet, an deren Widerständen sich seine Protagonisten reiben [...]“ (BARNER 1994: 605), und seine Darstellungsmittel vielfältig variiert.

Daran schließt Andreas Kilb an, der „in Timms Schaffen [...] einen Motivstrang [erkennt], der schnurgerade auf ‚Halbschatten‘ zuführt“ (KILB 2008), selbst wenn viele

gedacht hätten, dass sich der Chronist der Studentenbewegung für „alles Militärische, Kriegsgeschichtliche, Heldengedenktagshafte“ (KILB 2008), was im letzten Roman auftritt, niemals interessieren würde. Die Geschichtsrecherche läge jedoch schon *Morenga*, *Die Entdeckung der Currywurst* und zuletzt *Am Beispiel meines Bruders* zugrunde. Kilb stellt Timm noch andere 68er gegenüber, die im Jubiläumsjahr 2008 eher zu erklärenden Rückblicken neigten, während sich der Autor von *Halbschatten* einer Vergangenheit zuwende, die „man nicht erklären, sondern immer nur aufs Neue enträtseln kann“ (KILB 2008).

Die undogmatische Haltung Timms lässt Gesellschaft und Geschichte nicht als etwas Vorgegebenes oder Homogenes auftreten, wie es im historischen Roman in auktorialer Perspektive der Fall war. Sie werden stattdessen als Konstrukt, als Ergebnis von verschiedenen Lebensbilanzen und entsprechenden Diskursen aufgefasst. All dies verleiht dem Autor seinen postmodernen Status, der das Politische keinesfalls ausschließt – im Gegenteil: Gerade darin besteht der Schlüssel zu progressiver politischer Reflexion, denn ohne die ästhetischen Voraussetzungen ist die politische Handlung nicht möglich.

Literaturverzeichnis

ASSMANN, Aleida. *Generationsidentitäten und Vorurteilsstrukturen in der neuen deutschen Erinnerungsliteratur*. Wien, Picus, 2006.

ASSMANN, Aleida. *Geschichte im Gedächtnis*. München, C. H. Beck, 2007.

BARNER, Wilfried (Hrsg.). *Geschichte der deutschen Literatur von 1945 bis zur Gegenwart*. München, C. H. Beck, 1994.

GRUB, Frank Thomas. „Wende“ und „Einheit“ im Spiegel der deutschsprachigen Literatur. Berlin, de Gruyter, 2003.

JAHRAUS, Oliver. Totenrede und Roman. Zu Medientheorie und Erzähltechnik in Uwe Timms *Rot*. In: MARX, Friedhelm (Hrsg.). *Erinnern, Vergessen, Erzählen. Beiträge zum Werk Uwe Timms*. Göttingen, Wallstein Verlag, 2007, 173-188.

KILB, Andreas. Wenn wir Toten fliegen. In: *Frankfurter Allgemeine Sonntagszeitung*. Frankfurt, 31.08.2008.

LEAL, Joanne. 'Berlin – still a divided city?' – Ideological dualism in post-Wende fiction. In: *German as a foreign language* 1, 2003, 30-44. <http://www.gfl-journal.de/> (25.05.2009).

NEUHAUS, Stefan. *Revisionen des literarischen Kanons*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 2002.

SCHNEIDER, Peter. Ein armer, aggressiver Tropf – Der 2. Juni 1967 in neuem Licht. In: *Spiegel*. Hamburg, 25.05.2009, 22.

TIMM, Uwe. *Heißer Sommer*. München, DTV, 1998.

TIMM, Uwe. *Johannisnacht*. München, DTV, 1998.

TIMM, Uwe. *Rot*. Köln, Kiepenheuer & Witsch, 2001.

TIMM, Uwe. *Am Beispiel meines Bruders*. München, DTV, 2005.

TIMM, Uwe. *Der Freund und der Fremde*. München, DTV, 2007.

TIMM, Uwe. *Halbschatten*. Köln, Kiepenheuer & Witsch, 2008.

Transpondo muros: Escritas da violência na República Democrática Alemã

Elcio Loureiro Cornelsen¹

Abstract: Considering the works “*Zeit-Zeugen*”. *Inhaftiert in Berlin-Hohenschönhausen* (1996), edited by Gabriele Camphausen, *Folterzelle 36 Berlin-Pankow. Erlebnisbericht einer Stasihaft* (1993) by Timo Zilli, *Ein guter Kampf. Fakten, Daten, Erinnerungen 1945-1954* (1998) by politician Ewald Ernst, *Die Stasi war mein Eckermann: oder mein Leben mit der Wanze* (1991) by writer Erich Loest, and *Geboren am 13. August. Der Sozialismus und ich* (2004) by journalist Jens Bisky, the aim of this article is to sketch a brief study on the diverse forms and phases of the violence as an instrument of power, practiced by the State of the SED in the German Democratic Republic in the 40 years of its existence, as well as discuss some theoretical aspects, focusing especially on the concept of “literature as testimony”. The five analyzed reports of auto-biographical nature adopt a crucially critical tone concerning the encroachments in a totalitarian State. “Overcoming Walls” in the 20 years after the Fall of the Berlin Wall, from this point of view, implies a denouncement attitude against forgetfulness concerning a traumatic past.

Keywords: Literature of Testimony; German Literature; German Democratic Republic; Violence; Totalitarianism.

Resumo: O objetivo do presente artigo é esboçar, a partir da interpretação das obras “*Zeit-Zeugen*”. *Inhaftiert in Berlin-Hohenschönhausen* (1996), organizada por Gabriele Camphausen, *Folterzelle 36 Berlin-Pankow. Erlebnisbericht einer Stasihaft* (1993), de Timo Zilli, *Ein guter Kampf. Fakten, Daten, Erinnerungen 1945-1954* (1998) do político Ewald Ernst, *Die Stasi war mein Eckermann: oder mein Leben mit der Wanze* (1991), do escritor Erich Loest, e *Geboren am 13. August. Der Sozialismus und ich* (2004), do jornalista Jens Bisky, um breve estudo sobre as diversas formas e fases da violência enquanto instrumento de poder, praticada pelo Estado do SED na República Democrática Alemã nos 40 anos de sua existência, e discutir especialmente alguns aspectos teóricos sobre o conceito de “literatura de testemunho”. Os cinco relatos analisados, de caráter memorialista e autobiográfico, se pautam por um tom decididamente crítico frente aos desmandos num Estado totalitário. “Transpor muros” nos 20 anos após a Queda do Muro de Berlim, desse ponto de vista, implica um olhar memorialista de denúncia contra o esquecimento frente a um passado traumático.

Palavras-chave: Literatura de Testemunho; Literatura Alemã; República Democrática Alemã; Violência; Totalitarismo.

Zusammenfassung: Ziel dieses Beitrags ist, anhand der Interpretation der Werke “*Zeit-Zeugen*”. *Inhaftiert in Berlin-Hohenschönhausen* (1996), herausgegeben von Gabriele Camphausen, *Folterzelle 36 Berlin-Pankow. Erlebnisbericht einer Stasihaft* (1993) von Timo Zilli, *Ein guter Kampf. Fakten, Daten, Erinnerungen 1945-1954* (1998) des Politikers Ewald Ernst, *Die Stasi war mein Eckermann: oder mein Leben mit der Wanze* (1991) des Schriftstellers Erich Loest, und *Geboren am 13. August. Der Sozialismus und ich* (2004) des Journalisten Jens Bisky, eine kleine Studie über die verschiedenen Formen und Phasen der

¹ Professor adjunto da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais; endereço eletrônico: cornelsen@letras.ufmg.br

Gewalt zu präsentieren, die vom SED-Staat in der Deutschen Demokratischen Republik in den 40 Jahren ihrer Existenz als Instrument der Macht angewandt wurde, und besonders einige theoretische Aspekte über den Begriff von „Zeugnisliteratur“ zu erörtern. Die fünf analysierten Berichte memorialistischer und autobiographischer Art beruhen auf einem entscheidend kritischen Ton bezüglich der Übergriffe in einem totalitären Staat. „Mauern überwinden“ in den 20 Jahren nach dem Fall der Berliner Mauer, aus diesem Blickwinkel betrachtet, impliziert eine memorialistische Sicht von Denunzierung gegen das Vergessen gegenüber einer traumatischen Vergangenheit.

Stichwörter: Zeugnisliteratur; Deutsche Literatur; Deutsche Demokratische Republik; Gewalt; Totalitarismus.

1. Introdução: transpondo muros para além de uma “Literatura da Virada”

O processo histórico que culminou com a Queda do Muro de Berlim em 09 de novembro de 1989 e com a conseqüente Reunificação alemã, oficialmente celebrada em 03 de outubro de 1990 – período da chamada *Wende* (“Virada”, “Transição”) –, como não poderia deixar de ser, tem tido reflexo sobre a produção literária na Alemanha. Neste ano de 2009, em que se comemoram 20 anos da Queda do Muro, busca-se, justamente, um balanço da “Literatura da Virada”. Como aponta Jörg MAGENAU (2009: 56), “o ‘annus mirabilis’ é um tema, mas com muitas facetas”. Na longa lista de obras que contemplam o tema da “Virada” figuram títulos recentes como *Die Nacht, in der die Mauer fiel* (2009; “A noite em que o Muro caiu”), uma antologia de recordações de escritores a respeito de suas vivências naquele dia histórico, *Amateure* (2009; “Amadores”), de Angelika Klüssendorf, uma antologia de contos em que a “Virada” é abordada ficcionalmente a partir das histórias trágicas de casais, ou ainda os romances *Helden wie wir* (1995; “Heróis como nós”) e *Wie es leuchtet* (2004; “Como brilha”), de Thomas Brussig, *Simple storys* (1998) e *Neue Leben* (2005; “Novas Vidas”), de Ingo Schulze, e *Der Turm* (2008; “A torre”), de Uwe Tellkamp.

Sem dúvida, a crítica alemã, em geral, considera Thomas Brussig e Ingo Schulze como os escritores que melhor têm trabalhado ficcionalmente a temática da “Virada” nos últimos 20 anos. Inclusive, suas obras representam uma das vertentes dentro do cenário literário alemão, mais precisamente a “literatura ostálgica”. Trata-se de uma vertente expressiva que se formou, sobretudo, em torno da maneira como jovens escritores, que nasceram e cresceram na antiga Alemanha Oriental, refletem sobre seu próprio passado. Alguns críticos de literatura falam pejorativamente de certa “ostalgia”

(*Ostalgie*, termo composto de *Ost* – Oriente – e *Nostalgie*, nostalgia), uma postura nostálgica ou apaziguadora em relação à vida na antiga Alemanha Oriental (CORNELSEN 2008b: 138). Nesse processo de elaboração literária, tudo depende das vivências de escritores no antigo Estado socialista. Aqueles que conseguem “fazer as pazes” com o passado vivenciado na RDA ou que criticam os rumos da sociedade alemã durante e após a “Virada” que reunificou o país valem-se do humor ou da ironia em suas obras, que acabam, de certo modo, enfraquecendo e, com isso, rasurando o caráter totalitário do regime do SED – *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands* (“Partido Socialista Unitário da Alemanha”). Tal postura fica patente, por exemplo, nas palavras do escritor Thomas Brussig que, ao tecer comentários sobre o romance *Am kürzeren Ende der Sonnenallee* (1999; “No extremo mais curto da Alameda do Sol”)² em entrevista concedida a Silke LAMBECK (1999), aponta o aspecto biográfico como fundamental para a elaboração de um quadro ficcional do passado na RDA, cujo norteador seria um sentimento nostálgico em relação à própria vivência em Berlim Oriental:

Minha infância se passou na RDA. Por isso, não devo me recordar de minha infância com prazer? Também escrevi "No extremo mais curto da Alameda do Sol" porque levei a sério a nostalgia. Ele se tornou um livro muito afetivo. Eu sempre dizia: ele deve se tornar um livro que, ao lê-lo, até mesmo alemães ocidentais sintam inveja de não terem tido permissão para viver na RDA. Já nessa pretensão há algo enviesado. Um historiador não deveria se ocupar desse livro.³

Todavia, desde o início dos anos 90, nota-se também outra tendência crescente no cenário literário alemão que, ao contrário da “ostalgie”, ressalta os traços violentos e repressivos, constitutivos do regime totalitário do SED. Trata-se da “literatura anti-ostalgie”, representada por escritores que, em geral, fizeram críticas ao regime e foram perseguidos, presos, ou até mesmo tiveram de deixar a República Democrática Alemã durante o período de sua existência, e que optam por construir um quadro sombrio da sociedade e do Estado. Embora figurem alguns romances entre as obras que representam a “literatura anti-ostalgie”, como *Froschkonzert* (1990; “Concerto do

² Título da tradução brasileira: *O charuto apagado de Churchill*, tradução. de Marcelo Backes, Porto Alegre, L&PM, 2005.

³ Meine Kindheit hat in der DDR stattgefunden. Soll ich mich deshalb nicht gern an meine Kindheit erinnern? Auch deshalb habe ich „Am kürzeren Ende der Sonnenallee“ geschrieben, weil ich die Nostalgie mal ernst genommen habe. Es wurde ein sehr liebevolles Buch. Ich habe immer gesagt: Das soll ein Buch werden, bei dem sogar Westler neidisch werden, dass sie nicht in der DDR leben durften. An diesem Anspruch ist ja schon etwas Schiefes. Ein Historiker sollte sich dieses Buch nicht vornehmen.

Sapo”) e *Nikolaikirche* (1995; “Igreja de São Nicolau”), de Erich Loest, *Magdalena* (1999), de Jürgen Fuchs, *Krokodil im Nacken* (2002; “Crocodilo na nuca”), de Klaus Kordon, e *Tod eines Spitzels* (2005; “Morte de um agente”), de Leon Preuss, o gênero predominante é o “relato de testemunho”, de caráter memorialista e autobiográfico.

Após a Queda do Muro de Berlim e a Reunificação alemã, foram publicados vários relatos de testemunho de vítimas do regime do SED, nos quais seus autores procuram, ao mesmo tempo, lidar com o passado traumático e denunciar os desmandos num Estado totalitário, cujas características eram a centralização do poder num partido único, fundamentado por uma ideologia de massa, o controle e a planificação da economia, o monopólio de armas, propaganda e informação, o controle da produção científica e cultural, bem como o emprego de aparelhos censores e repressores no combate a toda e qualquer opinião ou postura divergente. Não obstante o número significativo de publicações de relatos de testemunho ao longo dos últimos 20 anos na Alemanha, pouca atenção se tem dado a essa literatura em detrimento daquela que é apoiada pelo mercado editorial e seus instrumentos de divulgação – prêmios literários, feiras do livro, revistas especializadas etc. É esse aspecto que, justamente, nos levou, neste artigo, a optar pela análise de obras que pertencem à “literatura anti-ostálgica”.

A partir da interpretação das obras “*Zeit-Zeugen*”. *Inhaftiert in Berlin-Hohenschönhausen* (1996; “‘Testemunhos do tempo’. Detidos em Berlim-Hohenschönhausen”), organizada por Gabriele Camphausen, *Folterzelle 36 Berlin-Pankow. Erlebnisbericht einer Stasihaft* (1993; “Cela de tortura 36 Berlim-Pankow. Relato de vivência numa prisão da Stasi”), de Timo Zilli, *Ein guter Kampf. Fakten, Daten, Erinnerungen 1945-1954* (1998; “Uma boa luta. Fatos, datas, recordações 1945-1954”), do político Ewald Ernst, *Die Stasi war mein Eckermann: oder mein Leben mit der Wanze* (1991; “A Stasi foi meu secretário: ou minha vida com a escuta”), do escritor Erich Loest, e *Geboren am 13. August. Der Sozialismus und ich* (2004; “Nascido em 13 de agosto. O socialismo e eu”), do jornalista Jens Bisky, será apresentado, a seguir, um quadro contendo as diversas formas e fases da violência praticada pelo Estado na RDA, reconstruído a partir de textos memorialísticos e autobiográficos.

É importante salientar de antemão que tais textos diferenciam-se não só no modo como seus autores lidam com o passado a partir da vivência de eventos traumáticos (Weber in Camphausen; Zilli; Ernst) ou de um olhar memorialista (Bisky), como também por questões formais, onde se constata a associação entre relato e documento

(Zilli; Ernst; Loest), ou ainda pela implicação de fatores que dizem respeito a peculiaridades da própria prática repressiva e da burocracia na República Democrática Alemã que hoje colaboram para a reconstrução do passado naquele país (Zilli; Loest).

Como fundamentação teórica, lançaremos mão de conceitos oriundos dos estudos sobre a teoria do testemunho no âmbito da Literatura (FELMAN, GAGNEBIN, NESTROVSKI, SELIGMANN-SILVA, SENKMAN), em que figuram noções como “literatura de trauma” (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA), “cisão entre linguagem e evento” (SELIGMANN-SILVA, 2003: 46-47), as categorias de testemunho enquanto “*testis*” (testemunha; espectador), “*superstes*” (testemunha; sobrevivente) “e *martyros*” (mártir) (SELIGMANN-SILVA, 2003: 377-378), a necessidade de uma “ética da representação histórica” (SELIGMANN-SILVA, 2003: 74), entre outras. Cabe lembrar que, guardadas as devidas proporções, embora a teoria de testemunho (*testimony*; *Zeugnis*), nas últimas décadas, tenha sido desenvolvida a partir de discussões em torno do nazismo, da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, da Shoah como “evento-limite, a catástrofe, por excelência, da Humanidade e que já se transformou em *definiens* do nosso século” (SELIGMANN-SILVA 2000: 75), consideramos pertinente o emprego de seu arcabouço teórico também em estudos que enfocam as escritas da violência em regimes ditatoriais na segunda metade do século XX, como é o caso da RDA.

2. A Prisão de Hohenschönhausen e os “Testemunhos do Tempo”

As escritas da violência cometida pelo Estado contra possíveis dissidentes políticos na RDA estão intrinsecamente atreladas à própria história de seus aparelhos repressores e, sobretudo, das instituições prisionais. Sem dúvida, a mais significativa delas para um estudo dessa natureza é o *Lager- und Haftanstalt Berlin-Hohenschönhausen* (“Campo e Casa de Detenção Berlim-Hohenschönhausen”), localizado no n°. 66 da Genslerstrasse, no bairro berlinense de Hohenschönhausen. Originalmente, tratava-se de uma fábrica, cuja área foi vendida em 1938 à organização nazista NSV – *Nationalsozialistische Volkswohlfahrt* (“Bem Público Nacional-Socialista”), onde funcionava uma grande cozinha de assistência a pessoas carentes. Em 1945, o complexo de prédios que compunham a antiga fábrica foi transformado numa prisão pelas autoridades soviéticas, uma vez que ele não havia sido atingido pelos bombardeios (ERLER / KNABE 2008: 55-56).

Durante décadas, a Prisão de Hohenschönhausen foi centro de triagem e de perseguição penal política na Zona de Ocupação Soviética e, posteriormente, na RDA. Sua história pode ser dividida em três fases: a primeira delas remonta aos anos de 1945 e 1946, quando a Prisão de Hohenschönhausen foi utilizada pelo Governo de ocupação soviética como *Speziallager Nr. 3* (“Campo Especial nº. 3”), campo de internação de prisioneiros de guerra, com capacidade para 2.500 detentos; na segunda fase de sua história, de 1947 a 1951, a prisão foi funcionalizada como centro soviético de averiguação e prisão preventiva, ainda no período de ocupação; por fim, a terceira e mais longa fase dessa instituição prisional se estende de 1951 a 1989 como casa de detenção e averiguação administrada pelo *Ministerium für Staatssicherheit* (MfS – “Ministério de Segurança do Estado”). Hoje a antiga prisão é um Memorial – a *Stiftung Gedenkstätte Berlin-Hohenschönhausen* (“Fundação Memorial Berlim-Hohenschönhausen”; www.stiftung-hsh.de), fundado em 1995, com visitas públicas guiadas, geralmente, por pessoas que, no passado, estiveram lá detidas, e se tornou símbolo de uma justiça motivada e dominada politicamente. Pela dificuldade de investigação e pela quantidade de documentos destruídos sobre o seu funcionamento nas três fases, até hoje permanece incerto o número total de pessoas que estiveram detidas naquela prisão entre 1945 e 1989.

Não obstante a falta de tais dados, um significado especial no âmbito da investigação histórica é atribuído aos relatos de testemunho de ex-prisioneiros da Prisão de Hohenschönhausen, que complementam as pesquisas estatísticas e documentais. Seus depoimentos e informações revelam não só aspectos concretos e detalhes do funcionamento e da organização prisional em si, mas também as vivências traumáticas que deixaram marcas no próprio ato de reconstrução do passado através da memória. Como apontam NESTROVSKI e SELIGMANN-SILVA (2000: 7-8), “a catástrofe dificulta, ou impede a representação”, pois a “catástrofe é, por definição, um evento que provoca um *trauma*”. Os relatos de testemunho em geral pertencem, pois, à “literatura de trauma”, como ressalta NESTROVSKI (2000: 186), pois se trata de “representar o irrepresentável; resgatar, sem trair um evento latente na memória; redescobrir alguma força viva na língua, que nos torne capazes de testemunhar o que foi visto”. No caso específico deste estudo, os relatos de testemunho de ex-prisioneiros políticos auxiliam, portanto, na reconstrução daquilo que teria sido o cotidiano na Prisão de Hohenschönhausen e

revelam também o modo como dado evento traumático pode se inscrever no próprio processo de articulação discursiva pela memória.

Uma primeira coleção de relatos de testemunho foi organizada e publicada em 1996 por Gabriele Camphausen com o título “*Zeit-Zeugen*”. *Inhaftiert in Berlin-Hohenschönhausen* (“‘Testemunhos do tempo’. Detidos em Berlim-Hohenschönhausen”).⁴ Originalmente, essa coleção foi concebida como material de divulgação do Memorial, composto de apenas 60 páginas, incluindo 16 relatos de testemunho e várias fotos da prisão. Em termos de conteúdo, os relatos dão não só a dimensão das diversas fases históricas da instituição prisional, mas também dos diversos motivos que levaram as pessoas a serem detidas. Em geral, os relatos individuais revelam o sentimento de impotência, de abandono e de se estar numa situação indefesa diante da onipresença do aparelho de Estado.

A título de exemplo, selecionamos o relato de Sigrid Weber, que foi presa em abril de 1978 sob a acusação de espionagem. De 14 de abril de 1978 a abril de 1979 ela esteve detida na Casa de Detenção Berlim-Hohenschönhausen, e em 14 de fevereiro de 1979 foi condenada à prisão perpétua. Sigrid Weber cumpriu pena no Campo de Bautzen II, em Sachsen, até 14 de março de 1981, quando foi posta em liberdade ao ser trocada por outro prisioneiro que estava detido na Alemanha Ocidental. Ela era cidadã da República Federal da Alemanha e havia viajado por três dias para Magdeburgo, cidade da Alemanha Oriental, segundo ela, por ocasião de uma festa de família. No dia em que deixaria Magdeburgo, Sigrid Weber constatou que alguém mexera em seu automóvel e provocara algumas avarias, provavelmente ao tentar roubá-lo, e decidiu ir a uma delegacia local prestar queixa, pois pretendia apresentar à sua seguradora, em Hamburgo, o Boletim de Ocorrência. No caminho, foi detida por agentes da *Stasi*:⁵ “O motivo de minha detenção foi ‘suspeita de espionagem’. Meus sentimentos ficaram paralisados. O que se passava em meu íntimo, eu não consigo descrever. Era um outro mundo” (WEBER 1996: 51).⁶ Noutra passagem de seu relato, Sigrid WEBER (1996: 52) revela o abalo emocional que sofreu no período em que esteve detida, após seções

⁴ CAMPHAUSEN, Gabriele. “*Zeit-Zeugen*“. *Inhaftiert in Berlin-Hohenschönhausen*. Berlin, Westkreuz-Druckerei, 1996. Além disso, foi publicado em 2007 o livro *Gefangen in Hohenschönhausen. Stasi-Häftlinge berichten* (“Detidos em Hohenschönhausen. Prisioneiros da *Stasi* relatam”), organizado por Hubertus Knabe (Berlin, List Taschenbuch, 2007), atual diretor do Memorial Berlim-Hohenschönhausen.

⁵ Todas as traduções de citações ao longo do texto são de nossa autoria.

⁶ „[...] Der Anlass meiner Festnahme war “Verdacht der Spionage”. Meine Gefühle waren gelähmt. Was in mir vorging, kann ich nicht beschreiben. Es war eine andere Welt.“

diárias de interrogatório, que duravam em torno de oito horas, e de ser submetida ao mais completo isolamento:

Em algum momento, meus nervos chegaram ao fim com toda aquela situação. Os sintomas se manifestaram em mim na forma de visões. As paredes de minha cela moviam-se. Elas vinham em minha direção. Isso significa que a cela foi ficando cada vez menor, a porta de ferro estalava continuamente abrindo e fechando. Fui conduzida a um neurologista, ao qual relatei minhas visões com a seguinte observação: “Estou ficando louca.” O que ele respondeu: “Se a senhora estiver ficando louca, isso nós notaremos. Nós não chamamos a senhora aqui.”⁷

Em seu relato, Sigrid WEBER (1996: 52) afirma também que, apesar da situação traumática à qual foi constantemente submetida no período em que esteve detida, ela podia se lembrar do que ocorria: “Minhas recordações não se desvanecem de jeito nenhum. Não posso esquecer. Às vezes, penso que foi ontem”.⁸ Podemos deduzir que o trauma, neste caso, não se manifesta necessariamente numa memória lacunar, num apagamento mental, mas sim na constante presentificação do ato traumático. Devemos, entretanto, lembrar que, como ressalta SELIGMANN-SILVA (1998: 10),

[o] testemunho escrito ou falado, sobretudo quando se trata do testemunho de uma cena violenta, de um acidente ou de uma guerra, nunca deve ser compreendido com uma descrição “realista” do ocorrido. De resto, testemunha-se – *sempre*, diria Walter Benjamin – uma cena traumática. A impossibilidade de uma tradução total da cena vivenciada é um dado *a priori*.

Além de afirmar a presentificação do ato traumático, Sigrid WEBER (1996: 52) descreve em seu relato o processo de aniquilamento e despersonalização total:

No início, a gente precisava comer sem talheres. No verão, tínhamos para vestir os agasalhos de treino mais grossos (forrados). Era um verão quente. Às vezes, os aquecedores eram mantidos em funcionamento. Era insuportável. Não havia nada gelado para beber. Às vezes, faltavam as necessidades mais ínfimas do ser humano. Eu trocara meu nome por um número, p.ex. cela 7, nº.1.⁹

⁷ „Ich war durch die ganze Situation irgendwann total nervlich am Ende. Das äußerte sich bei mir mit Erscheinungen. Meine Zellenwände bewegten sich. Sie kamen auf mich zu. Das heißt, die Zelle wurde noch kleiner, die Eisentür knallte ständig auf und zu. Ich wurde einem Neurologen vorgeführt, dem ich meine Wahrnehmungen mitteilte mit der Bemerkung: “Ich werde verrückt.” Darauf die Antwort: “Wenn Sie verrückt werden, das merken wir schon. Wir haben Sie nicht hierher gerufen.”

⁸ „Meine Erinnerungen verblissen so gut wie gar nicht. Ich kann nicht vergessen. Manchmal denke ich, es war erst gestern. [...]“

⁹ „Anfangs musste man sein Essen ohne Besteck einnehmen. Im Sommer gab es die dicksten Trainingsanzüge (gefüttert) zum Anziehen. Es war der heiße Sommer. Manchmal waren die Heizungen in Betrieb. Es war unerträglich. Nichts Kaltes zum Trinken. Manchmal fehlte es eben an den geringsten Bedürfnissen des Menschen. Meinen Namen hatte ich gegen eine Nummer getauscht, z.B. Zelle 7, Nr.1.“

Ao recordar-se do período da prisão, Sigrid WEBER (1996: 52) revela também a eficácia da tortura psicológica à qual foi submetida, que lhe deixou tanto marcas psíquicas para a vida toda, quanto lhe debilitou fisicamente:

Até hoje, meus tristes sonhos não me deixaram. Eu apenas sei ainda que, naquela época, fui dominada por medos que eu não conhecia. Eu levava a sério tudo de que me ameaçavam. Fisicamente não fui molestada, o isolamento supriu todo o resto.

Quando fui libertada, eu pesava 34,5 kg. Altura 1,62 m.¹⁰

Portanto, Sigrid Weber testemunha a sua vivência da Prisão de Hohenschönhausen como algo traumático, seu testemunho se apresenta como o de um *superstes*, especificado por SELIGMANN-SILVA (2003: 378) como “a pessoa que atravessou uma provação, o *sobrevivente*”.

3. A “Cela de tortura 36 Berlim-Pankow” e o “Relato de vivência numa prisão da *Stasi*”

Outra obra que documenta a violência praticada nas prisões políticas da RDA é *Folterzelle 36 Berlin-Pankow. Erlebnisbericht einer Stasihaft* (1993; “Cela de tortura 36 Berlim-Pankow. Relato de vivência numa prisão da *Stasi*”), de Timo Zilli. Nascido em 22 de setembro de 1945 em Friuli, cidade do Norte da Itália, Timo Zilli (Ferruccio Zilli) chegou à Alemanha Ocidental em 1965, para trabalhar como *Gastarbeiter* (“trabalhador estrangeiro convidado”), fixando residência em Berlim Ocidental. Já havia estado em vários países da Europa e viajado para várias partes do mundo como marinheiro. Por assim dizer, tinha levado uma vida errante até então. Segundo seu relato, no dia 11 de novembro de 1970, ele voltava para casa, embriagado, após uma festa da firma em que trabalhava. Na estação *Friedrichstrasse*, na fronteira entre Berlim Ocidental e Oriental, onde tinha de baldear, ele acabou se envolvendo numa discussão com um guarda da Polícia Popular da RDA, foi espancado e conduzido à delegacia na *Alexanderplatz*, no lado oriental da cidade. De lá, Timo Zilli foi transferido para a Prisão de Berlim-

¹⁰ „Meine traurigen Träume haben mich bis heute nicht verlassen. Ich weiß nur noch ganz genau, dass ich damals von Ängsten beherrscht wurde, die ich so nie gekannt habe. Habe alles ernst genommen, was man mir androhte. Körperlich bin ich nicht gezüchtigt worden, die Isolierung hat alles ersetzt. Bei meiner Entlassung wog ich 34,5 kg. Größe 1,62 m.”

Pankow, onde lhe foi exigida a quantia de 20.000 marcos como fiança para sua liberação. Como se recusara a pagar tal quantia, permaneceu detido e foi condenado a uma pena de três anos e meio de reclusão sob a acusação de “campanha difamatória hostil ao Estado” (*staatsfeindliche Hetze*), de “cumplicidade na fuga da República” (*Beihilfe zur Republikflucht*) e “perigo para a ordem socialista da sociedade” (*Gefahr für die sozialistische Gesellschaftsordnung*). (ZILLI 1993: 16; 46) Algum tempo mais tarde, a pena foi reduzida para um ano, e ele foi transferido para o Presídio de Rummelsburg. Como prisioneiro nº. 856082, começa a pior fase do período de detenção, com torturas diárias – por horas, ele era pendurado pelas mãos, podendo tocar o solo apenas com as pontas dos pés, então a isso se seguia a seção de chutes e socos, sem falar na tortura psíquica causada pelo confinamento numa cela minúscula, mantida sempre na escuridão. Em outubro de 1972, Timo Zilli foi libertado após uma anistia por ocasião do 23º aniversário da RDA. Quando retornou a Berlim Ocidental, para seu espanto, ninguém acreditou no que havia vivenciado, nem mesmo a Anistia Internacional. Anos mais tarde, após a Queda do Muro de Berlim, ele pôde ter acesso à documentação da *Stasi* relativa não só à sua prisão, mas também a um período anterior, onde a polícia secreta da RDA já controlava seus passos e atribuía a ele o codinome de “caminhante” (*Wanderer*). Provavelmente, a *Stasi* interessou-se por Timo Zilli devido a seu engajamento na revolução estudantil de 1968, da qual participou ativamente. Porém, este parece não ter sido o único motivo, mas também por ter sido membro do UEIP – *Union Emigranti Italiani Proletari* (“União de Emigrantes Italianos Proletários”), organização ligada ao Partido Comunista Italiano, contrária à RDA e à política de Moscou, e por ter tido contato com uma jovem em Berlim Oriental, cujo irmão fugira para o lado ocidental, com o suposto auxílio de Timo Zilli.

Em 1992, Timo Zilli procurou ajuda no *Behandlungszentrum für Folteropfer* (“Centro de Tratamento de Vítimas de Tortura”), em Berlim, onde encontrou não só apoio psicológico, como também, de acordo com PROSS (1993: 7), foi auxiliado a ter acesso à documentação da *Stasi* referente à sua prisão e motivado a publicar suas memórias do período de detenção na RDA. Em seu relato, ele afirma que “[e]squecer era para mim impossível, mesmo que o tempo tenha apagado certos vestígios. Mesmo após 20 anos eu não consigo esquecer” (ZILLI 1993: 13).¹¹ Além de prestar testemunho

¹¹ „Das Vergessen war mir unmöglich, wenn auch die Zeit manche Spuren verwischt hat. Auch nach 20 Jahren kann ich nicht vergessen.“

do que havia ocorrido consigo próprio, Timo ZILLI (1993: 13) também avalia seu relato como forma de prestar homenagem àqueles presos políticos que, em situações semelhantes, também conheceram de perto o sistema prisional da RDA:

Naturalmente, este relato, que me esforcei em escrever de modo acríbico e fiel à verdade, não é uma representação das condições gerais nos presídios da *Stasi* com todas as suas excrescências e atrocidades. Naturalmente, na minha autêntica odisséia pela Prisão de Pankow e, posteriormente, pela Penitenciária em Rummelsburg, que me conduziu de cela a cela, de interrogador a educador, eu também vi muitas pessoas virem e irem. Também relatei seus destinos e caminhos de sofrimentos no intuito de, com isso, erigir um pequeno monumento àqueles que não encontraram e não encontram palavras, mas que não sofreram menos do que eu, e de dedicar-lhes uma pequena recordação.

Quero transmitir verdade com este livro, verdade, que apenas esperou todo esse tempo para ser externada.

Sem sentimentos de vingança, deve ocorrer uma discussão franca entre perpetradores e vítimas.¹²

Novamente, nos deparamos nessa passagem com o apelo à “verdade” por parte daquele que testemunha, como se o acesso ao “real” vivenciado não estivesse, de antemão, comprometido pelo trauma. Mas, mais uma vez, devemos ter atenção para o fato de que, conforme indica SELIGMANN-SILVA (2003: 46-47):

O testemunho coloca-se desde o início sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade. Testemunha-se um excesso de realidade e o próprio testemunho enquanto narração testemunha uma falta: a cisão entre a linguagem e o evento, a impossibilidade de recobrir o vivido (o “real”) com o verbal. [...]

Por sua vez, ao ter tido acesso à documentação de sua prisão através da *Behörde des Bundesbeauftragten für die Unterlagen des Staatssicherheitsdienstes der ehemaligen DDR* (BStU – “Repartição do Encarregado Federal dos Documentos do Serviço de Segurança de Estado da antiga RDA”), Timo ZILLI (1993: 14) pôde

¹² „Natürlich ist dieser Bericht, den ich mich bemüht habe, akribisch und wahrheitsgetreu zu schreiben, keine Schilderung der gesamten Verhältnisse in den Stasi-Zuchthäusern mit all ihren Auswüchsen und Abscheulichkeiten. Natürlich habe ich in meiner wahren Odyssee durch die U-Haft in Pankow und den späteren Strafvollzug in Rummelsburg, der mich von Zelle zu Zelle, von Vernehmer zu Erzieher führte, auch viele Menschen kommen und gehen sehen. Auch deren Schicksale und Leidenswege habe ich geschildert, um damit denjenigen, die keine Worte fanden und finden, die aber nicht minder gelitten haben wie ich, ein kleines Denkmal zu setzen, ihnen eine kleine Erinnerung zu widmen.

Ich will mit diesem Buch Wahrheit verbreiten, Wahrheit, die nur allzulange darauf gewartet hat, transportiert zu werden.

Ohne Rachgefühle muss eine offene Diskussion stattfinden zwischen Tätern und Opfern.“

encontrar dados concretos, protocolos, depoimentos, mas não encontrou o que mais procurava: “Faltavam todas as referências dos métodos miseráveis que eles haviam empregado, o que eles fizeram comigo na ‘cela de tortura 36’, que me colocaram na cela escura. Faltavam todas as referências de como eles tinham atentado contra a minha dignidade humana de maneira bárbara”.¹³ A documentação dos arquivos da *Stasi* traziam detalhes burocráticos de etapas referentes a relatórios de investigação, detenção, interrogatórios e condenação, mas não dos procedimentos práticos e dos excessos cometidos.

Em seu relato, Timo Zilli presta testemunho de seu caso, desde a prisão até a libertação, da visita que fez nos anos 90 ao local onde esteve preso e do trauma vivenciado e ainda presente em sua memória, 20 anos após o ocorrido. Como dito anteriormente, ele relata também o destino comum de outros detentos, figurando, assim, não só como um sobrevivente, um *superstes*, mas também como *testis* (SELIGMANN-SILVA 2003: 377), ou seja, como testemunha de atos violentos cometidos contra terceiros, como demonstra a seguinte passagem de seu relato (ZILLI 1993: 101-102):

De minha cela eu ouvi, de repente, o grito de uma mulher. De novo, estavam tentando subjugar alguém. Para isso, todo método lhes era legítimo. A mulher, aparentemente, foi arrastada escada abaixo com violência. Ela gritou: “Soltem-me.” Depois, ouviram-se gritos de dor. “Largue meus seios, seu porco perverso!”

Pôde-se ouvir um barulho, e os portões de meu andar foram abertos. Em toda a ala estava um silêncio completo. Apenas os gritos horríveis da mulher podiam ser ouvidos, e o xingamento do pessoal da *Stasi*: “Vamos dar uma lição a essa puta!” Pouco depois, começaram as batidas e o código-morse pelas paredes. Também chegou através do “Leo” a notícia: “Helga está sendo espancada.”

Eu espreitei junto à porta. Eles a arrastavam pelo corredor, puxavam-na pelos cabelos, e ela gritava. Eu sabia para onde a levavam. Eu me encontrava na antiga ala, e se eles corriam em minha direção, isso só poderia significar uma coisa: cela 36.¹⁴

¹³ „[...] Es fehlten alle Hinweise auf die miserablen Methoden, die sie angewandt hatten, was sie in der ‘Folterzelle 36’ mit mir trieben, dass sie mich in Dunkelhaft steckten. Es fehlten jegliche Hinweise darauf, wie sie in barbarischer Manier meine Menschenwürde angetastet hatten.“

¹⁴ „Von meiner Zelle aus hörte ich plötzlich das Geschrei einer Frau. Schon wieder waren sie dabei, jemanden kleinzukriegen. Dabei war ihnen jede Methode recht. Die Frau wurde anscheinend mit Gewalt die Treppe heruntergezerrt. Sie schrie: ‘Lassen Sie mich los.’ Dann waren wieder Schmerzensschreie zu hören. ‘Lassen Sie meine Brust, Sie perverses Schwein!’“

Ein Poltern war zu hören, und die Tore zu meiner Etage gingen auf. Im ganzen Trakt war es mucksmäuschenstill. Nur die entsetzlichen Schreie der Frau waren zu hören und das Geschimpfe der Stasi-Leute: “Der Nutte werden wir es beibringen!” Kurz darauf gingen die Klopf- und Morsezeichen durch die Wände. Auch über “Leo” kam die Nachricht: “Helga wird geschlagen.”

Ich horchte an der Tür. Sie schleppten sie den Korridor entlang, sie zogen sie an den Haaren, und sie schrie. Ich wusste, wo es langging. Ich befand mich im alten Trakt, und wenn sie in meine Richtung liefen, konnte das nur eines bedeuten: Zelle 36.“

Nessa passagem, identificamos também alguns dados sobre a forma como os prisioneiros se comunicavam, através de batidas na parede codificadas, que eles denominavam de “código-morse”, e também o “Leo”, que, na verdade, era o vaso sanitário, do qual se reduzia o nível de água e se utilizava como “telefone” entre as celas.

Por sua vez, o relato de Timo Zilli, em sua maior parte, se constitui do testemunho da violência perpetrada contra a sua pessoa, o que o coloca na situação de *superstes*, ou seja, do sobrevivente, daquele que relata sobre a própria vivência traumática à qual foi exposto (ZILLI 1993: 71):

Naturalmente, eles entraram em ação imediatamente com golpes de cassetete e chutes e me jogaram no chão. Eles me seguraram firme e eu fui colocado sobre um catre de madeira que se encontrava do lado direito da cela, com a barriga voltada para baixo. Eles esticaram meus braços e pernas e me algemaram nas mãos e nos calcanhares. Uma sentinela pressionou seu joelho nas minhas costas, dois outros ergueram minhas mãos presas para trás, por sobre a cabeça até as costas, e outros dois fizeram o mesmo com as pernas. Então, o oficial prendeu com uma outra algema mãos e pernas. Eu estava feito um cavalo de balanço, apenas as extremidades das costelas tinham contato com o catre. Quando eu movia os braços, as pernas se erguiam. Pensei que, a qualquer momento, todos os ossos em meu corpo se quebrariam. A pior dor veio das costelas, onde a pele ficou vermelha e gerou escoriações. Com um açoite de aço entre os dentes fui, ainda, amordaçado. O oficial puxou-me para frente pelos cabelos e disse: “Nós temos tempo, podemos esperar.”¹⁵

Tal cena hedionda ocorreu na “cela 36”, temida por todos os detentos da Prisão de Pankow, que representa a própria materialidade da espacialização da violência em todo o livro de Timo Zilli, o que justifica seu título. Nota-se também o detalhamento na descrição da cena, em que predomina a literalidade, a qual, como nos lembra SELIGMANN-SILVA (2000: 91), “é, antes de tudo, marcada por um ‘excesso’ de

¹⁵ „Natürlich, sofort traten sie in Aktion mit Knüppeln und Fußtritten und warfen mich auf den Boden. Sie hielten mich fest, und ich wurde auf eine Holzpritsche gehoben, die sich auf der rechten Seite der Zelle befand, und mit dem Bauch nach unten gelegt. Sie streckten meine Arme und Beine in die Länge und fesselten mich an den Händen und Fußgelenken. Ein Posten drückte mir sein Knie in den Rücken, zwei andere hoben mir die gefesselten Arme nach hinten über den Kopf hinweg auf den Rücken, und zwei weitere machten das gleiche mit den Beinen. Der Offizier band dann mit einer weiteren Handschelle die Hände und Füße zusammen. Ich lag wie ein Schaukelpferd, nur noch die äußersten Rippenspitzen hatten Berührung mit der Pritsche. Wenn ich die Arme nach unten bewegte, gingen die Beine in die Höhe. Ich dachte, dass mir jeden Moment alle Knochen im Leibe brechen müßten. Der schlimmste Schmerz kam von den Rippen, wo die Haut sich rötete und abschürfte. Mit einer Stahlrute zwischen den Zähnen wurde ich zusätzlich noch geknebelt. Der Offizier zog mich an den Haaren nach vorne und sagte: “Wir haben Zeit, wir können warten.”

realidade”. Se falarmos de uma “ética de representação”, sem dúvida, cabe plenamente a afirmativa proposta por SELIGMANN-SILVA (1998: 22) de que “[e]ssa ética e estética da literatura de testemunho possui o corpo – a dor – como um dos seus alicerces”.

4. Das prisões políticas na Zona de Ocupação Soviética e na RDA: “Uma boa luta”

O terceiro exemplo de relatos sobre a violência contra dissidentes políticos na antiga RDA, selecionado para compor o presente quadro panorâmico, é o livro *Ein guter Kampf. Fakten, Daten, Erinnerungen 1945-1954* (1998; “Uma boa luta. Fatos, datas, recordações 1945-1954”), de Ewald Ernst, autor, aliás, que consta também na coletânea *Zeit-Zeugen* (“Testemunhos do tempo”) (CAMPHAUSEN 1996: 11-13). Conforme indicado por Brigitte Kaff na “Introdução” ao livro, Ewald Ernst, então com vinte e seis anos de idade, deputado estadual de Sachsen-Anhalt pelo CDU – *Christlich-Demokratische Union* (“União Democrata-Cristã”), foi detido em 16 de março de 1947, um domingo à noite, na cidade de Halle. Dois homens em trajes civis, portando revólveres, o arrastaram até um carro. Naquele momento, tinha início uma longa *via crucis* de sete anos por prisões da NKWD, a polícia secreta soviética, e pelo “Campo Especial” de Bautzen (cf. KAFF 1998: 7). Em suas memórias, Ewald Ernst retrata a vivência das prisões políticas na Zona de Ocupação Soviética e na RDA, valendo-se também de documentos e de cartas escritas durante o período em que esteve detido. Ele descreve a fase de reconstrução da Alemanha após o término da guerra, a luta dos jovens democratas contra a ditadura nos moldes stalinistas que começava a se impor na parte oriental do país, o início de sua atividade política enquanto deputado pelo CDU na Zona de Ocupação Soviética, bem como sua prisão, o período de averiguação nos porões das prisões de Potsdam e de Berlim-Hohenschönhausen, a condenação pelo Tribunal Militar soviético e o longo período de cumprimento da pena em Bautzen.

Nas eleições estaduais de 20 de outubro de 1946, Ewald Ernst foi eleito deputado pelo CDU e assumiu as funções de secretário e líder do partido na Câmara Estadual de Sachsen-Anhalt. A onda de prisões de políticos e pessoas ligadas ao CDU que ocorreram após as eleições e nos primeiros meses de 1947, aparentemente, foi motivada por diversos aspectos: desmantelamento dos grupos democráticos nas universidades e nas igrejas, sobretudo a JU – *Junge Union* (“União Jovem”); repressão à “Inteligência”, isto é, aos potenciais críticos do comunismo; fortalecimento das

organizações totalitárias, assegurando a soberania ao SED, com a fusão forçada dos partidos comunista e social-democrata, e à FDJ – *Freie Deutsche Jugend* (“Juventude Alemã Livre”), fundados no início de 1946; punição por contatos de toda natureza com amigos, partidos, instituições ou autoridades aliadas no setor ocidental (cf. KAFF 1998: 12-13).

Após ser transferido de Halle para a Prisão de Potsdam, na Lindenstrasse, Ewald Ernst foi interrogado pela primeira vez. Seu relato a respeito demonstra lacunas de memória e condensação de informações (ERNST 1998: 52):

[...] Não estou consciente de ter assinado algo em Potsdam. Espancado até sangrar, empurrado escada abaixo sem sentidos, para o porão, por horas a fio de pé, nu, na água, faminto após a retirada da alimentação: um tempo terrível em Potsdam, que mesmo após anos ainda desperta pesadelos.¹⁶

Podemos afirmar, a partir dessa passagem, que o relato não apenas se propõe como “testemunho” do vivenciado, como também é, na própria materialidade, “testemunho” do trauma, uma vez que, segundo Shoshana FELMAN (2000: 18):

[...] Como uma forma de relação com os eventos, o testemunho parece ser composto de pequenas partes de memória que foram oprimidas pelas ocorrências que não tinham se assentado como compreensão ou lembrança, atos que não podem ser construídos como saber nem assimilados à plena cognição, eventos em excesso em relação aos nossos quadros referenciais.

Esse é um aspecto importante a se destacar, pois, o relato de Ewald Ernst sobre cenas traumáticas é marcado predominantemente por concisão e lacunas. Trata-se daquela “[i]nsuficiência das palavras para nomear os fantasmas do horror”, de que nos fala Leonardo SENKMAN (2003: 248). Aliás, a cena traumática anteriormente citada era apenas a primeira estação de uma série de interrogatórios acompanhados de tortura. Em seguida, Ewald Ernst foi transferido para a prisão central de investigação sob administração da NKWD, em Berlim-Hohenschönhausen. Lá, ficou detido no chamado “U-Boot” (“submarino”), como era denominado o complexo de celas sem janela, nos porões da prisão. Assim como na passagem anterior, Ewald ERNST (1998: 55) descreve os interrogatórios de modo lapidar, através de apontamentos esparsos, sem elaborar um

¹⁶ „[...] Mir ist nicht bewusst, in Potsdam eine Unterschrift geleistet zu haben. Blutig geschlagen, besinnungslos die Kellertreppe hinuntergestoßen, Stunden nackt im Wasser stehend, hungrig nach Entzug der Verpflegung: Eine schreckliche Zeit in Potsdam, die noch nach Jahren Alpträume auslöst.“

texto propriamente dito, como se isso reproduzisse também no texto marcas do evento traumático:

Os interrogatórios aconteciam constantemente de madrugada em espaços de tempo muito variados. Só consigo descrever as condições em breves apontamentos:

- horas ou poucos minutos,
- interrogatório ou nenhuma palavra,
- permissão para sentar ou ficar de pé até desmaiar,
- solícito, mesmo amável ou tratando a socos e pontapés,
- oferta de uma refeição quente (para oficiais), de leitura ou promessas atreladas a condições,
- roupas de baixo, vestes a pedido fornecidas imediatamente ou recusadas, ou após algum tempo de espera (também quando da necessidade de pequenos medicamentos),
- condução de volta à cela em passo normal ou acelerado, sempre com as mãos algemadas,
- dependência total do oficial de interrogatório “pessoal”.¹⁷

O fato de não haver uma plena articulação discursiva dos eventos traumáticos demonstra que, como ressalta Jeanne Marie GAGNEBIN (2000: 106), “o problema maior da *representação* do horror” é “o de sua fundamental *irrepresentabilidade*, pois essa experiência sempre será incomensurável à sua tradução em palavras e conceitos”.

Durante vinte e um meses, Ewald Ernst esteve detido numa cela dos porões da Prisão de Hohenschönhausen, sempre negando as acusações de “espionagem” e “formação de grupo anti-soviético”. Seu estado de saúde tornou-se debilitado, sobretudo pela má alimentação e pela falta de acompanhamento médico, e a tuberculose se manifestou intensamente. Além disso, a depressão começou a dominá-lo. Em 13 de dezembro de 1948, Ewald Ernst foi condenado juntamente com outros seis colegas ligados ao CDU, detidos na mesma época que ele, a 25 anos de reclusão e trabalhos forçados.

¹⁷ „Die stets nächtlichen Verhöre fanden in höchst unterschiedlichen Zeitabständen statt. Nur in Stichworten vermag ich die Umstände zu beschreiben:

- Stunden oder wenige Minuten,
- Verhör oder kein Wort,
- Sitzen gestattet oder Stehen bis zur Ohnmacht,
- verbindlich, eher freundlich oder traktierend mit Faust oder Stiefel,
- Angebot eines warmen (Offiziers-)Essens, von Lektüre oder an Bedingungen geknüpfte Versprechungen,
- Wäsche, Kleidung auf Bitte sofort oder abgewiesen oder nach Wartezeit (auch bei Bedarf von kleinen Medikamenten),
- Rückführung in die Zelle in normaler Gangart oder im Laufschrift, immer mit Handfesseln,
- totale Abhängigkeit von dem “persönlichen” Vernehmungsoffizier.“

Logo depois da condenação, Ewald Ernst foi transferido para a Penitenciária de Bautzen II, em Sachsen. Construída entre 1900 e 1904, a Prisão de Bautzen foi batizada pelos prisioneiros de “Miséria Amarela” (“*Gelbes Elend*”) por seus tijolos amarelados. Em 1945, as autoridades soviéticas transformaram a prisão num “Campo de Internos e de Presos em Cumprimento Penal” (*Internierten- und Strafgefangenen-Lager*). Sua população carcerária variava entre 5.000 e 7.000 detentos (cf. ERNST 1998: 74). Ewald Ernst passou as primeiras semanas de sua detenção em Bautzen numa ala de tratamento médico, junto com cerca de 600 doentes. Seu estado de saúde se agravava consideravelmente, e o sofrimento e a morte de companheiros de infortúnio fizeram com que o desânimo o abatesse. A tentativa de reconstruir pela memória o vivenciado na sala de tratamento também é lacunar: “A recordação do decorrer do dia é pálida, reprimida. O esforço em manter a própria individualidade exigia muita força e empenho. O cuidado médico cabia a médicos alemães, não havia medicamentos disponíveis suficientes” (ERNST 1998: 75).¹⁸

Outro aspecto a se destacar no relato de testemunho de Ewald Ernst diz respeito às mudanças ocorridas durante o período em que esteve preso em Bautzen em termos de direção do sistema prisional. Em meados de fevereiro de 1950, as autoridades soviéticas passaram para o Ministério do Interior da RDA a responsabilidade de todas as prisões e campos. Em Bautzen, mais de 5.000 prisioneiros foram entregues à Polícia Popular (cf. ERNST 1998: 78-80). Porém, segundo Ewald ERNST (1998: 81), em termos práticos, não ocorreram mudanças significativas para melhoria no tratamento dos presos, o que gerou rebeliões em algumas unidades do campo:

A segunda rebelião de prisioneiros no dia 31 de março de 1950 foi sufocada a golpes de cassete pela Polícia Popular. Mesmo no pavilhão II, o Major Schulz atacou com fúria, à frente de sua tropa. Eles não se intimidavam em soltar os cães das correias e atirá-los contra os doentes. Ferimentos graves, agravamentos de doenças e até mesmo casos de morte foram as conseqüências.¹⁹

A maior parte de sua detenção em Bautzen Ewald Ernst passou no pavilhão III, onde os cuidados médicos eram melhores, tanto por parte dos médicos e enfermeiros,

¹⁸ „[...] Die Erinnerung an den Tagesablauf ist verblasst, verdrängt. Das Bemühen, die eigene Individualität zu bewahren, verlangte viel Kraft und Anstrengung. Die ärztliche Versorgung oblag deutschen Ärzten, Medikamente standen nicht ausreichend zur Verfügung.“

¹⁹ „Der zweite Häftlingsaufstand am 31. März 1950 wurde von der Volkspolizei brutal niedergeknüppelt. Selbst im Haus II wütete der Vopo-Major Schulz mit seiner Schlägertruppe. Sie schreckten nicht davon zurück, Hunde von der Leine zu lassen und sie auf die Kranken zu hetzen. Schwere Verletzungen, Krankheitsverschlechterungen und sogar Todesfälle waren die Folgen.“

quanto de outros prisioneiros, o que ajudou no tratamento da tuberculose. Ele foi libertado em 18 de janeiro de 1954, após a decisão do Governo da União Soviética em autorizar a libertação de presos políticos alemães que haviam sido condenados durante o período de administração soviética. Sua reabilitação ocorreu quarenta anos mais tarde, contemplado pela “Lei de Reabilitação das Vítimas de Repressões Políticas” (*Gesetz zur Rehabilitierung der Opfer der politischen Repressionen*) outorgada pela Promotoria Geral da Federação Russa em 30 de setembro de 1994 (cf. ERNST 1998: 101).

5. Os arquivos da *Stasi*: a documentação da violência

Todas as publicações apresentadas até aqui têm um aspecto formal em comum: elas contêm uma ampla documentação composta de fotos, protocolos de interrogatórios, documentos pessoais, relatórios, correspondências, etc. Grande parte dessa documentação se origina dos arquivos das instituições prisionais e dos autos da *Stasi*. Com a promulgação da *Stasi-Unterlagen-Gesetz* (“Lei da Documentação da *Stasi*”) em 10 de dezembro de 1992 e com a conseqüente criação da *Behörde des Bundesbeauftragten für die Unterlagen des Staatssicherheitsdienstes der ehemaligen DDR* (BStU – “Repartição do Encarregado Federal dos Documentos do Serviço de Segurança de Estado da antiga RDA”), os ex-cidadãos da RDA tiveram direito ao acesso aos autos pessoais que constavam nos arquivos da *Stasi*. Conforme ressalta Günter BUCHSTAB (1997: 7),

[a]pós o fim do regime, muitos cidadãos reivindicaram o direito de acesso aos autos. Eles queriam saber se entre amigos, colegas de trabalho ou até mesmo membros da família se encontrava um agente. Eles queriam saber o que os agentes haviam relatado e por que haviam feito isso. Para eles, mais precisamente, as vítimas, o acesso aos autos é um ato de libertação própria.²⁰

A abertura desses arquivos revelou as dimensões assustadoras de um moderno sistema totalitário de controle e vigilância dos cidadãos: 90.000 funcionários oficiais, 173.000 agentes, delatores, colaboradores não-oficiais e outros tipos de colaboradores estiveram a serviço do *Ministerium für Staatssicherheit* (MfS – “Ministério de

²⁰ „Viele Bürger beanspruchten nach dem Ende des Regimes das Recht auf Akteneinsicht. Sie wollten wissen, ob sich unter Freunden, Kollegen oder sogar Familienangehörigen ein Spitzel befand. Sie wollten wissen, was die Spitzel berichtet und warum sie es getan hatten. Für sie, die Opfer, ist die Einsicht in die Akten ein Akt der Selbstbefreiung.“

Segurança do Estado”), para uma população de 17 milhões de habitantes; um arquivo com cerca de quatro milhões de dossiês sobre cidadãos da RDA, os quais abrangem uma grande parte da população (cf. BUCHSTAB 1997: 7). Como aponta Günter BUCHSTAB (1997: 9), “o acesso aos autos oferece a possibilidade de desmascarar a ditadura do SED por meio de seu próprio espólio sujo”.²¹ Para Joachim GAUCK (1997: 13), então encarregado federal dos documentos da *Stasi*, apenas por meio de fatos pode-se proceder contra a postura nostálgica em relação ao passado da RDA, de modo que a abertura dos autos significaria “um remédio contra a nostalgia de nossos conterrâneos”,²² pois permitiria reconhecer “aquelas subestruturas, que o opressor, conscientemente, ocultara aos oprimidos” (GAUCK 1997: 20).²³ Além disso, como destaca Roger ENGELMANN (1997: 28), “[é] natural que documentos remanescentes de órgãos repressores sejam de grande significado justamente para o estudo de ditaduras – e, naturalmente, também para o tratamento político e judicial de sua atuação”.²⁴ Segundo ENGELMANN (1997: 37),

[...] [a]s informações obtidas pela *Stasi*, freqüentemente, sob violação massiva dos direitos fundamentais nos dá, hoje, justamente informações sobre aqueles fatos que eram desagradáveis para o regime, e que foram silenciados no interesse de sua própria estabilidade: fracassos, inconvenientes, falta de consenso e contradição. [...] ²⁵

Outro aspecto relevante sobre o acesso aos autos da *Stasi* é a oportunidade que as pessoas tiveram de conhecer o seu próprio passado, de saber o que era autêntico e o que era fabricado pelos agentes do Serviço de Segurança. Vera LENGSELD (1997: 51), ativista na luta pelos direitos civis na RDA, vítima de vigilância e perseguição constante, afirma que “foi correto e importante, e até mesmo por necessidade terapêutica, abrir os autos da *Stasi*. Somente isso permitiu a muitas das pessoas

²¹ “[...] wie Akteneinsicht die Möglichkeit bietet, die Diktatur der SED anhand ihrer eigenen schmutzigen Hinterlassenschaft zu entlarven.“

²² „eine Medizin gegen die Nostalgie unserer Landsleute.“

²³ „[...] jene Substrukturen, die der Unterdrücker wohlwissend den Unterdrückten verborgen hatte.“

²⁴ „[...] Es liegt in der Natur der Sache, dass Überlieferungen von Repressionsorganen gerade für die Erforschung von Diktaturen – und natürlich auch für die politische und justitielle Aufarbeitung ihres Wirkens – von herausragender Bedeutung sind. [...]“

²⁵ „[...] Die von der Staatssicherheit häufig unter massiver Verletzung von Grundrechten erlangten Informationen geben uns heute gerade über jene Sachverhalte Auskunft, die dem Regime unangenehm waren und die es im Interesse seiner eigenen Stabilität totschwie: Fehlentwicklungen, Missstände, mangelnder Konsens und Widerspruch. [...]“

atingidas a possibilidade de, a posteriori, colocar ordem em suas vidas e se livrar de determinadas coisas bem ruins”.²⁶

6. A burocracia do Estado de vigilância e repressão: “A Stasi foi meu secretário”

Nosso próximo exemplo de relatos sobre a violência contra opositores políticos na antiga RDA é um caso típico de tratamento do passado a partir do acesso aos autos da Stasi. Trata-se da obra *Die Stasi war mein Eckermann oder: mein Leben mit der Wanze* (1991; “A Stasi foi meu secretário”²⁷ ou: minha vida com a escuta”). Seu autor é o escritor Erich Loest, aliás, pseudônimo de Hans Walldorf, que nasceu em 1926 na pequena cidade de Mittweida, em Sachsen. Embora fosse filiado ao SED desde 1947, os acontecimentos de 17 de junho de 1953, quando trabalhadores foram às ruas para protestar contra o Governo da RDA, levaram Erich Loest a fazer inúmeras críticas ao regime do SED, como, por exemplo, a necessidade de uma “desestalinização” do Governo. Em 1957, o escritor foi expulso do partido, preso e condenado a sete anos e meio de detenção no Campo de Bautzen, onde cumpriu pena até 1964, sob a acusação de “formação de grupo contra-revolucionário” (“*konterrevolutionäre Gruppenbildung*”)²⁸, além de ter tido todos seus bens confiscados. Em 1979, Erich Loest entrou novamente em conflito com as autoridades da RDA, ao se engajar, juntamente com outros escritores, numa ação de protesto contra a censura. Como consequência, ele passou a ser vigiado permanentemente pela Stasi, o que tornou insustentável a sua permanência na RDA. Em decorrência disso, ele transferiu-se em 1981 para a República Federal da Alemanha, após ter recebido uma permissão para viajar, e desde 1990 vive novamente em Leipzig, palco da maioria de seus romances que representam de modo crítico o cotidiano na RDA. Enquanto a maioria de suas obras anteriores à detenção em Bautzen defende a linha partidária do SED, as obras

²⁶ „[...] war es richtig und wichtig und sogar von therapeutischer Notwendigkeit, die Stasi-Akten zu öffnen. Erst das hat vielen Betroffenen die Möglichkeit gegeben, im nachhinein Ordnung in ihr Leben zu bringen und ganz bestimmte schlimme Dinge auszuräumen.“

²⁷ Trata-se de um título irônico, pois Erich Loest menciona o nome de Johann Peter Eckermann (1792-1854), escritor alemão que atuou como secretário pessoal de Goethe a partir de 1823, auxiliando-o na publicação da *Ausgabe letzter Hand* (1823; “edição de última mão”), além de ter escrito e publicado a obra *Gespräche mit Goethe in den letzten Jahren seines Lebens* (1836-1848; “Conversas com Goethe nos últimos anos de sua vida”).

²⁸ Cf. Erich Loest (verbete). In: <http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/LoestErich/>; Acesso em 13 Ago. 2006.

publicadas após sua libertação são eminentemente marcadas pelo tom de crítica à situação política da RDA e aos desmandos do SED. Em decorrência dos acontecimentos logo após a Queda do Muro de Berlim, Erich Loest foi reabilitado pelo Tribunal Superior de Justiça da RDA em abril de 1990. Após ter acesso aos autos pessoais nos arquivos da *Stasi* e tomar conhecimento da dimensão da vigilância e espionagem à qual fora submetido, Erich Loest publicou duas obras que tratam do tema: uma ficcional, o romance *Froschkonzert* (1990; “Concerto do Sapo”) e outra baseada na documentação encontrada, exatamente *Die Stasi war mein Eckermann oder: mein Leben mit der Wanze* (1991; “A *Stasi* foi meu secretário ou: minha vida com a escuta”). De acordo com a documentação, suas conversas privadas foram gravadas e toda a sua correspondência, controlada e registrada. Hoje, para as novas gerações, o escritor se tornou uma espécie de símbolo da antiga resistência contra o regime do SED. Recordar o passado da RDA, para Erich Loest, é falar de uma situação traumática.

Além disso, falar da referida obra de Loest é falar também, mesmo que brevemente, da documentação da *Stasi* sobre sua pessoa, de como ele foi vigiado e teve até mesmo seu telefone grampeado. O dossiê do serviço secreto, no qual o escritor figura com o codinome “autor II”, remonta ao período de 1975 a 1982 e contém trinta e uma pastas classificadoras com cerca de 300 páginas cada uma, utilizadas como fonte para redação do livro. Na referida documentação, encontram-se relatórios de escuta telefônica, resoluções, telegramas, relatórios de agentes e informações coletadas que as divisões 26A e 26B da *Stasi* em Berlim e em Leipzig haviam colecionado e arquivado (cf. LOEST 1991: 9-11).

O livro *Die Stasi war mein Eckermann oder: mein Leben mit der Wanze* está estruturado em três partes: “Der Schatz hinter der Mülltone” (“O tesouro atrás da lata de lixo”), “Aus meiner Stasi-Akte” (“De meus autos da *Stasi*”), e “Nachspiele” (“Epílogos”). Na primeira parte (LOEST 1991: 7-16), o escritor relata, basicamente, sobre o modo como tomou conhecimento da existência de vasta documentação sobre sua pessoa nos arquivos da *Stasi*, e sobre o desconhecimento da dimensão da vigilância à qual fora, secretamente, submetido. A segunda parte, a mais longa das três, contém uma seleção de textos de 35 documentos do serviço secreto sobre Erich Loest, correspondentes ao período de 1975 a 1981 (LOEST 1991: 17-118). Nela, o autor deixa que os próprios documentos “falem”, revelando o jargão burocrático de um Estado que submetia cidadãos à vigilância permanente. Finalmente, a terceira parte (LOEST 1991:

119-154) trata da repercussão e dos desdobramentos da descoberta dos documentos, através de cartas e de matérias de jornal dos anos de 1990 e 1991, que noticiam, por exemplo, a acusação formal efetuada por Erich Loest contra Dietmar Keller, ex-Ministro da Cultura da RDA (LOEST 1991: 149-151).

O caso Erich Loest é típico para aquelas pessoas que, após terem conhecimento dos conteúdos de seus autos da *Stasi* puderam reconstituir suas vidas e perceber a dimensão com que eram controladas e vigiadas, não só por agentes oficiais, mas também por vizinhos, IMs (*IM* - *Inoffizieller Mitarbeiter*; “colaborador informal”), colegas, que muitas vezes se sujeitavam a isso para tirar algum tipo de proveito. Um dos documentos, assinado por um certo capitão Baumheier, atesta a burocracia em torno da decisão de se vigiar o escritor (LOEST 1991: 12):

Correspondendo ao emprego de tarefas do plano operativo da Divisão Central XX de 10 de agosto de 1978, o Loest, Erich está sendo trabalhado por nossa unidade do Serviço de Segurança, uma vez que, correspondendo à sua orientação fundamentalmente dissidente através de publicações na RDA e na BRD, ele ataca âmbitos sociais essenciais de nosso desenvolvimento socialista. [...]²⁹

Um dos inúmeros documentos expedidos pela Divisão XX da *Stasi*, datado de 17 de outubro de 1979 e registrado com o número 5004/79, informa sobre o contato que Erich Loest teria com Lind, uma médica do Hospital de Psiquiatria, o que indica que ambos estariam sendo vigiados (LOEST 1991: 58):

A médica do HP de Psiquiatria, Lind, e seu esposo mantêm contato pessoal com o escritor dissidente e negativo Loest, Erich, que está sendo trabalhado num P[rocessamento] O[perativo].

Numa conversa, em 04/10/79, Lind se expressou negativamente sobre a política cultural da RDA e declarou-se solidária a Loest e a seu posicionamento sobre a política cultural.

Nós solicitamos tomar conhecimento desse fato.

Oficialmente, essa informação não pode ser explorada.

Diretor de Divisão

Wallner

Tenente-Coronel³⁰

²⁹ „Entsprechend der Aufgabenstellung aus dem Operativ-Plan der Hauptabteilung XX vom 10. August 78 wird durch unsere Dienst Einheit der Loest, Erich, bearbeitet, da er entsprechend seiner feindlichen Grundeinstellung durch literarische Veröffentlichungen in der DDR und der BRD wesentliche Bereiche unserer sozialistischen Entwicklung angreift. [...]“

³⁰ „Die Ärztin des BHK für Psychiatrie, Lind, und Ihr Ehemann unterhalten persönliche Kontakte zu dem in einem OV bearbeiteten feindlich-negativen Schriftsteller Loest, Erich.“

Além da diversidade da documentação que se encontra nos autos do escritor – relatórios de informantes, cartas, telegramas, relatórios de escutas etc. –, os temas são igualmente diversificados, predominando, entretanto, assuntos ligados às atividades no cenário literário e na Associação dos Escritores da RDA, bem como às tentativas de Erich Loest de publicar no exterior seus textos censurados.

7. A memória “anti-ostálgica” da infância e da juventude na RDA: “Nascido em 13 de agosto”

Uma última categoria a se considerar, ainda, com relação às possibilidades de se rememorar o passado traumático na RDA de maneira crítica pode ser ilustrada com a obra *Geboren am 13. August. Der Sozialismus und ich* (2004; “Nascido em 13 de agosto. O socialismo e eu”), de Jens Bisky, jornalista e redator do *Süddeutsche Zeitung*. Trata-se de um caso *sui generis*, pois seu autor recorda, de maneira crítica, sua infância e juventude na RDA, vivenciada dentro do círculo da elite política do país, sem ter passado pela vivência traumática das prisões, como os autores anteriormente apresentados. “Nascido em 13 de agosto” é uma obra autobiográfica de Jens Bisky (*1966), filho do político Lothar Bisky (*1941), presidente do PDS – *Partei des Deutschen Sozialismus* (“Partido do Socialismo Alemão”) que para muitos significou uma continuidade ideológica do SED após a Reunificação alemã. Nascido em 13 de agosto de 1966, portanto, no dia em que se comemorou o 5º aniversário da construção da chamada “Parede de Proteção Antifascista” (*Antifaschistischer Schutzwall*), no jargão oficial, Jens Bisky responde à “ostalgia”, ou seja, à “nostalgia pela *Ostdeutschland* / Alemanha Oriental”, a qual, segundo o escritor, em entrevista concedida ao canal de televisão alemão *Deutsche Welle*, acabou “lhe dando nos nervos”, pois “o socialismo, tanto para seus defensores quanto para seus opositores, se tratava de algo muito sério e, em certas situações, um caso de vida ou morte”.³¹ Jens Bisky critica,

Bei einem Gespräch am 4.10.79 sprach sich die Lind negativ zur Kulturpolitik der DDR aus und erklärte sich solidarisch mit Loest und dessen Einstellung zur Kulturpolitik.

Wir bitten um Kenntnisnahme.

Offiziell kann diese Information nicht ausgewertet werden.

Leiter der Abteilung

Wallner

Oberstleutnant“

³¹ Entrevista (não publicada) com Jens Bisky sobre o tema *Keine Ostalgie, bitte!* (“Nenhuma ostalgia, por favor!”), exibida no programa *Kultur 21*, da *Deutsche Welle*, em outubro de 2004, por ocasião do

além disso, o tom de humor com que o cotidiano na RDA tem sido retratado tanto em romances quanto em filmes,³² ressaltando, ao contrário, os traços violentos e repressivos, constitutivos do regime do SED. Ele chama a atenção, por exemplo, para o emprego de uniformes da FDJ – *Freie Deutsche Jugend* (“Juventude Livre Alemã”) descontextualizados de sua funcionalidade, ou seja, destinados para uso em paradas públicas, e não, inocentemente, no âmbito privado. Sua obra retrata, sobretudo, o bairro berlinense de Marzahn e suas “*Plattenbauten*” (blocos de prédios construídos segundo a arquitetura adotada pelo Estado socialista), para onde a família se mudou quando Jens Bisky ainda era adolescente, proveniente de Leipzig. Participação ativa na FDJ, filiação ao SED, ingresso na academia militar da NVA são algumas de suas estações, sempre apresentadas a partir de uma postura intimista.

Podemos dizer que, partindo de um olhar retrospectivo, Jens Bisky se despede de sua infância e juventude “planejada” pelos pais na antiga RDA. E tal despedida não se realiza de modo conciliatório, mas sim extremamente crítico, onde o autor não poupa o Estado, a família, e nem a si próprio (BISKY 2004: 14-15):

Minha relação com a RDA se transformou ininterruptamente. No verão de 1983, eu defendia o país incondicionalmente. Incomodava-me apenas o passo do caracol, no qual o processo mundial revolucionário avançava e a sociedade socialista se desenvolvia. Eu vivia num reino de espíritos, no qual valia o mandamento do cumprimento do dever e se acreditava na força curativa de citações de Marx. Embora a palmatória com o martelo e a foice pareça ridícula, ela possuía um sentido. Afinal, foi prometido que o homem se tornaria homem pleno, desfrutando o belo, um ser igual entre iguais. Acima do reino dos espíritos surgia a lua da redenção e o mergulhava em luz sedutora. Lá estava Wladimir Iljitsch Uljanow ao lado de Pablo Picasso, a partisã soviética Soja

lançamento de seu livro *Geboren am 13. August. Der Sozialismus und ich* (2004): „Mir ist diese ganze Ostalgie-Welle ungeheuer auf die Nerven gegangen und aus mehreren Gründen. Der eine Grund ist, dass der Sozialismus sowohl für seine Anhänger wie für seine Gegner eine sehr ernsthafte, manchmal eine todernte Sache war. In diesen Ostalgie-Büchern und auch in Filmen erscheint er immer als sehr lustig und sehr heiter. Also diese Blaue-Hemde-Pionier-Uniformen sind für Massenaufmärsche entworfen, nicht dafür, dass man am Küchentisch irgendwie Spass miteinander hat.“ Informações complementares exibidas ao final da entrevista: Bericht: Ch. Thälmann, M. Tischer; Kamera: Hans-Jürgen Leikauf; Schnitt: Matthias Spranger.

³² Exemplos de “ostalgie” na Literatura e no Cinema são o romance *Am kürzeren Ende der Sonnenallee* (1999; “No extremo mais curto da Alameda do Sol”; título brasileiro: *O charuto apagado de Churchill*, tradução. de Marcelo Backes, Porto Alegre, L&PM, 2005), de Thomas Brussig e, respectivamente, os filmes *Sonnenallee* (1999; “Alameda do Sol”), de Leander Haußmann, e *Kleinruppin forever* (2004; “Kleinruppin para sempre”), de Carsten Fiebeler. A eles se opõem criticamente os romances *Froschkonzert* (1990; “Concerto do Sapo”) e *Nikolaikirche* (1995; “Igreja de São Nicolau”), de Erich Loest, e os filmes *Nikolaikirche* (1995; “Igreja de São Nicolau”) de Frank Beyer, *Der Tunnel* (2001; “O túnel”), de Roland Suso Richter, e *Das Leben der Anderen* (2006; “A vida dos outros”), de Florian Henckel von Donnersmarck, vencedor do Oscar de melhor filme estrangeiro em 2006 (cf. CORNELSEN, 2007: 82-97; CORNELSEN 2008a: 115-119; CORNELSEN, 2008b: 137-184).

Kosmodemjanskaja ao lado da sagrada Rosa Luxemburgo, Júri Gagarin ao lado de Ângela Davis, e eles miravam felizes a atividade dos Jovens Pioneiros, dos camponeses da LPG e dos agitadores da FDJ.³³

Num tom irônico, ao recordar de sua adolescência, Jens Bisky estiliza a sua própria crença na ideologia então reinante como uma religião, a qual deveria culminar com a redenção do “homem pleno”. Com seu livro o autor se propõe a apresentar uma imagem da RDA construída a partir de suas recordações (BISKY 2004: 16):

Aqui, o Estado dos operários e camponeses aparece no espelho convexo de minhas recordações: no crescer com ideais, ilusões, erros, e na lenta despedida deles. Aspectos pessoais e políticos, para mim, estão entretecidos de modo indissociável, se eu quiser relatar francamente sobre meu caso exemplar de uma juventude planejada. Aquele que hoje narra sobre a RDA faz bem em se posicionar de um lado, ao se decidir se fala do mundo dos aparatos estatais ou da vida dos alemães orientais, como criança, agente ou vítima, ao descrever a frieza dos funcionários ou o calor nos nichos, a repressão ou o aconchego. Eu não consigo separar as coisas assim tão nitidamente. Eu vivi vinte e três anos de minha vida entre aparato e sociedade, entre dominantes e dominados.³⁴

Esse é um fator que empresta força ao relato de Jens Bisky, uma vez que, como o próprio escritor reconhece, não se trata de separar um determinado lado, mas sim de narrar sua vivência num estado totalitário, onde sociedade e Estado estavam entretecidos por uma série de organizações que eram, ao mesmo tempo, domesticadoras e domesticadas. Isso se reflete na trajetória de Jens Bisky, de Jovem Pioneiro, de agitador da FDJ, e de cadete da Escola de Oficiais da NVA – *Nationale Volksarmee* (“Exército Popular Nacional”), na qual atingiu o posto de Segundo-Tenente.

³³ „Mein Verhältnis zur DDR hat sich ununterbrochen gewandelt. Im Sommer 1983 habe ich das Land bedingungslos verteidigt. Mich störte allein der Schneckengang, in dem der revolutionäre Weltprozess voranschritt und die sozialistische Gesellschaft sich entwickelte. Ich lebte in einem Geisterreich, in dem das Gebot der Pflichterfüllung galt und an die Heilkraft von Marx-Zitaten geglaubt wurde. Obwohl das Fucheln mit Hammer und Sichel im Rückblick skurril wirkt, besaß es einen Sinn. Versprochen war, dass der Mensch ganz Mensch werde, Genießer des Schönen, ein Gleicher unter Gleichen. Über dem Geisterreich schien der Mond der Erlösung und tauchte es in verführerisches Licht. Da stand Wladimir Iljitsch Uljanow neben Pablo Picasso, die sowjetische Partisanin Soja Kosmodemjanskaja neben der heiligen Rosa Luxemburg, Juri Gagarin neben Angela Davis, und sie sahen erfreut auf das Treiben der Jungpioniere, LPG-Bauern und FDJ-Agitatoren.“

³⁴ „Hier erscheint der Arbeiter- und Bauernstaat im Zerrspiegel meiner Erinnerungen: an das Aufwachsen mit Idealen, Illusionen, Irrtümern und den langsamen Abschied von ihnen. Persönliches und Politisches sind für mich unauflösbar verwoben, wenn ich aufrichtig über mein Fallbeispiel einer Jugend nach Plan berichten will. Wer heute von der DDR erzählt, tut gut daran, sich auf eine Seite zu schlagen, sich zu entscheiden, ob er von der Welt der Apparatschiks oder dem Leben der Ostdeutschen spricht, als Kind, als Täter oder als Opfer, ob er die Kälte der Funktionäre oder die Wärme in den Nischen beschreibt, Repression oder Geborgenheit. So säuberlich kann ich nicht trennen. Auf der Grenze zwischen Apparat und Gesellschaft, zwischen Herrschenden und Beherrschten habe ich dreiundzwanzig Jahre gelebt.“

Por sua vez, a base documental para seu relato são os diários que os “pioneiros” escreviam – o “livro azul” *Räte-ABC* (“ABC dos Conselhos”), seus boletins escolares, e a observação atenta do que se passava em torno de si, dos professores, colegas de classe e familiares. Embora o discurso ideológico se revele na forma como Jens Bisky relata sobre sua infância e juventude, seja no âmbito familiar, seja na escola, projetando no foco narrativo um olhar adequado à faixa etária, o caráter repressor do regime do SED não deixa de ser notado, embora sem grande consciência, como é o caso do desaparecimento de Robert, um colega de escola, cujos pais foram detidos por suspeita de espionagem para o serviço secreto da Alemanha Ocidental (BISKY 2004: 52-53), ou mesmo quando sua mãe, que trabalhava como Dirigente de Setor “Política de Arte” em Berlim, fez-lhe revelações sobre sua atividade junto à *Stasi* (BISKY 2004: 57):

Após a Virada, minha mãe me contou que, no final dos anos 70, ela teria assinado uma declaração de compromisso do Ministério de Segurança do Estado. Em 1992, foi publicado no jornal *Bild* que ela era IM [i.e., “*Inoffizielle Mitarbeiterin*”, “colaboradora informal”], e que escreveu relatórios, também sobre pessoas, as quais cumprimentaram o então adolescente Jens, ávido por aventuras. Essa é sua história, mas ela se afasta diante de minhas recordações dos tempos de Leipzig.³⁵

Portanto, ao recordar-se de seu passado na RDA, Jens Bisky traz para dentro de seu relato a vivência de outros – como no exemplo acima, o de sua mãe, que chegou a fornecer à *Stasi* informações sobre o escritor Erich Loest –, porém, suas memórias permanecem decisivas na construção da imagem de uma RDA singular, erigida exclusivamente por suas recordações. Isso se torna evidente quando ele narra sobre relatos de outros alunos mais velhos, que se recordavam de ações repressivas na escola (BISKY 2004: 42):

Os mais velhos conseguem se lembrar que policiais ou agentes do Serviço de Segurança do Estado apareciam em sua classe, e que amigos desapareceram por anos porque eles pertenciam à organização Comunidade Jovem. Algo assim não ocorreu na minha RDA. Tampouco vivenciei a repressão brutal em meu tempo de escola, bem como insubordinação explícita. [...] ³⁶

³⁵ „Nach der Wende erzählte mir meine Mutter, dass sie Ende der siebziger Jahre eine Verpflichtungserklärung des Ministeriums für Staatssicherheit unterschrieben habe. 1992 stand es in BILD. Sie war IM und schrieb Berichte, auch über Leute, die dem abenteuerlustigen Teenie Jens damals die Hand gegeben haben. Das ist ihre Geschichte, aber sie schiebt sich vor meine Erinnerungen an die Leipziger Zeit.“

³⁶ „Ältere können sich daran erinnern, dass Polizisten oder Staatssicherheitsleute in ihrer Klasse erschienen sind und Freunde auf Jahre verschwanden, weil sie der Jungen Gemeinde angehörten. So

Em “sua RDA”, o país de sua infância e juventude, em seu pequeno mundo idílico da elite do regime do SED, a repressão parecia aparentemente ausente, pelo menos em suas recordações. Mesmo quando os pais se manifestavam sobre a violência na RDA, a recordação está perpassada de ironia, onde o Estado totalitário adquire o *status* de “religião” política (BISKY 2004: 95):

Meus pais nunca justificaram os mortos do Muro e as proibições, mas sim os esclareceram. Com frequência, eles vociferavam contra funcionários tolos, indiscretos e parasitas. Era como se eu fosse membro de uma igreja: se você está insatisfeito com o pároco, então, tente mudá-lo. Ou se torne você mesmo pároco, para que a Igreja comunista se consolide. Não criticar, fazer melhor!³⁷

Além disso, ao rememorar a fase de transição política que culminou com a Reunificação alemã, Jens BISKY (2004: 220) ressalta não só a importância do processo de rememoração do vivenciado, mas também de tudo aquilo que veio à tona, cujos fatos as pessoas, até então, desconheciam:

[...] Em poucos meses, tudo o que parecia importante, ameaçador, emparedado por todos os tempos se dissipou. Riamos de nós próprios, do fato de que nós tínhamos levado isso a sério. Nos anos seguintes, nós ficaríamos sabendo de tanta coisa sobre a RDA que o riso, aos poucos, se desvaneceu em mim.³⁸

E nesse processo de revelação posterior, tanto depoimentos de agentes e vítimas quanto a documentação gerada durante décadas por um Estado totalitário permitiu – e ainda permite – que a própria história da RDA seja reescrita, inserindo em si própria as escritas da violência cometida em seu nome. Mas isso não impede que o próprio escritor reflita sobre a forma como procurou se isolar da presença de um Estado que se pretendia onipresente através de seus aparelhos repressores e ideológicos (BISKY 2004: 237): “Em meus dias de RDA, o aparelho de delação e vigilância me parecia distante, situado num

etwas ist in meiner DDR nicht vorgekommen. Brutale Repression habe ich in meiner Schulzeit so wenig erlebt wie offene Aufsässigkeit. [...]“

³⁷ „Mauertote und Verbote haben meine Eltern nie gerechtfertigt, aber erklärt. Viel wurde auf dumme Funktionäre, Schwätzer und Schmarotzer geschimpft. Es war, als wäre ich Mitglied einer Kirche: Wenn du mit dem Pfarrer unzufrieden bist, dann versuche, ihn zu ändern. Oder werde selber Pfarrer, damit die kommunistische Kirche gefestigt wird. Nicht meckern, besser machen!“

³⁸ „[...] In wenigen Monaten hatte sich alles, was wichtig, bedrohlich, festgemauert für alle Zeiten schien, aufgelöst. Es war ein Lachen über uns selber, dass wir das ernst genommen hatten. In den kommenden Jahren sollten wir so viel über die DDR erfahren, dass mir das Lachen allmählich verging.“

outro país. A gente podia reprimir bem a *Stasi* na vida cotidiana”.³⁹ Consciente do próprio conflito com o passado na RDA, Jens BISKY (2004: 238-239) chama a atenção para o fato de que, nesse caso, a própria memória não dá conta do “real”, não apenas no sentido da lacuna e do apagamento pela exposição a um dado evento traumático, mas de fato lacunar pela falta da outra “memória” de ordem documental:

Entretanto, o aparelho criminoso, que unia delação, controle, desagregação, corrupção e terror, está bem investigado. Cada um pode saber como ele funcionava. Muitos conhecem o sentimento de ser expropriado biograficamente. A recordação de partes da própria vida ilude, é incompleta. O que se pensava, outrora, sobre amigos e colegas não estava certo. A traição produz um insípido vazio.⁴⁰

Ao concluir suas memórias, Jens Bisky não deixa de torná-las relativas, de não apontá-las como a “verdade” incontestada. Pelo contrário, o processo de rememoração parece estar, nesse caso, ligado a um desejo do escritor em fazer as pazes com o passado, sem deixar de ser crítico, indo assim numa direção contrária à “ostalgia”. Para ele, a escritura do passado da RDA, que inclui em si também as escritas da violência, é um processo complexo e, ao mesmo tempo, diverso em possibilidades, onde não caberiam apenas as certezas (BISKY 2004: 252-253):

[...] Mas se alguém, hoje, me acusar de ter transfigurado a RDA ou de ter pintado seu quadro num tom negro demais, que eu seria de esquerda demais ou de direita demais, comportado demais ou atrevido demais, acomodado demais ou distanciado demais, que minha imagem da República Federal seria rosa demais ou cinza demais, que eu usaria as roupas erradas ou daria muito valor ao consumo, que eu seria oriental demais ou ocidental demais, ou simplesmente desarraigado, então me ocorre sempre apenas a frase de um amigo americano: “It’s a free country”, este é um país livre – e o resto é incerto.⁴¹

³⁹ „[...] In meinen DDR-Tagen schien mir der Spitzel- und Überwachungsapparat fern, in einem anderen Land gelegen. Man konnte die Stasi gut verdrängen im Alltagsleben.“

⁴⁰ „Inzwischen ist der verbrecherische Apparat, der Spitzelei, Kontrolle, Zersetzung, Wirtschaftskriminalität und Terror verband, gut erforscht. Jeder kann wissen, wie er funktionierte. Viele kennen das Gefühl, biographisch enteignet zu sein. Die Erinnerung an Teile des eigenen Lebens trägt, ist unvollständig. Was man über Freunde, Kollegen damals dachte, stimmte nicht. Verrat erzeugt eine schale Leere.“

⁴¹ „[...] Aber wenn mir heute einer vorwirft, ich verklärte die DDR oder ich malte ihr Bild zu schwarz, ich sei zu links oder zu rechts, zu brav oder zu rotzig, zu angepasst oder zu distanziert, mein Bild der Bundesrepublik sei zu rosig oder zu grau, ich trüge die falschen Klamotten oder lege zu viel Wert auf Konsum, ich sei zu sehr Ossi oder zu sehr Wessi oder überhaupt wurzellos, dann fällt mir immer nur der Satz eines amerikanischen Freundes ein: “It’s a free country”, es ist ein freies Land – und der Rest ist ungewiss.“

Entretanto, nos “Agradecimentos” (*Danksagung*), após ter apresentado em vinte capítulos sua vivência da RDA, dos anos 70 até seu fim, e mesmo os primeiros catorze anos da Alemanha pós-reunificada, Jens BISKY (2004: 255) revela ao leitor que sua narrativa memorialista está intencionalmente perpassada por certo caráter ficcional: “Recordações são ilusórias. Eu me esforcei em não atenuar nada; mas, por questões de proteção à pessoa, alterei e condensei detalhes”.⁴²

8. Considerações finais

As cinco obras analisadas que compõem o quadro panorâmico apresentado nos permitem algumas considerações finais em relação ao modo como seus autores procuram lidar, após a Queda do Muro de Berlim, com o passado na República Democrática Alemã. Sem dúvida, todas elas se pautam por um tom decididamente crítico frente aos desmandos num Estado totalitário. “Transpor muros”, desse ponto de vista, implica um olhar memorialista de denúncia contra o esquecimento frente a um passado traumático.

Entretanto, as obras analisadas revelam também aspectos que as diferenciam entre si. As três primeiras delas, de maneira unívoca, podem ser subsumidas sob o conceito de “literatura de trauma” e, de um modo restrito, como exemplos de “escritas da violência”, uma vez que o trauma se revela tanto nos relatos, em termos de conteúdo, quanto na própria materialização discursiva através da linguagem. Seus autores (Weber, Zilli, Ernst) vivenciaram as prisões da RDA e prestam testemunho, como *superstes*, sobreviventes, e como *testis*, num “enfrentamento por assim dizer ‘jurídico’ com o real”, como define SELIGMANN-SILVA (2003: 387).

Outro grupo diferenciado de obras (Zilli, Ernst, Loest) se forma a partir do critério de associação entre o relato e o documento. Nesse caso, o diálogo entre relato e documento não se estabelece apenas no sentido de legitimação na busca por “verdade”, uma exigência de todo relato de testemunho, mas também passa por uma postura ética. Ética, na medida em que estabelece uma relação entre o sujeito que vivenciou a catástrofe e a necessidade de dar um testemunho do “real” dessa vivência, mesmo que esse “real”, de antemão, seja o “real perpassado pelo trauma”. E isso torna necessária,

⁴² „Erinnerungen sind trügerisch. Ich habe mich bemüht, nichts zu beschönigen, aus Gründen des Persönlichkeitsschutzes aber Einzelheiten verändert und verdichtet.“

também, uma “ética da escritura”, como nos lembra SELIGMANN-SILVA (2005: 85): “o testemunho impõe uma crítica da postura que reduz o mundo ao verbo, assim como solicita uma reflexão sobre os limites e modos de representação”. Como pudemos constatar, outro aspecto relevante no diálogo entre relato e documento é justamente o fato de que, com a abertura dos arquivos da *Stasi*, as pessoas puderam ter dimensão do grau em que estavam sendo vigiadas e de como as suas relações nos círculos familiares, profissionais e de amizade poderiam ter estado minadas pela onipresença do Estado totalitário, de modo que, nos relatos, há uma complementaridade entre a narrativa da experiência individual e a documentação gerada pelas instâncias de censura e repressão.

O caso Loest é emblemático nesse sentido, pois foi alguém que conheceu as prisões da RDA e que, mais tarde, seria vítima de vigilância implacável, até se transferir para a Alemanha Ocidental. Sua obra se diferencia das demais, pois não é o escritor, mas sim os documentos que “falam”, e no melhor jargão burocrático do “Estado dos operários e camponeses”. Portanto, se não tomarmos de modo restrito o conceito de “escritas da violência”, podemos considerar a obra de Loest um exemplo da “documentação da violência” pela escrita oficial do Estado totalitário.

Além disso, o texto de Erich Loest se diferencia significativamente dos demais textos analisados, pois não se orienta pelo relato de testemunho *strictu sensu* (Weber, Zilli, Ernst), bem como pelo relato autobiográfico de cunho memorialista (Bisky). Sua essência é de caráter documental, e o “relato” biográfico, nesse caso, se configura a partir de diversos documentos da burocracia de vigilância e repressão do Estado do SED. Esses documentos dos arquivos da *Stasi*, por assim dizer, auxiliam o escritor na elaboração de sua biografia, sendo que esta não nasce de sua enunciação propriamente dita, fruto da vivência, mas sim de procedimentos adotados pelo Ministério de Segurança da RDA no intuito de persegui-lo e de mantê-lo sob vigilância. Mas os documentos vão muito além, pois não apenas possibilitam a Erich Loest a construção de sua biografia a partir de informações desconhecidas até a descoberta de sua existência nos arquivos da *Stasi*, como também evidenciam a mentalidade daqueles que o perseguiam.

Por fim, consideramos a singularidade do olhar memorialista numa das obras (Bisky) uma outra forma de “escrita da violência”, se, naturalmente, não tomarmos esse conceito de modo restrito. Pois o texto de Jens Bisky não se enquadra na “literatura de trauma”. Todavia, não é menos contundente na crítica que faz ao antigo regime do SED,

e não deixa de apontar um outro tipo de “violência”, muito mais sutil, diluída no dia-a-dia, na família, na escola, nas organizações partidárias, nas instituições militares, tornando onipresente o jugo de um Estado de vigilância e controle, que nos quarenta anos de sua existência adotou o conceito de “democrático”, que levava em seu nome, de uma maneira nada lisonjeira.

Referências bibliográficas

- BISKY, Jens. *Geboren am 13. August. Der Sozialismus und ich*. Berlin, Rowohlt, 2004.
- BUCHSTAB, Günter. Zur Einführung. In: AHRBERG, Edda (et al.). *Die Akten und die Wahrheit*. Coleção “Aktuelle Fragen der Politik”, nº 49, Sankt Augustin, Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997, 7-10.
- CAMPHAUSEN, Gabriele. *“Zeit-Zeugen“. Inhaftiert in Berlin-Hohenschönhausen*. Berlin, Westkreuz-Druckerei, 1996.
- CORNELSEN, Elcio Loureiro. A imagem de Berlim na literatura e no cinema. In: *Forum Deutsch* (12), Rio de Janeiro, 2008a, 102-128.
- CORNELSEN, Elcio Loureiro. “Dominando o passado”. A imagem da RDA na Literatura e no Cinema Alemães após a Queda do Muro. In: UMBACH, Rosani Ketzer (org.). *Memórias da repressão*. Santa Maria/RS, UFSM / PPGL-Editores, 2008b, 137-184.
- CORNELSEN, Elcio Loureiro. O espaço da interdição interditado pela nostalgia e pelo riso: o Muro de Berlim e a “Alameda do Sol”. In: *Aletria* (15), Belo Horizonte, 2007, 82-97. [artigo também disponível online: http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_txt/ale_15/ale15_elc.pdf]
- ENGELMANN, Roger. Die Unterlagen des MfS. Ihr Wert als historische Quelle. In: AHRBERG, Edda (et al.). *Die Akten und die Wahrheit*. Coleção “Aktuelle Fragen der Politik”, nº 49, Sankt Augustin, Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997, 27-37.
- Erich Loest* (verbete). In: <http://www.dhm.de/lemo/html/biografien/LoestErich/>. (Acesso em 13 Ago. 2006).
- ERLER, Peter / KNABE, Hubertus. *Der verbotene Stadtteil: Stasi-Sperrbezirk Berlin-Hohenschönhausen*. 3ª ed., Berlin, Jaron-Verlag, 2008.
- ERNST, Ewald. *Ein guter Kampf. Fakten, Daten, Erinnerungen 1945-1954*. Sankt Augustin, Academia-Verlag, 1998.
- FELMAN, Shoshana. Educação e crise ou As vicissitudes do ensinar. In: NESTROVSKI, Arthur / SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo, Escuta, 2000, 13-71.

- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Palavras para Hurbinek. In: NESTROVSKI, Arthur / SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo, Escuta, 2000, 97-110.
- GAUCK, Joachim. Die Akten und die Wahrheit. Fünf Jahre Stasi-Unterlagen-Gesetz. In: AHRBERG, Edda (et al.). *Die Akten und die Wahrheit*. Coleção “Aktuelle Fragen der Politik”, nº 49, Sankt Augustin, Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997, 11-26.
- KAFF, Brigitte. Einleitung. In: ERNST, Ewald. *Ein guter Kampf. Fakten, Daten, Erinnerungen 1945-1954*. Sankt Augustin, Academia-Verlag, 1998, 7-13.
- LAMBECK, Silke. Herr Brussig, was halten Sie von Nostalgie? (entrevista com Thomas Brussig). In: *Berliner Zeitung*, de 6/7 de novembro de 1999. <http://www.thomasbrussig.de/interviews/berliner.htm> (13/11/2006).
- LENGSFELD, Vera. Verfolgung und Überwachung. Ein biographischer Rückblick. In: AHRBERG, Edda (et al.). *Die Akten und die Wahrheit*. Coleção “Aktuelle Fragen der Politik”, nº 49, Sankt Augustin, Konrad-Adenauer-Stiftung, 1997, 45-51.
- LOEST, Erich. *Die Stasi war mein Eckermann oder: mein Leben mit der Wanze*. Göttingen, Steidl-Verlag, 1991.
- MAGENAU, Jörg. Literatur über die Zeitenwende: Wieviel Stoff steckt in der Wende? In: *Deutschland* (2), Frankfurt a.M., 2009, 56-58.
- NESTROVSKI, Arthur / SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação. In: NESTROVSKI, Arthur / SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo, Escuta, 2000, 7-12.
- PROSS, Christian. Vorwort. In: ZILLI, Timo. *Folterzelle 36 Berlin-Pankow. Erlebnisbericht einer Stasihaft*. Berlin, Edition Heinrich, 1993, 7-8.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. In: NESTROVSKI, Arthur / SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo, Escuta, 2000, 73-98.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, Ed. Unicamp, 2003, 45-58.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. In: *Letras* (16), Santa Maria, 1998, 9-37.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho entre a ficção e o “real”. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, Ed. Unicamp, 2003, 375-387.

- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. In: *Projeto História* (30), São Paulo, jun. 2005, 71-98.
- SENKMAN, Leonardo. Simja Sneh y los límites de la representación testimonial de la Shoah. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, Memória, Literatura. O testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas, Ed. Unicamp, 2003, 247-297.
- WEBER, Sigrid. Relato. In: CAMPHAUSEN, Gabriele. “Zeit-Zeugen“. *Inhaftiert in Berlin-Hohenschönhausen*. Berlin, Westkreuz-Druckerei, 1996, 51-52.
- ZILLI, Timo. *Folterzelle 36 Berlin-Pankow. Erlebnisbericht einer Stasihaft*. Berlin, Edition Heinrich, 1993.

A volta da violência na política alemã. Estratégias legitimadoras na autobiografia de uma protagonista dos anos 1970

Helmut Galle¹

Die Menschen, die jene Mittel gegen andere Menschen anwenden, sehen sich gezwungen, diese anderen Menschen, d.h. ihre Opfer und Objekte, auch moralisch zu vernichten. Sie müssen die Gegenseite als Ganzes für verbrecherisch und unmenschlich erklären, für einen totalen Unwert. Sonst sind sie eben selber Verbrecher und Unmenschen.

Carl Schmitt, *Theorie des Partisanen*

Das Selbstbewußtsein ist an und für sich, indem und dadurch, daß es für ein Anderes an und für sich ist; d. h. es ist nur als ein Anerkanntes.

Hegel: *Phänomenologie des Geistes*

Abstract: Among the different functions that an autobiography might have is the claim for recognition. Some of the former members of the militant German Left from the Seventies have published autobiographical texts in the latest years. In the analysis of Inge Viett's book, the author raises the question of responsibility for her violent aiming at reaching her readers' recognition.

Keywords: Autobiography; Terrorism; Red Army Faction; Recognition; Violence

Resumo: Entre as diferentes funções que uma autobiografia pode assumir está a reivindicação de reconhecimento. Vários dos integrantes da esquerda militante alemã dos anos 1970, que romperam radicalmente com a sociedade, publicaram, nos últimos anos, textos autobiográficos. Na presente análise do livro de Inge Viett, a autora discute a questão da responsabilidade de seus atos violentos com o propósito de alcançar o reconhecimento de seus leitores.

Palavras chave: Autobiografia; Terrorismo; *Rote Armee Fraktion*; Reconhecimento; Violência

Zusammenfassung: Zu den diversen Funktionen, die einer Autobiografie zufallen können, gehört das Streben nach Anerkennung. Einige der früheren Mitglieder der militanten deutschen Linken der 70er Jahre haben in den vergangenen Jahren autobiografische Texte veröffentlicht. Die folgende Analyse folgt der Fragestellung, auf welche Weise die Autorin ihre Verantwortung für die Gewaltakte und ihre Forderung nach Anerkennung formuliert

Stichwörter: Autobiografie; Terrorismus; Rote Armee Fraktion; Anerkennung; Gewalt

¹ Professor doutor do Departamento de Letras Modernas, Universidade de São Paulo. Endereço eletrônico: hgalle@usp.br

1. Autobiografia como reivindicação de reconhecimento

Inge Viett começa sua autobiografia *Nie war ich furchtloser* (Nunca fui mais intrépida. 1996; traduções do autor) relatando a promulgação da sentença de 13 anos de prisão: em 1992, um tribunal da República Federal julgou-a culpada de tentativa de homicídio. No público presente, um grupo de simpatizantes manifestou seu repúdio pela condenação, em solidariedade aos “prisoneiros políticos”, insinuando a continuação de uma luta violenta, da qual Viett tinha participado como ativista militante nos anos 1970, para depois refugiar-se na antiga RDA. Aí viveu sob identidade falsa e levou uma vida “normal” no estado socialista alemão. Ser descoberta após a unificação e aceitar a sentença (que poderia ter sido mais grave, como observa a própria autora) significou, por outro lado, uma nova etapa em sua vida. Terminaram os anos da ilegalidade nos quais a opção pela luta armada contra o estado erigiu uma clara fronteira entre si e o resto da sociedade. Uma vez cumprida sua pena, ela teria novamente a liberdade de continuar sua vida como cidadã normal entre tantos, mesmo que optasse por uma atitude política de esquerda; tal fato aconteceu um ano após a publicação do livro, em 1997, quando a segunda metade da pena foi suspensa com a aplicação de liberdade condicional.

Aceitar a pena não significa assumir a culpa. A autobiografia de Viett não deixa dúvida quanto ao fato de que a condenada somente acata o poder do estado por considerá-lo superior à sua própria força. A luta violenta ainda lhe parecia justificada; a detenção seria somente a última ação do inimigo para aniquilar sua resistência. Em vez da luta armada, a defesa consistia, agora, na redação da sua autobiografia. Para ela, contar sua vida é “parte de uma estratégia para sobreviver” (VIETT 1996: 7), nas condições da prisão, e “manter vivo o passado” (ibid. 9), numa época na qual triunfa a “inquebrantável aspiração pelo poder mundial” da Alemanha (ibid. 7).

Viett encontra-se, politicamente, no limite da extrema esquerda, mas ainda dentro das margens de tolerância da democracia alemã. O que interessa no livro dela, porém, não são os distorcidos comentários políticos, mas a forma como representa sua própria vida. Seu empreendimento na escritura autobiográfica não é somente uma atividade para sustentar o vazio e a hostilidade do cárcere. Voltando a uma vida legal, a autora submete sua biografia e sua versão dos fatos ao juízo público. Contra a história de criminosa e a identidade de culpada que a sociedade lhe impõe, ela reivindica uma outra história que inverte a lógica: culpados são a sociedade e o estado. O livro é,

portanto, uma tentativa de justificar a luta da guerrilha armada em geral e as ações violentas da autora em particular.

Narrando sua vida, um autor representa suas ações, intenções e consequências, de acordo com sua memória e interpretação subjetiva. Muitas vezes – particularmente quando a vida do autor está em conflito com as normas da religião ou da sociedade –, a autobiografia é uma confissão: a vida se separa em duas fases, uma primeira vida errada ou pecaminosa e, após uma conversão, a nova vida que é considerada a verdadeira.² O ato comunicativo do autobiógrafo, dirigindo-se a Deus ou aos homens, requer que atos passados e atitudes presentes frente a eles sejam examinados e, se possível, sejam reconhecidos como justificáveis. Com certeza, Viett não escreveu uma confissão. Sua autobiografia segue, a bem dizer, o modelo de Goethe, que teve aversão a remorsos e quis delinear sua vida como um processo orgânico. Viett não está arrependida e sua vida não apresenta nenhuma verdadeira conversão, com exceção da renúncia prática à luta armada. Essa, porém, não se deve a uma mudança de convicção política, mas a uma reavaliação de suas próprias forças.

O fato de publicar sua autobiografia pode ser entendido como um apelo ao diálogo, um ato comunicativo que exige da sociedade, com a qual entra novamente em relações pacíficas, que a reconheça como ser humano. Esse reconhecimento³ refere-se, em especial, às ações que causaram sua exclusão: a violência contra seres humanos. Juridicamente, ao cumprir a pena, ela alcança, novamente, o estatuto da cidadania completa: frente à lei, é reconhecida como sujeito inocente. Frente à sociedade, porém, ela ainda é considerada autora de atos que romperam o contrato do reconhecimento mútuo. Para ela, isso deve ser muito mais incômodo do que para “criminosos normais”, pois mantém uma imagem de si que a representa como idealista e lutadora pela felicidade dos homens. Por consequência, precisa provar sua integridade e coerência exatamente nas ações que afetam a integridade física e a felicidade de outras pessoas. Nessas ações, a luta contra o poder abstrato do estado converte-se em atos que, na

² Starobinski constata que um motivo necessário para uma autobiografia consiste na “mudança fundamental da vida anterior: uma conversão, a entrada em uma nova vida, a irrupção da graça”. (STAROBINSKI 1998: 207)

³ O conceito “reconhecimento” (*Anerkennung*) como base da autoconsciência é introduzido no 4º capítulo da *Fenomenologia do Espírito*. O conceito foi retomado por Axel Honneth (2003) para formular uma teoria geral das relações sociais a partir da “luta por reconhecimento”. No seu último livro, Paul Ricoeur (2006) esboça um “caminho filosófico” da *reconnaissance* desde o ato da “identificação”, passando pelo reconhecimento da responsabilidade pelos próprios atos para o reconhecimento mútuo e a utopia da reconciliação pacífica.

realidade, negam o direito de ser de determinados homens, sejam eles policiais, políticos, seus motoristas ou vítimas arbitrárias. Os atos violentos rompem com o reconhecimento mútuo que é a base da convivência civilizada. A reciprocidade dessas relações demanda que a autora reconheça – pelo menos retrospectivamente – o direito de ser de suas vítimas –, e isso implica, de alguma forma, o remorso ou a revisão de posições anteriores. Por isso, a autobiografia deve, além de tentar legitimar a luta armada, apresentar o reconhecimento dos próprios atos como atos responsáveis, e as vítimas dos atos como seres humanos com direito à integridade física.

No que segue, esboço, em primeiro lugar, o contexto histórico da vida de Viett, para depois analisar as estratégias discursivas através das quais a autora reconstrói a continuidade de sua vida e de sua identidade, a maneira pela qual ela legitima a luta armada e de que forma se relaciona com a responsabilidade por seus atos violentos.

2. O contexto histórico do terrorismo⁴

A fase entre 1968 e 1977 pode ser considerada como a de maior crise interna na sociedade alemã desde o fim da guerra. Durante os anos 1960, a nova geração havia se revoltado contra os pais, contra o estado e seu passado, a aliança ocidental e a guerra do Vietnã. Em consonância com a juventude rebelde da maioria dos países europeus e americanos, essa oposição “revolucionária” limitou-se ao âmbito universitário e não conseguiu convencer os trabalhadores – o principal alvo de sua agitação – a participarem dessa luta, a qual, por conseguinte, entrou em estagnação a partir de 1970. Ao discordar sobre a estratégia mais adequada, uma parte da juventude rebelde deu início à “marcha pelas instituições”, resultando, anos mais tarde, na criação do partido verde. Outro grupo fundou uma série de micropartidos marxistas; e um terceiro grupo decidiu radicalizar-se e combater o estado de forma armada. Embora o núcleo ativo dos grupos desafiantes do poder alemão nunca tenha superado um total de 100 pessoas, esse núcleo consegue polarizar a sociedade de maneira inaudita, resultando em uma espiral de posições cada vez mais intransigentes e de ações cada vez mais duras. Em 1977, a confrontação culminou no sequestro do magnata industrial Martin Schleyer e de um avião de turistas alemães, numa tentativa desesperada de forçar a libertação dos líderes da RAF (“Facção Exército Vermelho”) que se encontravam há cinco anos encarcerados

⁴ O resumo baseia-se, em primeiro lugar, no livro de Aust (1989); reconstruções mais abrangentes e mais atuais apresentam: Peters (2004), Koenen (2005) e Kraushaar (2006).

em prisões de alta segurança. O governo social-democrata (aconselhado por um estado-maior de emergência que incluía o partido conservador, então na oposição) não aceitou libertar os prisioneiros e ‘garantiu’ a liberdade dos passageiros do avião da Lufthansa por meio de uma arriscada operação militar relâmpago. Como resultado da operação, os três líderes presos se suicidaram (ou, segundo a versão da RAF, foram massacrados) e os sequestradores executaram o magnata. Um retrato do racha que dividiu a sociedade alemã naquele momento é o filme do novo cinema alemão *Deutschland im Herbst* (1978); o filme reúne os trabalhos de onze diretores em suas tentativas de lidar com a impossibilidade de encontrar uma posição própria e viável entre o terrorismo radicalizado e a atitude irreconciliável do estado e da maior parte da sociedade. Ainda que a RAF tenha declarado sua dissolução em 1998, após anos de novos assassinatos (desde a formação do grupo, foram cometidos um total de 34 homicídios), o assunto não chegou a um término: um grande número de terroristas, libertado após cumprir longas penas de prisão (de 20 anos e mais), reclamou que sua luta foi justa, seus motivos nobres e as vítimas necessárias. Por não terem colaborado com os órgãos judiciários em depoimentos e confissões, os culpados de vários assassinatos não foram identificados, mesmo que os autores imputados tenham sido punidos de forma sumária e coletiva. Nesse sentido, nenhuma das partes envolvidas (o estado, os ex-terroristas e os familiares das vítimas) considerou que houve uma verdadeira “justiça” e que algum tipo de reconciliação ou paz pôde ser estabelecido. Para a geração de 1968, que passou a desempenhar papéis de destaque em quase todos os setores da sociedade ao longo dos últimos 40 anos, sua trajetória é, em retrospectiva, contraditória: por um lado, inconsequente, oportunista e covarde e, por outro, adequada tanto aos princípios éticos básicos e à situação real daqueles anos. Para muitos integrantes dessa geração, à qual eu me incluo, o fato de não ter participado da “luta armada” e não ter perdido a vida em combate ou na prisão, não é resultado de uma escolha consciente e responsável, mas produto da interação de muitos fatores externos e internos, que, vistos da perspectiva de hoje, podem ser descritos como “felizes”. Para nós, que escapamos apenas com o simples susto, os ex-terroristas têm quase a função de bodes expiatórios que se sacrificaram aceitando não somente a responsabilidade por um comportamento mais fiel a si mesmo, mas também o castigo da sociedade.⁵

⁵ Sobre esse aspecto cf. Theweleit 1998.

Inge Viett foi uma protagonista do “Movimento 2 de Junho”, uma outra organização militante, menos numerosa, menos hierárquica e rigorosa, cujos últimos integrantes finalmente se alistaram na RAF em 1980. Nascida em 1944 e criada por pais adotivos (com certeza, uma infância dura e precária, mas não típica dos protagonistas do terrorismo), ela teve empregos temporários antes de chegar a Berlim no fim dos anos 60. Logo aderiu às estruturas informais da rebelião e foi um dos membros fundadores do “Movimento 2 de Junho”, em 1971/72. Foi presa, escapou da prisão duas vezes através de fugas quase cinematográficas, participou do sequestro de um político conservador em 1975 – uma das poucas operações desse tipo que teve êxito e resultou na libertação de prisioneiros –, deixou um policial paralítico num tiroteio em Paris em 1981, viveu na RDA com uma identidade falsa e com ajuda da Stasi⁶ de 1982 até a unificação em 1990, quando foi descoberta, presa e sentenciada por um tribunal da Alemanha Federal. Desde a suspensão do resto da pena, em 1997, publicou quatro livros, dentre os quais a autobiografia, escrita no cárcere, teve o maior sucesso e foi utilizada na elaboração do roteiro do filme *Die Stille nach dem Schuss*, de Volker Schlöndorff. Ela, até hoje, não se distanciou da sua vida pregressa, continua defendendo o sistema da RDA e considera legítima a luta contra o capitalismo e o imperialismo.

3. A autobiografia de Viett

O livro *Nie war ich furchtloser. Autobiographie* foi publicado por uma pequena editora de esquerda.⁷ O volume contém, além do texto da autobiografia, algumas fotos da autora, um prólogo e um epílogo. Nessa moldura, a autora articula sua posição política no momento da enunciação. Um glossário dá explicações sobre acontecimentos históricos, pessoas e instituições, ressaltando, assim, o caráter factual do livro.

Viett considera que o terrorismo alemão foi tão necessário e legítimo como qualquer outra forma de resistência contra “a hegemonia conservadora e chauvinista existente ao longo dos séculos” (“*die konservative und chauvinistische Herrschaft durch die Jahrhunderte*”), contra “o militarismo, fanatismo racial, duas guerras mundiais, a

⁶ Vale mencionar, que as ideias sobre o socialismo da esquerda estudantil ocidental e da sua vertente militante divergiram fortemente do programa do SED, partido ditatorial da RDA, ainda que Viett, no seu livro, pretenda que os objetivos converjam *grosso modo*. O apoio da Stasi aos terroristas se deve menos a uma convergência de ideais sociais da RDA e da RAF, e mais ao interesse geral da Stasi de desestabilizar os estados democráticos ocidentais.

⁷ O catálogo da Edition Nautilus abrange livros policiais e títulos de Noam Chomsky, Raoul Vaneigem, Otto Gross, Victor Serge, Jacques Mesrine e diversos ex-terroristas.

eliminação da RDA e a ambição continuada pelo poder mundial” (*“Militarismus, Rassenwahn, zwei Weltkriege, die Eliminierung der DDR und das ungebrochene Streben nach Weltmacht”*; VIETT 1996: 7). Ter participado de uma insurreição contra “a realidade capitalista, destrutiva e sem futuro” (*“die destruktive und zukunftslose kapitalistische Realität”*; 8) dá-lhe o direito de falar sobre essa insurreição, no tempo atual, “da forma como eu, naquele tempo, pensava e sentia a respeito” (*“in der Weise zu reden, wie ich in der damaligen Zeit darüber gedacht und gefühlt habe”*; 8). Por um lado, ela escreve que sua história possui “seus motivos e sua legitimação nos acontecimentos da recente história sociopolítica” (*“seine Gründe und seine Berechtigung im politisch-sozialen Zeitgeschehen”*; 8); por outro lado, “é a expressão de uma subjetividade selvagem” (*“Ausdruck wilder Subjektivität”*; 8).

Além disso, escrever a autobiografia seria um ato de resistência e defesa contra a “violência burocrática”: “Escrevo para manter-me viva atrás dos muros.” (*„Ich schreibe, um hinter Mauern lebendig zu bleiben.“* 9) Nota-se que, de maneira geral, a linguagem é utilizada de forma metafórica: “violência” para a ordem penitenciária, “manter-se vivo” para a proteção da identidade, “expressão de subjetividade” para atos criminosos e violentos etc. Daí resulta uma inexatidão que oculta exageros e distorções.

As afirmações sobre a RFA e o capitalismo, em especial, misturam de forma grosseira o processo da unificação alemã com os processos jurídicos contra os terroristas, o consumismo com as guerras (do Golfo, na Iugoslávia), em suma: um “desencadeamento da barbárie no Oriente e no Ocidente” (308).

Os conquistadores armados deixam atrás vestígios negros, quando passam por um país conquistado: aldeias queimadas, cidades bombardeadas, homens violados. Os vencedores da Guerra Fria devastaram o passado e o futuro dos homens, prenderam-nos num presente cheio de medo sem retrospecto e perspectiva e atiraram-nos na miséria filosófica. (308)⁸

Esse ‘diagnóstico’ da civilização europeia-americana após o fracasso da União Soviética mostra a extrema distorção do olhar da autora, que utiliza as fórmulas trilhadas da propaganda de maneira desajeitada para atribuir todos os problemas do mundo e seu próprio destino a uma só causa. O termo “*abwickeln*” (efetuar / executar /

⁸ „Die Eroberer in Waffen hinterlassen schwarze Spuren, wenn sie erobertes Land durchziehen: verbrannte Dörfer, zerbombte Städte, geschändete Menschen. Die Sieger des kalten Krieges verheerten die Vergangenheit und die Zukunft der Menschen, sperren sie ohne sinnvollen Rück- und Ausblick in die angstvolle Gegenwart und stießen sie ins philosophische Elend.“ (308)

liquidar), usado inicialmente para designar o processo técnico de transformar as instituições socialistas em democráticas, depois um termo irônico da crítica contra a – suposta ou verdadeira – destruição das estruturas, é usado pela autora para sugerir que seu processo jurídico foi manipulado pelo estado “para liquidar a história da guerrilha urbana de forma jurídica e denunciadora” (“*die Geschichte der Stadtguerilla juristisch und denunziatorisch abzuwickeln*”; 309), insinuando dessa maneira que as ações do estado de direito foram um processo destrutivo e injusto que igualmente destruiu duas políticas socialistas que aliás, na realidade histórica, mantiveram-se em considerável distância. Trata-se de estratégias retóricas que vinculam o destino da própria autora e sua posição extremamente minoritária – tanto na RFA como na RDA – com a crescente crítica – seja essa justificada ou não – ao processo da unificação.

Nem vale aqui a pena e nem é este o lugar para analisar as manifestações políticas da autora de forma argumentativa. Basta constatar que elas se encontram em total coerência com o mundo descrito na própria autobiografia. Na aldeia onde Viett foi criada, os camponeses cumprimentavam-se – nos anos 50! – com “*Heil Hitler!*” (32), os pais de criação – cujos nomes nunca são mencionados – aproximam-se a figuras de conto de fadas, no qual a madrasta bruxa atormenta e explora a pequena protagonista. É esse mundo completamente hostil e adverso que impele os jovens para a radicalidade, “a frieza social de uma geração de guerra desalmada que negou ou suprimiu seus incomparáveis crimes” (“*die soziale Kälte einer herzlosen Kriegsgeneration, die ihre beispiellosen Verbrechen leugnete oder verdrängte*”; 18). Na escola autoritária, a protagonista declara ter protegido a ‘irmã’ mais fraca por meio de golpes e de uma superioridade intelectual contra a discriminação de parte dos alunos e docentes (37). Aos 14 anos, conhece o amor na forma de uma paixão inocente por uma professora de ginástica (41), compensação pelo estupro de que foi vítima nas mãos de um camponês (44). Em resumo, constata que durante a infância “não experimentou nada espetacular ou traumático como milhões de outras crianças” (51). Mesmo assim, foi um esforço suportar “as inevitáveis humilhações diárias [...], a somatória de rudeza e desprezo, a arbitrária disposição alheia sobre corpo e alma, o embrutecimento impudico” (“*die Unausweichlichkeit täglicher Erniedrigungen [...] die Zusammenballung von Lieblosigkeit und Mißachtung, der beliebige fremde Zugriff auf meinen Körper und meine Seele, die schamlose Verrohung*”; 51).

A protagonista radicaliza-se junto com a maioria dos estudantes nas manifestações de 1968 e 69, decidindo-se, no início de 1972, a usar armas de fogo e viver na ilegalidade. A decisão de aderir ao “Movimento 2 de Junho” (a data do assassinato de estudante Benno Ohnesorg por um policial) é compartilhada já por poucos, uma dúzia de amigos que se consideram uma elite formada pelos mais corajosos e coerentes.⁹ A ideia é que “as massas” os sigam tão logo seu exemplo seja bem-sucedido. O grupo realiza uma série de ações mais ou menos exitosas – roubos, atentados a bomba, assassinatos, sequestros, fugas de prisão etc., mas paulatinamente registram-se também a diminuição e o isolamento do grupo ativo, a erosão do ambiente entre os simpatizantes e a crescente pressão do aparato de segurança do estado.

Cabe mencionar que, no fim dos anos 60, a visão de mundo de vários jovens rebeldes não era menos simplista que esses temas maniqueístas, lembrados e repisados pela autora. Contudo, todos os exageros diziam respeito, no final das contas, a defeitos inegáveis da sociedade alemã e à culpa histórica. A evolução da guerra do Vietnã e a sobrevivência de ditaduras na Europa e no restante do mundo preocupavam também observadores de maior experiência e, para um adolescente impaciente, tudo isso podia resultar na decisão de combater de forma militante “o sistema” que parecia ser o responsável por todos os males (cf. 78 ss.). Uma vez declarada a guerra, esses guerrilheiros urbanos entraram num circuito vicioso: Definindo-se como inimigos do estado (e da maioria dos seus leais cidadãos), eles foram necessariamente tratados como inimigos, afirmando assim a ‘verdade’ do seu pressuposto. O confronto se brutaliza cada vez mais porque a pequena dimensão do grupo não permite outra alternativa que a prática de ações violentas feitas de surpresa. E o estado não tem outra opção que mobilizar todos os meios para garantir seu monopólio da violência e a segurança pública.

A experiência do século XX sancionou juridicamente a legitimidade da guerrilha contra invasores e regimes totalitários. A teoria da guerrilha, que remete a Clausewitz, Lenin e Mao Tse Tung, distancia-se da guerra convencional entre estados para ser uma intervenção limitada com meios e fins limitados. Na sua *Theorie des Partisanen*, de 1964, Carl Schmitt esboça como as ações armadas na era moderna deixam a esfera nacional para se transformar em uma guerra mundial contra o capitalismo ubíquo,

⁹ Como curiosidade, cabe mencionar que o programa do Movimento declara que sua formulação se orienta segundo o programa “*dos nossos amigos brasileiros do MLB*”. (111)

almejando a eliminação absoluta do inimigo, no qual se identifica a fonte de toda miséria humana. Esse passo cria a polarização absoluta entre os adversários e permite, virtualmente, a recorrência a todos os meios em ambos lados. Quem chega à conclusão de que o estado é o inimigo – seja por engano ou de maneira fundamentada –, coloca-se a si mesmo num dos pólos desse antagonismo irreconciliável e obriga seu oposto, queira ou não, a ocupar o outro pólo e servir-se dos mesmos meios absolutos. Essa é a armadilha que enfrentam os estados democráticos atualmente diante de uma nova forma de terrorismo, não menos radical e fanático que aquele dos anos 1970.

Voltando à autobiografia de Inge Viett, observamos que ela reclama justamente esse direito de combater um sistema pernicioso. Além da sua interpretação da situação política, é, sobretudo, um sentimento básico e forte que justifica e sustenta seu antagonismo em relação ao estado: negativamente a “ausência de angústia”, positivamente “o orgulho” de sentir a própria importância nas ações violentas (84 s.). Na ilegalidade ela se sente livre da lógica do Imperialismo.

Eu estava do lado de fora, eu era algo novo, próprio. Nunca na minha vida estive mais segura e mais intrépida que nesses tempos no *underground*, o lugar em que nascia um outro ser fora do feio mundo. Nunca estive mais livre, nunca mais ligada à minha própria responsabilidade que nesse estado de completo desligamento da autoridade estatal e dos preceitos sociais. Nenhuma lei, nenhuma força externa determinava mais minha relação com o mundo, com a vida, com a morte. (114 s.)¹⁰

Esse sentimento de autonomia e poder dá título ao livro e, como parece, é um dos motivos mais fortes a manter Viett ainda fiel a esse passado. Aparentemente, a autora quer destacar o paradoxo: sua intrepidez chega ao auge quando é perseguida pelas forças unidas de um estado (e a maioria da população), ou seja, no momento de sua maior ameaça. A intensidade dos sentimentos de autonomia e de coragem lhe servem de indicadores para que esse estado de oposição absoluta seja o estado verdadeiro. Contudo, é necessário constatar que esse sentimento de soberania resulta exatamente da abdicação do reconhecimento de todos que estão do outro lado da “linha

¹⁰ „Ich war draußen, ich war etwas Neues, Eigenes. Nie in meinem Leben war ich sicherer und furchtloser als in dieser Zeit im Untergrund, dem Ort, der ein neues, anderes Sein außerhalb der häßlichen Welt gestattete. Nie war ich freier, nie war ich gebundener an meine eigene Verantwortung als in dem Zustand völliger Abnabelung von der staatlichen Autorität und von gesellschaftlichen Vorgaben. Kein Gesetz, keine äußere Gewalt bestimmte mehr mein Verhältnis zur Welt, zum Leben zum Tod.“

clara que [os] separa do inimigo”¹¹. Estar “ligada à sua própria responsabilidade” em vez de estar ligada a autoridades e preceitos sociais significa exatamente decidir sobre a vida e a morte daqueles que se encontram do outro lado da linha. A intensidade do sentimento se deve, em vez de ser um indicador da “vida verdadeira”, ao poder sobre seres humanos e a ilusão que esse poder seja controlado por uma moralidade superior: essa moralidade não tem fundamento no respeito do outro, mas na exclusão arbitrária de grupos determinados – um mecanismo bem conhecido da Revolução Francesa, dos massacres Stalinistas e do Nazismo.¹²

Parece estranho que a autora nem sequer na distância reflexiva da sua cela perceba que a luta armada não realiza a liberdade da “lógica destrutiva do sistema capitalista”; na realidade, essa luta apresenta todos os supostos vícios do sistema combatido. Se o estado – sempre segundo a opinião do grupo – rouba, eles começam roubando bancos, se o estado priva a liberdade individual, eles privam suas vítimas completamente de toda liberdade, se o estado destrói estruturas civilizadas, eles explodem os mesmos com suas bombas e matam pessoas com suas armas automáticas. A suposta liberação da violência consiste em aplicar exatamente os meios condenados, agora sem qualquer freio e moderação que limite o exercício do poder pelos órgãos legítimos no estado de direito. O sentimento tão festejado é o de gozo do poder sobre a vida alheia, mesmo que com este se misture a tensão do perigo de ser preso a qualquer momento. Muito longe de formar algo novo, próprio e diferente, os terroristas se convertem em uma réplica paródica do poder combatido. Se tivessem a sorte de vencer, estabeleceriam uma nova estrutura de opressão – mais violenta e cínica que a vencida, fenômeno tão familiar às revoluções históricas.

O sentimento de intrepidez, não obstante, deve servir de testemunho à autenticidade existencial da opção pela violência. O fracasso é atribuído, pela autora, a um encadeamento de fatores desfavoráveis fora do controle dos insurgentes: as massas da Europa Central são corrompidas por seu relativo bem-estar, o momento histórico não está maduro, a vontade aniquiladora do estado é subestimada.

¹¹ Citação de Mao Tse-tung; cf. “*Das Konzept Stadtguerrilla*” de abril 1971, o primeiro manifesto da RAF que desenvolve a argumentação geral da luta armada nas metrópoles em solidariedade com as lutas no terceiro mundo. *Rote Armee Fraktion* 1997: 27-48; 44.

¹² Sintomático parece também o uso de expressões como “*Schweine*” (porcos) para referir-se às pessoas que merecem ser eliminadas. *Ibid.*

Como é que a autobiógrafa se lembra dos seres humanos vitimados em sua luta contra o sistema? Em primeiro lugar, ela considera todas as ações violentas da guerrilha como uma reação às vítimas surgidas entre os jovens mortos por órgãos do estado. O próprio nome do movimento rememora a data da morte de Benno Ohnesorg, estudante alvejado por um policial durante uma manifestação. A primeira bomba do grupo tem por alvo o cassino dos oficiais britânicos em Berlim e pretende ser uma ‘resposta’ ao “Domingo sangrento” de Londonderry. Devido a um engano, a bomba foi colocada na entrada do Yate-Clube existente ao lado, onde um construtor de barcos a encontrou e morreu quando tentava analisar o objeto. A primeira consideração da autora sobre o assunto refere-se à possibilidade de que o integrante do grupo que plantou a bomba talvez fosse um agente da polícia secreta, a qual, portanto, seria a responsável pela morte do inocente. Inge Viett não faz comentários sobre suas emoções no tempo da narração, somente sobre os sentimentos daquela época.

A morte do construtor de barcos não podia nos deter. Eu estava consternada, sim. Mas eu não me sentia responsável. O assunto me tocou mais como quando alguém se sente tocado pelo fato de um de seus conhecidos tivesse provocado um acidente fatal. (91)¹³

Ainda que o grupo tomasse decisões e agisse de forma coletiva, ela se exime da culpa por meio de três operações: primeiro, não se tratou de um assassinato intencional, mas de um acidente; segundo, não foi ela (que plantou a bomba), mas um dos outros; e terceiro, esse talvez tivesse sido um agente infiltrado. De forma semelhante, embora muito mais cínica, ela imputa à polícia secreta a responsabilidade pelo assassinato de um outro integrante do grupo. É provável, no entanto, que este tenha sido ‘executado’ pelo grupo por ter colaborado com a polícia. A autobiógrafa narra o acontecimento assim: „Ele morreu evidentemente de uma bala / bola, com a qual os policiais tinham jogado bilhar e que havia saído da mesa e do controle deles.”¹⁴ (93)

O assassinato de um juiz da corte constitucional de Berlim é, de novo, uma ‘resposta’ à morte de um guerrilheiro na prisão (durante uma greve de fome). Para ela, as autoridades do Poder Judiciário e da prisão o deixaram morrer de fome. “A última foto dele mostra um homem morto emagrecido até o esqueleto. Em Buchenwald,

¹³ „Der Tod des Bootsbauers [...] konnte uns nicht aufhalten. Ich war bestürzt, ja. Aber ich fühlte mich nicht verantwortlich. Es berührte mich eher in der Weise, wie es einen Menschen berührt, in dessen Bekanntenkreis jemand einen tödlichen Unfall verursacht hat.“ (91)

¹⁴ “Er starb offensichtlich an einer Kugel, mit der die sogenannten Verfassungsschützer Billard gespielt hatten und die ihnen dann vom Tisch gerollt war.“ (93)

Auschwitz, Ravensbrück, Sachsenhausen e em outros campos de concentração, os mortos tinham essa aparência.”¹⁵ (125) Mesmo que o emagrecimento do prisioneiro tenha sido consequência do seu próprio comportamento e da política dos líderes da RAF que intencionalmente levavam em consideração a morte de um dos grevistas, a autora insinua que ele fora vítima de um ato de violência parecido (ou idêntico) ao genocídio nazista. A autora afirma que o fato exerceu uma pressão no grupo para agir imediatamente, realizando um sequestro planejado, inicialmente, por outros motivos e que resulta, por ser precipitado e improvisado, em um assassinato em vez de sequestro. Ela não faz comentários a respeito de seus sentimentos atuais ou antigos, limitando-se a citar a declaração do grupo sobre a ação, declaração essa que começa da seguinte forma: “Quem semeia violência, colherá violência” (125). Embora o grupo “assuma a responsabilidade pela ação”, a autora imputa toda a culpa ao estado.

O acontecimento que, finalmente, representa o motivo pelo qual ela abandona a luta armada e se refugia na RDA ocorre quando ela atira num policial francês que a seguira de moto por Paris. Para ela, a culpa é da obstinação do homem, que a persegue sem considerar que “sua caça” poderia ser perigosa. Ela pega sua arma e manda que ele “desapareça”.

O olhar dele é incrédulo, idiota. Alguns segundos depois, ele avança lentamente para sua arma, interpretando de forma totalmente errônea a situação. Eu fito-o petrificada, ele fica cada vez menor, seu gesto lento em direção à pistola esfrega-se sobre meus olhos como uma sombra. Depois ocorre um tiro. Eu havia atirado. (241)¹⁶

Para a autobiógrafa não se trata de um ato intencional, mas sim de “um acontecimento que ocorre sem vontade própria” e que, por isso, é “suprimido rapidamente e quase sem deixar vestígios” (241).

Apesar do meu envolvimento, a dinâmica de um acontecimento desse tipo não deixa lugar ou tempo para decisões autônomas. Por isso, a consciência recusa a responsabilidade por esse acontecimento. Recusa qualquer tipo de relação com ele. Durante todos esses anos eu não consegui sentir o mínimo pesar pelo policial alvejado. Ele não era uma pessoa concreta, nem sequer o inimigo concreto. Ele surgiu na minha vida em um momento somente como fatalidade, e essa fatalidade determinou-se pela situação provocada por ele, já que tal

¹⁵ „Das letzte Foto von ihm zeigt einen bis auf das Skelett abgemagerten toten Mann. In Buchenwald, Auschwitz, Ravensbrück, Sachsenhausen und den anderen KZs sahen die Toten so aus.“ (125)

¹⁶ „Ungläubig, dümmlich ist sein Blick. Sekundenlang, dann greift er langsam zu seiner Waffe in ungeheuerlicher Verknennung der Situation. Ich starre versteinert auf ihn, er wird kleiner und kleiner, seine langsame Bewegung zur Pistole wischt wie ein Schatten über meine Augen. Dann fällt der Schuss. Ich habe geschossen.“ (241)

situação resultou das decisões dele. Se eu tivesse demorado um pouco mais para agir, a fatalidade poderia ter sido igualmente a minha. (241 s.)¹⁷

De novo, ela não assume a responsabilidade pelo tiro que deixa o policial paralítico pelo resto da vida: A decisão foi dele, ela reagiu, forçada pelo encadeamento dos fatos. A ausência de emoções a respeito é descrita como um processo natural, como algo quase externo. Na sua narração, a “consciência” é uma instância com lógica própria, que “recusa a responsabilidade”, aparentemente sem que a pessoa tenha influência sobre ela. Nesse caso, a autora admite, pelo menos, que posteriormente, na ocasião do processo judicial – o disparo determinou sua condenação a 13 anos de prisão – sua vítima transformou-se “em uma pessoa de carne e sangue, com uma história de vida,” que “foi condenada por ela a ficar para sempre em uma cadeira de rodas [...]. Só aí eu pude sentir profunda compaixão, porque permiti que me afetasse o futuro dele como homem paralítico e dependente.” (342)¹⁸

Resumindo, podemos dizer que a autobiógrafa busca reconstruir aquele horizonte dos anos 1970 no qual ela atuou e se sentiu como militante. O dominante sentimento de triunfo, a ausência de temor figurou como base da sua identidade e ela não quer abrir mão desse sentimento que somente poderia ser mantido como elemento positivo e correto se a visão de mundo que o produziu fosse também correta. Como consequência, ela relaciona essa visão com o fracassado projeto da RDA, ainda que, na realidade, tenha havido poucas pontes entre a ideologia oficial do socialismo real e as construções legitimadoras do terrorismo da esquerda.

Contudo, percebe-se no livro uma tentativa de justificar os atos violentos, execrados pela grande maioria da população e, finalmente, também pela parte não-militante do movimento estudantil. O livro é testemunho da tentativa da autora de

¹⁷ „Obwohl selbst beteiligt, läßt die Dynamik eines solchen Geschehnisses keinen Platz und keine Zeit zu selbstbestimmten Entscheidungen. Darum verweigert das Bewußtsein auch die Verantwortung für dieses Geschehen. Verweigert überhaupt eine emotionale Beziehung dazu. Ich habe all die Jahre nicht das geringste Bedauern für den niedergeschossenen Polizisten empfinden können. Er war keine konkrete Person, nicht mal der konkrete Feind. Er ist nur einen Moment lang als Verhängnis in meinem Leben aufgetaucht, und dieses Verhängnis wurde von der Situation, die im Wesentlichen ein Ergebnis seiner Entscheidungen war, als seines bestimmt. Eine winzige Verschiebung im Ablauf und es hätte ebenso meines sein können.“ (241 s.)

¹⁸ „Erst zehn Jahre später, als ich mich auf diesen Prozeß wegen Mordversuchs vorbereitete und alle Ermittlungsakten studierte, wurde der Mann für mich zu einem realen Menschen, einer Person aus Fleisch und Blut mit einer Lebensgeschichte, die ihn dem kurzen Moment unseres Zusammentreffens durch mich zu einer Existenz im Rollstuhl verdammt worden ist und nun täglich das Leben neu erringen muß. Erst da konnte ich tiefes Mitleid fühlen, weil ich mir sein Schicksal als gelähmter und abhängiger Mensch nahekommen ließ.“ (242)

assumir seus atos¹⁹ e de apresentá-los a um público que, por sua vez, não pode reconhecer a legitimidade de tais atos mas, pelo menos, compreendê-los dentro da lógica da sua biografia. Esse esforço da autora, no entanto, não pode ser bem-sucedido, na medida em que ela não consegue se desvincular do sentimento triunfal de sua identidade, já que o mesmo implica em não se arrepender por ter feito vítimas. Os leitores – particularmente as vítimas e seus familiares – dificilmente poderiam reconhecer (e perdoar) seus atos enquanto ela não assumir a plena responsabilidade por eles e enquanto sua identidade não for rompida.

A autobiografia mostra, por um lado, como essa pessoa chegou ao seu limite de autocompreensão e de compromisso com a sociedade. Por outro, a sociedade, no caso dessa ameaça à paz interna, não consegue se reconciliar com pessoas que não renunciam a suas atitudes anteriores e que não reconhecem inteiramente a integridade de suas vítimas. A perspectiva autobiográfica, neste caso, é demasiado particular e partidária para que seja integrada na memória coletiva. Ficcionando a biografia de Viett, o filme de Volker Schlöndorff apresenta uma versão mais objetiva dos acontecimentos que, embora seja inaceitável para ela, permite que a sociedade considere também a posição da terrorista dentro do contexto histórico e da experiência individual.

Referências bibliográficas

- AUST, Stefan. *Der Baader-Meinhof-Komplex*. München: Knaur, 1989.
- HONNETH, Axel. *Kampf um Anerkennung. Zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2003.
- KOENEN, Gerd. *Vesper, Ensslin, Baader. Urszenen des deutschen Terrorismus*. Frankfurt a. M.: Fischer, 2005.
- KRAUSHAAR, Wolfgang, ed. *Die RAF und der linke Terrorismus*. 2 vols. Hamburg: Hamburger Edition, 2006.
- PETERS, Butz. *Tödlicher Irrtum. Die Geschichte der RAF*. Berlin: Argon, 2004.
- RICŒUR, Paul. *Wege der Anerkennung. Erkennen, Wiedererkennen, Anerkennen*. (Trad.) Ulrike Bokelmann and Barbara Heber-Schärer. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2006. (Em português: *Percurso do reconhecimento*, Loyola, 2006.)

¹⁹ Nota-se, porém, que ela unicamente admite ter praticado os atos pelos quais foi efetivamente condenada na Justiça. Nos outros casos, ela mantém um véu sobre a responsabilidade individual de cada um dos membros do grupo.

Rote Armee Fraktion. Texte und Materialien zu Geschichte der RAF. Berlin: ID-Verlag, 1997.

SCHMITT, Carl. *Theorie des Partisanen. Zwischenbemerkung zum Begriff des Politischen.* Berlin: Duncker und Humblot, 2002.

STAROBINSKI, Jean. "Der Stil der Autobiographie." In: *Die Autobiographie*, (Ed.) Günter Niggel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998, 200-213.

THEWELEIT, Klaus: *Ghosts. Drei leicht inkorrekte Vorträge.* Frankfurt a.M.: Stroemfeld 1998.

VIETT, Inge: *Nie war ich furchtloser. Autobiographie.* Hamburg: Nautilus 1996.

Fora dos muros: entre a *Bildung* e a Revelação

Luis S. Krausz¹

Abstract: This article discusses the change of paradigms perceived in Germany's Jewish community in the first decades of the 19th. Century, as a result of the fall of the walls which until that time separated Jews from their Christian German neighbours. The triumph of the ideas of Illuminism and the rapid penetration of these ideas in a community which longed for social integration, and which had hitherto been discriminated because of its ethnic and religious background, stimulated the adoption of new world views and new concepts of nationality and spirituality among Jews who had recently left the walls of the Ghettoes behind. One of the central passages in this change process is described by Berthold Auerbach (1812-1882) as the transformation of the idea of *Revelation* into *Bildung* – a cardinal concept in the 19th Century German culture. This seems to explain German Jews' affinity with the humanistic culture of their time: it now appears to occupy the central role which had hitherto been reserved to religious studies.

Keywords: Illuminism; German Literature; Assimilation; Jewish Literature; Berthold Auerbach

Resumo: Este artigo trata da rápida substituição de paradigmas que se processa no seio da comunidade judaica alemã nas primeiras décadas do século 19, como resultado da derrubada dos muros que, até então, separavam os judeus dos alemães cristãos. O triunfo das idéias do Iluminismo bem como sua rápida penetração no âmbito de uma comunidade ansiosa por integração numa sociedade que prometia a igualdade entre todos os seus membros, independentemente de sua origem étnica ou religiosa, estimulou, entre os judeus egressos dos guetos, a adoção de novas visões de mundo e de novos conceitos de nacionalidade e espiritualidade. Uma das passagens centrais nesse processo de mudança é descrita pelo escritor Berthold Auerbach (1812-1882) como a transformação da idéia de *Revelação*, central à tradição judaica, em *Bildung*, fundamental na cultura alemã do século 19. Trata-se de uma mudança de paradigmas que explica, de certa forma, a grande afinidade dos judeus do mundo de língua alemã com a reflexão humanística de seu tempo, que parece ocupar o lugar privilegiado antes reservado aos estudos de caráter religioso.

Palavras-chave: Iluminismo; Literatura Alemã; Assimilação; Literatura Judaica; Berthold Auerbach

Num artigo a respeito da presença judaica na literatura alemã, que Walter BENJAMIN (1977: 811) escreveu para uma edição da Enciclopaedia Judaica, de Berlim, no fim da década de 20, incluído de maneira apenas marginal em suas obras completas, aparece uma frase do escritor Berthold Auerbach (1812-1882) que define à perfeição o esforço titânico

¹ Doutor em Literatura e Cultura Judaica pela Universidade de São Paulo; pós-doutorando em Literatura e Cultura Judaica na Universidade de São Paulo e bolsista da FAPESP. Email: lkrausz@uol.com.br

de várias gerações de artistas e literatos judeus do século 19 e 20, em direção à emancipação e à criação de uma nova cultura, à qual imaginavam poder integrar-se como membros iguais: “*Das alte Religionsleben geht von der Offenbarung, das neue von der Bildung aus*” (A antiga vida religiosa parte da revelação, a nova, da *Bildung*). Essa frase vai diretamente à questão central da passagem dos judeus para a modernidade, no universo da cultura alemã, pois trata tanto da crença central da tradição judaica quanto do princípio central da cultura oitocentista germânica e da tradição do romantismo alemão, contrapondo-os e ao mesmo tempo transferindo à ideia de *Bildung* toda a energia que, até então, os judeus da Europa haviam concentrado em sua intensa vida religiosa.

O conceito de *Bildung*, segundo Hannah ARENDT (1996: 118), é o conceito central para se entender a questão judaica na Europa dos séculos 19 e 20. Esta é uma questão que, segundo a autora, data do Iluminismo, do triunfo das noções de humanidade e de tolerância, da separação entre as verdades históricas e as verdades racionais, conforme as idéias de Lessing, para quem a razão era o fundamento da humanidade. Trata-se, portanto, de um princípio fundamental no esforço de integração dos judeus a uma sociedade européia não mais fundamentada em dogmas manipulados por instituições religiosas, mas no conceito de liberdades e direitos individuais, extensivos à humanidade como um todo. Para, ARENDT (1996: 118) a noção unívoca de verdade, vinculada ao dogma religioso, desaparece com a *Aufklärung* alemã, representada por Lessing, e esta perda leva à descoberta do puramente humano.

Bildung é também a busca pela verdade de alguém que se emancipou dos dogmas religiosos, mas permanece em busca de um sentido para a existência, e sobretudo em busca da interioridade e dos sentimentos sublimes. A liberdade e a independência de pensamento são a base do ideal de *Bildung*, que se fundamenta no pensamento autônomo e numa emancipação da sublimidade das instituições e dogmas religiosos.

O caráter racionalista da *Aufklärung* alemã é criticado, já em 1774, por G. Herder, autor que teria influência decisiva sobre a geração posterior, romântica, e um dos primeiros a refletir de maneira sistemática sobre o conceito de *Bildung*, que ele distinguia do ideal de erudição enciclopédica (*Gelehrsamkeit*). Enquanto este conceito estava associado ao conhecimento de um corpo específico de conhecimentos, *Bildung* era o resultado de uma

exploração infinita de novos conhecimentos, e também de experiências de caráter estético. A origem dessa noção tem suas raízes no conceito grego clássico de *Paidéia*, e portanto enfatiza o cultivo e o desenvolvimento da vida interior. Herder considerou a *Bildung* como um passo além do conceito iluminista de educação – especialmente em sua versão francesa. Para ele, a *Bildung* não tem nenhum objetivo ulterior; trata-se de um processo infinito de auto-aperfeiçoamento e de desenvolvimento da própria humanidade, por meio de um conhecimento cada vez mais aprofundado do mundo.

Da mesma forma, Wilhelm von Humboldt (1767-1835) considera que a *Bildung* não tem nenhum objetivo ulterior, pragmático ou ideológico, mas é impulsionada por um comprometimento apaixonado com o crescimento interior e com a verdade. *Bildung*, então, pode ser caracterizada como uma religião secular, mas também como uma idéia ética universal.

Segundo Jessé José FREIRE DE SOUZA (1997: 1), a “*Bildung* (...) representaria inclusive a forma peculiarmente alemã de assimilação da herança individualista ocidental” e seria “a tradução laica da enorme influência da reforma luterana protestante na Alemanha. Lutero teria privilegiado, através da noção de privatização da fé, a vida subjetiva e interior em contraposição à vida social e política. Afinal, a privatização da fé envolve uma ênfase na relação direta com a divindade, não mediada pela relação com os outros homens...” Ainda segundo FREIRE DE SOUZA, se é por causa da influencia do Luteranismo que a *Bildung* enfatiza a introspecção religiosa, é por causa de Goethe que a temática da auto-formação exerce um papel fundamental nesse conceito: “O auto-aperfeiçoamento individual é visto como produto do cultivo da sensibilidade artística, da liberdade pessoal, dos bens da vida e da civilização.”

A nova religião da *Bildung* a que Auerbach se refere é, portanto, o cerne da vida do espírito na Alemanha oitocentista, emancipada dos dogmas, da verdade única e da hierarquia religiosa. Por sua vez, o conceito de revelação, *Offenbarung*, princípio fundador da tradição espiritual e cultural do judaísmo, expressa a idéia de que a *Torá* foi concedida ao povo judeu e à humanidade pelo próprio criador do Universo. A crença na revelação implica, evidentemente, na observância estrita de todos os 613 mandamentos expressos na *Torá* e faz desse corpo de narrativas e de leis a verdade absoluta, o livro que deve orientar,

em sua totalidade, as existências e as vidas religiosas dos judeus. Tudo o que não está ligado a esses livros, necessariamente tem uma importância secundária. A *Torá*, portanto é o fruto de uma epifania, e sua autoridade é inquestionável e indiscutível. Trata-se de um corpo dogmático, cuja autoridade deriva de seu conteúdo divino. É esta crença que explica o formidável *corpus* de comentários, discussões e interpretações do texto bíblico que se cristalizaram, ao longo dos séculos, na literatura talmúdica e nas obras dos grandes comentaristas medievais e é em torno dessa erudição que revolve a vida judaica nos guetos e nas aldeias judaicas da Europa até o advento da chamada “Emancipação Judaica”.

A transmutação do fulcro em torno do qual revolve a vida espiritual dos judeus da Europa de língua alemã, a partir do fim do século 18 é, portanto, o fenômeno a que Auerbach se refere nessa sua *phrase célèbre* – “*Das alte Religionsleben geht von der Offenbarung, das neue von der Bildung aus*” – citada por um sem-número de autores, antes e depois de Benjamin. A chamada emancipação judaica significou, em maior ou menor escala, o êxodo de uma teologia e de uma cosmovisão fundamentadas na tradição bíblica e talmúdica, que ocupava o centro de uma vida segregada do ambiente cultural à sua volta, na *Judengasse* ou nos guetos, em direção a uma espécie de terra prometida do Iluminismo, regida não mais pela autoridade dos rabinos e das escrituras sagradas mas pela *Bildung* – um *compositum* instável, em permanente estado de transformação e crescimento, do qual faziam parte elementos de um judaísmo transformado à luz das ideias iluministas, mas também o ideário romântico, sobretudo o esteticismo romântico, bem como uma leitura romântica da Antiguidade clássica e do medievo, aliadas à fé na ciência e na razão.

Notável, na afirmativa de Auerbach, é a importância que ele atribui à *Bildung*: não se trata, como é comum na era burguesa, de um ornamento, de um acessório a uma existência de distrações e de hedonismo, mas de um assunto fundamental, da maior seriedade e importância: o novo centro da vida do espírito. Auerbach jamais propõe a secularização materialista ou o agnosticismo racionalista: propõe uma *nova* religião, e não o abandono da religião, isto é, propõe a transferência, para uma nova esfera, do eixo principal em torno do qual revolve a vida espiritual judaica até então, mas sem qualquer prejuízo de sua importância. Existe, portanto, um valor *devocional* na idéia de *Bildung* conforme a formulação de Auerbach, que parece fundamental para a compreensão da importância e da centralidade desse conceito na formação de uma *nova* identidade judaica.

A participação, em maior ou menor escala, nesta forma renovada de devoção, será, ao menos idealmente, também a marca do *Westjude*, em contraposição ao *Ostjude*, que permanece profundamente ligado à esfera da Revelação.

No universo da *Bildung* – um patrimônio cultural em constante movimento de transformação e expansão – está implícita uma noção cardeal da mentalidade européia do século 19, qual seja, a noção do progresso, ou *Fortschritt*, fulcro da ideologia fáustico-iluminista, adotada como parâmetro central da civilização oitocentista, que vê na ampliação dos conhecimentos e da experiência humana o horizonte dos novos tempos, marcados pela emancipação com relação aos dogmas religiosos: trata-se do início da era da liberdade, em que se rompem definitivamente todas as amarras com as sociedades medievais. *Bildung*, portanto, é um conceito que contém, em sua essência, o princípio do *Fortschritt*, já que se trata não de um substantivo que designa um objeto acabado, mas de um que contém, em si mesmo, a idéia de expansão e de movimento permanente, e que supõe, portanto, à maneira do *Fortschritt* um crescimento indeterminado, em direção ao infinito. A ambição da *Bildung* – assim como a do capital e do progresso – a tudo pode abarcar em seu bojo, e a insaciabilidade e o ímpeto em direção à expansão incessante são parte de sua natureza. A *Bildung* é um corpo em permanente expansão, e as analogias deste crescimento com o próprio processo de geração e multiplicação de capital, no mesmo período, na Europa, são evidentes.

Os valores constitutivos da *Bildung* encontram-se em permanente mutabilidade: são análogos às grandes obras, nas cidades dos séculos 19 e 20, que jamais terminam; são como as galerias e os museus, que nunca cessam de ampliar seus acervos, preenchendo seus espaços cada vez mais monumentais com objetos provenientes de todos os tempos e de todas as partes do planeta, como se almejassem abarcar a totalidade do cosmos; são como os volumes ciclópicos, e sempre renovados, das enciclopédias universais, que desejam conter todo o saber: a vertigem é a contrapartida inevitável da *Bildung*. Assim, o que Auerbach evoca, ao comparar a velha e a nova vida religiosa é, de um lado, algo tão específico e delimitado como a revelação mosaica, e de outro um acervo dinâmico e incandescente, de ambições inesgotáveis, em permanente volatilidade que, ao contrário da revelação mosaica, não possui um núcleo único, mas é determinado por uma constelação de

fulcros em permanente gravitação, interagindo uns com os outros, a cada tanto de outra forma.

Ao contrário da imutabilidade do cânone hebraico, em que mínimas variações de uma só letra são capazes de invalidar, de maneira irreversível, toda uma página de textos sagrados, a *Bildung* é um corpo vivo, e como tal sujeito à mortalidade: seus ingredientes estão em processo permanente de fermentação, degradação e ressurgimento, como a própria vida terrena. É impossível determinar, ainda que apenas no universo literário, quais seriam – ou foram – os textos obrigatórios e quais os dispensáveis para um cânone hipotético, para não falar de todas as outras esferas possivelmente abarcadas pelo termo *Bildung*, que vão das línguas clássicas às da Europa moderna, das artes plásticas da Antiguidade clássica ao século 19, do teatro às regras da cavalaria, e das habilidades sociais à etiqueta, e logo do bem vestir-se aos esportes e aos refinamentos da culinária, enfim, toda a multiplicidade quimérica e crescente da cultura e das sub-culturas burguesas que se estabelecem e se difundem pela Europa a partir do século 19, e de lá para todo o mundo.

A revelação de Israel, por sua vez, é um acontecimento único, em torno do qual se organiza a vida judaica ao longo dos séculos. Analogias entre a infinitude do Talmude, dos comentários, das lendas judaicas, que tomam por base o conteúdo dessa revelação, e a vitalidade inerente à *Bildung* são possíveis. A diferença está, porém, no fato de que toda essa vitalidade gravita em torno de um centro estático e imutável: o Pentateuco, que na tradição judaica é visto como fruto de uma revelação divina, e que, como tal, deve ter sua centralidade preservada para sempre.

Mas Auerbach escreveu “*Das alte Religionsleben geht von der Offenbarung, das neue von der Bildung aus*” num momento em que o processo de transformação da vida européia – e sobretudo da vida judaica na Europa ocidental – apenas ensaiava seus primeiros passos. Os limites do que ele compreendia como *Bildung* ainda não deixavam antever a vastidão tantalizante que o termo viria a adquirir mais tarde. Em sua atividade literária – que fez dele um dos mais populares escritores alemães da primeira metade do século 19, com suas *Schwarzwälder Dorfgeschichten* – Auerbach apresenta, portanto, uma espécie de tributo à nova “vida religiosa” de seu tempo. Ele toma por base um humanismo e uma ética universalistas, que buscam na mentalidade e na vida do homem simples,

ancorado na natureza, os valores compartilhados permanentes e intrínsecos da humanidade. Como convém a um homem para quem os valores emergentes do século 19 representavam o fim do obscurantismo, da superstição, da crueldade e da barbárie – e sobretudo a libertação dos judeus do confinamento moral, espiritual, intelectual e social representado pela *Judengasse* – Auerbach ecoa as idéias de Rousseau e de seus contemporâneos, ao conceber uma antologia arqui-germânica de histórias populares, em que a gente e a paisagem da Floresta Negra encarnam as virtudes de uma moral natural ao ser humano.

A onda transformadora que passou sobre a cultura e as instituições da Europa, a partir do fim do século 18, bem como a difusão, por meio das guerras napoleônicas, de uma ideologia e logo de uma legislação, baseadas na igualdade de direitos e no conceito de liberdades e direitos civis, levou os judeus do mundo de língua alemã a se sentirem, como Auerbach, no alvorecer de uma nova era, em que não mais se aguardava pela vinda de um Messias místico, destinado a pôr fim às agruras de uma vida sujeita a impostos abusivos, discriminação social, quando não a matanças, espoliação e expulsões, mas em que os judeus poderiam se tornar membros iguais de uma sociedade não mais dominada pelo clericalismo e por doutrinas e crenças que lhes designavam uma posição inferior, mas por princípios coerentes com o espírito dos novos tempos.

A promessa de integração implícita nas idéias iluministas dependia, evidentemente, de uma mudança de parâmetros, tanto por parte dos judeus quanto por parte dos cristãos. Para os judeus era fundamental a aquisição de um novo sistema de pensamento, de uma nova *Weltanschauung*, em que o conceito de *Bildung* desempenhava o papel central. *Bildung*, assim, é a chave para a compreensão de tudo o que se convencionou denominar de “simbiose cultural judaico-alemã” – uma simbiose que, como lembra Michael Löwy, “não se refere, ao contrário do que às vezes se acredita, a um encontro e a um reconhecimento mútuo entre as culturas judaica e alemã, mas sim a uma síntese, exclusivamente por parte de pensadores judeus, de elementos culturais de origem judaica e alemã.” (LÖWY 2007: 24)

Ao dizer “*Das alte Religionsleben geht von der Offenbarung, das neue von der Bildung aus*” Auerbach destaca o que há de radical no processo de emancipação judaica alemã. A dimensão da ruptura expressa por essa frase não pode ser suficientemente enfatizada: trata-se de uma mudança de paradigmas que é como o surgimento de um novo

sol, e a vida espiritual dos judeus que percorrem, por vontade própria e espírito de rebelião, ou simplesmente, de maneira involuntária, por força das circunstâncias, o *iter* que leva da velha vida religiosa em direção à nova, efetivamente parece gravitar em torno de dois sóis – e não mais de um. A aquisição do patrimônio cultural novo, com todos seus desdobramentos estéticos, éticos e filosóficos, implica num convívio entre culturas na esfera íntima e particular, e esta situação “entre dois mundos”² é não só a preocupação central de gerações de escritores judeus alemães, é também o tema central de uma grande diversidade de obras de sua literatura. O significado deste estar entre dois mundos, vista a natureza inexoravelmente incompleta da *Bildung*, está ligado de maneira indissociável ao processo de entrada do povo judeu na história européia.

“Entrada na história” é um termo que demanda explicações: por trás dos muros e dos portões da *Judengasse*, no confinamento do gueto e no isolamento do *Shtetl* vivia-se, até o final do período barroco, mas também, em alguns casos, especialmente no Leste europeu, até o genocídio nazista, sob o signo da eternidade. A promessa da redenção, por meio da vinda do Messias, de um lado, e a memória bíblica, imortalizada pelos estudos sagrados, de outro, impregnavam a vida quotidiana e colocavam suas limitações e sofrimentos numa perspectiva atemporal, relativizando-os ao invés de fazer deles a medida de todas as coisas, e sobretudo buscando dar-lhes um sentido dentro de uma lógica cósmica, muitas vezes vista como impenetrável mas, ainda assim, objeto da reflexão inesgotável.

Irving Howe retrata o universo do *Shtetl* como de confinamento a formas de vida herdadas da Idade Média e, sobretudo, dominado por maneiras de agir e de pensar essencialmente pré-burguesas:

Como o *Shtetl* vivia na constante expectativa de ataques externos, todas as tendências internas à desintegração eram contidas. O mundo exterior, o mundo dos gentios e dos mundanos, significava hostilidade e sacrilégio, força bruta: a ameaça do punho contra a Palavra indefesa. Esta condição de precariedade permanente dava aos judeus do Leste da Europa a consciência de se manterem à distância da história, da história como tal e da história como um conceito do mundo ocidental. Vivendo numa proximidade quase atemporal tanto com um passado mítico como com um futuro redentor, com o sacrifício de Abraão de seu filho amado a um Deus ainda mais amado como com a certeza na chegada de um Messias purificador

² Para usar, mais uma vez, o título mais do que apropriado da antologia de literatura judaico-alemã preparada por Anatol Rosenfeld para a Editora Perspectiva na década de 60

(...), os judeus não podiam evitar de achar que a história era um detalhe um pouco ridículo e um pouco perturbador da era dos gentios. (HOWE 1976: 8)

Assim, os acontecimentos na vida judaica, no *Shtetl* tanto quanto na *Judengasse*, dividem-se em dois períodos infinitos: o ontem bíblico e o exílio de hoje, dominado pela expectativa da chegada do Messias.

A geração de Auerbach – e a geração que o precedeu – estavam empenhadas na criação de uma nova forma de judaísmo, um judaísmo moralmente regenerado, cujos ideais educacionais e sociais estavam fundamentados nos princípios da *Aufklärung* pré-kantiana, mas à qual se referia como aos ideais reinantes da nova cultura, *Bildung*. “O indivíduo haveria de tornar-se moralmente autônomo, mas livre da tirania dos sentidos por meio do cultivo da razão; deveria tornar-se sensível e humano por meio da religião e da estética, o cultivo do coração.” (SORKIN, 1985:105)

Esses valores universais são emblemáticos de “toda uma comunidade invisível de judeus alemães em processo de aculturação, que perpetuaram formas culturais distintas no âmbito da cultura majoritária”. (SORKIN, 1985:103). Auerbach, assim, tornou-se expoente de uma ideologia que combinava “liberalismo político (emancipação como uma questão legal) com regeneração (emancipação como uma questão de educação e humanidade).” (SORKIN, 1985:103). Sua visão acerca da emancipação envolvia tanto uma “melhoria” nas condições civis dos judeus quanto um aperfeiçoamento de suas características humanas.

Sua literatura pode ser compreendida como a busca por uma *Bildung* verdadeira, que pudesse auxiliar no empenho de aperfeiçoamento moral dos judeus de seu tempo, bem como na aceitação, por parte do mundo cristão, dos judeus como cidadãos iguais. A *Bildung* representa, também, as esperanças e ambições de uma geração que, em vez de querer livrar-se das humilhações intrínsecas à experiência judaica na Diáspora por meio da redenção, passa a acreditar ser possível superar essa condição na própria Diáspora, por meio da aquisição plena dos direitos da cidadania.

O judaísmo que emerge com a abertura dos portões da *Judengasse*, assim, traz em si a expectativa de que, tornando-se bons europeus, homens civilizados que pretendiam superar os nacionalismos participando de uma sociedade cosmopolita baseada na cultura liberal, os judeus poderiam libertar-se de sua história trágica, de maneira que a crença

messiânica, e a crença na revelação, passam a ceder espaço para uma visão de mundo ancorada na fé nos poderes humanos, na razão, e particularmente no *Fortschritt*, ou progresso, termo sobre o qual passam a ser projetadas aquelas forças capazes de libertar não só os judeus de seus sofrimentos, mas toda a humanidade do jugo de mazelas que, na imaginação do século 19, são atribuídas ao obscurantismo, à superstição e às crendices que não passam pelo crivo da razão. Assim, há um conteúdo inconfundivelmente redencionista implícito nessa fé incondicional na *Bildung* e no *Fortschritt* – e é em função de sua incondicionalidade que Auerbach a compara à fé na Revelação, ao centro da *velha* vida religiosa. Pertencer ao universo da *Bildung*, portanto, significou, para a geração de Auerbach e para as gerações que o sucederam, uma transformação íntima, a adoção de novos parâmetros e o ingresso numa civilização inclusiva.

Ao mesmo tempo em que a razão, como pedra angular na construção da *Bildung* tanto quanto do *Fortschritt*, adquire uma soberania quase absoluta, o universo da sublimidade e da irracionalidade, para o qual havia espaço no âmbito das velhas formas religiosas, passa a ser condicionado e subjugado pelo culto à estética que, sem superar os limites da racionalidade, deve proporcionar o cultivo de uma respeitabilidade legitimada pelo consenso social. MOSSE (1985) discute a íntima ligação que existe, na ideologia alemã do século 19, entre a idéia de *Bildung* como auto-educação e formação de caráter, e os modos e a moralidade que constituem a noção de respeitabilidade intrínseca ao universo germânico oitocentista. Os judeus emancipados na Europa de língua alemã eram cidadãos que tratavam de mudar radicalmente o espírito e o estilo de vida herdado de seus ancestrais, e esse processo de transformação íntima implicava em aculturação. Os estudos judaicos, por exemplo, haveriam de ser colocados a par com o conhecimento da cultura clássica, tão valorizada pela Europa do século 19 – e tão profundamente ancorada na razão socrática e platônica – e no desenvolvimento de uma sensibilidade estética que, no entanto, deveria estar sempre submissa aos limites estabelecidos pelos ideais de moderação, proporcionalidade e racionalidade cultuados na Atenas do século V a.C. Enfatizava-se, como padrão da nova civilidade, o auto-controle, a moderação e a força silenciosa, ao mesmo tempo em que as paixões humanas e as fantasias passíveis de escapar ao controle – como por exemplo todas as correntes místicas e messiânicas do judaísmo, bem como seu vasto acervo de superstições – eram consideradas como as inimigas da respeitabilidade,

potencialmente subversivas e destrutivas. Ao mesmo tempo, o cultivo das virtudes germânicas, sobretudo a *Tüchtigkeit* e a sobriedade, também fazia parte dos novos princípios. A aquisição do novo patrimônio cultural tinha como objetivo a inclusão no que era visto como a nova sociedade européia, marcada pelo triunfo de uma ideologia burguesa, definida por sua oposição tanto ao proletariado, com sua sujeição às fatalidades e às circunstâncias, quanto à aristocracia declinante, moldada em torno de ideais de sublimidade a cada tanto mais desacreditados em função de sua redução à esfera dos interesses meramente materiais.

Mosse destaca que os judeus não se assimilaram à sociedade alemã, mas sim à classe média alemã, mimetizando e adotando seus ideais de solidez e respeitabilidade, seus padrões estéticos e seus gostos, de maneira a criar uma nova identidade cultural – uma identidade marcada pela precariedade e ameaçada, permanentemente, de um lado pelo universo estreito da *Judengasse*, que se desejava deixar para trás; de outro, pela reticência, tantas vezes manifesta da população cristã, em aceitar como iguais os egressos dos guetos, ou seus filhos e netos.

Não por acaso, os termos mais frequentes nos textos moralizantes publicados pela imprensa judaica de língua alemã nas primeiras décadas do século 19 – e também os mais frequentes, segundo Mosse, nos sermões dos grandes rabinos de então – são *Bildung* e *Sittlichkeit*, recorrentes, igualmente, na literatura judaica da época. Se Heinrich Heine foi o primeiro a afirmar que os judeus precisavam adquirir um “bilhete de entrada” para a sociedade alemã, aludindo à sua própria conversão ao protestantismo, Mosse afirma que este bilhete de entrada consistia, mais do que nada, na aquisição de *Bildung* e *Sittlichkeit*, comparados por ele a títulos de cavaleiro da modernidade, e bens imateriais cuja posse significava a participação na burguesia emergente.

O ideal de *Bildung* foi introduzido na educação secundária alemã por Wilhelm von Humboldt, que o considerou essencial à formação da idéia de cidadania. Mosse destaca que o aburguesamento dos judeus deve ser visto no âmbito do aburguesamento oitocentista generalizado, e que nesse processo a carga emocional negativa, acumulada por séculos de discriminação e perseguição, teria que ser transmutada por um processo de *Veredelung*

(refinamento) – termo igualmente frequente nos discursos dos grandes rabinos de língua alemã do século 19.

Não por acaso, evidentemente, surgem, no século 19, os grandes templos judaicos, construções até então desconhecidas, concebidos como contrapartidas mosaicas às catedrais, nos quais, à maneira do que acontece entre os cristãos, a música passa a fazer parte integrante do ritual, que se contrapõe, de maneira diametral, ao que acontecia nas pequenas salas de oração dos guetos e aldeias, onde pequenos grupos se reuniam para um contato com o divino que era governado não pela contrição disciplinada ou pela apreciação estética, mas pela espontaneidade de homens que conversavam diretamente com o seu Criador, derramando suas emoções, sentimentos, desejos e anseios. Nos grandes templos judaicos oitocentistas, difunde-se uma idéia estética e uma idéia filosófica, à maneira do que acontece nas igrejas: a aproximação com a população mais ampla, por meio da *Bildung* e da noção de cidadania, pretendia reduzir o judaísmo a uma questão puramente confessional, rompendo com a idéia do judaísmo como nacionalidade para criar a figura do “cidadão alemão de fé mosaica”.

Uma das características centrais da civilização burguesa emergente era a adoção da ética do trabalho, fundamental para a fé do século da Revolução Industrial, e vista como a força motriz do *Fortschritt*, princípio redentor e libertador do homem do século 19. Se o judeu do gueto e da *Judengasse* era visto pela população cristã como improdutivo, ganhando sua vida por meio da usura e do comércio, um *Schnorrer* (pedinte) incapaz de trabalho honesto, a emancipação representava não apenas um êxodo do passado do gueto, mas também de uma cultura de preconceito alemã, vista como obstáculo à integração, que excluía, sistematicamente e desde sempre, os judeus das raízes do *Deutschtum*. A adoção desta ética da produção, portanto, era um aspecto indispensável para o percurso em questão.

Numa passagem de suas memórias, em que relembra o esforço de sua juventude no sentido da *Bildung*, Goethe destaca o que este esforço implicava de *Zerstreuung* e *Zerstückelung* (dispersão e despedaçamento): a diversidade estonteante de seus interesses muitas vezes o deixava desorientado, exausto e perdido. Curiosamente, o antídoto de Goethe para a vertigem inerente ao processo de aquisição de *Bildung* é a leitura da Bíblia hebraica:

Quando a mistura de fábulas e história, mitologia e religião ameaçava confundir-me, eu gostava de me refugiar naquelas regiões orientais, eu mergulhava nos primeiros livros de Moisés e encontrava-se, em meio às famílias estendidas dos pastores, ao mesmo tempo na mais profunda solidão e na melhor companhia.(GOETHE 1989: 140)

O interesse de Goethe pela Bíblia hebraica está diretamente associado à sua curiosidade em relação ao mundo à sua volta – de certa forma, uma tendência essencial do literato cosmopolita, que quer libertar seu olhar dos vícios do clericalismo doutrinário, de um lado, e sente uma atração irresistível por tudo o que é exótico. Ainda na adolescência, ele conhece a *Judengasse* de Frankfurt, a respeito da qual registra as seguintes lembranças:

Dentre as coisas em torno das quais pairava uma atmosfera ameaçadora para o menino – e também para o jovem – estava, em especial, a situação na cidade dos judeus, na verdade chamada de *Judengasse* (rua dos judeus), porque consiste de pouco mais do que uma única rua que, em tempos passados, parece que estava confinada entre os muros da cidade e o fosso, como numa jaula. A estreiteza, a sujeira, o burburinho e o sotaque de uma língua irritante, tudo isso se combinava para criar a mais desagradável impressão, até mesmo para alguém que simplesmente olhasse para dentro, ao passar pelo portão. Demorou muito tempo até que eu ousasse entrar ali sozinho, e não foi sem dificuldade que eu voltei para lá, depois de escapar de tantas pessoas ansiosas e invasivas, que não se cansavam de me exortar a negociar algo, ou de oferecer coisas para barganhar, sempre pensando em ganhar algum dinheiro. E enquanto eu estava lá, pairavam sobre a minha mente perturbada as imagens de antigas lendas, como aquelas, terríveis, retratadas na *Chronik* de Gottfried, que tratam da crueldade dos judeus para com as crianças cristãs. E ainda que nos novos tempos se pensasse melhor sobre eles, aquele quadro de sarcasmo e vergonha, que se destacava especialmente entre essas imagens, testemunhava contra os judeus: pois ele não fora pintado pela má vontade de um indivíduo, mas pela disposição pública.

Ainda assim, eles permaneciam o povo escolhido de Deus e fosse como fosse lidavam com muito cuidado com a memória do mais antigo dos tempos. Além disto, eram também seres humanos, ativos, agradáveis, e mesmo a teimosia com que se mantinham apegados aos seus costumes tinha que ser reconhecida. (GOETHE 1989: 149)

Se para Auerbach a *Bildung* é a essência da nova religiosidade, e o antídoto para a estreiteza, às vezes sufocante, do universo da religião revelada, para Goethe a velha religião da revelação de Israel é o antídoto perfeito para a dispersão e o despedaçamento

provocados pela multiplicidade inesgotável de leituras, visitas a museus, aulas e viagens, inerentes ao processo interminável da *Bildung*.

Uma nítida polaridade separa o universo da Revelação do universo da *Bildung*; uma polaridade em que, de um lado, está a criação de um *compositum* em expansão, cujos componentes não se diferenciam, uns dos outros, por nenhuma hierarquia, e em que se busca destacar o que têm em comum entre si, e em comum com a ideologia das Luzes e, de outro lado, o universo da revelação, que se caracteriza pelo valor divino e absoluto dos Cinco Livros de Moisés, e pela relatividade de tudo o que extrapola seus limites. “Por isto é bonito que a tradição israelita representa como heróis da crença os primeiros homens que acreditaram nesta providência extraordinária, aqueles que, reconhecendo-se como dependentes daquele Ser superior, obedecem cegamente a cada um dos mandamentos, da mesma forma como, sem duvidar, não se cansam de aguardar pela realização de suas promessas.” (GOETHE 1989: 134) Mais adiante, ele escreve: “há uma característica principal que não pode faltar a esses homens: a crença inabalável de que Deus se importa de maneira extraordinária com eles e com os seus.” (GOETHE 1989: 138)

Este universo de certezas, que tem sua sede física na *Judengasse* e no *Shtetl*, torna-se, à medida que avança o século 19, um corpo estranho dentro da civilização e da cultura européia. Aí encontram-se, intactas, crenças que atravessaram incólumes a Idade Média, e que norteiam uma vida impregnada de tradições imutáveis, que chega às raias da fossilização, bem como pela repetição, de geração em geração, de contornos espirituais, formativos de uma identidade cultural específica, que tem como fulcro, de um lado, a catástrofe da *Galut* e de outro a esperança na redenção messiânica.

A idéia de *Galut* é central para a compreensão da vida judaica na *Judengasse* e no gueto europeu, ou seja, para a compreensão do universo que, a partir do fim do século 18, começa a dissolver-se. *Galut* é um termo que provém do hebraico bíblico. Aparece, pela primeira vez, nos livros dos profetas ³, onde se refere, de maneira consistente, à idéia de exílio. Trata-se, porém, não de um exílio voluntário, nem de um exílio provocado por causas fortuitas, pelo imponderável das guerras e da política: é um exílio impregnado de um significado ético e moral, isto é, um exílio que tem, implícito, um juízo de valor e que

³ cf. Jeremias 28,6; Isaías 49,21; Ezequiel 1,1; 3,11 e 15; 11,24 e 25; Nahum 3,10; Ezra 10,8; Zacarias, 6,10; Amós 1,15 etc.

está associado a uma teologia de punições e de recompensas fundamental à religiosidade da Revelação.

No livro de Gênese, isto é, antes de outorga da Lei, as fomes são episódios mais ou menos corriqueiros na terra de Canaã, de causa não enunciada e, aparentemente, de valor moral neutro. Os primeiros patriarcas judeus, que vivem antes da Revelação do Sinai, não estão, ainda, sujeitos aos termos da lei mosaica. Abraão, em Gênese 12,10, afasta-se da terra de Canaã para escapar à fome, refugiando-se no Egito. Isaac, em Gênese 26,1, repete, com algumas pequenas mudanças, a trajetória descrita por seu pai e José, em Gênesis 41,54-56 e 42,5, também parte para o Egito. Em nenhum dos casos esta migração é representada como castigo.

Depois da Revelação do Sinai, porém, a permanência na terra de Israel passa a ficar condicionada a dois fatores principais: a presença das chuvas, nas estações certas, que garante as colheitas, e a proteção contra os ataques de populações inimigas. Se os mandamentos forem obedecidos, então as chuvas virão na hora certa, de maneira a propiciar as colheitas e a fartura de frutas e de grãos. E se não, Israel será empurrado para o exílio. A fome e o exílio são representados como resultados e consequências diretas das transgressões do povo. A partir do momento em que, na narrativa bíblica, o povo judeu se assenta em Israel, passa a haver uma vinculação estreita entre o bem-estar material e a ética; entre a prosperidade e a prática da justiça; entre a moralidade e o conforto: desde as origens da cultura judaica, está presente a idéia de um valor moral para o exílio, que necessariamente possui uma dimensão trágica e punitiva. Em torno do exilado, isto é, daquele que vive na *Galut*, paira a aura da culpabilidade: se as fronteiras da terra de Israel significam, também, a moralidade e a obediência aos preceitos divinos; sua ruptura, a transgressão e a culpa.

A temática do exílio é retomada, também, nos livros dos Juízes, que tratam de um período de grande instabilidade política, em que a vitória dos inimigos de Israel é apontada, consistentemente, como decorrência das iniquidades dos próprios israelitas. Assim, se no Levítico e no Deuteronômio a fome, gerada pela transgressão, é a causa primordial do exílio, nos livros dos Juízes a derrota ante os inimigos soma-se a ela, para ser compreendida como a mais funesta das consequências das transgressões.

O período dos Juízes permaneceu, na memória coletiva de Israel, como um período de terrível caos social e religioso, marcado por violentas invasões de estrangeiros, apostasia religiosa, desrespeito às leis e guerra civil tribal. O *Midrash* – corpo de lendas e comentários, reunidos ao longo de séculos, que complementam e preenchem as lacunas do texto da Bíblia Hebraica e que fazem parte do Talmude – também atribui ao tempo dos Juízes características adversas e, sobretudo, a fome, compreendida como punição pela negligência espiritual e pela idolatria dos israelitas. A corrupção da justiça também é compreendida como causa de infortúnio nacional e exílio no Talmude, de acordo com a concepção teológica retributiva central à Bíblia hebraica como um todo.

O termo *Galut* surge, na literatura bíblica, nos livros dos profetas: em Isaías, Ovadia, Ezequiel, Amós e Jeremias para designar a condição de cativos e exilados dos israelitas, cujas terras foram dominadas por invasores estrangeiros. A condição de expatriados, na teologia dos profetas, está direta e indissociavelmente vinculada às transgressões das leis da *Torá*, cometidas pelos israelitas, e é vista como uma decorrência natural destas transgressões. É por causa da desobediência de Israel aos mandamentos que suas terras foram conquistadas por invasores e sua população conduzida à *Galut*. O mérito moral da permanência do povo judeu em suas terras tem como contrapartida o sentido de punição e de castigo inerente à condição dos expatriados. A permanência na Terra Prometida representa a renovação da aliança entre Deus e os israelitas, da mesma maneira como a obediência estrita às leis, por parte do povo de Israel, representa a perpetuação desta aliança – uma aliança que, segundo os profetas, é desfeita na medida em que os israelitas passam a ignorar os mandamentos, seguindo os deuses dos outros povos, os impulsos egoístas de seus próprios corações, as crenças falsas.

O impulso à transgressão é visto, na tradição bíblica, como uma característica intrínseca à natureza humana e a vinculação da *Galut* à desobediência dos mandamentos divinos retoma um padrão subjacente à narrativa da expulsão do Éden: é só por desobedecerem à proibição divina de provar do fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal que Adão e Eva são expulsos do jardim e condenados a uma existência de dores, sofrimentos, trabalho e mortalidade. Da mesma forma, nos livros dos Profetas, é só por transgredirem às leis divinas que os filhos de Israel são levados ao exílio como cativos e obrigados a enfrentar as dores e as dificuldades da vida na *Galut*.

A *Galut* torna-se a condição judaica determinante depois da destruição do 2º. Templo, em 72 e.C., e sobre os sofrimentos inerentes a tal condição paira o caráter de punição por pecados cometidos. Ao mesmo tempo, a ânsia pela suspensão de tal condição vincula-se à esperança pela chegada do Messias, transmitida pelas gerações nascidas e criadas no exílio. A *Galut* e o seu termo, a Redenção, tornam-se temas centrais à especulação místico-filosófica judaica, ao longo de todo o medievo e até os séculos 17 e 18. Estabelece-se, ao longo dos séculos, uma tradição que marca, de maneira decisiva, a visão que os judeus têm do próprio exílio, determinada pelo pessimismo de um destino adverso, porém incontornável, que impregna a vida e a visão de mundo dos guetos, a ponto de gerar a ironia judaica, certa indiferença ao próprio sofrimento, resignação para com os aspectos trágicos da existência, e uma visão anti-heróica e conformista da vida. O fatalismo tanto quanto a esperança pela vinda do Messias são os espectros complementares que pairam sobre universo da *Judengasse* e do *Shtetl*.

Sobre este universo que fica para trás, primeiro com a abertura dos portões da *Judengasse* e logo com a dissolução da vida no *Shtetl*, os recém-ingressos no universo da *Bildung* lançam olhares marcados por sentimentos contraditórios e pela ambivalência. As promessas redentoras do *Fortschritt* e a desolação da *Galut* são, então, o norte e o sul da cartografia ideológica de Berthold Auerbach – e de várias gerações de escritores judeus alemães, que em suas obras traçam os contornos do destino de seus contemporâneos, e que transitam entre esses dois universos, traçando imagens invertidas de um e de outro, tendendo ora para um pólo e ora para o outro, em busca de diferenciação e de identificação. É neste contexto que surge, na literatura alemã, a imagem do judeu do gueto, e mais tarde do *Ostjude*. A ambivalência é, desde sempre, a marca desta imagem, a um tempo repelente e sedutora; próxima e distante; aconchegante e sufocante.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hanna. *Die verborgene Tradition*, Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1996.
- BENJAMIN, Walter. *Gesammelte Schriften*, Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1977, Band II – 3. Teil.

- FREIRE DE SOUZA, Jessé José. “Ética e Democracia na Tradição Alemã: entre *Bildung* e a Esfera Pública.” Texto de conferência realizada no dia 14 de novembro de 1997 no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. *Aus meinem Leben - Dichtung und Wahrheit, Goethes Werke in 14 Bänden*, (ed. Erich Trunz) Munique, C. H. Beck Verlag, 11a. edição, 1989.
- HOWE, Irving. *World of our Fathers*. Nova York, 1976.
- HUBBARD, R. *The Book of Ruth*, Ann Arbor, Michigan, 1988
- LÖWY, Michael. A idéia de progresso e o messianismo judaico nos pensamentos de Walter Benjamin e Franz Rosenzweig. In *Revista 18* n. 22 p.24, São Paulo, 2007.
- MENDES-FLOHR, Paul, *German Jews - A Dual Identity*, New Haven, Yale University Press, 1999
- MOSSE, George L. Jewish Emancipation – Between *Bildung* and Respectability. In Reinharz, Jehuda e Schatzberg, Walter. *The Jewish Response to German Culture – From Enlightenment to the Second World War*. Hanover, University Press of New England, 1985.
- SORKIN, David. The invisible community. In REINHARZ, Jehuda / SCHATZBERG, Walter (eds.). *The Jewish Response to German Culture*, Hannover, University Press of New England, 1985.

A peça radiofônica alemã dos últimos sessenta anos¹

Klaus Eggensperger²

Abstract: This lecture deals with the development of the post-war radio drama in Germany. After a short introduction to the genre, we discuss three exemplary radio dramas: Günter Eich's *Träume*, NWDR 1951, typical for the literary radio drama, and *Träume 1951 - Musikalischer Epilog* by Hans Schüttler, NDR 2007, a small play which could be considered as representative of contemporary German audio art. The last example comes from a radio drama following the current pop culture trends. *Eisstadt* (WDR 2005, by Schorsch Kamerun), mixes high and low culture, different speeches and music styles and shows the same political ambitions present in the play *Träume*. Recently, the German radio play has been going through a period of revitalization, even though under quite different conditions from those observed in the fifties.

Keywords: radio play; German post-war literature; Günter Eich.

Resumo: O artigo aborda a trajetória da peça radiofônica alemã do pós-guerra. Depois de uma introdução ao gênero da radiopeça, são comentados três peças exemplares: *Träume* de Günter Eich, NWDR 1951, como exemplo típico de uma radiopeça literária, e *Träume 1951 - Musikalischer Epilog* de Hans Schüttler, NDR, do ano 2007, uma obra representativa da *Audio-Art* contemporânea. O último exemplo é de uma radiopeça pop, *Eisstadt*, WDR 2005, de Schorsch Kamerun. *Eisstadt*, uma bricolagem com a mesma pretensão política de *Träume*, mistura a cultura erudita com a cultura de massa e combina os mais diversos estilos de língua e de música. Ultimamente, com a valorização do áudio na Alemanha, a peça radiofônica está passando por uma fase de revitalização, porém sob condições diversas daquelas dos anos cinquenta.

Palavras-chave: peça radiofônica; literatura alemã do pós-guerra; Günter Eich.

1. Do gênero e da mídia

A palavra *Hörspiel* (peça radiofônica) indica um gênero literário, composto por quatro elementos básicos: um texto de cunho literário apresentado pela voz humana, o som de ruídos e da música, e a pausa, isto é, a suspensão temporária de som. Estas características são combinadas artisticamente, resultando num jogo com o mundo acústico. Através da expressão estética alcançada por estes meios acústicos, a peça radiofônica torna-se uma obra completa (ou fragmentária) mostrando um mundo

¹ Artigo oriundo da palestra proferida na “III Jornada de Literatura Alemã – Entre a literatura e a crise: reações da literatura frente à trajetória da sociedade alemã desde 1945” na USP, FFLCH, outubro de 2008.

² Professor Doutor no Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, UFPR, Curitiba. Endereço Eletrônico: klausegge@gmail.com

narrável, numa sucessão de fatos relacionados que despertam o interesse e a curiosidade humanas.

Normalmente, uma peça utiliza e joga com diferentes formas sonoras, no entanto, estas ganham um peso diferenciado de acordo com o estilo do autor e da dramaturgia. A preferência por uma sonoplastia específica, seja pela voz, no caso da peça radiofônica literária, seja pela música e pelo ruído, no caso da Audio-Art, costuma suscitar nos ouvintes críticas e respostas, as quais, em geral, tendem a valorizar as formas sonoras menos contempladas na obra em debate.

Comparada com a mídia visual, a peça radiofônica exige do seu receptor um alto grau de atividade cognitiva, uma vez que o ouvinte deve estabelecer por si próprio o espaço auditivo que serve de cenário ao enredo. É um espaço imaginário, que depende da sua fantasia, da sua capacidade de criar imagens. Este espaço é construído pelos sons e pelas vozes das personagens, vozes que desta forma ganham uma importância muito maior que no filme ou no teatro. Para o ouvinte, as vozes não são simplesmente mais um atributo das personagens, mas o principal veículo para a visualização mental destas, indispensáveis para a identificação cognitiva e afetiva. Por outro lado, o laço afetivo despertado pela presença física de voz e som é a vantagem da radiopeça sobre o livro impresso. O “palco interior” (*innere Bühne*) que se forma na mente do ouvinte é um conceito central na tradição alemã da peça radiofônica. Diferentemente da peça de teatro, a radiopeça nunca dependeu das unidades de tempo e espaço – o espaço é montado exclusivamente por meios acústicos e a mudança deste se dá através de montagem (o corte), fusão, superposição, mixagem etc. Contudo, assim como no filme ou na encenação teatral, a peça radiofônica desenvolve-se numa sequência temporal – é um jogo no tempo que essencialmente não pode ser interrompido, pois a volatilidade é uma qualidade intrínseca à radiodifusão, apesar de não ser uma característica essencial da radiopeça. A sua mídia por excelência é o rádio, com as técnicas digitais de armazenamento e reprodução. Contudo, ocorreram mudanças nos últimos anos, como veremos no item 4.

O fato de a radiopeça ter nascido nos anos vinte, dentro da nova mídia eletrônica da época, influenciou fortemente o seu caráter. O filme, o rádio e mais tarde a televisão mudaram o conceito de cultura na Europa e principalmente na Alemanha, onde a diferença entre a cultura erudita e a cultura popular foi fundamental nos últimos três séculos. A partir do sucesso dos novos meios de comunicação social de massa, a antiga

bipolaridade cultural, que aparece em conceitos como alto e baixo, erudito e massificado, exigente e trivial, foi perdendo sua força. No entanto, a ligação da radiopeça com os gêneros literários tradicionais, especialmente com o teatro, sempre foi forte. No seu início, o rádio ofereceu ao grande público da Alemanha a oportunidade de acesso a peças teatrais fora dos palcos, como se fosse um teatro para cegos. Promoveu a difusão de clássicos pouco populares ou peças esquecidas, como no caso de *Woyzeck*, nos anos 20 do século passado, quando o rádio ajudou no renascimento de Büchner. Do mesmo modo, Ödon von Horvath tornou-se mais conhecido através da radiodifusão da sua obra na Alemanha do pós-guerra, uma vez que os teatros se encontravam destruídos (DÖHL 1994: 5). Às vezes, uma peça rejeitada pelos teatros conseguia estrear no rádio, como é o caso da *Santa Joana dos Matadouros* de Brecht. Na Europa central, o teatro e o rádio têm sido marcados por estruturas basicamente públicas e não-comerciais e, dentro dessas duas instituições, por um discurso burguês de formação que se enquadra dentro do conceito alemão de *Bildung*. Estas características institucionais marcaram a história da peça radiofônica alemã nas primeiras décadas. Após a Segunda Guerra Mundial, no início do longo processo da redemocratização na Alemanha, adotou-se o sistema público de rádio, seguindo o modelo da BBC, só que com emissoras públicas estaduais ao invés de nacionais. Até hoje, uma emissora pública tem a missão tripla de informar, distrair e educar os seus ouvintes, tendo, hoje em dia, contudo, que concorrer com as emissoras comerciais, o que resulta numa comercialização geral do rádio alemão contemporâneo.

Com o fim do nazismo, difundir a cultura erudita tornou-se tarefa dos departamentos responsáveis pela produção de peças nas emissoras alemãs (*Hörspielabteilungen*). Era a época de ouro da radiopeça, sendo que a televisão só se torna predominante a partir da segunda metade dos anos 60. Até lá, o rádio foi o principal meio eletrônico de comunicação social de massa. Ainda nos anos 50, era comum que, à noite, depois do trabalho, as pessoas se reunissem na frente do rádio para assistir à programação.

2. *Träume*: Os pesadelos de Günter Eich

No contexto cultural e político aqui sugerido, o autor Günter Eich torna-se o mais importante autor de peças radiofônicas alemãs, reconhecido até a atualidade. Para

o grande público, Eich é conhecido principalmente como poeta, sendo que o seu poema *Inventur* (Inventário) está presente nas antologias da poesia alemã do pós-guerra. Ele foi um dos fundadores do famoso Grupo 47 e recebeu o primeiro prêmio anual do grupo em 1950. Nascido em 1907, Eich é, antes de tudo, um filho da era do rádio. Nas palavras de Karl Karst, um dos seus pesquisadores, ele foi “alguém que desde o início percebeu as possibilidades artísticas da radiofonia e a influenciou como ninguém. Nenhum autor deste século foi tão identificado com a arte radiofônica como ele.” (KARST 2007: 7; todas as traduções de K. E.) Também Armin Ayren escreveu sobre essa época e a aura que as radiopeças de Günter Eich tinham para os seus fãs:

Na minha época de estudante, uma peça radiofônica de Eich era um evento especial e a noite da sua transmissão estava reservada. Nessas peças, nós descobríamos um mundo até então desconhecido e, por isso, encantador e fascinante: Eram contos de fadas, mas contos que tinham diretamente a ver conosco. Nós, a geração do pós-guerra, que tínhamos perdido a crença nos valores válidos até então, percebemos nas peças oníricas de Eich a fragilidade e ambiguidade do nosso mundo de uma maneira nova, mais existencial (...), mesmo que Eich, mais tarde, não quisesse exprimir-se tão diretamente como fez na sua peça *Träume*. (AYREN 1999)

A radiopeça *Träume* foi produzida e transmitida no ano de 1951 pela então maior emissora alemã, a NWDR. Ela é composta por cinco cenas independentes que relatam sonhos, ou melhor, pesadelos, de pessoas comuns nos cinco continentes. Pesadelos, porque, como se diz na peça, “provavelmente os sonhos agradáveis neste mundo são reservados aos canalhas” (EICH 1953/2006: 156).

Cada uma das cenas da radiopeça tem a mesma estrutura: primeiro vem uma espécie de prólogo, um poema, depois, o anúncio do próximo sonho pelo narrador, e a seguir, começa a trama. Tomamos por exemplo o terceiro sonho. Numa cidade pequena na Austrália, uma família recebe o aviso de que “o inimigo” está se aproximando. E, realmente, escuta-se a chegada misteriosa e barulhenta de uma pessoa, que toma posse da casa da família. No último momento, antes da usurpação, a família consegue fugir para a casa mais próxima. Na cena seguinte, a vizinha está disposta a dar abrigo à família, até perceber que a atenção do inimigo se volta para sua casa, provavelmente, por causa dos vizinhos fugitivos. A família é expulsa não somente da casa adjacente, mas de toda a aldeia, pois todos estão com medo e ninguém mais quer dar apoio aos infelizes.

Embora as vozes sejam claramente pessoais, as figuras do sonho permanecem representantes do seu papel, não chegam a ganhar individualidade. Eles se chamam *Mutter*, *Vater*, *Nachbarin*, *Bürgermeister* ou simplesmente *Stimme*, e quem bate na porta da casa, entrando com violência, é chamado de *der Feind*. “Não sabem que o inimigo está chegando?”, alerta a vizinha no início (EICH 1953/2006, 163). Da perspectiva tanto das personagens envolvidas quanto do ouvinte, este inimigo é caracterizado por ruídos que sugerem poderes enormes, quando, na realidade, se trata de um homem comum. “Um homem pequeno, nada de especial” (EICH 1953/2006, 167) é o comentário da vizinha; além de pequeno, parece ser cego e mudo: não fala nada na peça. O concreto aqui se torna parábola e, conseqüentemente, o diretor optou também por uma encenação parabólica, evitando, assim, qualquer realismo desnecessário. Esta qualidade da encenação fica ainda mais óbvia em comparação com a radiopeça atual. Hoje em dia, muitas vezes reina uma estética vinda do cinema Hollywood, que pode ser chamada de uma **estética de dominação**, porque tenta prender o público com um naturalismo extremo, suscitado por meios sonoros avançados. Um bom exemplo disso é a maior radiopeça produzida até hoje, *Otherland*, da emissora Hessischer Rundfunk (2004-2005). Comparamos o seu início com aquele de *Träume*. *Otherland* começa com a voz do narrador, que fala umas poucas palavras. Ouve-se, então, o ruído da chuva como fundo sonoro, que acompanha a cena inteira. Ao mesmo tempo, surge um motivo musical de instrumentos de corda, tenso e ameaçador. Acrescenta-se o ofegar pavoroso de um homem ainda desconhecido, um dos protagonistas da peça. E, de repente, entramos no tumultuoso e brutal mundo das trincheiras da Primeira Guerra Mundial: granadas explodem, metralhadoras estalam, um soldado machucado grita sem parar – uma cacofonia de vozes e barulhos realistas. A eficiência da trilha sonora deixa pouca margem para o ouvinte usar a fantasia própria e não abre espaço para que ele possa refletir sobre aquilo que está ouvindo.

Em contrapartida, trabalha-se em *Träume* com efeitos sonoros esparsos. A encenação de Schröder-Jahn começa com uma sequência rítmica curta de sons musicais simples. Esta é retomada mais tarde e tem a função de separar trechos diferentes da fala que se segue. Trata-se de sons eletronicamente modificados em estúdio, que não podem ser codificados, porque não são reflexos de um mundo real, anterior e independente da peça artística. O som das vozes humanas, porém, não é modificado e quase sempre

apresentado limpo e sem artifícios ou fundo sonoro qualquer. A concentração na voz humana é típica da peça radiofônica literária dos anos 50 e 60.

Visto – ou melhor, ouvido – da distância de quase 60 anos, percebe-se a encenação discreta e intimista do diretor de *Träume*, acentuada pelo fundo sonoro austero. Ao mesmo tempo, impressiona a atualidade dos pequenos enredos (no caso do terceiro sonho, a expulsão de pessoas inocentes). Do ponto de vista temático, a peça toda remete diretamente aos problemas políticos da época, entre eles, à bomba atômica e à remilitarização da Alemanha. Aliás, a crítica política aberta foi moderada na versão impressa dois anos mais tarde. Além dos temas mencionados, há uma referência implícita ao passado alemão recente: seres humanos transportados em vagões de carga para uma finalidade desconhecida, pais vendendo a vida dos seus filhos, famílias expulsas da sua comunidade, nativos que acabam com a memória de pesquisadores e cupins que escavam as pessoas por dentro – os pesadelos de Günter Eich são uma mistura de alegoria na acepção clássica, com imagens do mundo contemporâneo. Politicamente, estas imagens remetem ao nazismo: dez anos antes da estréia da peça, havia começado a deportação sistemática das famílias judias alemãs que foram expulsas de suas casas. O genocídio foi levado a cabo por pessoas, cuja consciência era tão escavada pela ideologia nazista como os seres humanos escavados pelo cupim no último sonho de *Träume*, ou a consciência das pessoas substituídas por réplicas no filme estadunidense *Invasion of the Body Snatchers* cinco anos mais tarde. Ora, a grande maioria do público alemão do pós-guerra não queria ter lembranças do passado recente, nem de maneira realista, nem por meio de parábolas. Do rádio, o público esperava simplesmente diversão e arte, sem política.

3. Consequências

Por esse motivo, os ouvintes reagiram à provocação. Em toda a história da radiopeça alemã, nunca houve tanto protesto, tanta desaprovação como no caso de *Träume*. Os responsáveis pela emissora NWDR já contavam com as reações negativas. Aliás, poucos dias antes da transmissão, o autor Günter Eich disse as seguintes palavras a respeito da sua nova peça numa reportagem do semanário *Der Spiegel*: “Se eu conseguisse assustar o ouvinte no seu sofá, estaria satisfeito. Neste sentido, também

receberia sem problemas os eventuais protestos como sinal de inquietação.” (KARST 2007: 11)

A emissora decidiu, então, reforçar o seu serviço telefônico para a noite da estreia, 19 de abril de 1951. Para absorver o impacto da crítica esperada, os telefonemas foram gravados durante a peça, e logo depois foi possível ouvir discussões de supostos ouvintes com argumentos preparados a favor ou contra a peça. Estas críticas, na realidade, não demoraram. Vieram, pouco depois do início da transmissão. A seguir, será apresentada uma pequena seleção dessas críticas (Cf. KARST 2007: 12):

- Ora, que tipo de lixo vocês estão apresentando no rádio hoje à noite? É de vomitar! Podem sumir com todas estas radiopeças, são uma grande porcária! (*schweinmäßig ist das*)
- Isto é loucura! Nos tempos difíceis de hoje, enquanto todo mundo está lutando duramente, vocês apresentam coisas para ... manchar-se, hein?. É nojento! E isto tem a pretensão de ser cultura?
- Por fim, vou chamar a polícia.
- Não dá para prender esse sujeito?

Desta forma se manifestou a voz do povo pós-nazismo. O ouvinte que irá chamar a polícia, ou aquele que propõe a detenção do autor, reflete claramente a continuidade da personalidade autoritária dominante e a incapacidade de abordar o recente Terceiro Reich. Neste contexto, é interessante observar que a reação da imprensa foi, na sua grande maioria, também negativa. Por outro lado, houve também, embora poucos, telefonemas de caráter positivo. O autor Eich dividiu como ninguém a audiência da época. Enquanto alguns desligavam o rádio quando seu nome era pronunciado, outros se alegravam com o anúncio de uma peça de Günter Eich semanas antes e depois da transmissão.

Träume pode ser considerada um bom exemplo de literatura que, nas palavras de Eich, não queria ser sonífero, mas explosivo. Para a edição impressa, dois anos mais tarde, o seu autor reforçou a mensagem política, acrescentando como epílogo os seguintes versos famosos, que ainda não constavam na peça original:

Não, não durmam enquanto os organizadores do mundo estão ocupados!
Desconfiem do poder, que eles alegam ter conseguido para vocês!
Tenham cuidado para que os vossos corações não estejam vazios, quando se conta com o vazio dos corações!
Façam o inútil, cantem as canções, que não são esperadas de vossas bocas!
Incomodem, sejam areia, não óleo nas engrenagens do mundo! (EICH 1953/2006: 190)

Cada frase termina com um ponto de exclamação – um dos mais conhecidos apelos literários do pós-guerra, que era, como se sabe, um tempo rico de apelos políticos na Alemanha. O *páthos* moral e político aponta diretamente para um futuro pouco distante, quando o não-conformismo tomaria posse da juventude estudantil no final dos anos 60.

No entanto, para os contemporâneos, *Träume* marcou o nascimento da peça radiofônica alemã do pós-guerra, em primeiro lugar, não pelo seu discurso politicamente engajado, mas por causa de sua linguagem poética. Depois de 1945, na então Alemanha ocidental, foi retomada a tradição da radiopeça poética, ao mesmo tempo em que as peças experimentais ou épico-didáticas dos anos 20 e 30 ficaram esquecidas por muito tempo. Radiopeça poética significa que, como na radiopeça literária em geral, a linguagem tem um peso dominante para expressar o caráter interior das personagens. Deste modo, emoções e pensamentos são mais enfatizados que o próprio enredo. Isto vale também para radiopeças de outros países europeus – importantíssimo neste contexto foi a BBC, p. ex. com Dylan Thomas *Under the Milkwood* de 1954, onde dominam o monólogo interior e o monólogo imaginativo, a técnica de oscilar entre o realismo naturalista e a imaginação. Na literatura, fala-se do realismo mágico de Eich e destaca-se a importância estilística da dramaturgia da peça *Träume*. No que diz respeito à estética da literatura radiofônica, *Träume* e outras peças do autor estabeleceram o “*Eich-Maß*” (KRUG 2008: 69). Em português, “*Eichmaß*” significa “medida padrão”, trata-se então de um trocadilho da época com o nome do autor: é a obra de Günter Eich que serve de medida para avaliar o valor artístico de uma radiopeça do pós-guerra. Depois da primeira transmissão de *Träume*, começaram a escrever para o rádio autores como Ilse Aichinger (a parceira e esposa de Eich), Wolfgang Hildesheimer, Friedrich Dürrenmatt, Max Frisch, Ingeborg Bachmann etc., praticamente todos autores renomados.

No início dos anos 60, a obra de Eich passou por um momento de transição. O autor reescreveu várias de suas radiopeças, dando-lhes um sentido absurdo e rompendo definitivamente com qualquer ilusão realista. Ele mudou o rumo, ou seja, reforçou sua tendência antinaturalista já nítida na década anterior. Neste momento, a literatura alemã ocidental abria-se para novas experiências e alimentava o interesse por uma renovação literária. Assim, Eich afastou-se do conceito da radiopeça poética, que foi a sua marca

por muitos anos, e participou do movimento chamado “nova peça radiofônica” (*Neues Hörspiel*).

Franz Mon, Helmut Heißenbüttel, Ernst Jandl, Ludwig Harig, Jürgen Becker, Gerhard Rühm e Reinhard Döhl são exemplos de autores que, na segunda metade dos anos 60, submeteram suas radiopeças à experiência de novas possibilidades. Eles começaram a experimentar com a linguagem, com a música e todo tipo de som, usando reflexivamente a materialidade da tecnologia – similarmente à vanguarda histórica. Do ponto de vista técnico, surgiram inovações importantes como a estereofonia. O ato técnico de juntar as várias partes de uma peça, a montagem usada desde o início da radiofonia, foi utilizada neste momento para questionar a ordem narrativa e deixar perceptíveis rupturas, saltos, contradições – técnica que ficou conhecida como colagem. Basicamente, a nova radiopeça valorizou mais o jogo acústico que o jogo literário. Também fez muito sucesso o chamado *O-Ton-Hörspiel* (literalmente: “radiopeça de som original”), que monta material recolhido ou arquivado com a intenção de documentar uma determinada realidade, em analogia com a conjuntura da literatura documental.

Aos poucos, o modelo da peça radiofônica do pós-guerra dissolveu-se. Considerou-se antiquada a dramaturgia do palco interior com a estrutura de vozes pessoais, ultrapassada a maneira tradicional de narrar uma história. Wolfgang Hildesheimer afirmou seu ceticismo não só em relação à narrativa radiofônica, mas em relação a qualquer realismo literário, com as seguintes palavras: “Fracassaram todas as tentativas da literatura (...) de lidar com a nossa situação através de modelos fictícios.” (*apud* OHDE 1992, 599) – *the end of fiction*, como dizia Hildesheimer nos meados dos anos 70 (Cf. BRIEGLEB/WEIGEL 1992: 340pp.). Evidentemente, esta tendência aqui esboçada não ajudou na popularização da radiopeça e, ao mesmo tempo, a ascensão rápida da televisão acabou com a predominância do rádio. Assim, a radiopeça foi perdendo sua importância, passando a receber na programação das emissoras um lugar secundário. Entretanto, continua sendo produzida nas rádios públicas da Alemanha, como também nas da Áustria e Suíça.

Um bom exemplo de uma radiopeça experimental e antinaturalista é *Träume 1951*, uma espécie de epílogo (de 2007), que trabalha com os telefonemas recebidos em reação à peça *Träume* original. Todas as vozes autênticas são tiradas do arquivo da emissora, portanto *O-Ton*. O fundo sonoro é novo, porém orientado no som sóbrio da

peça original, retomando certos ruídos e motivos sonoros. Essa colagem de vozes e música eletrônica é, a meu ver, um bom exemplo do nível estético alcançado a partir da nova peça radiofônica. Documenta, ao mesmo tempo em que comenta artisticamente, a reação do público há cinco décadas e meia atrás. Ao dissolver e reestruturar a sequência cronológico-causal dos telefonemas, a peça consegue ultrapassar a estrutura narrativa convencional. Nos primeiros minutos, ouve-se apenas a voz de um funcionário da emissora, atendendo ao telefone; em seguida, uma longa sequência de música e depois uma colagem de vozes reclamando do programa. Por fim, ouve-se o único trecho contínuo, o de uma conversa entre um ouvinte e o diretor da peça, Fritz Schröder-Jahn. Optou-se, então, por um procedimento estético que separa os dois lados do diálogo telefônico, o que torna bem explícita a incompatibilidade das posições entre a maioria dos ouvintes e a emissora. No meio da radiopeça, alguém liga durante a transmissão, em 1951, e pede música dançante. Em seguida, ouve-se uma musiquinha eletrônica com a clara conotação de um comentário irônico. Um diálogo verdadeiro entre os dois lados é impossível, e a conversa mais coerente no final não passa de uma prova disso. A única reação positiva vem de uma mulher, mas trata-se provavelmente de uma colega do diretor, que o chama pelo nome. *Träume 1951* é uma peça curta, de pouco mais de onze minutos, publicada em formato CD. Faz parte do projeto da reencenação dos cinco sonhos, sob a perspectiva de cinco diretores diferentes junto com a emissora NDR em 2007. Enquanto a nova leitura dos cinco sonhos eichianos não consegue convencer muito, pois sua encenação não deixa de ser convencional, o epílogo assemelha-se um pouco à ousadia de Eich, o seu diretor no início dos anos 50.

4. A peça radiofônica atual

Peças radiofônicas, como expressão literária do nosso tempo, perderam praticamente qualquer importância: Servem para a distração da terceira idade e para garantir a vida de autores, os quais, num mercado livreiro cada vez mais competitivo, não conseguem vender os seus manuscritos. (AYREN 1999)

Esta foi uma avaliação realista no final dos anos 90. Foi também nessa época, no entanto, que as coisas começaram a melhorar novamente. Há mais ou menos dez anos, fala-se de um renascimento do áudio na Alemanha; visível pelo enorme sucesso dos

livros em áudio. A radiopeça está passando, então, por uma fase de revitalização e revalidação.

Em primeiro lugar, a produção de peças radiofônicas, agora digitalizada, e a sua distribuição mudaram bastante. Os novos formatos de armazenagem de áudio – a fita cassete dos anos 70 e, posteriormente, o CD –, facilitaram a difusão de programas em áudio, que não dependem mais exclusivamente da programação das emissoras. Editoras especializadas em audioliteratura têm revisitado os arquivos das emissoras públicas, onde estão armazenadas as peças radiofônicas das últimas oito décadas. Junto a essas, as emissoras comercializam, também, as produções mais recentes. Na Alemanha, a repetição de uma peça no rádio costumava acontecer num intervalo de anos – ou nunca acontecia, e a peça permanecia enterrada nos arquivos, pois, embora as emissoras sejam públicas, os seus arquivos não o são, permanecendo inacessíveis aos ouvintes. Atualmente, a comercialização de radiopeças contribui para formar um repertório de áudio na opinião pública, criando um gosto popular pelo áudio, um *mainstream*, como se diz em inglês. Formatos como MP3, o *audio-on-demand* e o *podcasting* gratuito na internet causam mudanças no uso do rádio e da mídia auditiva em geral, possibilitando mais mobilidade e maior individualismo, pois o ouvinte fica independente da programação das emissoras. Ouvintes interessados dispõem de audioarquivos próprios, para ouvir quando quiserem, em casa ou no carro. No entanto, o recente sucesso do áudio na Alemanha deve ser visto em combinação com os outros meios de comunicação cultural. Uma obra literária, nos dias atuais, é comercializada da maneira mais ampla possível, seja como romance impresso, filme para cinema ou para televisão, peça teatral, peça radiofônica e até mesmo jogo de computador. Um exemplo entre muitos é o romance *Die Vermessung der Welt* de Daniel Kehlmann (tradução brasileira: *A medida do mundo*). Publicado em 2005, já vendeu um milhão e meio de livros impressos em língua alemã, ou seja: é um dos grandes sucessos literários. Ainda no ano do seu lançamento, foi publicado também o audiolivro, dois anos mais tarde, foi transmitida como peça radiofônica no rádio e em CD. No ano passado, *Die Vermessung der Welt* estreou como peça de teatro, e creio que os direitos para cinema e televisão já foram vendidos. A indústria cultural é faminta e os enredos flutuam entre os diversos meios de expressão da mídia. Hoje em dia, não é raro que uma peça seja lançada primeiro em formato CD no mercado e somente mais tarde no rádio.

Paralelamente ao renascimento do áudio, desenvolveu-se uma forte valorização da narrativa literária tradicional na Alemanha. Romance policial e ficção científica são amplamente aceitos e fazem muito sucesso. Contar uma história de uma maneira coerente e “realista” está na moda. Tal fato relaciona-se com o realismo narrativo dos meios de comunicação social de massa, que exigem sempre uma composição que cativa a atenção dos receptores. Podemos dizer que a narrativa empolgante, como esquema da experiência estética do cotidiano, sobrepõe-se à bipolaridade tradicional da cultura erudita e popular (SCHNEIDER 1996: 1057). Em sintonia com estas tendências, no âmbito atual da peça radiofônica, favorece-se a coerência do enredo e da voz pessoal, o que exige um número bem definido de figuras identificáveis pelo ouvido. Contudo, comparativamente aos anos de pós-guerra, época de ouro da radiopeça alemã, os enredos realmente originais são mais raros hoje em dia. Desde o grande sucesso da radiopeça *Der Name der Rose* em 1986, do romance de Umberto Eco, a tendência tem sido dramatizar, para o rádio, romances, contos e outros gêneros da literatura mundial, ou *bestsellers* internacionais, como no caso *Der Alchimist*, uma peça radiofônica baseada no livro homônimo de Paulo Coelho, que já vendeu mais de 200.000 mil exemplares na Alemanha (KRUG 2008: 164). Outro exemplo, mais recente, é a já mencionada radiopeça *Otherland*. É maior radiopeça jamais produzida, baseada no livro de ficção científica do americano Ted Williams – uma megaprodução de 24 horas de duração com a participação de mais de 220 atores.

Apesar de tudo isso, as formas experimentais não morreram e aparecem sob rótulos como *soundstorys*, *radio art* ou *ars acustica*. Nos dias atuais, existe uma pluralidade enorme de modos narrativos e formas estéticas. Com “gêneros ligeiros” – peças curtas com a função de animar e distrair, ou com *soaps*, tenta-se despertar o interesse de um público mais jovem pela radiopeça. Por incrível que pareça, a radionovela, que nasceu na ilha de Cuba e aí permanece sobrevivendo à era da televisão, atualmente é um gênero que está fazendo sucesso na Alemanha. Quase todas as emissoras públicas estaduais da Alemanha oferecem um programa diário ou semanal intitulado “Radionovela”.

Como último exemplo, gostaria de comentar aqui um pequeno trecho de uma peça recente, escolhida por três razões: por considerá-la típica da situação atual, por ser de um autor reconhecido e por combinar tematicamente com a peça eichiana já comentada. *Eisstadt* (cidade de gelo) é a cidade promessa para Nevin e sua família de fugitivos.

Mas, quando conseguem passar pela fronteira fechada da cidade rica, entram num sistema corrupto: *slogans* de lei e ordem incentivam o medo dos habitantes, que são ao mesmo tempo narcotizados pelo “Palhaço de serviço e informação”, o qual comenta o desenvolvimento da história. O grupo no poder, em torno do líder Marechal Schaill, divide as pessoas em valiosas ou sem-valor. Os imigrantes pobres servem de matéria-prima para os nativos e têm que fornecer para eles o precioso líquido ocular, necessário para a sobrevivência. Com isso, a emigrante Nevin percebe como o sistema funciona e participa de uma conjuração contra o poder. Uma inconfidente começa a demonstrar interesse amoroso por Schaill e oferece um remédio ocular novo, feito de sangue e suor dos imigrantes. Uma vez seduzidos, o marechal perverso e seus colaboradores íntimos experimentam o remédio e ficam cegos, enquanto o grupo dos rebeldes assume o poder. O marechal vai para o exílio na América do Sul. No entanto, a formação do novo governo se dá sob a égide das mesmas palavras já usadas pelo grupo do marechal – tudo indica que a política da cidade não vai mudar muito no futuro.

A semelhança temática de *Eisstadt* com *Träume* é óbvia. Famílias expulsas, a miséria dos fugitivos, extração de líquidos corporais – os pesadelos são bem parecidos. As duas radiopeças são parábolas; enquanto *Träume* apresenta uma referência implícita ao passado nazista, o modelo utilizado em *Eisstadt* para a construção do personagem marechal Schaill foi baseado no político da direita populista Schill de Hamburgo. A figura literária, porém, não pretende qualquer semelhança ilusionista. *Eisstadt* é encenada como uma bricolagem ampla. Nada na peça parece autêntico, tudo soa como citação: a música mistura Rock e Pop, Hans Eisler e Kurt Weill, trilha sonora de filme e canção sentimental; a linguagem da peça traz alusões e citações intertextuais: contos de fadas e suspense, Brecht e histórias em quadrinhos, a linguagem de Goethe, do entretenimento e dos políticos, tudo mesclado com uma boa dose de elementos de filmes B, da cultura *trash* propriamente dita. Schaill – um monstro midiático entre Mr. Hyde e Jörg Haider – é um protagonista de segunda mão, o que se torna notável já pela voz: é o único que não recebe uma voz profissional. Com um protagonista assim e um enredo tão melodramático que poderia ser de Almodóvar, a intenção da peça é anti-patética. Como nas peças brechtianas, a tendência de identificação ilusionista é sempre contrabalançada com a da comoção, para que o ouvinte passe a refletir sobre aquilo que o palco auditivo lhe apresenta.

Lançamos um olhar rápido aos últimos sessenta anos da peça radiofônica alemã, tomando como ponto de partida *Träume* de 1951. Dificilmente o impacto da peça eichiana poderia se repetir hoje em dia, uma vez que as circunstâncias culturais são outras. Ao receber o *Hörspielpreis der Kriegsblinden*, o mais antigo e mais renomado prêmio da radiopeça de língua alemã, Günter Eich fala na sua palestra de agradecimento sobre a grande autenticidade da mídia radiofônica, menciona as altas expectativas do público de sua época e formula uma estética de autor baseada no valor quase religioso da palavra (v. EICH 1953). Tudo isso mudou: o rádio atual é uma mídia entre outras, de importância menor; o seu público perdeu a ingenuidade das primeiras décadas; os seus autores não acreditam mais na tradicional força da palavra. Quando, por sua vez, Schorsch Kamerun recebeu o mencionado *Hörspielpreis der Kriegsblinden* há dois anos, ele abordou no seu discurso as dificuldades de um autor na sociedade midiática atual, onde tendem a desaparecer tanto a chamada cultura erudita quanto a contracultura e onde qualquer ato de inovação estética (mesmo de intenção política radical) logo é aproveitado pela indústria cultural e pelas agências de publicidade para aumentar a venda das suas mercadorias (Cf. KAMERUN 2007). Podemos ir ainda mais longe. Sem dúvida, *Eisstadt* é uma radiopeça pop não porque seu autor e diretor foi, e ainda é, cantor de uma banda punk, ou por causa da canção rock no final da peça, mas porque trabalha basicamente com os meios da cultura de massa, desconhecendo a diferença entre cultura erudita e popular, movendo-se sem discriminação entre Goethe e o melodrama. No mercado cultural, aliás, acontece isso há muito tempo, e é neste sentido que a peça não deixa de exibir traços altamente miméticos. Mesmo assim, peças como *Eisstadt* provam que ainda é possível questionar o *status quo* estético e político dentro de um sistema público de mídia audiovisual, que sobrevive na Alemanha atual.

Referências bibliográficas

- AYREN, Armin. *Eich und die große Zeit des deutschen Hörspiels. Nostalgischer Nachruf auf eine halbwegs schon dahingeschiedene literarische Gattung.* Stuttgarter Zeitung, 4. 12 1999. online: <http://www.mediaculture-online.de/Geschichte-des-Hoerfunks-Hoers.123+M56ff34c3710.0.html> (21.5.2009).

- DÖHL, Reinhard. *Geschichte und Typologie des Hörspiels*. 1994. online: <http://www.mediaculture-online.de/Geschichte-des-Hoerfunks-Hoers.123+M526d0bf8484.0.html> (21.5.2009)
- DÖHL, Reinhard. *Radiokunst – Hörspiel*. Vortrag 1993. online: <http://www.akustische-medien.de/specials/doehl.htm> (21.5.2009)
- EICH, Günter. Dankesrede zum Hörspielpreis der Kriegsblinden, 3. März 1953. In: *Hörspielpreis der Kriegsblinden. Reden der Preisträger seit 1952*. online: http://www.mediaculture-online.de/fileadmin/bibliothek/hoerspielpreis_reden/hoerspielpreis_reden_neu.html (21.5.2009).
- EICH, Günter: *Träume. Vier Spiele*. Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1953/2006.
- EISSTADT. Hörspiel von Schorsch Kamerun. Produktion WDR 2005. In: *Lauschangriff. 5 Pop-Hörspiele*. Random House Audio, 2005.
- KAMERUN, Schorsch. Dankesrede zum Hörspielpreis der Kriegsblinden am 4. Juni 2007. In: *Hörspielpreis der Kriegsblinden. Reden der Preisträger seit 1952*. online: http://www.mediaculture-online.de/fileadmin/bibliothek/hoerspielpreis_reden/hoerspielpreis_reden_neu.html (21.5.2009).
- KARST, Karl. “Seid Sand, nicht das Öl im Getriebe der Welt.” Günter Eichs Hörspiel *Träume*. In: *Günter Eich: Träume. Hörspielinszenierungen aus den Jahren 1951 und 2007*. Booklet. München, Der Hörverlag, 2007, 7-19.
- KRUG, Hans-Jürgen: *Kleine Geschichte des Hörspiels*. 2., überarbeitete und erweiterte Auflage. Konstanz, UVK Verlagsgesellschaft, 2008.
- OHDE, Horst. Das Hörspiel. Akustische Kunst in der Nische. In: BRIEGLEB, Klaus / WEIGEL, Sigrid (ed.). *Gegenwartsliteratur seit 1968*. (Hansers Sozialgeschichte der deutschen Literatur vom 16. Jahrhundert bis zur Gegenwart, Band 12) München, dtv, 1992, 586-615.
- OTHERLAND. Hörspiel nach Tad Williams. Bearbeitung und Regie: Walter Adler, Musik: Pierre Oser. Produktion HR 2004/2005. München, Der Hörverlag, 2007.
- RADISCH, Iris. “Absicht des Anarchischen”. *Zum 100. Geburtstag des bedeutendsten Dichters der deutschen Nachkriegsliteratur*. In: DIE ZEIT, 01.02.2007, Nr. 06.
- SCHNEIDER, Irmela. Literatur und Medien. In: RICKLEFS, Ulfert (ed.). *Fischer Lexikon Literatur*. Frankfurt a. M., Fischer, 1996, 1054-1077.
- TRÄUME. *Hörspielinszenierungen aus den Jahren 1951 und 2007*. Hörspiel von Günter Eich. Produktion NWDR 1951, Neuproduktion NDR 2007. München, Der Hörverlag, 2007.

As contribuições da teoria da mídia alemã para o pensamento contemporâneo

Adalberto Müller¹

Abstract: German media theory arises within the field of literary studies at the beginning of the eighties, and has been playing since then a major role in communication and media studies around the world. However, many literary scholars are unaware of the so called German “media turn”, which produced important contributions for the contemporary debate on the issues concerning text, media, meaning, perception, and technology. This article presents a discussion of the aforementioned debate, focusing on authors such as Benjamin, Schmidt and Flusser.

Key-words: media theory; media turn; literature and media; Benjamin; Schmidt; Flusser

Resumo: A teoria da mídia alemã surge no campo dos estudos literários no início dos anos oitenta e desempenha um papel vital no campo da comunicação e dos estudos de mídia mundo afora. Contudo, muitos pesquisadores dos estudos literários não parecem ter consciência do assim chamado “media turn” alemão, que produziu contribuições importantes para o debate contemporâneo acerca de questões sobre texto, mídia, percepção e tecnologia. Este artigo tenta mostrar um panorama desse debate, enfocando autores como Benjamin, Schmidt e Flusser.

Palavras-chave: teoria da mídia; “media turn”; literatura e mídia; Benjamin; Schmidt; Flusser

1. Da Estética da Recepção à Teoria da Mídia

Ao longo dos anos 70, os estudos literários alemães foram bastante marcados pelas contribuições teóricas da chamada Estética da Recepção [Rezeptionsästhetik], que colocavam em causa o predomínio de uma longa tradição hermenêutica baseada no estudo imanentista de obras literárias. Entre as diversas consequências das pesquisas oriundas da escola de Konstanz (assim chamada porque seus principais teóricos, como W. Iser e H. R. Jauss, K. Stierle, estavam ligados àquela Universidade), destacou-se a atenção dada ao contexto de recepção das obras, o que teria levado seus pesquisadores a relativizarem conceitos românticos como “gênio” e “obra-prima”, chegando muitas vezes a analisar obras populares ou de massa. Essa atenção ao processo histórico-cultural dos seguidores da *Rezeptionsästhetik* viria a somar-se, nos estudos literários, a ênfase na esfera ampla da cultura, nos anos 80-90, com o advento dos *Cultural studies*,

¹ Professor de Teoria da Literatura na UFF, pesquisa e orienta trabalhos sobre literatura, cinema e mídias. Dirigiu o curta-metragem *Wenceslau e a árvore do gramofone*, baseado em poemas de Manoel de Barros. Endereço eletrônico: adalbertomuller@gmail.com

originados na Inglaterra (mais precisamente em Birmingham), mas que se alastraram pelos E.U.A e Europa. Os culturalistas como Stuart Hall e Raymond Williams também iam no contrafluxo do imanentismo hermenêutico/estruturalista, colocando na ordem do dia dos estudos estéticos conceitos como classe e gênero [gender], mas também postulando que o conceito de cultura deveria necessariamente incluir na pauta de discussões os produtos da cultura de massa, como o cinema e a canção popular (SCHÖSSLER 2006).

Se somarmos essas duas tendências (Estética da Recepção e Estudos Culturais) às transformações por que passava o pensamento filosófico e sociológico alemão em torno da questão da Comunicação (sobretudo com as obras de Jürgen Habermas e de Niklas Luhmann), podemos entender melhor o significado do *media turn* ocorrido nos meios acadêmicos alemães a partir dos anos 80. Tal “virada” no pensamento alemão, que constitui o “paradigma da medialidade [Medialität]” (cf. FELINTO & MÜLER 2008), leva muitos (ex-) germanistas e filósofos – como Friedrich Kittler, Norbert Bolz, Hans Ulrich Gumbrecht e Jürgen Müller – a se aproximarem da área de Comunicação, desenvolvendo propostas teóricas assaz instigantes e genuínas. Friedrich KITTLER (1986), baseando-se em Foucault e Lacan, desenvolveu o conceito de *Aufschreibesysteme* (traduzido para o inglês como “discourse networks”), segundo o qual em torno dos anos 1800 e 1900 ocorrem modificações profundas nos sistemas discursivo-midiático-tecnológicos na Europa e nos EUA, particularmente com relação à imbricação entre mídia, sentido e tecnologia. Para Kittler, a invenção de novos aparelhos e dispositivos (alguns derivados de tecnologia militar) como a máquina de escrever, o gramofone e o cinema, criaram novos “sistemas discursivos”, nos quais o fato tecnológico constitui o fator decisivo para a compreensão de uma época em que a emergência do sentido (e a falta de sentido) deve(m) ser compreendida(s) à luz das transformações midiáticas do mundo moderno. Norbert BOLZ (1993), relendo os textos de Marshal McLuhan, descreve o “fim da galáxia de Gutenberg”, ou seja, o universo pós-imprensa e pós-escrita, e as consequências do surgimento novas mídias, particularmente depois da internet. Hans Ulrich GUMBRECHT (1998, 1993), saído do grupo de Konstanz, estuda a passagem da performance oral à escrita na Idade Média, demonstrando que a separação do corpo e da escrita faz emergir um novo processo de constituição de sentido, que tem incidências sobre o moderno conceito de subjetividade. Jürgen MÜLLER (1996), enfim, analisa a incidência de uma mídia sobre outra, e de

várias mídias entre si, através do conceito de intermedialidade [Intermedialität], para descrever os processos equivalentes à intertextualidade no caso das mídias.

As posições teóricas de Kittler, Bolz, Gumbrecht e Müller (entre outras), não seriam inteiramente compreensíveis, no entanto – e sobretudo quando se trata de referi-los em conjunto, como aqui – sem que pensemos a origem e os desdobramentos mais significativos do pensamento sobre a medialidade no âmbito das *Geisteswissenschaft*. Para tanto, como indicam alguns dos manuais acadêmicos mais relevantes da *Medienwissenschaft* e da *Medientheorie*, faz-se necessária a compreensão da obra de autores que circulam com grande frequência nas teorias contemporâneas da mídia, e que de algum modo podem ser considerados “bases” para essas teorias. Tal é o caso de Walter Benjamin, Marshal Mc Luhan, Siegfried J. Schmidt e Vilém Flusser, sob quem discutiremos a seguir.

Ainda antes, vale lembrar que o *media turn* alemão ocorre dentro de um âmbito maior – não apenas alemão – de sucessivas mudanças de paradigma nas Ciências Humanas, decorrentes dos avanços da Psicanálise, da Semiótica, do Estruturalismo e do Pós-Estruturalismo. Dentro desse quadro, tanto os conceitos dominantes do Estruturalismo e do Pós-estruturalismo (e sobretudo de origem francesa) como “língua”, “signo”, “texto” e “discurso” teriam que ser repensados, ou mesmo descartados, a partir de uma reflexão sobre “materialidade da comunicação”, na qual o centro de convergência passa a ser o conceito de mídia e de meios de comunicação [Medium/Medien]. Passa a constituir-se então um campo definido dentro dos estudos de Comunicação [Kommunikationswissenschaft/Publizistik], mas que em muitos casos abrangia alguns departamentos de Letras, o de *Medienwissenschaft* (Estudos de Mídia). Dentro desse campo, articulam-se campos menores, mas não menos abrangentes, como a História das Mídias [Mediengeschichte] (SCHANZE 2001) e a Teoria das Mídias [Medientheorie]. No caso deste último campo, trata-se de articular, segundo as diferentes visadas teóricas, uma área de investigação capaz de responder à questão da centralidade dos meios de comunicação e das mídias na sociedade moderna e contemporânea.

Há quem pense que uma teoria da mídia poderia começar na Bíblia e em Platão, passar pelos estóicos, pela reflexão filosófica sobre a linguagem (de Humboldt a Heidegger), pela teoria crítica dos frankfurtianos, até a proliferação de pensadores

contemporâneos como McLuhan, Hans Magnus Enzensberger, Günther Anders, Niklas Luhmann, Jean Baudrillard, Paul Virilio e Friedrich Kittler, apenas para mencionar alguns. Assim o faz um manual de bolso da Reklam, *Texte zur Medientheorie*, organizado por HELMES e KÖSTER (2002), que parecem ignorar o fato de que o conceito de mídia está necessariamente ligado ao desenvolvimento dos *mass media*, através sobretudo do jornal e do rádio, do cinema e da televisão. Assim, parece ser inócua a tentativa de fazer remontar aos gregos a origem de uma teoria da mídia, embora se possa com mais propriedade pensar que uma História das mídias possa remontar até mesmo às pinturas rupestres.

Ainda no âmbito alemão, ao qual vou me limitar,² outros manuais tomam direções mais discretas. Observando-se tão somente as linhas gerais dos manuais universitários – usados tanto por iniciantes quanto por pesquisadores – pode-se ter uma idéia das várias perspectivas que se abrem no contexto alemão da discussão sobre mídia. Em *Medientheorie: eine Einführung*, Daniela KLOOK e Angela SPAHR (2000) apresentam oito capítulos, cada um correspondendo a um autor e a um assunto: Benjamin e a queda da Aura; McLuhan e os mágicos canais; Vilém Flusser e a telemática; Neil Postman e o *Infotainment*; Paul Virilio e a velocidade; Kittler e a tecnicidade do texto; e, enfim, dois capítulos isolados: teoria matemática da mídia; oralidade e literalidade.

Em *Medientheorien: zur Einführung*, MERSCH (2006), numa perspectiva menos escolar, e num estilo mais ensaístico, usa uma paleta bem mais variada, mas que recorda, de certo modo, a seleção de textos do livro da Reklam. Depois de uma “genealogia do conceito de mídia”, e de uma “História da teoria da mídia”, que introduzem o assunto e o situam historicamente, segue-se uma “teoria da mídia sistemática”, dividida em três grandes escolas: “crítica marxista da mídia” (Adorno, Benjamin, Anders, etc.); “A escola canadense” (Erick A. Havelock, McLuhan, Kerkhove, etc.) e uma “Filosofia da mídia” (Flusser, Baudrillard, Luhmann, etc.).

Do ponto de vista da teoria sistêmica e do construtivismo radical, Klaus Merten, Siegfried J. Schmidt e S. Weischenberger, no enciclopédico volume *Die Wirklichkeit der Medien. Eine Einführung in die Kommunikationswissenschaft* (MERTEN, SCHMIDT e WEISCHENBERG 1994), apresentam um grande painel teórico, associando a discussão

² Este trabalho foi desenvolvido no âmbito de uma pesquisa de Pós-Doutorado na Universidade de Münster (WWU), com bolsa do CNPq.

sobre mídia sobretudo ao debate na área de Comunicação e do Jornalismo, sob uma perspectiva da teoria sistêmica e do construtivismo radical de Siegfried J. Schmidt. Voltaremos, adiante, a alguns pressupostos da teoria de Schmidt sobre relação entre mídia e comunicação.

Enfim, o manual *Theorie der Medien: von der Kulturkritik bis zum Konstruktivismus*, organizado por Stefan WEBER (2003), apresenta a vantagem de oferecer um painel bastante amplo (mas bastante genérico, nos detalhes), no qual distingue as seguintes perspectivas (dou alguns exemplos, entre parênteses): teorias técnicas (McLuhan, Kittler); teorias econômicas (Alan Albarran/Robert Picard); teorias críticas (Adorno/Habermas/ Dieter Prokop); teorias semióticas (Saussure, Peirce); teorias culturais (Raymond Williams/S.Hall); teorias construtivistas (Maturana/Schmidt); teorias sistêmicas (Luhmann/Marcinkowski); teorias feministas (Judith Butler/Donna Haraway); teorias psicanalíticas (Zizek/Kittler/Delleuze-Guattari); teorias pós-estruturalistas (Derrida/Baudrillard/Virilio); teorias filosóficas (Benjamin/Anders/Flusser). Vê-se que o painel, por mais bem intencionado que seja, acaba fazendo da mídia um apêndice de todas as teorias do pensamento em voga. Ou seja: como de alguma forma todas elas refletem sobre o mundo contemporâneo, é inevitável que não reflitam *em algum momento* sobre as mídias. Mas isso não basta para considerá-las como teorias da mídia.

1. Da reprodutibilidade técnica à Aldeia Global

No âmbito deste ensaio, não caberia, e nem seria possível, tomar todas as perspectivas como necessárias e válidas para o caso. Muito da discussão sobre a teoria da mídia destina-se a instrumentalizar a teoria da Comunicação; outras, aproximam-se mais de preocupações da Filosofia; outras, enfim, interessam muito mais à Sociologia. Diante desse universo, convém realizar aqui um recorte capaz de fundamentar uma teoria da mídia que interesse à compreensão da vida contemporânea.

A relação da mídia – aquilo que hoje entendemos por mídia – com a arte ganhou celebridade no tantas vezes lido e ainda misterioso texto de Walter BENJAMIN (2007), “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, escrito para publicação em 1936 na *Zeitschrift für Sozialforschung*, então sob a direção de Max Horkheimer. Mas a “teoria da mídia” de Walter Benjamin está longe de se limitar a esse texto. Numa

publicação recente, o professor da TU Dresden Detlev Schöttker reuniu os “Escritos sobre Estética da Mídia” de Walter BENJAMIN (2002), num livro que, além dos famosos ensaios sobre a fotografia (“Pequena história da fotografia”) e sobre a relação do escritor com o mercado editorial (“O autor como produtor”), traz reflexões diversas de livro sobre a escrita, o livro, o jornal, os anúncios, as artes gráficas, o cinema, o telefone e o rádio. Dentre as tantas leituras e releituras da obra de Benjamin, vale atentar para o caráter inovador da organização que Detlev Schöttker dá a alguns escritos de Benjamin, e sobretudo para a edição crítica e fartamente comentada do ensaio de 1936 (cf. BENJAMIN 2007).

No ensaio de 1936, Benjamin parte do pressuposto que utilização de métodos industriais na cópiagem e na reprodução de obras de arte (“reprodutibilidade técnica”) retiram a arte de seu contexto “natural”, fazendo com que ela perca a sua “aura”, ou seja, a sua atmosfera de autenticidade, seu caráter irrepetível, sua origem humana e sua relação com uma tradição: “As técnicas de reprodução, assim se pode formular em geral, retiram o reproduzido do domínio da tradição” (BENJAMIN 2002: 355). Mas, mais do que fazer perder a aura da obra de arte – pois esse é um assunto secundário no ensaio – a forma de obra de arte típica da era da reprodutibilidade técnica, o cinema leva a uma mudança no modo como percebemos as coisas – e aí está o cerne da *Medienästhetik* de Benjamin. O “meio” (Benjamin usa o termo *Medium*³ = mídia) de que nos servimos para organizar a percepção⁴ do mundo se modifica com a reprodução técnica: as coisas distantes se tornam próximas, a reprodutibilidade da obra de arte (como no caso do cinema) tem como corolário a sua massificação e a massificação retira da obra de arte o seu caráter de ritual. A obra de arte perde assim o seu valor de culto, que se vê substituído pelo seu valor de exposição, e passa ser produto de consumo industrializado.

³ Id., III, p. 356. Assim como ocorre no caso de McLuhan, os termos “Medium/Medien” podem ser traduzidos por “meio/meios”, apesar da redundância. Costuma-se usar no Brasil “meios de comunicação”, o que me parece nem sempre ser correto, além de sempre remeter a problemática da mídia ao campo da comunicação, quando ela também faz parte da cognição, e, portanto, da psicologia e da filosofia (teoria do conhecimento). Além do mais, o par *medium/media* [Medium/Medien] também faz parte do vocabulário da Estética. Preferi usar, apesar de todas as desvantagens, o termo “mídia”, que pode ser usado no plural (meios de comunicação de massa) ou no singular (suporte; assim, diz-se que um DVD gravável é uma mídia). Essa solução, no entanto, é provisória. O ideal é que preservássemos os termos latinos, mas isso me parece improvável num país que aboliu há muito – para grande infelicidade – o latim do sistema escolar; mesmo nas universidades brasileiras – e mesmo nos cursos de Letras, o latim se tornou realmente uma língua morta.

⁴ A Estética, para Benjamin, não é uma Filosofia da Arte, mas uma Filosofia da Percepção (*aisthesis*).

Isso não significa que o cinema ou a fotografia não possam ser também obras de arte. Eles o são, mas, entre o público e a sua produção, interpõe-se um aparato técnico-industrial que, ao massificar a arte através de sua reprodutibilidade, não possibilita mais aquela autenticidade ritualística do aqui e agora característica das obras do passado. As próprias obras do passado perdem também a sua aura, na medida em que se massificam. Assim, constata Benjamin, ser escritor é em nosso tempo atributo de qualquer um que comece a escrever para a miríade de jornais, revistas, livros especializados – o que diminui a distância entre o autor e o seu público: “O leitor está preparado para, a qualquer momento, transformar-se em escritor” (BENJAMIN 2002: 369), afirma a certa altura.

Mas talvez a tese mais surpreendente do ensaio de Benjamin seja a de que o cinema – essa nova mídia – modifica radicalmente o nosso conceito de realidade, criando uma nova forma de apreendê-la. Para ilustrar sua tese, Benjamin estabelece uma série de comparações. Primeiro entre o teatro e o cinema. O teatro e o cinema criam ilusões. No entanto, a ilusão criada pela teatro acontece num lugar real, a cena. Já o “acontecimento” [das Geschehen] do cinema ocorre distante da visão do espectador: seu lugar verdadeiro é a mesa de montagem, é a montagem que cria a ilusão de que algo acontece. Trata-se, no cinema, de uma “natureza ilusionária [...] de segundo grau; ela é o resultado da montagem” (Idem : 371). Através disso, conclui Benjamin, o aparato técnico [Apparatur] do cinema “penetra profundamente na realidade” [“ist ... Tief in die Wirklichkeit eingedrungen”] (372).

Essa afirmação o leva a estabelecer uma segunda comparação, entre o diretor de fotografia/operador e o pintor. De forma barroca, Benjamin aprofunda a comparação (a alegoria), estabelecendo um quiasma comparativo: cinegrafista=cirurgião; pintor=curandeiro. Enquanto o curandeiro mantém uma “distância natural” entre si e o paciente (através da mera imposição das mãos, sem tocá-lo), o que lhe dá maior autoridade, o cirurgião diminui a distância, movimentando suas mãos dentro dos órgãos do paciente, nivelando-se com ele “de homem para homem”. Pois bem, assim também o pintor e cinegrafista: “O pintor observa em seu trabalho uma distância natural em relação ao que é dado; já o cinegrafista mergulha fundo no tecido do que é dado [ins Gewebe der Gegebenheit].” (372) Por isso, as imagens criadas por ambos, são distintas. A do pintor é total, a do cinegrafista é espedaçada [Zerstückeltes], deverá encontrar a sua totalidade na montagem.

Se pensarmos que Benjamin pressupõe que nosso tempo é um tempo de fragmentação e ruína sobretudo, de incapacidade de totalização (a não ser no facismo, que tende à totalização) – e o melhor exemplo disso são os livros sobre o barroco e sobre Baudelaire – entenderemos por que essas reflexões sobre a mídia, e sobre o cinema, ocupam um lugar tão importante no conjunto da obra benjaminiana.

Aproveito a comparação entre o cirurgião para remeter o leitor ao pensamento de Marshal McLuhan. Pois as idéias de cirurgia e magia estão, de certo modo, presentes no pensamento de McLuhan (1967). Uma de suas teses centrais consiste em sustentar que as mídias são “extensões” do corpo humano e ao mesmo tempo são “canais mágicos”. A idéia de extensão não é nova e já havia sido utilizada por Knapp, que comparou as armas a extensões do corpo. Da mesma forma, McLuhan se aproveita do conceito de prótese, para falar das mídias. Mas o fundamental é que, em nossa relação “normal” com as mídias, elas são como amputações: valemo-nos dela como extensões do nosso corpo, mas no entanto fingimos que não existem, não as percebemos como parte do nosso corpo. O que leva McLuhan a essa conclusão, é que, ao invés de percebermos as mídias (os meios), percebemos o seu conteúdo e a ele damos toda a importância. Esse é o sentido da famosa frase “the medium is the message” (o meio⁵ é a mensagem), que deve ser entendida a partir do pólo do sujeito (“o meio”), e não do objeto (“a mensagem”). Isto é, não se trata de uma equivalência, como costuma ocorrer com as frases nominais. O exemplo da lâmpada, que McLuhan dá no início de *Understanding media*, é significativo para o caso. Num jogo de basquete (à noite, claro) ou numa cirurgia cerebral, o meio/a mídia é a luz elétrica, mas não a percebemos. Percebemos o “conteúdo” daquilo que ela transmite/possibilita. Porque “o ‘conteúdo’ de um meio [medium] nos cega para as características desse meio” (MCLUHAN 1967). Segundo McLuhan, o conteúdo de uma mídia é outra mídia. Um filme visto na TV remete ao cinema. O cinema, por sua vez, remete ao livro impresso, que, por sua vez, remete à escrita, que, por sua vez, remete à fala. Vivemos o tempo todo cercados pelas mídias, mas não as percebemos, e por isso somos “amputados” de uma extensão do nosso corpo.

⁵ No caso de McLuhan, faz-se necessário traduzir o par “medium/media” por “meio/meios”. Mas seria errôneo traduzi-los como “meios de comunicação”, pois nem todos os “meios” de McLuhan servem para comunicar: o trem, por exemplo. Esse conceito foi usado de forma extensa pelo precursor e mestre de McLuhan, Harold Innis.

Mas afinal, de que vale observar os meios (as mídias), não serão elas “vazias”? O que importa, afinal, não é o que elas transmitem/comunicam/possibilitam? A resposta de McLuhan para essa pergunta é categórica: se não observarmos as mídias, não entenderemos o nosso mundo. O “nosso mundo”, para McLuhan, é traduzido pelo termo “environment”. As tecnologias – e para McLuhan assim como para Kittler, tecnologia é sinônimo de mídia – modificam os “environments” humanos. Esses “environments (no plural), “are not passive wrappings, but active processes”⁶. O exemplo dado por McLuhan é retirado de Erick Havelock, um dos precursores da “escola canadense” de teoria da mídia. Erick Havelock, por sua vez, baseia-se noutro importante precursor, o helenista Millman Parry. Parry observou, na década de 20, que o “gênio” de Homero é na verdade uma série de “fórmulas” mnemônicas da tradição oral dos aedos, e que a constituição de seus epítetos e do ritmo de seus versos é um “formulaic speech”, isto é, uma série de fórmulas mnemônicas derivadas da tradição oral. Erick Havelock (1963), por sua vez, vai demonstrar que a introdução da palavra escrita entre os gregos “destribaliza” aquela civilização, modificando seu “meio [environment]”⁷. Antes da palavra escrita, os gregos usavam uma “enciclopédia tribal”, baseada numa sabedoria operacional, transmitida pelas fórmulas dos poetas. A alfabetização e os livros dão origem a um novo “programa” cultural:

Com o advento do indivíduo destribalizado, foi necessário surgir uma nova educação. Platão imaginou esse programa para homens alfabetizados. Era baseado nas Idéias. Com o alfabeto fonético, a sabedoria classificada tomou o lugar da sabedoria operacional de Homero e Hesíodo e da enciclopédia tribal. A educação através de dados classificados tornou-se o programa do Ocidente desde então. (MCLUHAN, 1967: vii)

McLuhan dá um exemplo disso, que pode ser tomado como um modo de se entender as relações entre os conceitos de meio/mídia (tecnologia), extensão e meio

⁶ Id., p. vi (Preface to the third impression).

⁷ Tanto a tese de Milman Parry sobre o “formulaic speech” quanto algumas das principais teses da escola canadense sobre a relação entre oralidade e escrita na Grécia antiga vem sendo bastante criticadas pelos helenistas recentemente. Rosalind Thomas, por exemplo, demonstra que a relação entre oralidade e escrita é menos estanque do que aquela defendida por Havelock. A escrita não cria *necessariamente* o racionalismo filosófico grego. Além do mais, a escrita, mesmo no tempo de Platão, ainda permanece bastante atrelada à oralidade. Muitos dos textos escritos eram na verdade apenas “indicações” sobre como o texto deveria se lido (performatado) diante do público, e para essa performance se destinavam. Por outro lado, argumenta R. Thomas, outras culturas que desenvolveram a escrita, como os Fenícios e povos semíticos, não desenvolveram necessariamente um racionalismo filosófico em função da escrita. Cf. THOMAS, Rosalind. *Literacy and orality in ancient Greece*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ambiente [environment]: o dos nativos australianos, aos quais foram dados machados de aço, substituindo os machados de pedra. Nessa cultura, os machados de pedra eram um símbolo da importância masculina, e, portanto, de autoridade. Quando os missionários distribuíram os machados, sobretudo a mulheres e crianças, a autoridade masculina entrou em colapso, modificando o meio ambiente, “destribalizando-o”. O mesmo ocorreu, segundo McLuhan, com os meios escrita, dinheiro ou roda, que foram formas de “destribalar” a sociedade ocidental, modificando o “environment”. McLuhan considera que, a partir do final do século XIX, vive-se uma nova mudança de meio ambiente, com a introdução da eletricidade. A eletricidade é esse novo meio (invisível para quem é “amputado”) que torna possível o surgimento de outros meios, como o cinema, o rádio e a televisão. Na verdade, a eletricidade, para McLuhan, transforma todos os meios, possibilitando várias formas de aceleração, encurtando as distâncias, transformando o mundo numa “aldeia global”. Pois a eletricidade “retribaliza”, na medida em que destrói o meio ambiente criado pela escrita e pelo advento da imprensa (a “galáxia de Gutenberg”). Esse meio ambiente fundamentava duas noções fundamentais, as de indivíduo (sujeito) e Estado (estado nacional). Na era da eletricidade, esses fundamentos entram em crise.

Daí se vê que o pensamento de McLuhan, apesar de (ou graças) sua falta de sistematicidade, é muito mais do que um tratado de comunicação. Trata-se de uma tentativa de compreender culturalmente os fenômenos que modificam o meio ambiente em que os seres humanos vivem – um pouco como Darwin fez para as espécies não-humanas, só que, ao avesso, pois segundo McLuhan é a espécie (o homem) que modifica o ambiente. Daí se compreende também que as afirmações de McLuhan, apesar de bombásticas, ou “retóricas” (como ele preferiria), contém um fundo de verdade e pertinência. Se não, vejamos, logo na “Introdução” de *Understanding media*:

Depois de trezentos anos de explosão, por meio de tecnologias fragmentárias e mecânicas, o mundo ocidental está implodindo. Durante as eras mecânicas, estendemos nossos corpos no espaço. Hoje, depois de mais de um século de tecnologia elétrica, estendemos o nosso próprio sistema nervoso num abraço global, abolindo tanto o espaço quanto o tempo, no que concerne o nosso planeta. Rapidamente nos aproximamos da fase final das extensões do homem – a simulação tecnológica da consciência, quando o processo criativo de conhecimento irá ser coletiva e corporativamente estendido para a sociedade humana inteira, assim como estendemos nossos sentidos e nervos em várias mídias [media]... Qualquer extensão, proteção ou pele, mão ou pé, afeta o todo do complexo psíquico e social.” (MCLUHAN 1967: 3-4)

2. Mídia e Cultura

Para a teoria da mídia, no entanto, o problema de McLuhan – além da falta de sistematicidade, consiste no excessivo alargamento do conceito de mídia: telefone, língua falada, escrita, luz, trem, máquina de escrever, eletricidade, cinema, publicidade, tudo pode ser mídia para McLuhan. Por isso, convém distinguir, como fazem os alemães, entre mídia [Medium/Medien] e meio [Mittel], levando-se em consideração, também, que a teoria sistêmica de Niklas Luhmann realiza uma distinção entre *Medium* e *Form* [forma], que amplia ainda mais a compreensão do termo mídia. Mas se pensarmos que, a partir da língua alemã, qualquer coisa pode ser um meio [Mittel] para qualquer coisa (por exemplo, um fragmento de madeira pode ser usado como meio de transporte; uma lanterna pode servir de meio de comunicação); chegaremos à conclusão de que nem todo meio é necessariamente uma mídia [Medium/Medien]. O conceito de mídia está necessariamente ligado aos conceitos de cognição, informação e comunicação. O microscópio, por exemplo, é um tipo de mídia usado para a cognição e para a informação, mas não para a comunicação. Também convém distinguir entre mídias usadas para a comunicação individual/informal (como a língua falada, o telefone, o interfone, a carta, o e-mail) e mídias de usadas na comunicação de massa, que algumas pessoas caracterizam com a expressão “meios midiáticos”.

Siegfried J. SCHMIDT (1996) entende que o conceito de mídia não pode ser entendido fora de um contexto sistêmico que envolve a cognição, a comunicação, a cultura e as mídias. Antes de formular esse pensamento, porém, Schmidt estabelece uma definição “orientada sistemicamente” de mídia [Medien], considerando que esse conceito comporta os seguintes fatores:

- instrumentos semióticos de comunicação (p. ex. Línguas naturais, gestos);
- materiais [*Materialien*] da comunicação (p. ex., jornais);
- meios técnicos para produção e difusão de produtos midiáticos [*Medienangeboten*] (p. ex., computadores ou câmeras);
- organizações sociais de produção e difusão de produtos midiáticos (p. ex., editoras, ou radiodifusoras, com todas os seus pressupostos econômicos, jurídicos, sociais e políticos);

- enfim, os próprios produtos midiáticos [*Medienangebote*] (artigos de jornal, emissões de rádio e tevê, etc.);

Schmidt observa que os chamados “meios de comunicação de massa” [*Massenmedien*], como jornal, filme, televisão, resultam dos diferentes modos de junção desses fatores. Por sua vez, essas mídias não podem ser entendidas isoladamente, pois uma mídia sempre remete a outra, como ensinou McLuhan. Uma vez feita essa observação, Schmidt procura demonstrar como a conjunção dos fatores comunicação, cognição, cultura e mídia, constrói o que chamamos de realidade. Seja no ato da auto-reflexão (ou seja, na comunicação de um sujeito consigo mesmo, através de uma mídia, a linguagem, através de um processo cognitivo-cultural – pensamento, percepção, etc.), ou numa reportagem televisiva, os quatro fatores serão responsáveis pela construção de uma realidade, sendo que a mídia – nesse caso, a tevê, mídia que inclui o aparelho, a organização e o tipo de oferta (jornal, não ficção) – realidade essa que será construída pelos diferentes espectadores de modo também distinto.

Não teríamos como detalhar a teoria de Schmidt sobre o modo como esses fatores interagem no processo de construção da realidade. Interessa saber que, para Schmidt, as mídias desempenham um papel fundamental na constituição da sociedade. Particularmente numa sociedade massificada, que obriga a pensar a comunicação como “comunicação de massa” [*Massenkommunikation*] e, por sua vez, as mídias como “mídias de massa” [*Massenmedien*]⁸. Embora depois utilize os termos como correlatos, Schmidt estabelece, numa nota, a seguinte distinção:

Falo de meios de comunicação de massa, pois, quando os produtos midiáticos são produzidos por máquinas e distribuídos por organizações econômicas. Chamo de mídias de massa especificamente todos os meios técnicos de comunicação usados para a produção e distribuição de produtos midiáticos. (SCHMIDT, 1996:38; Cf. HICKETIER 2003:25)

Ao contrário da comunicação individual/informal (p. ex. conversa presencial), que usa apenas um instrumento e um material restrito como mídia, a comunicação de massa usa mídias de massa (como o livro, os jornais, a tevê). Para cada tipo de mídia utilizada, corresponde um tipo de comunicação e, antes disso, um tipo de

⁸ Normalmente, traduz-se o termo *Massenmedien* por “meios de comunicação de massa”. Tal tradução aqui se torna inviável.

percepção/construção da realidade. Na medida em que as mídias se tornam variadas e complexas, a construção da realidade (=cultura, sociedade) se torna mais complexa:

Quanto mais os sistemas midiáticos se tornam complexos e diferenciados em uma sociedade, tanto maiores serão as experiências de diferenciação permitidas através dos produtos midiáticos, bem como as formas de produção, recepção e comunicação, e tanto mais existirão modos distintos de utilização das mídias. (SCHMIDT 1996:40)

A nossa relação com a publicidade pode ser assim pensada. Quando as relações de produção e consumo começaram a depender da publicidade, na segunda metade do século XVIII, a publicidade restringia-se aos jornais. Com a proliferação de mídias impressas no século XIX (revistas especializadas, magazines), a publicidade vai ganhando cada vez mais importância e se tornando uma atividade independente. Finalmente, com o advento das mídias óticas e sonoras do século XX – e com todo o processo de criação de sociedades complexas – o trabalho de publicidade se torna tão especializado a ponto de dividir-se em inúmeros setores (publicidade comercial, design publicitário, publicidade visual, marketing, publicidade política, etc.), com funções de trabalho cada vez mais especializadas (designer gráfico, redator, roteirista, revisor, diretor de arte, diretor comercial, etc.). Por outro lado, a publicidade também influencia no desenvolvimento das mídias (o cinema, por exemplo, desenvolveu-se, nos EUA, em parte devido aos anúncios exibidos durante as sessões), no comportamento, e até mesmo na literatura. Tome-se, por exemplo, o poema de Manuel BANDEIRA (1980), publicado em 1936:

Balada das Três Mulheres do Sabonete Araxá

As três mulheres do sabonete Araxá me invocam, me bouleversam, me hipnotizam.
 Oh, as três mulheres do sabonete Araxá às 4 horas da tarde!
 O meu reino pelas três mulheres do sabonete Araxá!
 Que outros, não eu, a pedra cortem
 Para brutais vos adorem,
 Ó brancaranas azedas,
 Mulatas cor da lua vem saindo cor de prata
 Ou celestes africanas:
 Que eu vivo, padeço e morro só pelas três mulheres do sabonete Araxá!
 São amigas, são irmãs, são amantes as três mulheres do sabonete Araxá?
 São prostitutas, são declamadoras, são acrobatas?
 São as três Marias?
 Meu Deus, serão as três Marias?

A mais nua é doirada borboleta.

Se a segunda casasse, eu ficava safado da vida, dava pra beber e nunca mais telefonava. Mas se a terceira morresse...Oh, então, nunca mais a minha vida outrora teria sido um festim!

Se me perguntassem: queres ser estrela? queres ser rei?

queres uma ilha no Pacífico? Um bangalô em Copacabana?

Eu responderia: Não quero nada disso, tetrarca. Eu só quero as três mulheres do sabonete

Araxá:

O meu reino pelas três mulheres do sabonete Araxá!

Em tom irônico, mas também sincero, o poeta demonstra que as “pequenas coisas”, as coisas humildes sobre as quais ele tanto escreve, não são necessariamente coisas naturais. Podem ser também coisas culturais, e, portanto, midiáticas. O que diferencia as coisas é o olhar. Caberia aqui, pois, falar em “mentira da mídia”, como quer o novo frankfurtiano Dieter PROKOP (2004)? A publicidade é parte integrante de nossa cultura, seja ela orientada para o “mercado”, ou para a constituição de um Estado socialista. Mesmo na Revolução de 1917 ela foi usada, em cartazes cubo-futuristas. Vivemos num tempo em que a publicidade, e os demais produtos midiáticos, constroem nossa relação com a cultura e com a realidade (tanto quanto a retórica de Prokop).

Por isso, Siegfried J. Schmidt chama nosso mundo de *Medienkulturgesellschaft*, sociedade midiático-cultural, uma sociedade que não se define apenas pelas relações de produção, mas também – ou sobretudo – pelas transformações midiáticas:

A realidade das mídias é a realidade das sociedades midiático-culturais, a técnica e as relações de produção criam não apenas um objeto para o sujeito, mas sobretudo um sujeito para o objeto. Da escrita ao computador, cada mudança midiático-tecnológica levou, na História, a uma incontornável modificação da comunicação e da compreensão da realidade. (SCHMIDT 1995: 95)

A história dessas mudanças no sistema midiático é a história contada por Vilém Flusser. Flusser divide a história da humanidade esquematicamente em três momentos: o momento da imagem [*Bild*]; o momento da escrita [*Schrift*]; o momento da imagem técnica [*Techno-Bild*]. Flusser também considera que a sociedade humana constitui-se fundamentalmente a partir de relações de comunicação. O homem distingue-se, assim, dos demais animais, não apenas por seu caráter racional de *homo sapiens*, mas porque é capaz de comunicar-se de diferentes formas e de construir códigos de comunicação que

tornam possível transmitir a experiência adquirida de geração a geração, o que constitui uma história. A comunicação só é possível porque existem *códigos*, que são sistemas simbólicos – e aqui fica clara a influência de Ernst Cassirer no pensamento flusseriano. Símbolos, para Flusser, são fenômenos capazes de substituir outros fenômenos (de significá-los). As imagens das cavernas de Lascaux são um exemplo desses símbolos, e constituem o ponto de partida do pensamento de Flusser sobre a imagem e a sociedade.

As imagens pintadas nas cavernas são símbolos que reduzem as quatro dimensões do “mundo” (do espaço, do tempo, e da relação entre as coisas) a uma superfície bidimensional, uma “cena” (FLUSSER 2005: 23-24). Nesse tipo de imagens, a relação entre as coisas é dada de maneira simultânea, em sincronicidade. O exemplo que Flusser apresenta repetidas vezes é o de um desenho contendo dois bonequinhos, um sol e um cachorro dentro de um retângulo. A cena representa um “passeio”, mas esse estado de coisas surge na relação simultânea e não-hierárquica que estabeleço entre as partes do desenho (por exemplo, posso “ler” na ordem sol-pessoa-pessoa-cachorro ou pessoa-cachorro-sol-pessoa). Trata-se de uma relação “mágica”. A utilização da escrita consiste em abolir a simultaneidade “mágica” em proveito de uma linearização irreversível (sol-pessoa-cachorro-pessoa = passeio). As imagens se transformam em linhas, a Pré-História se transforma em História. Pois o código linear da escrita implica numa nova experiência com o tempo, “a saber, com o tempo linear, com a corrente do progresso inadiável, com a dramática irrepitibilidade do projeto; em suma: a História” (FLUSSER 2005: 26).

Vê-se por aí porque Flusser é um teórico da mídia: ao invés de considerar a passagem da pré-História à História como fruto das relações de produção – como faz Marx – Flusser coloca no centro da cena teórica a mudança de código social, isto é, a passagem da imagem à escrita. No ensaio “Alphanumerische Gesellschaft” (FLUSSER 2005: 41-60), Flusser vê como característica central da humanidade a capacidade de conservar e transmitir informações às gerações sucedâneas. E não apenas informações hereditárias, mas informações adquiridas. Essa capacidade está ligada à nossa própria constituição física, ao nosso corpo, cujos órgãos principais são a voz e as mãos: assim como as mãos criam (“informam”) utensílios (“objetos duros”, de pedra, osso ou madeira), a voz (i. é, o aparelho fonador) é capaz de “informar” (transmitir) informações necessárias à conservação e transformação das experiências adquiridas. A mão que cria os utensílios e a voz que comunica as experiências estão, pois, na base da constituição

da *cultura*. As primeiras culturas, no entanto, não conhecem uma “mediação” entre a informação da voz (que se perde no ar, dissipando-se) e a informação dos utensílios (que tem maior duração, mas tende a se desfigurar). O alfabeto – e conseqüentemente a escrita – permite realizar essa mediação, transformando o caráter dissipativo da cultura oral em “objeto duro” e ao mesmo tempo possibilitando que os utensílios possam ser descritos minuciosamente, garantindo-se assim a sua conservação e evolução técnica.

Se voltarmos agora à passagem do sistema da imagem ao sistema da escrita, entenderemos que a linearização imposta pela escrita tem como corolário a idéia histórica de progresso. A História, para Flusser, é a história desse código, a escrita, que se aperfeiçoou com o livro, e com as bibliotecas – os quais permitiram que as informações (nem sempre igualmente repartidas entre “senhores” e “servos”) fossem transmitidas em escala crescente, possibilitando as transformações tecnológicas. Foi justamente o acúmulo, durante séculos, dessas transformações tecnológicas que “implodiu” na segunda metade do século XIX, criando um novo tipo de sociedade, dominada (ou, na linguagem de Flusser, programada) pelas imagens técnicas ou “tecnoimagens” [*Techno-Bilder*]. Historicamente, os textos escritos surgem para criticar (em Platão, por exemplo) a “idolatria” das imagens, para “des-mitizar” as imagens (FLUSSER 1983). No entanto, os textos passam a programar a sociedade, criando uma correspondente “textolatria”, na qual as mensagens históricas (v.g. escritas) se tornaram inimagináveis, puramente conceptuais. É nesse momento de crise da escrita – ou “crise das humanidades” – que surgem as *tecnoimagens* ou imagens técnicas. Flusser profetiza: as tecnoimagens são

instrumentos para tornar imaginável a mensagem dos textos. Os textos se digiriam, originalmente, contra-imagens, a fim de torná-las transparentes para a vivência concreta, a fim de libertar a humanidade da loucura alucinatória. Função comparável é a das tecnoimagens: dirigem-se contra os textos, a fim de libertar a humanidade da loucura conceptual (FLUSSER 1983 : 100-101).

As imagens técnicas não se confundem, no entanto, com as imagens tradicionais, e aí Flusser parece concordar, ao seu modo, com Walter Benjamin (quanto à imagem reproduzida tecnicamente). Pois assim como a imagem tradicional (das cavernas de Lascaux à pintura renascentista) pressupõe um conjunto de relações (ou uma “realidade”, representada), a imagem técnica pressupõe um conjunto de conceitos: na

imagem fotográfica, não é a “realidade” que eu deveria estar vendo, mas os conceitos químico-óticos que permitem a fixação da imagem no celulóide através de um princípio de *camera obscura*. Isso constitui a “caixa preta” da tecnologia, que pressupõe programas e programadores. Para o fotógrafo de família, o ato fotográfico não é mais do que acionar um programa. Para o “artista”, no entanto, resta a possibilidade de abrir a caixa preta, e entender o funcionamento do aparelho. Nesse caso, “o trabalho fotográfico será feito para forçar o aparelho a servir para aquilo que ele não foi programado” (FLUSSER 2005: 82).

Para Flusser, entender as transformações que nos levaram ao mundo “pós-histórico” é a tarefa de quem é capaz de observar as transformações nas tecnologias de informação e comunicação, isto é, as transformações midiáticas. É preciso esclarecer que Flusser desenvolve um conceito novo de mídia, a começar pela própria definição do par *Medium/Medien* que, num primeiro momento, parece tão abrangente quanto a definição de mídia de Niklas Luhmann, que aqui citamos apenas à guisa de uma breve comparação:

Mídias são estruturas (materiais ou não, técnicas ou não) nas quais os códigos funcionam. Por isso, o telefone, a sala de aula, o corpo e o futebol são mídias. Elas permitem aos códigos funcionar, e cada mídia de um modo específico (LUHMANN 2001: 198).

Convém lembrar que Luhmann, como Flusser, vale-se do conceito de código para entender os processos de comunicação e também acentua o papel dos meios de comunicação de massa [*Massenmedien*] como constituintes fundamentais da sociedade. (cf. LUHMANN 2005; 1994); nesse último, o amor é tratado ora como mídia [*Medium*], ora como código. Vilém Flusser critica na utilização do conceito de mídia uma excessiva generalização e falta de especificidade:

O conceito ‘mídia’ [...] empestia hoje a reflexão sobre a comunicação, e consequentemente, leva a um escamoteamento do problema da comunicação. Pois o que é mídia – a mediação [*Vermittlung*] entre receptor – no caso do telefone: os fios ou a fala? (FLUSSER 2005: 271)

Condena o excessivo fechamento dos *Media Studies* aos meios de comunicação de massa (tevê, imprensa, publicidade). A resposta de Flusser é a distinção entre dois

tipos básicos de mídia, de acordo com o modo como as informações são codificadas e transmitidas: as mídias discursivas e as mídias dialógicas. No primeiro caso, uma mensagem codificada é transmitida da memória de um emissor [Sendergedächtnis] à memória de um receptor [Empfängergedächtnis]; no segundo caso, uma mensagem codificada circula entre diferentes memórias. Os exemplos que Flusser dá para o primeiro caso são o cinema e os cartazes; para o segundo, a bolsa de valores e a praça central de uma pequena cidade [*Dorfplatz*]. Mas o cinema ou o cartaz podem se transformar em mídias dialógicas, assim como uma praça dominada pelo discurso de um político pode se tornar discursiva. Disso conclui-se que a função de um código não depende “de um Eidos metafísico da mídia (como queria acreditar McLuhan – mas sim, de como se manuseia uma mídia)” (FLUSSER 2005: 272)

Antes de morrer num trágico acidente, em 1991, Vilém Flusser já sentia a tendência a uma nova forma de comunicação em rede [Vernetzung], que viria a se concretizar através do computador e da internet. Esse tipo de rede, para Flusser, criaria a nova mídia dialógica, capaz de criar um novo tipo de sociedade. Mas Flusser não pôde viver o suficiente para ver que também essa mídia dialógica poderia transformar-se em mídia discursiva, solapando, através do uso – por grandes corporações – aquela sua característica inicial ao diálogo e à transformação. Contudo, e, ao mesmo tempo, Flusser ainda nos obriga a pensar na necessidade de entrar dentro da caixa preta da informática e das redes “alfanuméricas” (o termo é de Flusser), e colocar lá dentro o grão da poesia.

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, Manuel. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- BENJAMIN, Walter. *Medienästhetische Schriften*. Hs. Detlev Schöttker. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit*. Kommentar von Detlev Schöttker. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2007.
- BOLZ, Norbert. *Am Ende der Gutenberg-Galaxis: Die neuen Kommunikationsverhältnisse*. München: Fink, 1993.
- KLOOK, Daniela e SPAHR, Angela. *Medientheorie: eine Einführung*. München: E. Fink, 2000 (UTB).

- FELINTO, Erick ; MÜLLER, Adalberto . Medialidade: Encontros entre os Estudos Literários e os Estudos de Mídia. *Contracampo* (UFF), v. 19, p. 125-136, 2009.
- FLUSSER, Vilém. *Pós-História: vinte instantâneos e um modo de usar*. São Paulo: Duas Cidades, 1983.
- FLUSSER, Vilém *Medienkultur*. Frankfurt/Main: Fischer Taschenbuch, 2005.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. Modernização dos sentidos. Trad. Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich & PFEIFFER, Karl Ludwig. *Schrift*. München: Fink, 1993.
- HAVELOCK, Erick. *Preface to Plato*. Harvard University Press, 1963.
- HELMES, Günter e KÖSTER, Werner. *Texte zur Medientheorie*. Stuttgart: Reklam, 2002
- HICKETIER, Knut. *Einführung in die Medienwissenschaft*. Stuttgart: Metzler, 2003.
- KITTLER, Friedrich. *Grammophon, Film, Typewriter*. Berlin: Brinkmann & Bose, 1986.
- LUHMANN, Niklas. *Liebe als Passion: zur Kodierung von Intimität*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1994.
- LUHMAN, Niklas. Das Medium der Kunst. *Aufsätze und Reden*. Stuttgart: Reklam, 2001.
- LUHMANN, N. *A realidade dos meios de comunicação*. Trad. Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus: 2005.
- MÜLLER, Jürgen E. *Intermedialität. Formen moderner kultureller Kommunikation*. München: Nodus, 1996.
- MCLUHAN, Marshall. *Understanding media: The Extensions of Man*. New York: McGraw-Hill. 1967.
- MERSCH, Dieter. *Medientheorien: zur Einführung*. Hamburg: Junius Verlag, 2006.
- MERTEN, Klaus; SCHMIDT, Siegfried J. & WEISCHENBERG, Siegfried (Hs.) *Die Wirklichkeit der Medien. Eine Einführung in die Kommunikationswissenschaft*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1994.
- PROKOP, D. *Gegen Medien-Lügen*. Das neue Lexikon der Kulturindustrie. Hamburg: VSA, 2004.
- SCHANZE, Helmut. (Hs.) *Handbuch der Mediengeschichte*. Stuttgart: Kröner, 2001.
- SCHÖSSLER, F. *Literaturwissenschaft als Kulturwissenschaft*. Tübingen: A. Franke, 2006.

SCHMIDT, Siegfried J. *Die Welten der Medien*. Grundlagen und Perspektiven der Medienbeobachtung. Wiesbaden: Vieweg, 1996.

WEBER, Stefan (Hs.) *Theorie der Medien: Von der Kulturkritik bis zum Konstruktivismus*. Konstanz: UVK/UTB, 2003.

„Viel Lärm um nichts?“
Fachsprachenlehrwerke im Spannungsfeld
zwischen Theorie und Praxis.
Eine vergleichende Analyse berufs- und fachbezogener
DaF-Lehrwerke aus dem Bereich Wirtschaft¹

Claudia Groß²

Abstract: Through a comparative analysis of DaF-textbooks (DaF= Deutsch als Fremdsprache: German as a Foreign language) of “business German” and “professional German” I explore in this article as to what extent general language and special language textbooks differ from one another. This study not only highlights similarities and differences in the explored textbooks but also opens up a new perspective on the problems, which arise through the very particular requirements of special language textbooks. The outcome of my study implies that, although special language textbooks differ from general textbooks in their conceptualization, in fact their differences to general language textbooks tend to be marginal.

Keywords: DaF-didactics, textbook analysis, special language, business German, professional German

Zusammenfassung: Anhand einer vergleichenden Analyse von DaF-Lehrwerken aus dem Bereich „Wirtschaftsdeutsch“ und „Berufsdeutsch“ wird der Frage nachgegangen, inwiefern sich gemeinsprachliche und fachsprachliche Lehrwerke voneinander unterscheiden. Dabei werden nicht nur Unterschiede bzw. Gemeinsamkeiten sichtbar gemacht, sondern auch Probleme aufgezeigt, die sich aus den besonderen Anforderungen an Fachsprachenlehrwerke ergeben. Die Ergebnisse der Untersuchung weisen darauf hin, dass sich fachsprachliche Lehrwerke zumeist vor allem idealtypisch von gemeinsprachlichen unterscheiden, in der konkreten Umsetzung sind die Unterschiede bisweilen marginal.

Stichwörter: DaF-Didaktik, Lehrwerksanalyse, Fachsprachen, Wirtschaftsdeutsch, Berufsdeutsch

Resumo: A partir da análise comparativa de obras didáticas de DaF (= Deutsch als Fremdsprache: Alemão como Língua Estrangeira) das áreas de “alemão para economistas” e de “alemão para profissionais”, este trabalho investiga até que ponto obras didáticas para o ensino da linguagem comum se distinguem de obras didáticas para o ensino de linguagens técnico-científicas. Além das diferenças e das semelhanças das obras didáticas analisadas, esta pesquisa mostra também os problemas surgidos das necessidades específicas de obras didáticas para o ensino de linguagens técnico-científicas. Os resultados da pesquisa apontam que, embora existam diferenças entre a concepção das obras didáticas para o ensino da linguagem comum e aquelas para o ensino de linguagem técnico-científica, na prática, essas diferenças são insignificantes.

Palavras-chave: Didática de DaF, análise de obras didáticas, linguagens técnico-científicas, alemão para economistas, alemão para profissionais.

¹ Die vorliegende Untersuchung ist im Rahmen eines DaF-Hauptseminars im Wintersemester 2008/2009 an der Technischen Universität Berlin bei Prof. Dr. Maria Monteiro entstanden.

² Master-Studierende Deutsch als Fremdsprache an der Technischen Universität Berlin,
E-Mail: claudia.gross.berlin@googlemail.com

1. Einleitung

Fachsprachlicher bzw. fachbezogener Fremdsprachenunterricht gewinnt zweifelsohne an Bedeutung nicht nur in der theoretischen Diskussion, sondern vor allem in der didaktischen Praxis. Anzeichen dafür sind ein wachsendes Angebot an fachsprachlichen Kursen, Lehrmitteln und spezifischen Prüfungen.

Worin genau unterscheiden sich nun aber fachbezogene und allgemeine Fremdsprachenvermittlung? Die Beantwortung der Frage nach den Unterschieden zwischen bzw. dem Verhältnis von Fachsprache und Gemeinsprache, die HOFFMANN (1985: 48) zur „Frage der Fragen in der Fachsprachenforschung“ erhob, ist dabei nicht nur eine Herausforderung für Linguisten, sondern letztlich vor allem für die Fremdsprachendidaktik von zentraler Relevanz. Angehende DaF-Lehrer werden spätestens in ihrer Ausbildung mit der Bedeutung fachbezogener Fremdsprachenvermittlung konfrontiert und stehen vor der ganz praktischen Frage, wie sie als Sprachlehrer ohne entsprechende Fachkompetenz einen fachbezogenen DaF-Unterricht gestalten können. Noch stärker als im (all)gemeinsprachlichen Unterricht³ ist der unerfahrene DaF-Lehrer auf entsprechende Lehrwerke zur Vorbereitung und Durchführung seines Unterrichts angewiesen.

Von dieser Situation ausgehend, und als angehende DaF-Lehrerin selbst betroffen, habe ich mich mit der Frage befasst, was denn das „spezifisch Fach(sprach)liche“ fachbezogener DaF-Lehrwerke ausmacht, welches sie als fachsprachliche Lehrwerke qualifiziert und von gemeinsprachlichen Lehrwerken abgrenzt. Damit verbunden ist auch die Frage, ob eine strenge Abgrenzung fach- und gemeinsprachlicher Lehrwerke überhaupt sinnvoll bzw. möglich ist. Zur Beantwortung dieser Fragen habe ich eine Analyse fachsprachlicher Lehrwerke exemplarisch am Beispiel wirtschaftssprachlicher Lehrwerke durchgeführt und mit Hilfe ihrer Ergebnisse Thesen formuliert.

2. Theoretische Grundlagen und Untersuchungsdesign

Im folgenden Abschnitt werden einige theoretische Vorüberlegungen getroffen, sowie Ziele und Vorgehen der Analyse genauer beschrieben.

³ Im Folgenden verwende ich für allgemeinen im Gegensatz zu fachsprachlichem DaF-Unterricht den Begriff „gemeinsprachlich“. Dies entspricht der begrifflichen Setzung in der linguistischen Debatte und erlaubt eine zweifelsfreie Zuordnung.

2.1 Theoretische Vorüberlegungen

Um die Frage nach Gemeinsamkeiten bzw. Unterschieden zwischen gemeinsprachlichen und fachsprachlichen Lehrwerken adäquat beantworten zu können, gilt es zunächst das Begriffspaar Gemeinsprache und Fachsprache zu definieren. Plausibel erscheint HOFFMANNs (1985: 53) Definition, wonach unter Fachsprache „die Gesamtheit aller sprachlichen Mittel, die in einem fachlich begrenzbaren Kommunikationsbereich verwendet werden, um die Verständigung zwischen den in diesem Bereich tätigen Menschen zu gewährleisten“ zu verstehen ist. Sehr viel schwieriger hingegen ist die Abgrenzung des Begriffes Gemeinsprache, wie aus den verschiedensten Versuchen seiner Definition als „Gesamtsprache“, „Alltagssprache“ oder auch „Standardsprache“ ersichtlich wird.⁴ Gemeinsprache kann nur in Gegenüberstellung zur Fachsprache definiert werden, jedoch besteht genau hierin das Dilemma: Während die Fachsprache nach o.g. Definition sich über den fachlich begrenzbaren Kommunikationsbereich, also das jeweilige Fach mit seinen spezifisch verwendeten Fachtextsorten bestimmen lässt, ist der Kommunikationsbereich der Gemeinsprache zu allgemein und allumfassend, als dass eine dichotomische Gegenüberstellung möglich wäre. Hinzu kommt, dass sich Fachsprache auch gemeinsprachlicher Mittel bedient, so dass sie eher einer Art Sondersprache innerhalb der Gemeinsprache entspricht. In diesem Sinne beziehe ich mich auf Hoffmanns Subsprachenmodell, in welchem er Gemeinsprache mit Gesamtsprache gleichsetzt, welche er als die „Gesamtheit aller sprachlichen Mittel“ definiert, „aus der die Subsprachen ihr Material beziehen“ (HOFFMANN 1985: 50). Insofern ist jede Fachsprache als eine Subsprache der Gemeinsprache aufzufassen, deren Besonderheiten „aber nur in der Auswahl und Zusammenstellung der sprachlichen Mittel zu einem speziellen Zweck, nicht in den sprachlichen Mitteln selbst“ liegt (HOFFMANN 1985: 50).

Die explizite Bestimmung und Eingrenzung einer Fachsprache erfolgt nach Hoffmanns Modell durch die horizontale Gliederung nach den Fächern (also die Abgrenzung der Fachsprachen untereinander) sowie durch die vertikale Schichtung nach Fachlichkeitsgrad (also die Differenzierung innerhalb einer Fachsprache) (vgl. HOFFMANN 1985: 58ff.). Damit rückt der Begriff der Fachlichkeit ins Zentrum der Betrachtung. Nach KALVERKÄMPER (1990: 124 apud HOFFMANN 1998: 163) ist

⁴ Einen Überblick über die verschiedenen Auffassungen des Begriffes in der linguistischen Debatte gibt der Aufsatz von HOFFMANN (1998). Weitere Literaturhinweise finden sich in der Arbeit von BECKER/HUNDT (1998: 121).

Fachlichkeit bzw. damit einhergehend Fachsprachlichkeit als kontinuierliche Skala zu verstehen, auf der jedes Sprechen zwischen den Polen „(extrem) merkmalsreich“ und „(extrem) merkmalsarm“ anzusiedeln ist. FLUCK (1998: 945) bezeichnet Fachlichkeit im fachbezogenen Fremdsprachenunterricht als den „Umgang mit Fachtexten als Medium und Ziel bei der Vermittlung von (Fach-)Wissen und Kommunikationsfähigkeit im Fach.“. Im Sinne des erweiterten Fachsprachenbegriffs HOFFMANNs (s.o.) versteht FLUCK (1998: 949) „Fachsprache nicht auf bestimmte morphologische, lexikalische, syntaktische oder textuelle Strukturen reduziert, sondern [...] im Sinne der modernen Fachsprachenlinguistik ganzheitlich [...] als die *Sprache im Fach*.“.

Diese theoretischen Vorüberlegungen dienen lediglich als Grundlage zum Verständnis des Untersuchungsdesigns meiner Analyse und ihrer Einbettung in die fachsprachenlinguistische Diskussion. Ziel der Analyse ist jedoch in erster Linie, Hinweise für die didaktische Praxis zu geben, insofern sollen die Einzelheiten der theoretischen Debatte an dieser Stelle nicht weiter erörtert werden. Für einen detaillierten Überblick empfehle ich die Arbeiten von HOFFMANN (1998) und BECKER/HUNDT (1998).

2.2 Untersuchungsziele

Die vorliegende Arbeit ist das Ergebnis einer empirischen Analyse. Grundsätzlich wurden mit der Untersuchung zweierlei Anliegen verfolgt: Einerseits sind die Ergebnisse der Analyse Grundlage für die Beantwortung der eingangs gestellten Frage nach der Besonderheit fachsprachlicher Lehrwerke im Vergleich zu gemeinsprachlichen Lehrwerken. Andererseits ist die Lehrwerksanalyse selbst auch als eine Art praktische Handreichung für DaF-Lehrer zu verstehen, die einen Überblick über vorhandene Fachsprachenlehrwerke aus dem Bereich Wirtschaft verschaffen und Anregungen für deren Einsetzbarkeit im Unterricht geben soll.

2.3 Untersuchungsdesign

Die Entscheidung, die Analyse von Fachsprachlehrwerken auf den Fachbereich Wirtschaft einzugrenzen, ergab sich aus ganz pragmatischen Faktoren. Erstens ist das Lehrwerksangebot in diesem Bereich recht breit, was darauf schließen lässt, dass „Wirtschaftsdeutsch“ eine wichtige Bedeutung in der DaF-Vermittlung einnimmt und

FLUCKs (1992: 176) These bestätigt, dass „die Lehre der Wirtschaftssprachen zu einem beherrschenden Thema geworden [ist].“. Zweitens lag der Entscheidung die Annahme zu Grunde, dass Lehrwerke für „Wirtschaftsdeutsch“, im Gegensatz zu beispielsweise naturwissenschaftlichen oder technischen Fachsprachen, auch bei relativ hohem Fachlichkeitsgrad dem Laien zumindest teilweise über sein Allgemeinwissen (z.B. über Zeitungslektüre des Wirtschaftsteils) bzw. über seine Erfahrungen als Konsument von Waren und Dienstleistungen erschließbar sind. Diese Annahme hat sich im Übrigen bei meiner Analyse bestätigt.

Weiterhin habe ich mich bei der Auswahl der Lehrwerke auf jene beschränkt, die „Wirtschaftsdeutsch“ als Kommunikationssprache innerhalb von oder zwischen Wirtschaftsunternehmen verstehen. Demzufolge sind (bis auf eine Ausnahme: *Studium Wirtschaftsdeutsch*) betriebs- oder volkswirtschaftliche Lehrwerke nicht in die Analyse eingeflossen. Aus dem gleichen Grund habe ich schließlich auch zwei „berufssprachliche“ Lehrwerke in die Analyse einbezogen, da „Deutsch im Beruf“ häufig als „ein im Sinne der ökonomischen Globalisierung modernisiertes Wirtschaftsdeutsch interpretiert wird“ (FUNK 2001: 962), wie beispielsweise an der Konzeption und den Anforderungen der Zertifikatsprüfung Deutsch für den Beruf des Goethe-Instituts⁵ erkennbar ist. „Berufssprache“ Deutsch nimmt demnach eine Mittelstellung zwischen Fachsprache Wirtschaftsdeutsch und Deutsch als Fremdsprache im Sinne der Gemeinsprache ein (vgl. FUNK 2001).

2.4 Analyisierte Lehrwerke

Fachsprache Wirtschaftsdeutsch:

- KELZ, Heinrich P. / NEUF-MÜNDEL, Gabriele u.a. *Deutsch im Beruf – Wirtschaft* (Band 1, 2), Köln, Dürr + Kessler, 1994
- VOLGNANDT, Gabriele / VOLGNANDT, Dieter / ERHARDT, Claus. *Exportwege – Wirtschaftsdeutsch für die Grundstufe 1*. Köln, Dürr + Kessler, 1999
- BUTZPHAL, Gerlinde / RIORDAN, Colin. *Studium Wirtschaftsdeutsch*. Braunschweig, Diesterweg, 1991
- CONLIN, Christine. *Unternehmen Deutsch*. München, Klett, 1995

⁵ Nähere Informationen zur Prüfung unter: <http://www.goethe.de/lrn/prj/pba/bes/zdb/deindex.htm> (08.02.2009)

- BUHLMANN, Rosemarie (Hg.). *Wirtschaftsdeutsch Außenhandel*. Warschau, POLTEXT-Verlag, 2001
- NICOLAS, Gerd / MACAIRE, Dominique. *Wirtschaftsdeutsch für Anfänger (Grundstufe, Aufbaustufe)*. München, Klett, 1995
- EISMANN, Volker. *Wirtschaftskommunikation Deutsch*. Berlin München, Langenscheidt, 2008 (Neubearbeitung)

Berufssprache Deutsch:

- HÖFFGEN, Adelheid. *Deutsch lernen für den Beruf*. Ismaning, Hueber, 2001
- BECKER, Norbert / BRAUNERT, Jörg u.a. *Dialog Beruf. Deutsch als Fremdsprache für die Grundstufe (Starter, Band 1, 2)*. Ismaning, Hueber, 1997

2.5 Analysekriterien

Dem Lehrwerksvergleich ging eine umfassende Analyse voraus, welche auf Grundlage des nachfolgend dargestellten Analyserasters durchgeführt worden ist. Die Entwicklung des Analyserasters erfolgte in Anlehnung an bestehende Kriterienkataloge⁶ die von mir um weitere Kriterien, die mir aus meiner didaktischen Praxis als relevant erscheinen, ergänzt worden sind. In Abbildung 1 ist das dem Lehrwerksvergleich zu Grunde liegende Analyseraster dargestellt, welches ich aus Gründen der Nachvollziehbarkeit um Anmerkungen zur Erklärung der einzelnen Kriterien ergänzt habe.

Abbildung 1: Analyseraster

		<i>Erläuterungen</i>
	Bestandteile des Lehrwerks	<i>z.B. Lehrbuch, Arbeitsbuch, Audiomaterial etc.</i>
A) Zielgruppe	Zielgruppe	<i>z.B. Studierende, Berufstätige im Bereich Wirtschaft, „Wirtschaftsinteressierte“ etc.</i>
	Sprachniveau	<i>vorausgesetztes sprachliches Niveau</i>
	Einsatz des Lehrwerks	<i>kurstragend? kursbegleitend? Selbststudium?</i>
	Fachliche Anforderungen an den Lehrer	<i>- z.B. Vorhandensein von „Hintergrundinformationen“,</i>

⁶ Als richtungweisend im DaF-Bereich kann der Kriterienkatalog des Mannheimer Gutachtens (1977, 1979) gesehen werden. Für fachsprachliche Lehrwerke findet sich nur bei BUHLMANN (1982) ein, wie sie selbst sagt, „minimalistischer“ Kriterienkatalog zur Analyse und Bewertung fachbezogener Fremdsprachenlehrwerke, der mir als Anregung für mein eigenes Analyseraster diene.

			<i>Erklärung fachspezifischer Lexik - bzw. entfällt, da Fachlichkeitsgrad insgesamt niedrig?</i>
B) Lernziele	Lernzielbestimmungen		<i>im Lehrwerk angegebene übergeordnete Lernziele</i>
	Fertigkeiten		<i>im Lehrwerk angegebene fertigkeitsbezogene Lernziele</i>
	Prüfungsvorbereitung		<i>im Lehrwerk angegebene Vorbereitung auf eine fachsprachliche Prüfung</i>
C) Aufbau und Gestaltung	Aufbau	des Lehrwerks	<i>z.B. Vorwort, Inhaltsübersicht, Kapitelanordnung, Anhang</i>
		der Lektionen	<i>Einteilung und Abfolge der Lektionsteile</i>
D) Inhalt	Themen und Kommunikationssituationen		<i>- fachspezifische Situationen aus Wirtschaftsunternehmen? (z.B. Messen, Logistik etc.) - berufsspezifische Situationen? (z.B. Bewerbungsgespräch, Mitarbeiter- versammlung etc.)</i>
	Textsorten	Fachspezifisch?	<i>Vorhandensein von wirtschaftssprachlichen (z.B. Vertrag, Geschäftsbericht) oder berufssprachlichen (z.B. Stellenausschreibung, Visitenkarte) Textsorten?</i>
		Authentisch?	<i>- in Abgrenzung zu fiktiven Texten (z.B. arbeiten einige Lehrwerke mit Originaltexten – Verträgen, Geschäftsberichten, Organigrammen - aus Wirtschaftsunternehmen) - Quellennachweise?</i>
	Landeskunde		<i>- Inhalte: → Berücksichtigung fach- bzw. berufsspezifischer landeskund- licher Informationen (z.B. Umgangs- formen / Mitarbeiterhierarchien in Unternehmen)? - Methoden: → kognitiv, kontrastiv, interkulturell?</i>
E) Methodisch- didaktische Konzeption	Methodisch-didaktische Konzeption		<i>- Übertragbarkeit der aus der DaF- Didaktik bekannten Methoden? - in Anlehnung die Typologie FLUCKS (1992: 190ff., 1998: 950ff.): sprachorientierte, lerner- und</i>

			<i>fertigkeitsorientierte, textorientierte, lernorientierte Ansätze</i>
	Progressionsprinzipien	Grammatische Progression	<i>- sprachsystematische Progression? (grammatisch einfachere sprachliche Phänomene vor komplexeren)</i> <i>- funktionale Progression? (in der Fachsprache frequentere grammatische Strukturen vor weniger frequenten)</i> <i>- zyklische vs. lineare Grammatikprogression</i>
		Sprachliche (Fertigkeits-) Progression	<i>- fertigkeitsspezifisch vs. fertigkeitintegrierend</i> <i>- „Hierarchie“ der Fertigkeiten?</i>
		Fachliche Progression	<i>- im Sinne eines ansteigenden Fachlichkeitsgrads</i> <i>- zyklisch vs. linear</i>
	Übungsmaterial		<i>- Übungstypen (geschlossen vs. offen, reproduktiv vs. produktiv, gesteuert vs. ungesteuert)</i> <i>- handlungsorientiert? (z.B. kommunikativ-kooperative Aufgaben, problemlösungsorientierte Aufgaben, Projektaufgaben etc.)</i>
	Lösungsschlüssel		<i>vorhanden?</i>
	Vermittlung von Lernstrategien?		<i>im Sinne eines lernerzentrierten Ansatzes, d.h. Befähigung des Lernalters zum eigenständigen vertiefenden Lernen („Lernen lernen“)</i>
	Vermittlung von „Schlüsselqualifikationen“?		<i>- z.B. Teamfähigkeit, Abstraktionsfähigkeit, Problemlösungsorientierung etc.</i> <i>- Vermittlung nur durch Thematisierung oder auch Umsetzung durch entsprechende Übungs- und Sozialformen?</i>
F) Bewertung	Angemessenheit bezüglich	der Zielgruppe	<i>z.B. hinsichtlich des vorausgesetzten fremdsprachlichen Niveaus</i>
		der Lernziele	<i>immanente Bewertung gemessen an den im Lehrwerk formulierten und verfolgten Lernzielen</i>

3. Ergebnisse des Lehrwerkvergleichs

In den folgenden Abschnitten werden die Ergebnisse der Analyse in einer vergleichenden überblicksartigen Darstellung zusammengefasst. Die diesem Überblick zugrunde liegenden Einzelergebnisse wurden durch die Analyse jedes einzelnen Lehrwerks hinsichtlich der oben genannten Kriterien gewonnen.. Sie sollen an dieser Stelle nicht im Einzelnen dargestellt werden. Die zusammenfassende Darstellung soll vielmehr einen Überblick über die untersuchten Lehrwerke bieten und Tendenzen bzw. Auffälligkeiten aufzeigen.

3.1 Bestandteile der Lehrwerke

Es ist auffällig, dass die untersuchten Lehrwerke für Wirtschafts- und Berufsdeutsch sich in ihren Bestandteilen stärker unterscheiden als gemeinsprachliche Lehrwerke.

Der Standard eines Medienverbunds aus Lehrbuch, Arbeitsbuch, Lehrerhandreichung und Audiomaterial, wie er bei gemeinsprachlichen Lehrwerken mittlerweile üblich ist, wird bei weitem nicht von allen untersuchten Lehrwerken erfüllt. Bei zwei der untersuchten Lehrwerke (*Studium Wirtschaftsdeutsch*, *Wirtschaftsdeutsch Außenhandel*) gibt es außer dem Lehrbuch keine weiteren Lehrwerkskomponenten. Nur vier der neun untersuchten Lehrwerke (*Deutsch im Beruf Wirtschaft*, *Wirtschaftsdeutsch für Anfänger*, *Wirtschaftskommunikation Deutsch*, *Dialog Beruf*) bieten eine Lehrerhandreichung. Dieses reduzierte Angebot an Lehrwerkskomponenten ist sicherlich zum Teil dem anvisierten Lernziel (vgl. 3.3) bzw. dem vorausgesetzten fremdsprachlichen Niveau der Lerner (vgl. 3.2) geschuldet: Zum Beispiel kann ein Lehrwerk, welches in erster Linie das Verstehen geschriebener fachsprachlicher Texte schulen will, auf Audiomaterial ohne Weiteres verzichten. Ebenso ist ein Arbeitsbuch mit überwiegend grammatischen Strukturübungen nicht zwingend notwendig, wenn bereits ein fortgeschrittenes sprachliches Niveau vorausgesetzt wird. Allerdings ist vermutlich auch der These BUHLMANNS (1998: 982f.) zuzustimmen, dass hierbei auch verlagsökonomische Argumente eine Rolle spielen. Den beschränkteren Einsatzmöglichkeiten fachsprachlicher Lehrwerke und ihrer daher geringeren Auflage stehen hohe Kosten der Lehrwerksentwicklung und -produktion gegenüber. Das Ergebnis dieser Kosten-Nutzen-Rechnung spiegelt sich in einer minimalistischeren Konzeption der Lehrwerke wider. Dieses Dilemma führt meines Erachtens zu nicht

unproblematischen Konsequenzen: Mehr noch als bei gemeinsprachlichen Lehrwerken ist eine Lehrerhandreichung für Fachsprachenlehrwerke nicht nur hilfreich, sondern zum Teil gar unabdingbar. Der Sprachlehrer ist im Normalfall fachlicher Laie und somit auf Erläuterungen der fachlichen Inhalte wie auch auf didaktische Hinweise zur Vermittlung der fachsprachlichen Strukturen angewiesen. Wenngleich dem DaF-Lehrer ein Großteil der fachspezifischen Lexik aus dem Wirtschaftsbereich über sein Allgemeinwissen bzw. seinen lebensweltlichen Alltag bekannt oder über den Kontext erschließbar sein dürften, so sind jedoch Kenntnisse über Strukturen und Prozesse wirtschaftlichen Handelns nicht ohne weiteres vor auszusetzen. Hier könnten erklärende Hinweise im Lehrerhandbuch die Diskrepanz zwischen Sprach- und Fachwissen überwinden.

3.2 Zielgruppe und Einsatzmöglichkeiten der Lehrwerke

Hinsichtlich der anvisierten Zielgruppen unterscheiden sich die Lehrwerke beträchtlich. Dieses Ergebnis ist allerdings u.a. auch durch die von mir getroffene Auswahl der Lehrwerke beeinflusst worden, da ich auf diese Weise eine breitere Vergleichsspanne ermöglichen konnte. Die Zielgruppenbeschreibung variiert zwischen recht allgemein (*Deutsch im Beruf - Wirtschaft*: Erwachsene und Jugendliche mit Interesse an deutschem Wirtschaftsleben) und besonders eng gefasst (*Studium Wirtschaftsdeutsch*: englische Studierende ohne Vorkenntnisse in Betriebs- oder Volkswirtschaft). Diese Beobachtung bestätigt die Tatsache, dass im Bereich der Fachsprachendidaktik die Abgrenzungskriterien von Fach- zu Gemeinsprache umstritten sind und somit auch keine Einigkeit besteht über die definitorische Eingrenzung ihrer Anwender.⁷

In Bezug auf das fremdsprachliche Niveau setzen fünf von neun Lehrwerken mindestens mittlere Deutschkenntnisse (etwa ab Niveau B1/B2 des Europäischen Referenzrahmens) voraus, wobei darauf hinzuweisen ist, dass einzig das Lehrwerk *Wirtschaftskommunikation Deutsch* explizit mit den Niveaustufen des Europäischen Referenzrahmens arbeitet. Bei allen anderen Lehrwerken geschah die Einordnung der

⁷ Zur Bestätigung dieser These genügt ein Blick in das Inhaltsverzeichnis des Internationalen Handbuchs Fachsprachen - Languages for Special Purposes, Band 1, Abschnitt II: Auffassungen vom Status der Fachsprachen (HOFFMANN / KALVERKÄMPER / WIEGAND 1998). Einen Überblick über die Diskussion geben außerdem die bereits erwähnten Aufsätze von BECKER/HUNDT (1998) im gleichen Band und von HOFFMANN (2001).

sprachlichen Voraussetzungen mittelbar über andere Angaben (z.B. vorausgesetzte Unterrichtsstunden oder abgelegte Prüfungen). Weiterhin weise ich darauf hin, dass das Analyseergebnis (etwa 50-50-Verteilung von Anfänger- und Fortgeschrittenenlehrwerken) nicht unbedingt repräsentativ für den Lehrwerksmarkt im Bereich Wirtschaftsdeutsch ist, da ich bei der Auswahl der Lehrwerke Anfängerlehrwerke (*Deutsch im Beruf – Wirtschaft*, *Exportwege – Wirtschaftsdeutsch für die Grundstufe 1*, *Wirtschaftsdeutsch für Anfänger*, *Dialog Beruf*) gezielt mit einbezogen habe. Im vorhandenen Lehrwerksangebot lässt sich hingegen eine sehr starke Tendenz zu Fortgeschrittenen-Lehrwerken feststellen, da bis vor wenigen Jahren in der Fachsprachendidaktik ein Konsens darüber bestand, dass fachsprachliches Wissen erst ab einem fundierten fremdsprachlichen Niveau vermittelbar sei (vgl. BUHLMANN 1998: 986; FLUCK 1992: 109; zu berufsbezogener Fremdsprachenvermittlung vgl. FUNK 2001: 964).

Die breite Mehrheit von acht Lehrwerken ist primär für den Kursunterricht konzipiert, wovon zwei Lehrwerke Hinweise für die Verwendung zum Selbststudium geben (*Deutsch im Beruf - Wirtschaft*, *Wirtschaftsdeutsch für Anfänger*). Nur ein Lehrwerk ist zum Selbststudium angelegt und nur bedingt kursbegleitend einsetzbar (*Wirtschaftsdeutsch Außenhandel*).

3.3 Lernziele

Wie auch die Zielgruppenbestimmungen variieren die Lernzielbestimmungen zwischen sehr allgemein (*Dialog Beruf Starter*: Vermittlung der Grundlagen sprachlicher Handlungsfähigkeit in Alltag und Beruf) und recht explizit. Das Lehrwerk *Exportwege*, *Wirtschaftsdeutsch für die Grundstufe 1* enthält überhaupt keine Angaben über die angestrebten Lernziele. Die meisten wirtschaftssprachlichen Lehrwerke nennen zumindest implizit kommunikative Handlungsfähigkeit im Kontakt mit deutschen Geschäftspartnern oder bei einem geschäftlichen Aufenthalt in Deutschland als primäres Lernziel, wobei Kommunikation vorrangig als mündliche verstanden wird. In diesen Lehrwerken findet sich dementsprechend meist ein fertigkeitsintegrierender Ansatz, dem eine Hierarchie der zu vermittelnden sprachlichen Fertigkeiten von Hören über Lesen zu Sprechen und erst sehr nachrangig Schreiben zu Grunde liegt. Nur ein einziges Lehrwerk kann als fertigkeitspezifisch bezeichnet werden: *Wirtschaftsdeutsch Außenhandel*. Hier finden sich keine fertigkeitsintegrierenden Übungen oder Aufgaben,

sondern je nach Lehrwerksteil werden gezielt Leseverstehen fachsprachlicher Texte, Fachterminologie und schriftliche Produktion geschult. Wie zu erwarten war, lässt sich insgesamt feststellen, dass in Anfängerlehrwerken und berufssprachlichen Lehrwerken die Lernzielbeschreibungen tendenziell breiter gefasst sind und ein größeres Gleichgewicht zwischen den einzelnen zu vermittelnden Fertigkeiten besteht.

Ein weiteres Kriterium, das ich unter dem Aspekt der Lernzielbestimmungen in meine Analyse aufgenommen habe, ist das der Prüfungsvorbereitung. Vier von neun Lehrwerken geben explizit die Vorbereitung auf eine bestimmte fachsprachliche oder berufssprachliche Prüfung an (*Exportwege - Wirtschaftsdeutsch für die Grundstufe, Deutsch lernen für den Beruf, Dialog Beruf* → Zertifikat Deutsch bzw. Zertifikat Deutsch für den Beruf; *Wirtschaftskommunikation Deutsch* → Prüfung Wirtschaftsdeutsch International). Entsprechend finden sich in diesen Lehrwerken prüfungsrelevante und –spezifische Aufgabentypen bzw. Strukturen.

3.4 Aufbau und Gestaltung

Hinsichtlich Aufbau und Gestaltung lässt sich feststellen, dass die Mehrzahl der untersuchten Lehrwerke sich kaum von gemeinsprachlichen unterscheidet. Es finden sich thematische Lektionen, die Lesetexte und Übungen zu (fach-)sprachlichen Mitteln und gegebenenfalls grammatischen Strukturen beinhalten und die meist nach einer linearen fachlichen und sprachlichen Progression angeordnet sind. Zusätzlich finden sich häufig im Vorwort oder Anhang Quellennachweise, Register oder Glossare. Drei Lehrwerke weichen von dieser Struktur ab. In *Studium Wirtschaftsdeutsch* sind die Lektionen nach Themen unterteilt, weisen jedoch keinen einheitlichen strukturellen Aufbau auf. *Wirtschaftsdeutsch Außenhandel* ordnet die Kapitel nach Fertigkeiten (Lexik, Textrezeption, Strukturübungen, schriftliche Produktion). *Wirtschaftskommunikation Deutsch* besteht aus sieben thematischen Einheiten, die in jeweils zwei bis drei Kapitel unterteilt sind. Dabei dienen die „grünen Kapitel“ der Hintergrundinformation, während die „blauen Kapitel“ fachspezifische Handlungsketten aus der Unternehmenspraxis repräsentieren.

3.5 Inhalte

In Bezug auf die Inhalte (Themenwahl, Kommunikationssituationen, Fachlichkeitsgrad der Texte und Aufgaben) unterscheiden sich die untersuchten Lehrwerke erst bei näherem Hinsehen. In nahezu allen Lehrwerken finden sich Standardthemen und -situationen aus der wirtschaftlichen bzw. beruflichen Kommunikation, wie Berufs- und Unternehmensprofile, Messen, Auftragsabwicklung, Werbung, Marketing, Verkauf, Vertrieb, Logistik etc. Entsprechend weisen die meisten der Lehrwerke fach- (bzw. berufs-)spezifische Textsorten, wie Stellen- und Werbeanzeigen, Geschäftsbriefe, Rechnungen, Lieferscheine, Visitenkarten usw. auf. Das Fachlichkeitsniveau⁸ der Texte variiert dabei erheblich, wobei allerdings nicht immer eine Korrelation zwischen Fachlichkeitsgrad und sprachlichem Niveau des Lehrwerks besteht, wie anzunehmen wäre. Beispielhaft zu nennen sind hier die Anfängerlehrwerke *Deutsch im Beruf – Wirtschaft* und *Wirtschaftsdeutsch für Anfänger*, wobei ersteres von Anbeginn mit fachspezifischen Textsorten (auf geringerem sprachlichem Niveau) arbeitet, während letzteres sich überhaupt nicht fachspezifischer Texte bedient und sich nur in der Themenwahl nicht aber im Fachlichkeitsgrad von gemeinsprachlichen Lehrwerken unterscheidet. Das Lehrwerk *Wirtschaftsdeutsch für Anfänger* dient meiner Einschätzung nach als Paradebeispiel für FUNKs These:

Wenn in berufsbezogenen Lehrwerken für Anfänger in den ersten Lektionen Situationsvorgaben wie Geschäftsbesuche und Verhandlungen gemacht werden, so ignoriert diese Vorgabe die komplexen Kommunikationsbedingungen solcher Situationen völlig und bleibt folgenlose Sprachspielerei bzw. Lernertäuschung. (FUNK 2001: 964)

In allen Lehrwerken sind die fachlichen Anforderungen an den Lehrer relativ gering. Fachsprachliche Lexik und Fachtexte sind meist über das Allgemeinwissen (Erfahrung als Konsument) oder aus dem Kontext erschließbar, einige Lehrwerke geben darüber hinaus im Lehrerhandbuch oder im Lehrbuch selbst Erklärungen zu fachlichen Hintergründen (*Wirtschaftskommunikation Deutsch*, *Dialog Beruf*, *Wirtschaftsdeutsch Außenhandel*, *Wirtschaftsdeutsch für Anfänger*). Acht von neun

⁸ Fachlichkeit bezieht sich wie unter 2.1 dargestellt in erster Linie auf den Umgang mit Fachtexten als Medium und Ziel bei der Vermittlung von (Fach-)Wissen und Kommunikationsfähigkeit im Fach. Insofern spreche ich von einem niedrigeren fachlichen Niveau oder Fachlichkeitsgrad eines Lehrwerks, wenn die darin verwendeten Texte nicht dazu geeignet sind, dieses spezifische Fachwissen zu vermitteln bzw. auf fachspezifische Kommunikationsstrukturen verzichten.

Lehrwerken geben an, mit authentischen Texten zu arbeiten, wobei allerdings nicht immer die Quellen eindeutig angegeben sind (so bei *Deutsch im Beruf – Wirtschaft, Studium Wirtschaftsdeutsch, Unternehmen Deutsch*). Nur das Lehrwerk *Dialog Beruf* scheint auf authentische Texte ganz zu verzichten.

Neben fachspezifischen Themen und Textsorten finden sich in den meisten (auch Fortgeschrittenen-) Lehrwerken (Ausnahmen: *Studium Wirtschaftsdeutsch, Wirtschaftsdeutsch Außenhandel, Wirtschaftskommunikation Deutsch*) auch gemeinsprachliche Kommunikationssituationen und entsprechende Textsorten, wie z.B. Essen gehen, öffentliche Verkehrsmittel etc. Nahe liegend, aber keineswegs irrelevant, ist die Feststellung, dass Anfängerlehrwerke und berufssprachliche Lehrwerke einen größeren Anteil an gemeinsprachlichen Themen und Texten und meist – wie schon erwähnt – einen geringeren Fachlichkeitsgrad haben als fachspezifische Lehrwerke für Fortgeschrittene.

Landeskundliche Informationen sind in allen Lehrwerken mindestens implizit über Texte enthalten, wobei allerdings nur drei Lehrwerke fach- oder berufsrelevante landeskundliche Informationen explizit vermitteln (*Deutsch im Beruf – Wirtschaft, Wirtschaftskommunikation Deutsch, Deutsch lernen für den Beruf*). Nur ein einziges Lehrwerk verfolgt dabei einen interkulturellen Ansatz (*Wirtschaftskommunikation Deutsch*), alle anderen beschränken sich auf kognitive bzw. kontrastive (*Dialog Beruf, Unternehmen Deutsch*) Landeskundevermittlung.

Ein weiterer Aspekt, den man sowohl unter inhaltlichen als auch methodisch-didaktischen Gesichtspunkten (vgl. 3.6.) untersuchen kann, ist die Frage nach der Vermittlung so genannter beruflicher „Schlüsselqualifikationen“ oder „soft skills“. Hierbei handelt es sich um im Berufsleben relevante Fähigkeiten bzw. Fertigkeiten, wie z.B. Teamfähigkeit, Selbstständigkeit, Abstraktionsfähigkeit, Entscheidungs- und Problemlösungsfähigkeit, Gesprächsführung, aber auch Umgangsformen im Unternehmen oder „small talk“. Dieses Kriterium habe ich in meine Analyse aufgenommen, da Umfragen in Unternehmen und die Analyse von Stellenangeboten ergeben, dass neben (bzw. sogar noch vor) fachlichen und sprachlichen Kompetenzen vor allem die „Schlüsselqualifikationen“ als entscheidend für erfolgreiches berufliches Handeln gesehen werden.⁹ Da fachsprachliche Lehrwerke zumindest idealtypisch nicht

⁹ Zur Bedeutung von „Schlüsselqualifikationen“ im berufsbezogenen Fremdsprachenunterricht vgl. FUNK (2001: 965ff.), im fachbezogenen Fremdsprachenunterricht vgl. FLUCK (1992: 176ff.)

nur Sprach- sondern auch Fachlehrwerke sind, halte ich die Integration solcher „soft skills“ in die Lehrwerke für nahe liegend. Bei den untersuchten Lehrwerken finden sich nur zwei (*Wirtschaftskommunikation Deutsch*, in Ansätzen auch *Studium Wirtschaftsdeutsch*), die die Vermittlung solcher „Schlüsselqualifikationen“ nicht nur explizit konzeptionell anstreben, sondern auch durch entsprechende Aufgaben- und Sozialformen umsetzen. In vier weiteren Lehrwerken (*Deutsch im Beruf – Wirtschaft, Unternehmen Deutsch, Deutsch lernen für den Beruf, Dialog Beruf*) werden „soft skills“ zumindest thematisiert und zum Teil mittels Beispielen präsentiert.

3.6 Methodisch-didaktische Konzeption

Die Frage nach der methodisch-didaktischen Konzeption der untersuchten Lehrwerke ist nicht ohne weiteres zu beantworten, unter anderem, da die aus der allgemeinen Fremdsprachendidaktik bekannten methodischen Ansätze (Grammatik-Übersetzungsmethode, audio-visuelle/-linguale Methode, kommunikative Methode, interkulturelle Methode) nicht eins zu eins auf die Fachsprachenvermittlung übertragbar sind (vgl. BUHLMANN 1998: 983f.). Hilfreich ist es, hier die Typologie von FLUCK (1992: 190ff., 1998: 950ff.) ergänzend hinzuziehen, in der (1) sprach-, (2) lerner- und fertigungs-, (3) text- und (4) lernorientierte Ansätze unterschieden werden.

Die Mehrheit der Lehrwerke verfolgt einen kommunikativen, handlungs- und fertigungsorientierten Ansatz. Ausnahmen bilden dabei die Lehrwerke *Wirtschaftsdeutsch Außenhandel* und *Wirtschaftsdeutsch für Anfänger*. Ersteres folgt einer stärker textorientierten Konzeption, indem es das Verstehen von Fachtexten und Fachlexik als Grundlage und Ziel des Lernprozesses versteht. Letzteres gibt zwar an, einen kommunikativ-pragmatischen und gar interkulturellen Ansatz zu verfolgen, stellt sich aber nach der Analyse des Übungsmaterials als wenig kommunikativ heraus. Methodisch ist es am ehesten dem audio-lingualen bzw. -visuellen Ansatz zuzuordnen. Vor allem die Anfängerlehrwerke sind im Sinne FLUCKs auch als sprachorientiert zu verstehen, da sie häufig eine funktionale grammatische Progression aufweisen. Fachsprachlich relevante bzw. besonders frequente grammatische Strukturen (z.B. Passiv, Nominalisierung) werden abweichend von gemeinsprachlichen Lehrwerken besonders früh eingeführt. Umgekehrt ist auffällig, dass als weniger relevant gesehene Strukturen, wie zum Beispiel die Personalpronomen ‚du‘ und ‚ihr‘ und die entsprechenden Verbkonjugationen oft erst sehr spät (*Wirtschaftsdeutsch für Anfänger*)

thematisiert werden. Soweit diese Konzeption nachvollziehbar erscheint, so muss dennoch darauf hingewiesen werden, dass sie aus sprachsystematischer Perspektive nicht unproblematisch ist, da grammatische Strukturen zum Teil unvollständig oder von den üblichen Bezeichnungen abweichend dargestellt werden.

Einige Lehrwerke (*Deutsch im Beruf – Wirtschaft, Studium Wirtschaftsdeutsch, Unternehmen Deutsch, Wirtschaftsdeutsch Außenhandel, Deutsch lernen für den Beruf*) weisen darüber hinaus auch – im Sinne FLUCKS - lernorientierte Elemente auf, indem sie explizit Lernstrategien z.B. zur Textrezeption und –produktion oder Wortschatzsemantisierung und –memorisierung vermitteln.

Hinsichtlich der Progressionsprinzipien ist, wie bereits erwähnt, häufig der funktionale Aspekt ausschlaggebend. Weiterhin wird vor allem in handlungs- und problemlösungsorientierten Lehrwerken (*Exportwege – Wirtschaftsdeutsch für die Grundstufe 1, Wirtschaftskommunikation Deutsch, Unternehmen Deutsch*) wie auch im Lehrwerk *Wirtschaftsdeutsch Außenhandel* eine steuerungsbedingte Progression der Aufgaben, im Sinne einer abnehmenden Steuerung (geschlossene Übung → offene Übung → Aufgabe) sichtbar.

3.7 Bewertung: Angemessenheit der Lehrwerke

Die Bewertung der Angemessenheit der Lehrwerke kann nur immanent, das heißt gemessen an den eigens gesetzten Ansprüchen, und auch nur theoretisch betrieben werden, da der Praxistest noch aussteht. Angemessenheit kann sich auf mindestens zwei Aspekte beziehen: die Zielgruppe und die Lernzielbestimmungen.

Die große Mehrheit der untersuchten Lehrwerke erfüllt im Allgemeinen mehr oder weniger die eigens gesetzten Ansprüche hinsichtlich Lernziel und Zielgruppe. Einzig beim Lehrwerk *Wirtschaftsdeutsch für Anfänger* ist eine deutliche Diskrepanz zwischen Lernzielformulierungen und ihrer Umsetzung festzustellen. Dem primären Lernziel der mündlichen Kommunikations- und Handlungsfähigkeit im berufs- und alltagssprachlichen Umfeld wird im Übungsapparat kaum Rechnung getragen. Die Übungen sind fast ausschließlich geschlossen-reproduktiv und mündliche Kommunikation wird hier nur durch Imitation und „starre“ Variation von vorgegebenen Dialogen geübt. Beim Lehrwerk *Unternehmen Deutsch* ist die Beurteilung schwierig, da es keine expliziten Angaben zum Lernziel enthält, an denen es gemessen werden könnte. *Wirtschaftsdeutsch Außenhandel* nennt als primäres Lernziel die sprachliche

Handlungsfähigkeit im Fach, im Sinne der Fähigkeit, sich in der Zielsprache zu informieren und zu verständigen. Obwohl sprachliche Verständigung mit Kommunikationsfähigkeit gleichzusetzen ist, fehlen in diesem Lehrwerk kommunikative Aufgaben und die mündliche Sprachproduktion bleibt insgesamt vernachlässigt. Allerdings kann man hier möglicherweise dennoch davon ausgehen, dass das Lehrwerk hinsichtlich der anvisierten Zielgruppe angemessen ist, da Sprachkenntnisse auf einem recht hohen Niveau und insofern wohl auch ein bestimmtes Maß an mündlicher Kommunikationsfähigkeit vorausgesetzt werden.

Letztlich kann dieser Überblick nur ein exemplarischer sein. Im Einzelfall muss jedes Lehrwerk seine Einsetzbarkeit in der Praxis beweisen.

4. Fazit: Schlussfolgerungen für die Fragestellung

Was nun aber sagen uns die dargestellten Ergebnisse des Lehrwerksvergleichs zur eingangs gestellten Frage? Worin liegen die zentralen Unterschiede zwischen gemeinsprachlichen und fachsprachlichen Lehrwerken? Einige Antworten konnten gefunden werden. Ich möchte sie an dieser Stelle als Thesen zusammenfassen. Ich weise nochmals darauf hin, dass sich die Ergebnisse auf wirtschafts- (bzw. berufs-)sprachliche Lehrwerke beziehen und insofern nicht ohne weiteres verallgemeinerbar sind. Eine Untersuchung anderer Fachsprachenlehrwerke kann möglicherweise zu völlig anderen Ergebnissen führen.

Thesen:

- 1) Gemeinsprachliche und fachsprachliche Lehrwerke aus dem Bereich Wirtschaft unterscheiden sich vor allem hinsichtlich der Fachlichkeit bzw. Fachbezogenheit der ausgewählten und beschriebenen Sprachhandlungssituationen und Textsorten.
- 2) Berufssprachliche Lehrwerke und Anfängerlehrwerke haben einen niedrigeren Fachlichkeitsgrad. Sie unterscheiden sich inhaltlich von gemeinsprachlichen Lehrwerken in erster Linie in den Themenbereichen und Kommunikationssituationen.
- 3) Fachsprachliche Lehrwerke bedienen sich meist einer Mischung verschiedener didaktischer Methoden. Sie sind stärker adressatenorientiert und ihre Progression richtet sich eher nach funktionalen als formal-sprachlichen Kriterien.
- 4) Idealtypisch vermitteln Fachsprachenlehrwerke neben fachlichen und sprachlichen auch interkulturelle Kompetenzen und berufliche „Schlüsselqualifikationen“. Das Übungs- und Aufgabenmaterial dient nicht nur der Aneignung und Erweiterung (fach-)sprachlicher Handlungsfähigkeit,

sondern zielt auch auf die Stärkung problemlösungsorientierten beruflichen Handelns ab.

5) Aufgrund verlagsökonomischer Argumente sind die Zielgruppen von Fachsprachenlehrwerken im Bereich Wirtschaft oft (zu) weit gefasst. Dementsprechend sinkt der Fachlichkeits- und Spezialisierungsgrad des Lehrwerkes.

Insgesamt lassen sich zwei Tendenzen feststellen: Erstens sind fachsprachliche Lehrwerke im Bereich Wirtschaft nicht als homogene Gruppe aufzufassen, da sie untereinander deutliche Unterschiede aufweisen. Zweitens unterscheiden sich wirtschaftssprachliche Lehrwerke von gemeinsprachlichen vor allem idealtypisch, in der Realität sind die Unterschiede zum Teil nur punktuell. Insbesondere die Tendenz zu verstärkter Adressatenorientierung im Lehrwerkssektor vermag dazu führen, dass künftig auch in gemeinsprachlichen Erwachsenenlehrwerken Themen und Kommunikationssituationen aus dem Berufsleben vermehrt integriert werden.¹⁰ Die Abgrenzung zu wirtschaftlichen Fachsprachenlehrwerken wird damit weiter erschwert. Letztlich deutet vieles darauf hin, dass im fachbezogenen Fremdsprachenunterricht noch stärker als in gemeinsprachlichen Kursen die Lerner aktiv in die Unterrichtsgestaltung mit einbezogen werden müssen, um ihren individuellen Kommunikationsbedürfnissen gerecht zu werden. Ein Lehrwerk kann hierbei immer nur Anhaltspunkte liefern, die im Einzelfall zu überprüfen und gegebenenfalls zu ergänzen sind.

Literaturverzeichnis:

- BECKER, Andrea / HUNDT, Markus. Die Fachsprache in der einzelsprachlichen Differenzierung. In: HOFFMANN, Lothar / KALVERKÄMPER, Hartmut / WIEGAND, Herbert Ernst (Hg.). *Fachsprachen. Languages for Special Purposes. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachenforschung und Terminologiewissenschaft. An international Handbook of Special-Language and Terminology Research*. Berlin/New York, de Gruyter, 1998, 118-133
- BUHLMANN, Rosemarie. Analyse und Beurteilung fachsprachlicher Lehrwerke: Kriterien und ihre Problematik. In: KRUMM, Hans-Jürgen (Hg.). *Lehrwerkforschung – Lehrwerkkritik. Deutsch als Fremdsprache. Protokoll eines Werkstattgesprächs der Fachgruppe Deutsch als Fremdsprache (Fachverband Moderne Fremdsprache) in Zusammenarbeit mit dem Goethe-*

¹⁰ Ein Beispiel für diese Tendenz ist das Lehrwerk „Alltag, Beruf & Co.“, 2009 im Hueber-Verlag erschienen, in welchem parallel (und zum Teil kontrastiv) alltags- und berufsrelevante Themen und Kommunikationssituationen vermittelt werden.

Institut in München vom 23. bis 24. Oktober 1981. München, Kemmler & Hoch, 1982, 122-164

- BUHLMANN, Rosemarie. Fachsprachliche Lehrmittelsysteme. In: HOFFMANN, Lothar / KALVERKÄMPER, Hartmut / WIEGAND, Herbert Ernst (Hg.). *Fachsprachen. Languages for Special Purposes. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachenforschung und Terminologiewissenschaft. An international Handbook of Special-Language and Terminology Research*. Berlin/New York, de Gruyter, 1998, 982-988
- FLUCK, Hans-Rüdiger. *Didaktik der Fachsprachen. Aufgaben und Arbeitsfelder, Konzepte und Perspektiven im Sprachbereich Deutsch*. Tübingen, Narr, 1992
- FLUCK, Hans-Rüdiger. Bedarf, Ziele und Gegenstände fachsprachlicher Ausbildung. In: HOFFMANN, Lothar / KALVERKÄMPER, Hartmut / WIEGAND, Herbert Ernst (Hg.). *Fachsprachen. Languages for Special Purposes. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachenforschung und Terminologiewissenschaft. An international Handbook of Special-Language and Terminology Research*. Berlin/New York, de Gruyter, 1998, 944-954
- FUNK, Hermann. Berufsbezogener Deutschunterricht – Deutsch als Fremd- und Zweitsprache für den Beruf. In: HELBIG, Gerhard / GÖTZE, Lutz / HENRICI, Gerd / KRUMM, Hans-Jürgen (Hg.). *Deutsch als Fremdsprache. Ein internationales Handbuch*. Berlin/New York, de Gruyter, 2001, 962-973
- HOFFMANN, Lothar. *Kommunikationsmittel Fachsprache. Eine Einführung*. Tübingen, Narr, 1985
- HOFFMANN, Lothar. Fachsprachen und Gemeinsprache. In: HOFFMANN, Lothar / KALVERKÄMPER, Hartmut / WIEGAND, Herbert Ernst (Hg.). *Fachsprachen. Languages for Special Purposes. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachenforschung und Terminologiewissenschaft. An international Handbook of Special-Language and Terminology Research*. Berlin/New York, de Gruyter, 1998, 157-168
- HOFFMANN, Lothar. Fachsprachen. In: HELBIG, Gerhard / GÖTZE, Lutz / HENRICI, Gerd / KRUMM, Hans-Jürgen (Hg.). *Deutsch als Fremdsprache. Ein internationales Handbuch*. Berlin/New York, de Gruyter, 2001, 533-543
- HOFFMANN, Lothar / KALVERKÄMPER, Hartmut / WIEGAND, Herbert Ernst (Hg.). *Fachsprachen. Languages for Special Purposes. Ein internationales Handbuch zur Fachsprachenforschung und Terminologiewissenschaft. An international Handbook of Special-Language and Terminology Research*. Berlin/New York, de Gruyter, 1998

“Seu Dotô” / Herr Doktor: aspectos históricos e linguísticos do tratamento de Doutor e as consequências para a tradução

Tinka Reichmann e Beatriz Avila Vasconcelos¹

Abstract: In this paper we analyse historical and semantic aspects of the terms “doutor” (Portuguese) – “Doktor” (German), which have quite different values in both cultures. We present the development of the term “doutor” from its Latin origin to the present use in Portuguese, considering it as a polite form of address, among others. We contrast this form of address as regards special professionals in Brazil with the situation in Germany, in reference to the legislation and the jurisprudence in both countries. The specific usage of the address with the title of *doctor* in both cultures, especially in the legal domain, is illustrated with examples. We conclude commenting on the relevance of this topic for translation studies and translation practice.

Keywords: Doctor; title; etymology; history; translation.

Resumo: Neste trabalho são abordados aspectos históricos e semânticos dos termos “doutor” (port.) – “Doktor” (alem.), que apresentam matizes bastante diferenciados nas duas culturas respectivas. Primeiramente é considerado o desenvolvimento do termo “doutor”, desde suas origens latinas até o seu uso hodierno em português, em que o termo passa a ser utilizado também como forma respeitosa de tratamento. O uso dessa forma de tratamento para certas categorias profissionais no Brasil é, então, contrastado com a situação vigente na Alemanha, levando-se em conta a legislação e a jurisprudência em ambos os países. As particularidades do tratamento de doutor em cada uma das duas culturas, sobretudo na área do direito, são ilustradas com exemplos. Ao final, são tecidos breves comentários sobre a relevância teórica e prática do assunto para a tradução.

Palavras-chave: doutor; título; etimologia; história; tradução.

Zusammenfassung: In diesem Aufsatz werden geschichtliche und semantische Aspekte der Begriffe „doutor“ (port.) – „Doktor“ (deut.) untersucht, die in den beiden Kulturen unterschiedliche Ausprägungen aufweisen. Zunächst wird die Entwicklung des Begriffs „doutor“ von seinem lateinischen Ursprung bis hin zum heutigen Gebrauch im Portugiesischen besprochen, unter anderem als eine Form der höflichen Anrede. Der Gebrauch dieser Anredeform für bestimmte Berufsgruppen in Brasilien wird anschließend der Situation in Deutschland gegenübergestellt, wobei insbesondere auf die Gesetzgebung und Rechtsprechung in beiden Ländern eingegangen wird. Die Besonderheiten der Anrede mit dem Dokortitel in beiden Kulturkreisen, insbesondere im juristischen Bereich, werden mit Beispielen illustriert. Zum Schluss werden einige Kommentare zur übersetzungswissenschaftlichen und -praktischen Relevanz dieses Themas dargestellt.

Stichwörter: Doktor; Titel; Etymologie; Geschichte; Übersetzung.

¹ Profa. Dra. Tinka Reichmann, Universidade de São Paulo (FFLCH/DLM), reichmann@usp.br e Dra. Beatriz Avila Vasconcelos, latinista, beavasc@hotmail.com.

1. Introdução

Tradutores de português-alemão provavelmente já se depararam com a dificuldade de encontrar uma equivalência semântica ou pragmática entre o português ‘doutor’ e o alemão *Doktor*. Sabidamente o uso de ‘doutor’ no Brasil é muito menos rigoroso, por assim dizer, do que na Alemanha. No Brasil o termo ‘doutor’, além de designar o médico, é título de prestígio, dado a qualquer um a que se queira atribuir (merecidamente ou não) autoridade. Já o alemão *Doktor* é um título estritamente acadêmico, concedido apenas àqueles que realmente concluíram um doutorado, sejam médicos, juristas ou profissionais de qualquer outro ramo.

O presente artigo é proposto justamente no sentido de fornecer subsídios para uma reflexão mais aprofundada sobre a questão da tradução dos termos doutor/*Doktor*. Para tanto, ele será dividido em duas partes: a primeira parte tratará da história semântica do termo doutor. O objetivo é mostrar como tal história é capaz de lançar luzes sobre esse problema tradutológico específico: um problema de natureza essencialmente cultural, e que, como todo dado da cultura, não deve apenas ser constatado, mas observado à luz de seu desenvolvimento histórico. Para tanto, recapitularemos alguns momentos da história desta designação, a fim de observar o desenvolvimento semântico do termo “doutor”, desde suas origens latinas até o seu uso hodierno em português, em que o termo passa a ser utilizado ainda, de maneira generalizante, como forma respeitosa de tratamento.

Na segunda parte do artigo, entraremos nos aspectos tradutológicos da questão, privilegiando a análise dos termos doutor/*Doktor* no contexto jurídico. A tradução do título de doutor insere-se na problemática dos diferentes usos de títulos e formas de tratamento nas culturas envolvidas, indo muito além das descrições meramente linguísticas. A alta frequência de títulos de doutor dos operadores do direito mencionados numa sentença judicial brasileira (juiz, advogados, representantes do Ministério Público), por exemplo, causaria algum estranhamento por parte de leitores alemães, levando-os a crer que todos esses operadores do direito teriam um doutorado acadêmico.

2. O termo doutor de suas origens ao seu uso atual no Brasil

2.1 O doutor na Antiguidade

Será útil iniciarmos as observações acerca do termo ‘doutor’ considerando-se primeiramente sua etimologia. O termo provém do latino *doctor, oris* (‘preceptor, mestre’), sendo que *doctor* possui dois elementos em sua formação: 1) o sufixo –or, que é um sufixo típico de *nomina agentis*, isto é, de nomes de profissão (ex.: latim: *actor, pistor, gladiator*, port: escritor, construtor, apresentador); 2) a raiz *doct-*, que provém do particípio perfeito de *docere* (‘instruir, ensinar’) > perf. *doctum*, donde também o adjetivo *doctus* (culto) e o substantivo *doctrina* (corpo de conhecimentos sistemáticos).

Neste contexto, *doctor* é aquele que ensina, que transmite a *doctrina*. Eis o sentido primário do termo, presente tanto nos autores latinos clássicos, como Cícero (séc. I a.C.), como em autores do período tardo-antigo, como Agostinho (séc. IV d.C.). Assim, em latim *doctor* servia para designar, de maneira geral, qualquer tipo de professor, mais comumente o professor das chamadas *artes liberales*, isto é, as artes ou ofícios dos homens livres (*liberi*), dos cidadãos. Opostamente às *artes illiberales, sordidae*, ou *serviles* (exercidas por pessoas das castas mais baixas e que eram ofícios mais práticos (por ex., o comércio, a pesca, a culinária) (cf. CÍCERO *de off.* I, 150), as *artes liberales* centravam-se em grande parte na ideia de um cultivo letrado. Entre tais artes encontravam-se, por exemplo, a gramática, a retórica, e a filosofia, que formarão a base das matérias do *trivium* medieval.² Por ora basta reter que, já na Antiguidade, eram os professores destas disciplinas os mais comumente chamados *doctores* (cf. HAESER 1971: 407).

Assim, desde bem cedo o termo *doctor* aponta já para o exercício de uma atividade culta, letrada. CÍCERO (*de off.* I, 156), por exemplo, chama de *doctores* “aqueles que devotam todo o seu esforço e toda sua vida ao conhecimento das coisas”. Filósofos como Epaminondas e Platão são exemplos de doutores mencionados pelo autor. Notadamente após a intensificação dos contatos culturais de Roma com a Grécia

² O cânone medieval das artes liberais era constituído de 7 matérias tradicionais: as três primeiras, *artes sermocinales* (artes da linguagem), formavam o *trivium*: gramática, retórica e dialética; as quatro últimas, *artes reales* (conteúdos concretos, “Sachkenntnisse”), o *quadriuium*: astronomia, aritmética, geometria e música, por vezes também a medicina, chamada *ars octava*. Naturalmente o tema das artes liberais é bastante complexo e não é, porém, o caso de aqui adentrarmos nos pormenores deste assunto. Para uma visão de conjunto acerca do tema, excelentemente condensada e com referências às fontes, cf. BERNT *et alii* 1980: cols. 1058-1066.

a partir do séc. II a. C., a aquisição de uma cultura literária e filosófica torna-se em Roma um símbolo de status, um status que se transfere igualmente ao indivíduo que é capaz de ensinar, de transmitir esta cultura, os *doctores*. Ao consultarmos o verbete *doctor* do grande dicionário *Thesaurus Linguae Latinae* (1900 sq.), podemos ver que *doctor*, nos inúmeros excertos de textos latinos ali registrados a fim de exemplificar o uso do termo, comumente aparece acompanhado de adjetivos como *summus*, *celeberrimus*, *probus*, de verbos como *erudiri* (conferir erudição), *docere* (ensinar), de substantivos como *litterae*, *praeceptus*, *auctoritas*, *intellegentia*. Este entorno do termo *doctor* nos dá realmente uma moldura de seus traços semânticos constitutivos: associado à cultura letrada, à atividade docente e intelectual, o termo tende, já em latim clássico, a portar a semântica de prestígio que o marcará também em períodos posteriores, seja no latim medieval seja no contexto das línguas europeias.

Uma segunda e grande investidura de prestígio recebida pelo termo *doctor* dá-se a partir do século IV d. C., com o mundo romano já cristianizado: *doctor* passa, então, a ser muito frequentemente utilizado para designar, primeiramente, os teólogos judeus, que ensinavam a lei judaica e, a partir daí, os padres da Igreja Católica. “As expressões *doctores ecclesiae* e *doctores fidei* são bem recorrentes e o título *doctor* é especialmente atribuído a São Paulo, chamado *doctor veritatis*, *doctor mundi*” (WEIJERS 1979: 268). *Doctor* passa então a ser entendido como o professor daquela que para os devotos de Cristo era “a” doutrina: a doutrina cristã. Sabendo do prestígio de que uma tal doutrina gozou no Ocidente, é possível imaginar de que autoridade se reveste o termo *doctor* ao se estabelecer neste registro. A reverência que o termo *doctor* portará posteriormente, já no contexto das universidades medievais, deve certamente em grande parte a este seu uso eclesiástico.

2.2 O doutor na Idade Média

É importante notar que neste novo uso de *doctor* como *doctor ecclesiae* o traço semântico principal que caracterizara o termo já na Antiguidade clássica, a saber, o traço de conhecimento letrado, permanece e tende mesmo a se intensificar. Na Alta Idade Média, a vida intelectual se recolhe para dentro dos mosteiros, a teologia estabelece-se como a disciplina superior de estudos, os doutores da Igreja como os grandes modelos intelectuais do mundo cristão tardo-antigo e medieval. A cultura

superior do mundo cristão, tal como a judaica, é essencialmente uma cultura do livro, e é dessa cultura que o *doctor* é o representante de honra. Este aspecto livresco da vida intelectual medieval tem seus efeitos também na maneira como as *artes liberales* passam a ser compreendidas por autores do período. Isidoro de Sevilha e Cassiodoro, por exemplo, esses dois autores do século VI d.C. fundamentais para a fixação do sistema medieval das sete *artes liberales*, não interpretam mais o adjetivo *liberalis* como proveniente de *liber* no sentido de livre, mas sim de *liber* no sentido de livro (cf. CASSIODORO *inst.* 2, *praef.* 4, ISIDORO *orig.* 1,4,2) (lembrando que o substantivo *liber*, de onde vem o adjetivo *liberalis*, pode referir-se em latim a ambas as coisas): para esses autores, tais artes não se definem, portanto, por serem os saberes dos homens livres, mas por serem os saberes que se aprendem por meio de livros. Neste contexto, o *doctor* em qualquer uma dessas artes é aquele que se debruçou sobre tais livros e adquiriu a maestria em seu conteúdo, a ponto de poder mesmo ensiná-lo. Note-se, porém, que na alta Idade Média, o termo *doctor* evoca antes a ideia de cultura letrada e de competência na matéria, mais do que a ideia de professor.³

O termo *doctor* recupera seu sentido original de docente apenas no período da baixa Idade Média (séculos XII ao XV), com o advento das universidades medievais. É nesta instituição que o título de *doctor* se estabelece como um título acadêmico e passa a designar especificamente o docente universitário. Teologia, Direito e Medicina – as ciências do Dr. Fausto – compunham as três faculdades superiores das universidades medievais e é justamente ao *doctor medicinae*, ao *doctor juris* e ao *doctor theologiae* que correspondem os três usos mais comuns do termo doutor em nosso português: o doutor médico, o doutor advogado e o doutor da igreja. Além disso, a partir do século XIII surgem diversas leis que vão gradualmente restringindo o uso do título *doctor* aos que fizeram um curso de estudos em uma universidade. Assim, o termo vai se especializando no sentido acadêmico.

Este sentido acadêmico do termo *doctor* era particularmente evidenciado quando aplicado a um médico. A profissão médica sempre esteve no ponto de conflito entre ciência e empiria e o médico acadêmico esforçava-se para se distinguir do pessoal médico prático, que exercia a medicina a partir de conhecimentos tradicionais ou puramente experimentais. Nesse contexto, o título de *doctor* adquire um valor especial, fazendo do médico um erudito. Trata-se do *medicus litteratus* também chamado em

³ Para ocorrências de *doctor* no sentido de ‘letrado’, cf. KREMER (1981/82: 50) e BAGOLA (1988: 199).

alemão “Bucharzt” (cf. KREMER 1981/82: 51, nota 55), isto é, o médico que adquiriu seu saber por meio do estudo das artes liberais, como vimos, artes estas entendidas como livrescas. Isso ainda nas escolas monacais da alta Idade Média, como a de Salerno.

A partir do século XII, com a fundação das primeiras universidades medievais, o título *doctor* faz do médico um acadêmico e atesta que ele adquiriu seu conhecimento no curso de uma formação universitária.⁴ Com isso o *doctor medicinae* se distinguia decididamente do pessoal médico prático, no qual estavam, por exemplo, além dos curandeiros, parteiras e outros, que exerciam a arte da cura com base em conhecimentos tradicionais, ainda os ofícios artesanais como o dos boticários e o dos cirurgiões. Como se encontravam na categoria dos artesãos, boticários e cirurgiões podiam portar, via de regra, apenas o título de *magister*,⁵ jamais o de *doctor*.

Além desta distinção profissional, o título de *doctor* atribuída ao médico acadêmico na Idade Média uma outra distinção importante. Sabidamente, não se concedia o título de *doctor* a médicos judeus, a despeito de sua enorme importância no exercício da profissão na Europa ao longo de toda a Idade Média e posteriormente⁶. Eles eram geralmente chamados apenas *magistri*, tal como os artesãos. Ainda que fossem os médicos preferidos da nobreza, a Igreja publicou vários decretos proibindo a seus fiéis o uso dos serviços de médicos judeus (HAESER 1971: 837). Assim, no caso do médico, o título de *doctor* tinha ainda esta função: assinalar sua origem não judaica, e, com isso, garantir-lhe o exercício da profissão sem impedimentos eclesiais.⁷

Por fim, convém observar que o *doctoratus* medieval não era algum curso, com disciplinas a serem estudadas ou créditos a serem obtidos, mas antes um ritual, que se seguia à longa graduação em algumas das três faculdades superiores – Medicina, Direito ou Teologia – e que tinha como função conceder publicamente a *licentia docendi* (licença para ensinar) ao graduado. O ritual de concessão da titulação de doutor era bem pomposo e estava sujeito a determinações protocolares bastante exigentes, que variavam

⁴ Para detalhes acerca da concessão da honra doutoral (*Doktorwürde*) ao médico nas Universidades Medievais, cf. HAESER (1971: 828).

⁵ O título de *magister* era dado àqueles que adquiriam o *optimum* prático de seu ofício (cf. HAESER 1971: 842 e 837). Sobre *magister* como título na Idade Média, cf. KREMER (1980: 82-85).

⁶ A escola de medicina de Montpellier, uma das mais tradicionais da Europa, teve vários judeus entre seus fundadores (cf. SOURNIA *et alii* 2001, vol. II: 84). Em Portugal a influência dos médicos judeus “é tão notável que bem podemos afirmar serem israelitas os maiores médicos até o século XVIII” (SERRÃO 1979: 240).

⁷ Médicos judeus não podiam se doutorar, nem em Paris, nem nas universidades alemãs. Em Ingolstadt e Munique os candidatos tinham que jurar até mesmo afastar-se da companhia de judeus (HAESER 1971: 832).

de universidade para universidade. Na faculdade de Direito de Bolonha, por exemplo, “o doutor obtinha seu grau em duas etapas: o exame propriamente dito (*examen* ou *examen priuatum*) e o exame público (*conuentus*, *doctoratus*), que era mais um cerimonial (LE GOFF 1995: 68 sq.). Como nos informa o mesmo autor, o protocolo bolonhês para a concessão do título de doutor ao estudante de Direito era o seguinte:

Algum tempo antes do exame privado, o candidato era apresentado ao reitor (...), a quem jurava que preenchia as condições exigidas pelos estatutos e que não procuraria corromper seus examinadores. (...) Na manhã do dia da prova, após assistir à missa do Espírito Santo, o candidato comparecia diante do colégio dos doutores, um dos quais lhe dava dois excertos para comentar. Retirava-se então para sua casa a fim de preparar este comentário que apresentaria no fim do dia, em um lugar público (geralmente na catedral), diante do júri de doutores e na presença do arcediogo (vigário-geral), que não podia intervir. Após o comentário exigido, o candidato respondia às questões dos doutores, que se retiravam em seguida para votar. Obtida a decisão por maioria o arcediogo anunciava o resultado.

Aprovado no exame o candidato se tornava licenciado, mas não recebia o título de doutor nem podia de fato ensinar, a não ser após o exame público. Conduzido com pompa para a Catedral, o licenciado ali fazia um discurso e lia uma tese sobre um ponto de direito, que ele defendia em seguida contra os estudantes que o inquiriam, desempenhando assim, pela primeira vez, o papel de mestre em um debate universitário. O arcediogo lhe entregava então, solenemente, a licença para ensinar e lhe outorgava as insígnias de sua função: uma cátedra, um livro aberto, um anel de ouro e o gorro. (LE GOFF 1995: 68 sq.)

Em Paris, o processo de exames era composto de várias fases, que duravam, ao todo, vários meses. (cf. LE GOFF 1995: 68 sq.). Tudo terminava com a grande cerimônia para a concessão do título de doutor, que em Paris era particularmente pomposa, com missa em Notre-Dame e o recebimento do manto vermelho, a insígnia do doutor parisiense. O doutorado permitia a seu portador, além da permissão de ensinar, a admissão no *collegium doctorum*, na corporação dos professores universitários e era sobretudo esta admissão que o aspecto solene e festivo das cerimônias medievais de doutorado pretendiam celebrar (LE GOFF 1995: 69 sq.). Ao modo de outras corporações profissionais na Idade Média, tal como as guildas, a corporação universitária permitia-se impor ao candidato uma série de exigências morais, físicas e sociais, sem as quais ele não poderia ser admitido como membro da corporação. O estatuto da Universidade de Salerno fornece uma lista destes pré-requisitos à concessão do título de *doctor* ao médico ali formado, tais como: nascimento legítimo, ser de fé cristã, ter constituição física saudável e perfeita e idade não muito jovem (a partir dos 28 anos ou, em casos

particulares de alunos muito talentosos e “com traços não muito femininos”, admitia-se conceder-lhes o título aos 26 anos) (HAESER 1971: 830). Antes da cerimônia de doutoramento do médico, o candidato devia fazer um juramento, prometendo: não contradizer o *collegium doctorum*, não ensinar coisas falsas, não exigir nenhum honorário de pobres, aconselhar os doentes a fazerem orações, não fazer acordos ilícitos com os boticários, não receitar abortivos nem venenos (HAESER 1971: 830).

Pré-requisitos e juramentos como estes, previstos nos estatutos de todas as universidades medievais, apontam para uma determinada condição e valoração social do *doctor*. Para além do bom nascimento e da constituição física perfeita e saudável, tais estatutos ainda estabeleciam uma série de virtudes que todo *doctor* deveria portar – por exemplo: dedicação à universidade e aos estudantes, bons costumes, humildade – e de vícios que deveria recusar – tais como corrupção, ignorância, vaidade, cupidez de saber, más intenções no uso de seus conhecimentos, etc. Como bem nota VERGER (1986: col. 1156), este ideal do *doctor* delineado nos estatutos universitários da Idade Média estava claramente pautado pelo status e pelos padrões de vida da nobreza. De fato, para além do selo profissional e do direito de ensinar, o doutorado, em toda a Europa medieval, conferia ao *doctor* uma enorme distinção social, marcada já na aparência deste pelas insígnias e pela vestimenta típica. O *doctor* ainda recebia, semelhantemente à aristocracia e ao clero, privilégios fiscais, militares e jurídicos. Neste contexto o título de *doctor* parecia valer como uma espécie de título de nobreza. E realmente, muitos doutores, notadamente juristas, conseguiram alçar à condição de nobres (VERGER, *ibid.*). Na Alemanha, os *doctores* de medicina tinham o status intermediário entre os cavaleiros da aristocracia e os aristocratas menores (HAESER 1971: 836).

2.3 O doutor na Idade Moderna

A partir dos séculos XIV e XV a autoridade dos *doctores* começa a ser questionada de maneira mais evidente. Os principais pontos da crítica eram a arrogância e o sentimento de superioridade que muitos doutores apresentavam; também o valor de seu conhecimento foi colocado em questão por humanistas e místicos. Este descrédito em que cai a imagem do *doctor*, que Jacques Verger atribui ao grande aumento do número de universidades ocorrido no período e a consequente inflação de títulos doutorais (VERGER 1986: col. 1156), está na base de criação inclusive de um dos tipos

da *commedia dell'arte*, o “*dottore*”. A figura do *dottore* porta frequentemente uma máscara preta com um nariz adunco e bochechas vermelhas. A roupa caracteriza-se especialmente pela gola branca de babado, o terno todo preto e a capa, também preta. O *dottore* encarna normalmente o jurista de Bolonha, que se distingue por sua constante pose de erudito. Suas exibições de saber, no entanto, são risíveis, pois, além de falsas, são inadequadas à situação. O *dottore* estudou tudo, mas não entendeu nada. O resultado é que não só é um pedante, como um grande chato. Seu falatório é praticamente impossível de ser detido e quando alguém, talvez usando mesmo de violência, consegue fazer o *dottore* calar-se por alguns segundos, ele, tão logo tenha se livrado do impedimento, retoma, inabalável, a torrente de seu discurso.

Porém, não obstante as críticas e a máscara cômica, o título de *doctor* permanece, de modo geral, como um título honroso em toda a Europa e, posteriormente, também nas colônias europeias, entre elas o Brasil.

2.4 O doutor na atualidade: uso hodierno do termo no português do Brasil

De professor em sentido geral a erudito em determinada matéria, de erudito a professor universitário, de professor universitário a título de distinção social, de título de distinção a signo de pedantismo e pseudo-cultura: parece que estamos aqui tateando passo a passo alguns trechos da trilha que nos traz até o uso do termo doutor na atualidade de nossa língua portuguesa. De fato, se olharmos as diversas definições dadas no dicionário HOUAISS para doutor, veremos que quase todas elas evocam diretamente cada um dos usos do termo *doctor* ao longo de sua história no ocidente europeu:

- *Doctor* como professor

1 aquele que está habilitado para ensinar

1.1 aquele que ensina publicamente matérias de doutrina

Ex.: <os d. da Lei> <os d. da Igreja>

- *Doctor* como título acadêmico

1.2 aquele que, numa universidade, foi promovido ao mais alto grau depois de haver defendido tese em alguma disciplina literária, artística ou científica

Ex.: d. em direito, em música, em medicina

- *Doctor* como professor/ erudito

1.3 designação que receberam os principais mestres da escolástica

- *Doctor* como erudito

2 Derivação: por analogia.
homem muito instruído em qualquer ramo
Ex.: homem brilhante, é d. em muitos assuntos

- Doctor como pedante; *dottore da commedia dell'arte*

3 Derivação: por extensão de sentido.
homem que deita sapiência ou que dita regras de pensamento a propósito de tudo
Ex.: arranja-se muito bem sem a sabedoria dos d.

- Doctor como título acadêmico (signo de formação acadêmica) / de distinção

6 Derivação: por extensão de sentido.
título que, por cortesia, se costuma dar àquele que é diplomado em curso superior, esp. em medicina

7 Derivação: por metonímia.
qualquer médico
Ex.: o d. ficou de ver o doente em casa

- Doctor como título acadêmico/ de distinção

8 Derivação: por extensão de sentido.
título que, por disposição legal, compete aos magistrados judiciais (juizes e delegados)

- Doctor como título de distinção

9 termo de respeito, us. em reconhecimento de superioridade na hierarquia social
Ex.: <vou já providenciar o pedido do d.> <o d. é quem manda>

9.1 Derivação: por extensão de sentido.
tratamento que as pessoas humildes dispensam aos que se apresentam bem vestidos (HOUAISS 2007)

Como podemos ver, as considerações históricas que apresentamos anteriormente sobre o termo *doctor* estão longe de serem meras curiosidades. Elas jazem na base mesma dos diversos usos hodiernos do termo doutor e nos permitem ter uma compreensão de como e porque tais usos se estabeleceram em nossa língua. É possível observar nesta seqüência de usos do termo em língua portuguesa uma gradação. Nos itens 1 e 2 temos uma clara conexão do termo doutor com os aspectos semânticos de ensino e de conhecimento, que sempre marcaram o termo. O aspecto acadêmico insere-se naturalmente neste contexto. O item 3 ainda mantém a conexão com estes aspectos do saber, mas em tom irônico, isto é, apontando para uma inversão de sentido que faz doutor designar o pseudo-sapiente, ao modo do *dottore da commedia dell'arte*. Dos itens 6 a 8 doutor evoca o aspecto do saber acadêmico, mas desvincula-se da noção estrita de doutorado: neste nível ele serve para designar indivíduos que, em geral, simplesmente passaram por um curso de graduação, tais como médicos e advogados. Tal uso, aliás, é comum também em outros países, como Itália, Portugal⁸ e Estados

⁸ Até um livro didático do português europeu ensina, sob o título “tratamento”: “Jeder, der einen Hochschulabschluss hat, wird mit dem Titel Doutor/Doutora angesprochen” (MORAIS/SOMMER 2007: 34). Qualquer pessoa com diploma superior é tratada pelo título de Doutor/Doutora (Tradução nossa). Como formas contraídas de “senhor doutor”, encontram-se em Portugal “sotôr”, “setôr” ou “stôr” e as

Unidos. Neste nível, o título de doutor, ao mesmo tempo em que indica formação acadêmica, confere uma certa distinção social ao profissional.

Gradativamente vemos, na lista de definições, o uso de doutor desatrelar-se de sua semântica original de saber. Por fim, ele não designa mais o indivíduo portador de algum tipo de saber ou formação acadêmica, mas simplesmente o indivíduo ao qual se atribui autoridade, uma autoridade que não está assentada em seu conhecimento, mas em uma exigência social, ou mesmo em uma disposição legal (vide definição nº 8). Eis o flanco que permite ao termo doutor migrar definitivamente, no âmbito da cultura brasileira, da esfera da *auctoritas* intelectual para a da “otoridade” social e do abuso de poder, o que fica claro nos dois últimos usos do termo registrados em HOUAISS (itens 9 e 9.1).

No item 9.1 o termo doutor aparece como “tratamento que as pessoas humildes dispensam aos que se apresentam bem vestidos”. Ora, vimos que no mundo medieval, a vestimenta do *doctor* - o manto vermelho do doutor parisiense, o gorro do doutor bolonhês, o chapéu doutoral (*Doktorhut*) das universidades alemãs - era uma insígnia do prestígio acadêmico. No Brasil naturalmente a roupa do doutor não é mais alguma vestimenta típica do acadêmico, mas a roupa que as pessoas de classe social mais alta usam. Esta roupa não indica mais a posse de algum grau acadêmico, de um conhecimento autorizado, mas apenas o pertencimento do indivíduo a uma classe social superior ou meramente a ocupação de uma função de mando. Assim, entre nós, basta estar em uma posição hierarquicamente superior em relação às pessoas humildes para merecer ser chamado doutor.

Um exemplo que ilustra este uso tão brasileiro do termo doutor é dado na canção “Despejo na favela”, de Adoniran Barbosa, cuja letra transcrevemos parcialmente abaixo:

Quando o oficial de justiça chegou	“Dentro de dez dias quero a favela vazia
Lá na favela e, contra o seu desejo,	E os barracos todos no chão.”
Entregou pra seu Narciso	É uma ordem superior,
Um aviso com uma ordem de despejo,	Ôôôô, meu senhor, é uma ordem superior.
Assinada “ Seu Dotô ”.	Não tem nada não, Seu Dotô ,
Assim dizia a petição:	Não tem nada não,
	Amanhã mesmo vou deixar meu barracão. (grifos nossos)

formas análogas femininas “sotora”, “setor” ou “stora” (cf. BENEDITO 2008). Todas as traduções presentes neste artigo são de autoria nossa, salvo quando há referência explícita a uma fonte em português.

Na cena retratada pela música de Adoniran, um mero oficial de justiça já merece ser chamado de “dotô”. O ofício de despejo, assinado também por algum “Seu Dotô”, é “ordem superior”, inquestionável, à qual não resta senão obedecer. Eis o valor não apenas hierárquico, mas ainda autoritário, que o termo acabou assumindo em nossa cultura.

Este dado da língua portuguesa no Brasil certamente não poderia ser compreendido em todos os seus matizes sem se considerar a história do termo doutor. No presente artigo foi possível ver como este termo surge, no contexto europeu, primeiramente como um termo de prestígio, obtido pela posse de um saber letrado, e como este prestígio intelectual se transmuta, em novos contextos culturais, em prestígio (meramente) social. Fica assim claro que o termo doutor não é um mero vocábulo, trata-se antes de um verdadeiro conceito cultural, capaz de revelar aspectos tão fundamentais da mentalidade brasileira.

Nos itens seguintes, analisaremos os usos e fundamentos jurídicos do título de doutor para os profissionais do direito no Brasil, para depois compará-los com as convenções alemãs. Tal análise contrastiva dos dois sistemas será o fundamento para ajudar o tradutor a decidir como lidar com tais marcadores culturais na tradução. Só o conhecimento das convenções culturais poderá poupar o tradutor de cometer erros nesse âmbito.

3. O termo doutor no universo jurídico

3.1 Situação geral no Brasil e na Alemanha

As definições acima do dicionário HOUAISS (2007) demonstram a grande variedade de acepções do termo ‘doutor’ no Brasil. Na prática, o uso de títulos e formas de tratamento, porém, rege-se muito mais por convenções sociais e diplomáticas do que por definições de dicionário. Um exemplo são as recomendações do *Manual da Redação da Presidência da República*, que será aqui usado como referência. Esse manual foi elaborado pela Casa Civil e, no capítulo sobre os pronomes de tratamento, oferece as seguintes informações sobre o tratamento por doutor:

.

O vocativo a ser empregado em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder é *Excelentíssimo Senhor*, seguido do cargo respectivo: Excelentíssimo Senhor

Presidente da República, Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional, Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal.

As demais autoridades serão tratadas com o vocativo Senhor, seguido do cargo respectivo: Senhor Senador, Senhor Juiz, Senhor Ministro, Senhor Governador.

No envelope, o endereçamento das comunicações dirigidas às autoridades tratadas por *Vossa Excelência*, terá a seguinte forma:

A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal
Ministro de Estado da Justiça
70.064-900 – Brasília. DF

A Sua Excelência o Senhor
Senador Fulano de Tal
Senado Federal
70.165-900 – Brasília. DF

A Sua Excelência o Senhor
Fulano de Tal
Juiz de Direito da 10ª Vara Cível
Rua ABC, nº 123
01.010-000 – São Paulo. SP

(...) Acrescente-se que *doutor* não é forma de tratamento, e sim título acadêmico. Evite usá-lo indiscriminadamente. Como regra geral, empregue-o apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham tal grau por terem concluído curso universitário de doutorado. É costume designar por *doutor* os bacharéis, especialmente os bacharéis em Direito e em Medicina. Nos demais casos, o tratamento Senhor confere a desejada formalidade às comunicações. (grifos no original) (BRASIL 2002)

Já na Alemanha, o título de doutor refere-se unicamente ao grau e título acadêmicos ou então ao título de doutor *honoris causa*. Segundo a definição do dicionário WAHRIG (2005: 359), *Doktor* refere-se ao grau e ao título acadêmico adquiridos através de provas específicas; apresenta também o significado coloquial de médico: “*Doktor (Abk[ürzung]: Dr.): akademischer Grad und Titel nach besonderer Prüfung. (umgangssprachlich) Arzt*”. Reza o dicionário jurídico CREIFELDS que, na prática, o grau de doutor é o grau acadêmico mais importante:

Der Doktorgrad ist neben dem Diplomgrad der praktisch wichtigste der akademischen Grade. Er wird von den Universitäten und den mit Promotionsrecht ausgestatteten (wissenschaftlichen) Hochschulen (nicht von Fachhochschulen) verliehen. (...) Der Doktorgrad ist strafrechtlich geschützt und kann unter bestimmten Voraussetzungen entzogen werden. (CREIFELDS 2007: 288)⁹

Os dicionários enumeram diferentes tipos de títulos de doutor, por exemplo:

Dr. h. c. (*honoris causa*) = ehrenhalber, Ehrendoktor (nur verliehener Titel) [doutor *honoris causa*]

Dr.-Ing. = der Ingenieurwissenschaften (von Technischen Hochschulen verliehen) [doutor em engenharia]

Dr. jur. (*juris*) = Doktor der Rechte [doutor em direito]

⁹ Na prática, o grau de doutor é, além do grau *Diplom*, o grau acadêmico mais importante. Ele é conferido pelas universidades científicas e pelas escolas superiores habilitadas para o doutorado, porém não é conferido pelas escolas superiores técnicas. (...) O grau de doutor está protegido pela legislação penal e pode ser subtraído em determinadas circunstâncias.

Dr. j.u., Dr. jur. utr. (*juris utriusque*) = Doktor beider Rechte [doutor nos direitos canônico e não-canônico]
 Dr. med. (*medicinae*) = Doktor der Medizin [doutor em medicina]
 Dr. med. dent. (*medicinae dentariae*) = Doktor der Zahnmedizin [doutor em odontologia]
 Dr. phil. (*philosophiae*) = Doktor der Philosophie [doutor em ciências humanas]
 Dr. rer. nat. (*rerum naturalium*) = Doktor der Naturwissenschaften [doutor em ciências naturais]
 Dr. theol. (*theologiae*) = Doktor der Theologie [doutor em teologia]

A despeito da regra que vincula o conceito estritamente ao título acadêmico, o título de doutor porta igualmente um prestígio social. Na Alemanha é possível acumular vários títulos, o que contribuiu para conferir aos alemães a fama de exibidores de títulos: “*Das Ausland spottet sowieso gern über die Tituliersucht in Deutschland und auch in Österreich (...)*”¹⁰ (BESCH 1998: 21). É a imagem que os franceses têm dos alemães: “*A leurs propres yeux comme à ceux des étrangers, les Allemands ont aussi la manie des titres (Titelsucht); Kant le leur en fait le reproche indulgent. « Ils sont tous docteurs »*”¹¹ (LADMIRAL/LIPIANSKY 1989: 235). E mesmo os alemães parecem estar conscientes disso, como mostra uma passagem do romance *Stechlin* (1897), de Theodor FONTANE, em que é comentado o caso de um professor de piano que só adquiriu o título de *Doktor*, por desespero (“*aus Verzweiflung*”), para poder esconder o seu nome próprio “Niels”:

[Woldemar von Stechlin]: (...) Wrschowitz hieß nämlich bis vor zwei Jahren, wo er als Klavierlehrer, aber als ein höherer (denn er hat auch eine Oper komponiert), in unser Haus kam, einfach Niels Wrschowitz, und er ist bloß Doktor geworden, um den Niels auf seiner Visitenkarte loszuwerden. (FONTANE 1998: 130-131)¹²

Uma curiosidade reforça a impressão da mania de exibir títulos dos alemães: é possível inscrever o título de doutor no registro das pessoas naturais (registro civil) e incluí-lo nos documentos de identificação. As respectivas leis referentes ao passaporte (*Paßgesetz – PaßG*) e ao documento de identidade (*Gesetz über Personalausweise – PersAuswG*) autorizam essa inscrição expressamente, apesar de ela ser optativa. Isto leva à crença popular, muito difundida mesmo entre os alemães, de que o título seja

¹⁰ No exterior, as pessoas gostam de zombar da mania dos alemães e também dos austríacos de exibir seus títulos.

¹¹ A seus próprios olhos como aos dos estrangeiros, os alemães possuem também a mania de títulos; em relação a isso, Kant faz-lhes a crítica indulgente: « eles são todos doutores ».

¹² Quando Wrschowitz começou a frequentar nossa casa há dois anos para dar aulas de piano, mas como professor de alto gabarito (pois ele já compôs inclusive uma ópera), chamava-se simplesmente Niels Wrschowitz. E ele só se tornou doutor para livrar-se do Niels no seu cartão de visitas.

parte integrante do nome, analogamente a um título de nobreza, o que não é o caso. O dicionário jurídico Creifelds, altamente conceituado, é muito claro sobre isso.

*Der zur Führung eines akademischen Grads Berechtigte darf im mündlichen und schriftlichen Verkehr mit Behörden und Privatpersonen seinem Namen den akademischen Grad hinzufügen; dieser ist aber nicht Namensbestandteil, auch keine Berufsbezeichnung. (CREIFELDS 2007: 27)*¹³

Apesar de não estar formalmente convencionado, é comum também incluir o título de doutor em outros documentos, como por exemplo cartões bancários, cartões de crédito, cartões de milhas etc. Também nos cemitérios é comum ver-se o título de doutor escrito nas lápides dos túmulos. Porém, não se usa o título de doutor em artigos ou livros acadêmicos ou em citações acadêmicas.

O título de doutor pode ser subtraído em caso de fraude (sendo a mais comum delas, o plágio). Se for comprovado plágio na tese de doutorado, a faculdade que outorgou o título está autorizada a revogá-lo. Tais casos geralmente são regulamentados pelos regimentos internos de doutorado das respectivas unidades (*Promotionsordnung*). Trata-se de um processo administrativo interno da Universidade. Em caso de litígio sobre a revogação, recorre-se aos tribunais administrativos competentes.

Uma pessoa formada em medicina na Alemanha não recebe automaticamente o título de doutor, mas meramente a designação profissional “médico” ou “médica” (*Arzt/Ärztin*). A fim de poder portar o título “Dr. med.”, é necessário fazer o doutorado acadêmico em medicina. Na praxe, os estudantes de medicina geralmente já redigem uma tese de doutorado durante os últimos dois ou três anos do seu estudo, concluindo a formação médica e o doutorado quase que concomitantemente. Por tal motivo e pelo desenvolvimento histórico do termo doutor, é muito comum também na Alemanha pensar que qualquer médico é automaticamente um doutor em medicina. Vejamos agora os fundamentos legais relacionados ao título de doutor nos dois países.

3.2 Fundamentos legais no Brasil e na Alemanha

Além das convenções sociais e diplomáticas, o uso do título de doutor no Brasil tem fundamentos legais, os quais serão brevemente apresentados neste item. Os juristas

¹³ Em correspondências com autoridades públicas e com pessoas particulares, a pessoa autorizada a portar um grau acadêmico pode usar o seu nome conjuntamente com o seu grau acadêmico; mas este não é parte integrante do nome, e tampouco designa uma profissão.

brasileiros fundamentam a legitimidade do uso do título de doutor com dois argumentos. O primeiro seria a tradição, que é uma das fontes legítimas do direito. O segundo seria uma Lei do Império de 11 de agosto de 1827, a qual, por não ter sido revogada, continuaria em vigor, e que dispõe, entre outros, sobre o título (grau) de doutor para o advogado.

Art. 9.º - Os que freqüentarem os cinco annos de qualquer dos Cursos, com approvação, conseguirão o grão de Bachareis formados. Haverá tambem o grão de Doutor, que será conferido áquelles que se habilitarem som [sic] os requisitos que se especificarem nos Estatutos, que devem formar-se, e sò os que o obtiverem, poderão ser escolhidos para Lentes. (grafia original da versão online) (BRASIL 1827)

Entende-se que a Lei n. 8.906/1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), também chamada de Estatuto da Advocacia, corresponda aos estatutos mencionados na Lei do Império. Consequentemente, todo bacharel em direito que for aprovado no concurso da Ordem dos Advogados do Brasil preencheria os pré-requisitos para ser doutor. Outro artigo do Estatuto da Advocacia justificaria, por analogia, a extensão do título de doutor aos magistrados e aos membros do Ministério Público: “Art. 6º Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos.” (BRASIL 1994)

A complexidade do assunto na Alemanha talvez seja menor, uma vez que a situação legal é mais clara que a brasileira, mas também apresenta matizes peculiares inerentes àquela cultura. O Código Penal alemão (*Strafgesetzbuch*) tipifica o crime de abuso de títulos, designações profissionais e emblemas no seu artigo 132a. Portanto, a pessoa que porta o título de doutor sem estar devidamente autorizada é punida por lei (cf. CREIFELDS 2007: 288)

§ 132a Mißbrauch von Titeln, Berufsbezeichnungen und Abzeichen.

(1) Wer unbefugt inländische oder ausländische Amts- oder Dienstbezeichnungen, akademische Grade, Titel oder öffentliche Würden führt, (...) wird mit Freiheitsstrafe bis zu einem Jahr oder mit Geldstrafe bestraft. (ALEMANHA 2009)¹⁴

¹⁴ § 132a Abuso de títulos, designações profissionais e emblemas. (1) Aquele que portar, indevidamente, 1. designações de cargos públicos ou designações profissionais, graus acadêmicos, títulos ou honras públicas, nacionais ou internacionais, (...) será punido com pena de reclusão de até um ano ou com multa.

Independentemente da praxe de se inscrever o grau de doutor no registro civil e/ou nos documentos de identificação, uma pessoa só está autorizada a portar o título de doutor se tiver o doutorado acadêmico ou o doutorado de honra. Em caso de títulos e graus estrangeiros, tanto alemães como estrangeiros residentes na Alemanha necessitam de uma autorização oficial (geralmente a secretaria estadual de educação e cultura) para portar o grau estrangeiro.

3.3 Jurisprudência

A jurisprudência brasileira já se dedicou ao assunto do porte do título de doutor. Um juiz do estado do Rio de Janeiro, enquanto pessoa particular, ajuizou uma ação para exigir que os funcionários e moradores do edifício em que mora, em Niterói, o tratassem por “doutor”. Porém, ele perdeu a causa na primeira e na segunda instância. Os trechos relevantes da fundamentação da sentença (de primeiro grau) estão transcritos a seguir:

(...) 'Doutor' não é forma de tratamento, e sim título acadêmico utilizado apenas quando se apresenta tese a uma banca e esta a julga merecedora de um doutoramento. Emprega-se apenas às pessoas que tenham tal grau, e mesmo assim no meio universitário. Constitui-se mera tradição referir-se a outras pessoas de 'doutor', sem o ser, e fora do meio acadêmico. Daí a expressão doutor honoris causa - para a honra -, que se trata de título conferido por uma universidade à guisa de homenagem a determinada pessoa, sem submetê-la a exame. (...)

Urge ressaltar que tratamento cerimonioso é reservado a círculos fechados da diplomacia, clero, governo, judiciário e meio acadêmico, como já se disse. A própria Presidência da República fez publicar Manual de Redação instituindo o protocolo interno entre os demais Poderes. Mas na relação social não há ritual litúrgico a ser obedecido. (NITERÓI 2005)

Há, portanto, divergências entre as recomendações do *Manual de Redação da Presidência da República* e o exemplo da Jurisprudência por um lado - que consideram que o título de doutor deveria ser empregado apenas para aqueles que concluíram o doutorado acadêmico - e a argumentação dos juristas, que está baseada na Lei imperial e no Estatuto da Advocacia, por outro.¹⁵ A convenção parece ainda ter-se expandido a outro grupo profissional: o dos enfermeiros. Em 2001, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) autorizou o uso do título de doutor por parte dos enfermeiros por estes também serem profissionais com formação superior (COFEN 2001).

¹⁵ Agradecemos a Evair Batista e Fernando Camargo pelo fornecimento de informações sobre a situação jurídica no Brasil.

A doutrina jurídica alemã ensina que não há obrigatoriedade de tratamento com o grau de doutor, chegando curiosamente a uma conclusão parecida com a jurisprudência brasileira mencionada, apesar das práticas tão diferentes nos dois países: *“Nicht zum bürgerlichen Namen gehören Berufsbezeichnungen und akademische Titel. Entgegen landläufiger Meinung besteht daher kein Anspruch auf die Anrede mit dem Doktorgrad“*.¹⁶ (MARTINEK 2008: RN 15).

Como já foi mencionado no item 3.2, na Alemanha o título de doutor pode ser subtraído em certos casos. Será útil mencionar dois exemplos para ilustrar motivos que justifiquem tal ato. O primeiro motivo seria o plágio, caso ilustrado pela sentença de subtração do grau de doutor proferida pelo Tribunal Administrativo Superior do estado de Baden-Württemberg (Mannheim) (Sentença de 19.04.2000, nº processo: 9 S 2435/99).¹⁷ Trata-se do caso de um doutor em direito pela Universidade de Freiburg, sobre o qual ficou comprovado ter plagiado sua tese por não haver marcado trechos extensos oriundos de outras obras como citações.

Mas a revogação do título de doutor também é possível quando a conduta da pessoa é totalmente contrária à honra conferida pelo título, como no caso da subtração do grau de doutor por falta de conduta de honra decretada pelo Tribunal Administrativo Federal, Despacho de 5 de maio de 1988 (nº processo: 7 B 8.88). O caso concreto era o abuso do grau de doutor por parte do autor de um livro cuja disseminação correspondia à tipicidade objetiva dos crimes do incitamento do povo e da incitação do ódio racial.¹⁸

4. Conseqüências para a tradução

Qualquer dicionário bilíngüe alemão/português mencionará a tradução de doutor por *Doktor* e vice-versa, levando à crença errônea de que os termos são semanticamente equivalentes e biunívocos. Porém, títulos, graus e designações de profissões são termos com fortes marcas culturais, por estarem inseridos em sistemas sociais, administrativos e jurídicos por vezes muito divergentes, como já foi demonstrado no item 3. O

¹⁶ As designações profissionais e os títulos acadêmicos não são parte integrante do nome civil. Por tal motivo, os interessados não têm o direito de serem tratados pelo grau de doutor, ao contrário da opinião amplamente difundida na população. Cf. também ZIMMERLING (s.d.).

¹⁷ “Entziehung eines Doktorgrades wegen Plagiats, Verwaltungsgerichtshof Baden-Württemberg (Mannheim), Urteil vom 19.04.2000, Az.: 9 S 2435/99.” (KMK s.d.).

¹⁸ “Entziehung eines Doktorgrades wegen Unwürdigkeit - Missbräuchliche Verwendung des Doktorgrades durch den Verfasser eines Buches, dessen Verbreitung die objektiven Straftatbestände Volksverhetzung und Aufstachelung zum Rassenhass erfüllt. Bundesverwaltungsgericht, Beschluss vom 5. Mai 1988, Az.: 7 B 8.88.” (KMK s.d.).

tratamento, a cortesia e o uso de títulos são abordados na tradutologia, entre outros, sob o ponto de vista da estética, por exemplo em obras literárias, abrangendo dimensões históricas e culturais tal como no presente estudo (cf. KERZEL/SCHULTZE 2002: 938 sq.). A pesquisa na área da tradução de textos especializados também demonstra a importância das condicionantes culturais (p. ex. AZENHA JR 1999 ou FLEISCHMANN/SCHMITT 2002), aqui ilustrada com exemplos do direito.

Somente o estudo contrastivo dos dois sistemas permite uma reflexão mais aprofundada na busca do equivalente mais próximo de um termo da cultura-fonte (cf. REICHMANN 2006 para a terminologia referente ao pacto antenupcial e REICHMANN 2007 para o termo “homicídio”). A terminologia jurídica tem uma relação intrínseca com o sistema jurídico de cada país, o que torna a tradução jurídica uma tarefa particularmente complexa, pois o tradutor deve atuar como jurista comparatista, linguista e intérprete do direito (cf. GÉMAR 2002: 746).

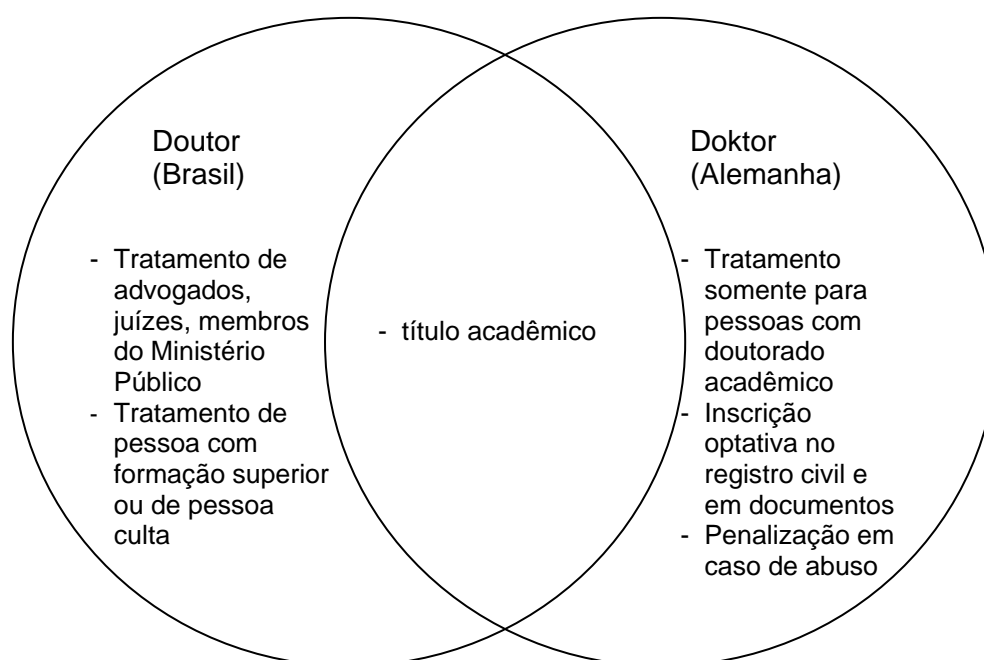
4.1 Aspectos teóricos

A discussão acerca do conceito de equivalência nos estudos tradutológicos é extensa e não poderá ser abordada a fundo aqui. Porém, remetemos a alguns aspectos da reflexão sobre a equivalência na tradução jurídica de GÉMAR (2002) que nos parecem relevantes neste contexto. O autor considera que a equivalência funcional poderia ser considerada como o produto de um consenso político em relação aos termos de um acordo sobre o êxito de uma operação técnica. Ou seja, se especialistas de dois sistemas jurídicos considerarem uma tradução como reprodução fidedigna do texto-fonte, ela seria considerada equivalente. Uma característica específica da equivalência na tradução jurídica, porém, seria o fato de haver uma instância de controle da interpretação, dotada de autoridade para decidir de maneira irrefutável se uma tradução é equivalente ao texto-fonte ou não, a saber, os tribunais, o que não é o caso de traduções de textos jornalísticos ou literários, por exemplo (GÉMAR 2002: 745).

Porém, faz-se necessário questionar a validade da tradução literal na área da tradução jurídica, pois em muitos casos este tipo de tradução produz erros fundamentais. O próprio autor alerta para a problemática de haver, nos textos jurídicos, muitos termos de uso comum na linguagem do cotidiano, mas que apresentam significados específicos no contexto jurídico (GÉMAR 2002: 745). Por tal motivo, a distinção entre o “significado comum” e o “significado específico” de um mesmo termo dificulta ainda mais a

tradução. Menciona ainda a legislação bilíngue do Canadá, que é produzida mais por um processo de “co-redação bilíngue” que por uma tradução propriamente dita, para ilustrar os limites da tradução literal nessa área (GÉMAR 2002: 744). Um exemplo da realidade brasileira seria o título usado pelos juízes dos tribunais superiores no Brasil, que não são chamados de juízes, mas sim de “ministros”. O tradutor seria levado a um erro grave de tradução ao traduzir o termo no contexto do Judiciário brasileiro por *Minister*, que na Alemanha remeteria somente ao Executivo. Sem uma adaptação à realidade alemã, o receptor da tradução na Alemanha não entenderia que se trata de um juiz, o que levaria ao fracasso da comunicação. Tal exemplo ilustra que uma tradução adequada só pode ser feita com os devidos conhecimentos culturais.

O fato é que, apesar de estarmos conscientes da problemática relacionada ao conceito de equivalência, tratamos de encontrar um equivalente funcional com base na análise das diferenças linguísticas e jurídicas, tal como o estamos ilustrando aqui. Abaixo podemos visualizar, de maneira gráfica, as divergências e a área de intersecção entre os usos do título de doutor no Brasil e na Alemanha.



4.2 Aspectos práticos

Foi demonstrado que os títulos de doutor não têm plena equivalência nos sistemas brasileiro e alemão, ou seja, a abreviação “Dr.” antes de um nome refere-se a uma realidade diferente nos dois países. No português do Brasil não dispomos de meios

linguísticos para diferenciar o doutor como título acadêmico, seja do doutor em âmbito jurídico, seja do doutor como tratamento de cortesia. Em Portugal é possível diferenciar o doutor acadêmico do doutor de cortesia através da grafia: o “Doutor” escrito por extenso e com maiúscula indica o título acadêmico e a abreviação “Dr.” serve para o tratamento de cortesia (BENEDITO 2008). Pelo que pudemos constatar até agora, tal distinção parece não haver no Brasil.

Ao se depararem com sentenças brasileiras traduzidas, os alemães estranham o fato de todos os juízes, promotores e advogados terem a abreviação “Dr.” anteposta aos seus nomes, pois isto remete unicamente ao doutorado acadêmico na cultura-alvo. O tradutor que se entende não somente como transcodificador linguístico, mas como facilitador da comunicação bilíngue e mediador cultural pode muito bem inserir uma nota de pé de página elucidando muito brevemente as particularidades das convenções brasileiras em relação ao uso do título de doutor. Um termo alemão ao qual se pode recorrer nestes casos é o *Berufsdoktorat*, adequado para designar a aquisição do título de doutor através de exercício ou estatuto profissional, tal como é o caso dos juízes, advogados e representantes do Ministério Público no Brasil. Segundo a Conferência Permanente dos Secretários Estaduais de Educação e Cultura da Alemanha (KMK), responsável entre outros pela revalidação de títulos e diplomas estrangeiros, trata-se de “(...) *Doktorgrade, die ohne Promotionsstudien und -verfahren vergeben werden*”¹⁹ (KMK 2008: 2).

O doutorado e o doutor acadêmicos podem, portanto, ser traduzidos como “Promotion” e “Doktor” (ou “Dr.”), respectivamente. Já o título de doutor adquirido através de exercício ou estatuto profissional pode encontrar uma equivalência funcional no termo “*Berufsdoktorat*”, por exemplo, precedido da designação profissional. Doutor/Dr. (advogado) poderia, portanto, ser traduzido como “Anwalt mit *Berufsdoktorat*” e Doutor/Dr. (juiz) como “Richter mit *Berufsdoktorat*”.

Já o doutor “de cortesia” não encontra uma equivalência funcional no alemão com algum elemento relacionado ao termo “Doktor”. Seria necessário, dependendo do contexto e do gênero textual, optar por uma elisão ou a substituição por um elemento que expressasse cortesia ou posição hierárquica inferior, verbalizado ou não. Numa peça de teatro, poderia ser até mesmo expressado com um gesto ou uma postura de subordinação. Expressões verbais poderiam ser traduzidos por algum tratamento muito

¹⁹ (...) graus de doutor que são conferidos sem a conclusão de curso universitário de doutorado ou um processo de doutoramento.

respeitoso (e talvez mesmo arcaico) do gênero “verehrter Herr” ou “gnädige Frau” ou alguma verbalização explícita da inferioridade do ponto de vista de quem fala. Nestes casos, o tradutor usará a sua criatividade e ponderará sobre a adequação à situação para encontrar um equivalente funcional.

5. Conclusão

As convenções referentes ao título de doutor no Brasil e na Alemanha têm em comum o fato de serem um símbolo de prestígio social, prestígio este que esteve presente, desde muito cedo, nos vários séculos de história do termo. Porém, as convenções formais e informais da prática atual são bastante divergentes. É necessário que o tradutor se familiarize com elas para poder encontrar um equivalente funcional adequado na sua tradução ou então recorrer a um recurso explicativo. Em relação ao título de doutor, a comparação dos dois sistemas ajudou-nos a encontrar soluções satisfatórias de tradução.

As reflexões aqui apresentadas sobre a história do título de doutor, as convenções linguísticas estabelecidas nas culturas brasileira e alemã para este termo, as situações jurídicas correspondentes e os problemas de tradução aqui apresentados dão-nos uma ideia da enorme carga cultural que as palavras podem portar. Compreender devidamente esta dimensão demanda necessariamente um trabalho interdisciplinar, no qual as contribuições de historiadores, linguistas, tradutores e juristas são igualmente relevantes para nos desvelar o termo em sua inteira significação. Esperamos que o presente artigo tenha demonstrado como essa interdisciplinaridade pode ser enriquecedora para tradutores bem como para todos os que buscam nas palavras uma chave para a compreensão de sua realidade.

Referências bibliográficas

- ALEMANHA. República Federal da Alemanha. *Strafgesetzbuch* (Código Penal). 2009. <http://bundesrecht.juris.de/stgb/> (13/07/2009).
- AUTY, Robert / BAUTIER, Robert-Henri / ANGERMANN, Norbert (eds.) unter der Mitarbeit von AEGIDIUS, Jens P. *Lexicon des Mittelalters*. München / Zürich, Artemis Verlag, 1986.
- AZENHA JUNIOR, João. *Tradução técnica e condicionantes culturais*. Primeiros passos para um estudo integrado. São Paulo, Humanitas, 1999.

- BAGOLA, Holger. *Zur Bildung romanischer Berufsbezeichnung im Mittelalter*. Hamburg, Buske, 1988.
- BENEDITO, Joviana. Setôr/a na língua portuguesa. In: *Expresso*, Paço de Arcos, 12/09/2008. <http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?sid=ex.sections/23519&dt=2008-09-12> (13/07/2009).
- BERNT, Günter / HÖDL, Ludwig / SCHIPPERGES, Heinrich. Artes liberales. In: AUTY, Robert / BAUTIER Robert-Henri / ANGERMANN, Norbert (eds.), mit der Mitarbeit von AEGIDIUS, Jens P. *Lexicon des Mittelalters*. München / Zürich, Artemis, 1980, vol. I, columnas 1058-1063.
- BESCH, Werner. *Duzen, Siezen, Titulieren. Zur Anrede im Deutschen heute und gestern*. Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1998.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. *Lei de 11 de agosto de 1827. Crêa dous Cursos de sciencias Juridicas e Sociaes, um na cidade de S. Paulo e outro na de Olinda*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-11-08-1827.htm (13/07/2009).
- BRASIL. República Federativa do Brasil. *Lei n. 8.906/1994. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8906.htm (13/07/2009).
- BRASIL. República Federativa do Brasil. *Manual de Redação da Presidência da República*, ²2002. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/manual/manual.htm (13/07/2009).
- CASSIODOR. *Institutiones divinarum et saecularium litterarum* : [lateinisch - deutsch] = Einführung in die geistlichen und weltlichen Wissenschaften . Übersetzt und eingeleitet von Wolfgang Bürgsens. Freiburg, Herder, 2003.
- CICERO. *De officiis*. With an English translation by Walter Miller. Cambridge, Mass./ London, Harvard University Press / Heinemann, 1975.
- COFEN. Conselho Federal de Enfermagem. *Resolução COFEN Nº 256/2001*. <http://www.portalcoren-rs.gov.br/web/resoluca/r256.htm> (13/07/2009).
- CREIFELDS, Carl. *Rechtswörterbuch*, München, C. H. Beck, ¹⁹2007.
- FLEISCHMANN, Eberhard / SCHMITT, Peter A. Fachsprachen und Übersetzung. In: FRANK, A. P./ GREINER, N./HERMANS, T./KITTEL, H./KOLLER, W./LAMBERT, J./PAUL, F. (eds.). *Übersetzung - Translation - Traduction. Ein internationales Handbuch zur Übersetzungsforschung*. Berlin / New York, de Gruyter (= Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft [HSK] tomo 26.1), 2002, 531-542.
- FONTANE, Theodor. *Der Stechlin*. Zug, Buchgemeinschaft, 1998.
- GÉMAR, Jean-Claude. Traduire le langage du droit: langue, droit et traduction. In: FRANK, A. P. et al. (eds.). *Übersetzung - Translation - Traduction. Ein internationales Handbuch zur Übersetzungsforschung*. Berlin / New York, de Gruyter, 2002, 737-747.
- HAESER, Heinrich. *Lehrbuch der Geschichte der Medicin und der epidemischen Krankheiten*. Hildesheim / New York, Olms, 1971, vol. I (reprodução facsimilar da 3ª ed., Jena, 1875).

- HOUAISS, Antônio (dir.). *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão monousuário 2.0. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2007.
- ISIDORUS. *Etymologiae sive Origines*. Isidori Hispalensis episcopi etymologiarvm sive originvm libri XX / recogn. breuique adnotatione critica instruxit W. M. Lindsay. 2 vols. Oxonii, Clarendon, 1911.
- KERZEL, Martina / SCHULTZE, Brigitte. Anrede und Titulatur in der Übersetzung. In: FRANK, A. P. et al. (eds.). *Übersetzung - Translation - Traduction. Ein internationales Handbuch zur Übersetzungsforschung*. Berlin/New York, de Gruyter, 2002, 936-948.
- KREMER, Dieter. Bemerkungen zu den mittelalterlichen spanischen *cognomina*, V-VII. In: *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte* 14 (1976/1977), 191-298; 16 (1976), 117-205; 17 (1981/1982), 47-146. Münster: Aschendorff.
- KMK. KULTUSMINISTERKONFERENZ. *Hochschulrechtliche Datenbank der KMK*. S.d. <http://www.kmk-hochschulrecht.de/> (13/07/2009).
- KMK. KULTUSMINISTERKONFERENZ. *Vereinbarung der Länder der Bundesrepublik Deutschland über begünstigende Regelungen gemäß Ziffer 4 der „Grundsätze für die Regelung der Führung ausländischer Hochschulgrade im Sinne einer gesetzlichen Allgemeinenehmigung durch einheitliche gesetzliche Bestimmungen vom 14.04.2000“ (Beschluss der Kultusministerkonferenz vom 21.09.2001 i.d.F. vom 15.05.2008)*. <http://www.anabin.de/dokumente/grundaus2.pdf> (13/07/2009).
- LADMIRAL, Jean-René / LIPIANSKY, Edmond Marc. *La communication interculturelle*. Paris, Armand Colin, 1989.
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. Trad. M. J. Goldwasser. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- MARTINEK, Michael. Kommentar zu § 12 BGB. In: HERBERGER, Maximilian / MARTINEK, Michael / RÜSSMANN, Helmut / WETH, Stephan (eds.). *Juris Praxiskommentar BGB*, Buch 1, Saarbrücken, juris-Verlag, ⁴2008, § 12 BGB RN 15.
- MORAIS, Armindo José / SOMMER, Nair Nagamine. *Schnellkurs Portugiesisch. Der Intensivkurs für Anfänger*. München, Hueber, ³2007.
- NITERÓI. Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Comarca de Niterói. Nona Vara Cível. *Processo n° 2005.002.003424-4*. <http://direitoemdebate.net/index.php/sentencas/1007-juiz-nao-e-doutor?format=pdf> (13/07/2009).
- REICHMANN, Tinka. Translatorische Fragen der Übertragung deutscher Eheverträge ins Portugiesische. In: GIL, Alberto / WIENEN, Ursula (eds.), *Multiperspektivische Fragestellungen der Translation in der Romania*. Frankfurt/M., Peter Lang, 2006, 243-268.
- REICHMANN, Tinka. Os desafios da tradução jurídica na área penal. In: *Revista CEJ* 36, Brasília: Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Conselho da Justiça Federal (CJF) 2007, 92-97.
- Thesaurus Linguae Latinae*. Editus auctoritate et consilio academicarum quinque germanicarum Berolinensis Gottingensis Lipsiensis Monacensis Vindobonensis. Lipsiae 1900 sq.

- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Vol. IV. Lisboa, Editorial Verbo, ²1979.
- SOURNIA, Jean-Charles / POULET, Jacques / MARTINY, Marcel (eds.). *Illustrierte Geschichte der Medizin*. Deutsche Bearbeitung unter der Leitung von R. Toellner. Berlin, Directmedia, 2001 (CD-ROM, Digitale Bibliothek, vol. 53).
- VERGER, Jacques. *Doctor, doctoratus*. In: AUTY, Robert / BAUTIER, Robert-Henri / ANGERMANN, Norbert (eds.) unter der Mitarbeit von AEGIDIUS, Jens P. *Lexicon des Mittelalters*. München / Zürich, Artemis Verlag, 1986, vol. III, columnas 1155-1156.
- WAHRIG, Gerhard. *Deutsches Wörterbuch*. Neu herausgegeben von Dr. Renate Wahrig-Burfeind. Gütersloh / München, Wissen Media Verlag, ⁷2005.
- WEIJERS, Olga. Terminologie des universités naissantes. Étude sur le vocabulaire utilisé par l'institution nouvelle. In: *Miscellanea mediaevalia*, vol 12 / 1: Soziale Ordnungen im Selbstverständnis des Mittelalters. Berlin, de Gruyter, 1979, 258-280.
- ZIMMERLING, Wolfgang. Zum Anspruch auf Anrede mit dem Doktorgrad. S.d. <http://www.zimmerling.de/veroeffentlichungen/volltext/doktoranrede.htm> (13/07/2009).

Hammerstein: uma história alemã

Eloá Heise¹

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Hammerstein ou a Obstinação*. Trad. Samuel Titan Jr. São Paulo, Companhia das Letras, 2009²

Foi lançada em junho no Brasil, pela Companhia das Letras, com a presença do autor, a biografia ficcionalizada da família von Hammerstein, sob o título *Hammerstein ou a Obstinação*, de Hans Magnus Enzensberger. O texto original em alemão, *Hammerstein oder Der Eigensinn – eine Deutsche Geschichte*, de janeiro de 2008, foi traduzido para o português por Samuel Titan Jr., livro que recebeu fomento do programa de apoio à tradução pelo Goethe-Institut.

Esta obra, de difícil classificação, apresenta-se como uma colagem histórica sobre a vida do aristocrata Hammerstein e sua família. Kurt von Hammerstein tornou-se General de Infantaria e comandante do exército, o cargo mais alto do Exército Alemão, na época em que o nacional-socialismo ascende ao poder. Em fevereiro de 1933, depois de um jantar no qual esteve presente “um certo Hitler”, o anfitrião começa a sentir o cargo como um fardo pesado demais, o que o leva a pedir a própria exoneração, renúncia aceita em fevereiro de 1934. Esse oficial de alta patente parece perceber, antes de seus pares, a catástrofe que se anunciava e, em oposição ao fluxo dos acontecimentos, não se deixa ofuscar em uma época na qual Hitler contava com o apoio das grandes massas. Se a história de Hitler é bastante conhecida, menos conhecida é a biografia de alguém, como Hammerstein, que, com senso próprio, teve o discernimento de permanecer fiel a si mesmo e de resistir à argumentação de um ditador psicopata.

Ao criar um quebra-cabeça histórico, com a inserção e inúmeras datas e citações entre aspas, o que leva o leitor a interpretá-las como manifestações diretas, colhidas de fontes consultadas, acrescidas de “conversas póstumas”, diálogos de cunho ficcional

¹ Professora doutora de Pós-graduação no Programa de Língua e Literatura Alemã da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; eloahaise@usp.br

² Os números entre parênteses após as citações correspondem aos números das páginas da edição supracitada.

com personagens tratados no livro, Enzensberger, em uma combinação livre, joga com a objetividade de um historiador e a licença poética de um escritor. A coleta desses dados só foi possível após a queda do muro e a partir de 1989, época em que as fontes russas se tornaram acessíveis, período do governo Gorbachev. As pesquisas historiográficas do autor, que se estenderam por três anos, contaram com o auxílio de Reinhard Müller, conhecedor da história do comunismo alemão. Algumas informações, por exemplo, foram garimpadas nos arquivos de Moscou, onde se encontra o discurso em que Hitler mostra seus planos de guerra aos generais, em um jantar na casa de Hammerstein, estopim para a manifestação de coragem civil deste general prussiano em relação ao nacional-socialismo. Outros detalhes sobre as fontes, arquivos consultados, pessoas que colaboraram com a pesquisa, mapa das ilustrações, índice onomástico, encontram-se arrolados no fim do livro, caracterizando o texto como uma pesquisa de base científica. Contudo esse aspecto de cientificidade é dissipado pela falta de referências na inserção das citações e com a mescla de trechos de cunho literário.

O motivo pelo qual Enzensberger interessou-se pela saga dessa família é mencionado em uma dessas “conversas póstumas”, que entremeiam a narrativa. Nela, um interlocutor designado pela inicial E, afirma: “A história de sua família me interessa porque ela diz muito sobre como teria sido possível fazer frente a Hitler sem capitular diante dele.” (171)

Paralelamente, o foco de interesse do autor volta-se para fatos poucos claros e conhecidos, apresentados pela perspectiva de várias fontes possíveis, muitas vezes em discrepante contradição. Da combinação do histórico com o ficcional obtém-se como resultado um rico quadro multifacetado sobre a história de uma época, de grandes nomes da política alemã e de uma figura peculiar, Kurt von Hammerstein, e sua respectiva família.

No transcorrer da narrativa, o foco de interesse se desloca para a vivência dos filhos do general, que assumem orientações diversas da postura do pai e vivenciam, por um viés próprio, os conturbados últimos anos da República de Weimar: engajam-se no movimento comunista, na Resistência alemã e, até mesmo na espionagem soviética. O pai, nada convencional para o perfil de um general prussiano, no entanto, declara a quem quisesse ouvir: “Meus filhos são republicanos livres. Podem dizer e fazer o que bem entenderem” (65).

Enzensberger não se propôs a escrever um romance, como ele mesmo afirma no *post scriptum* do livro, e muito menos um documento histórico. O autor mistura, no transcorrer do livro, citações colhidas em fontes autênticas, incursões biográficas, conversas imaginárias com personagens históricas, nas quais são vinculadas informações subjacentes e comentários subjetivos do narrador sob forma de sete glosas, que se mostram o instrumento ideal para comentar diferentes temas, seja sobre a República de Weimar, a aristocracia ou sobre as relações entre a Alemanha e a Rússia. Forma-se, assim, um painel a partir de 82 pequenas partes, que poderíamos chamar de capítulos, sem uma concatenação linear, em uma linguagem preponderantemente lacônica, com uma perspectiva distanciada, no qual se delineia uma história de época:

Com base na história da família Hammerstein, é possível, num espaço reduzido, reencontrar e apresentar todos os motivos e contradições decisivos do gravíssimo caso alemão: desde a tomada do poder total por Hitler até a embriaguez alemã entre Leste e Oeste, desde o colapso da República de Weimar até o fracasso da Resistência, e desde o fascínio pela utopia comunista até o fim de Guerra Fria. (317).

Tem-se, portanto, um texto de cunho artístico, literário, a partir de material autêntico, documental. A escolha do material autêntico, o princípio segundo o qual os recortes da realidade são montados, redundam em um enfoque direcionado, que se propõe, através da reconstrução obtida, uma possibilidade instigante de interpretação da história, ou seja, propicia reflexão baseada em um viés auxiliar da História.

A capa da edição brasileira omite, contudo, o subtítulo do original alemão – “uma história alemã” – que estabelece essa relação clara com a história. No livro em português, o subtítulo só aparece na contracapa. A versão do Brasil, que visa atrair atenção para o conhecido nome de Hans Magnus Enzensberger, traz na capa, de forma paralela e com caracteres iguais, mas com destaques diferentes a partir das cores, o nome do autor e o título *Hammerstein ou Obstinação*. Talvez a palavra obstinação em português por também significar teimosia, irredutibilidade, pertinácia conota a atitude do protagonista com um elemento dinâmico que não corresponde à caracterização da personagem na narrativa.

Hammerstein não apresenta esse caráter de luta que a palavra obstinação dá a entender. É descrito, por diferentes fontes, de formas, muitas vezes, contraditórias: “E mesmo ele não tinha nada do alemão típico, trabalhador e consciencioso. Gostava de

convívio, muitas vezes deixava o trabalho de lado e saía para caçar” (25). Ou, em contraposição: “Hammerstein era de confiança, era sóbrio, muito inteligente e sobretudo uma alma leal” (36). Em outras passagens coexistem na mesma página julgamentos que o censuram e o elogiam: “A confiança nele derivava unicamente de sua capacidade superior, de seu juízo claro e realista” (69), para mais adiante constatar: “comodismo exagerado e uma incrível falta de gosto pelo trabalho normal” (69). Esse protagonista, ao mesmo tempo inteligente e negligente, não poderia ser percebido como obstinado. *Eigensinn* deveria ser antes entendido como a qualidade de alguém com senso próprio, com uma capacidade de reconhecimento baseada em um subjetivismo que não se deixa encaixar. Essa individualidade faz com que não aja segundo as circunstâncias dominantes, e é isso que o transforma em um opositor de Hitler. Para ele vale a citação que lhe é atribuída (125) e aparece como mote do livro: “O medo não é uma visão de mundo” (5). Eis um protagonista típico do escritor e ensaísta Hans Magnus Enzensberger. : “Não sou nenhum herói. Você me toma por quem não sou. Quando chega a hora eu sustento a minha posição. Mas não vou sair empurrando a roda da história como vocês!” ... “Sou preguiçoso demais para isso!” (174).

Se o livro segue a biografia dos descendentes de Kurt Von Hammerstein, eles também são caracterizados pela reserva, sem laivos de heroicidade: “Mais importante era que em seu clã não houvesse um único nacional-socialista. Não são muitas as famílias que podem afirmar isso de si mesmas.” (247). As versões de suas histórias estão plenas de contradições, pois são resgatadas pela memória, e a memória também engana porque cada um recorda à sua maneira: “Perdura um resíduo não dito que nenhuma biografia pode resolver; e o que importa talvez seja justamente esse resíduo” (306).